



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL -
PPGAS

DENIS DA SILVA PEREIRA

Violência contra LGBT'S em Manaus e agências da resistência e do
enfrentamento: *estudo de uma disputa territorial assimétrica dos campos
da moral e do direito*

MANAUS
2016

DENIS DA SILVA PEREIRA

Violência contra LGBT'S em Manaus e agências da resistência e do
enfrentamento: *estudo de uma disputa territorial assimétrica dos campos
da moral e do direito*

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação
em Antropologia Social da Universidade Federal
do Amazonas, como requisito final para obtenção
do título de Doutor em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida

**MANAUS
2016**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

P436v Pereira, Denis da Silva
Violência contra LGBT'S em Manaus e agências da resistência e do enfrentamento: estudo de uma disputa territorial assimétrica dos campos da moral e do direito / Denis da Silva Pereira. 2016
260 f.: 31 cm.

Orientador: Alfredo Wagner Berno de Almeida
Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Homofobia. 2. Violência contra LGBT. 3. Lgbtfobia. 4. Violência moral. I. Almeida, Alfredo Wagner Berno de II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

DENIS DA SILVA PEREIRA

Violência contra LGBT'S em Manaus e agências da resistência e do enfrentamento: *estudo de uma disputa territorial assimétrica dos campos da moral e do direito*

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas, como requisito final para obtenção o título de Doutor

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida, Presidente
Universidade do Estado do Amazonas

Prof^a. Dr^a. Ana Carla dos Santos Bruno, Membro
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

Prof^a. Dr^a. Márcia Regina Calderipe Farias Rufino, Membro
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Sérgio Luiz Carrara, Membro
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Luis Antônio Castro Santos, Membro
Universidade Federal do Sul da Bahia

NOTA

Este trabalho de pesquisa desenvolvido no Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas – PPGAS/UFAM, contou com o apoio financeiro da Fundação Amparo de Pesquisa do Amazonas - FAPEAM

DEDICATÓRIA

*Dedico in memoriam ao agricultor rural analfabeto, que aprendeu a desenhar seu Francisco Pereira,
meu pai.*

*E a agricultora rural que repetiu por três anos a terceira série primária, por ser o nível máximo oferecido por
sua escola do campo, interior de Santarém, minha mãe.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Alfredo Wagner pela orientação e pela convivência de aprendizado.

Aos docentes do Programa, em especial, Sidnei Silva, Thereza Menezes, Deise Montardo, Marcia Calderipe, Fátima Weiss, Maria Helena Ortolan, José Basini pelo rito de passagem à antropologia.

Aos docentes que compuseram a banca de avaliação, Marcia Regina Calderipe Farias Rufino, Ana Carla dos Santos Bruno, Sergio Luís Carrara e Luiz Antônio Castro Santos.

Aos meus companheiros e companheiras das viagens antropológicas e amizade: Maria Magela, Gino Ranciaro, Alvatir Carolino, Socorro Batalha, Valéria Melo, Consuelena Lopes, Miguel Aparício, Rondinelles Coelho, Conceição Sodré, Lílían Lima, Daniel Viegas. Daniel Tavares, Glademir Santos, Emmanuel Almeida Júnior, Rosseline Tavares, Ernandes Herculano. Elieyd Sousa, Franceane Lima, Genoveva Amorin, Audirene Cordeiro, Cloves Pereira, Silvana Teixeira, Daniele Colares, Wender Araújo

Aos amigos e amigas: Agida Santos, Marcos Dutra, Givanildo Colares, Antônio Silva, Nara Colares, Erick, Peterson Kaic, Luciano Bittencourt, Ney Coutinho, Claudeth Coelho, Alessandro, Darley Moraes, Diego Sena, José Eurico, Márcio Carvalho, Naira Thauana, Priscila Guilherme, Rodrigo Alves, Lucas Maciel, Aleandro Silva, Keitiane Freitas, André Melo, Graça Passos, Ana Cássia Souza, Elenir Araújo, Wanda Lima.

Ao Instituto Federal do Amazonas campus Manaus Zona Leste – IFAM/CMZL, por meio da sua direção composta pelos amigos: Aldenir Caetano, Maria Francisca Moraes e Ana Cassia.

Aos de resistência: Amazonas, Baryshnikov, Tulipa, Psicodélico, Anhangá, Dionísia, Eros, Bondosa, Inocência, Agité, Lênin; in memoriam: Deusuite, Hefesto, Baco, Sávio. Aos agentes de enfrentamento: Dinká, Cronos, Ajuricaba, Hipócrates, Hígia, Themis.

Agências e agentes de estado: servidores da SEJUSC, SEARP, SEAP, SEMASHD, SEDUC, SEMED, DGH.

À minha família: irmãos – Neuton, Océlio, Dimas, Delson, Djalma e a irmã Dilma; Cunhadas: Waldemarina, Francisca, Ana e ao Cunhado Neurandi; Aos sobrinhos: Flávio, Domênico Wolace, Crhistoffer, Danilo, Murilo, Lucas e às sobrinhas - Camila, Daiane, Arianá.

LISTA DE SIGLAS

AAGHT	Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis
AAMLLES	Associação de Mulheres Independentes Pela Livre Expressão Sexual
ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ABANNE	Reunião de Antropólogos Norte e Nordeste
AGLTPIN	Associação de Gays, Lésbicas e Travestis de Parintins
AGN	Agencia de Fomento do RN
AGN	Associação de Garotos da Noite
AGTTFC	Associação de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais da Tríplice Fronteira
ALMAZ	Articulação das Mulheres Homoafetivas e Aliadas do Amazonas
AMA	Articulação de Mulheres do Amazonas
APAAM	Associação de Prostitutos e Ex-Prostitutas do Amazonas
APO	Associação da Parada do Orgulho
ARATRAMA	Articulação Amazônica do Povo Tradicional de Matriz Africana
ARTGAY	Articulação Brasileira de Gays
ATAAM	Associação de Travestis do Amazonas
BO	Boletim de Ocorrência
CCP	Coordenação de Comissões Permanentes
CDH	Comissão de Direitos Humanos
CDHC	Comissão de Direitos Humanos da Câmara
CEBS	Comunidades Eclesiais de Base e Teologia da Libertação
CEDHC	Conferência Estadual de Direitos Humanos e Cidadania
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CID	Código Internacional de Doenças
CIOPS	Centro Integrado de Operações de Segurança Pública

CMDHC	Conferência Metropolitana de Direitos Humanos e Cidadania
CMM	Câmara Municipal de Manaus
CMZL	Campos Manaus Zona Leste
CNCD	Conselho Nacional de Combate à Discriminação
CNDH	Conferência Nacional de Direitos Humanos
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNJ	Conselho Nacional da Justiça
CNPCP	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
CREAS	Centro Especializado de Assistência Social
CSSF	Comissão de Seguridade Social e Família
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DDPM	Divisão de Formação Continuada
DEF	Divisão de Ensino Fundamental
DST/AIDS	Doenças Sexualmente Transmissíveis/ Síndrome da imunodeficiência adquirida
EAFM	Escola Agrotécnica Federal de Manaus
EBGLT	Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FUAM	Fundação de Medicina Tropical
GGB	Grupo Gay da Bahia
GLBT	Gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais
GLT	Gays, Lésbicas e Travestis
GP	Garoto de Programa
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
HSH	Homens que fazem sexo com homem
IML	Instituto Médico Legal

IMPD	Igreja Mundial do Poder de Deus
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
LGBTT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
MANAUSCULT	Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos
MGLTM	Movimento de Gays, Lésbicas e Travestis de Manacapuru
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
PBF	Programa Bolsa Família
PDC	Projetos de Decreto Legislativo
PDL – 234/2011	Projeto de Decreto Legislativo
PDT-RO	Partido Democrático Trabalhista de Rondônia
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIM	Polo Industrial de Manaus
PL	Projeto de Lei
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNCD	Conselho Nacional de Combate à Discriminação
PNCSA	Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
POP	Procedimento Operacional Padrão
PP/RJ	Partido Progressista/Rio de Janeiro
PPGGAS	Programa de Pós Graduação em Antropologia Social
PPGSCA	Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia
PPGSCAS	Programa de Pós- Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia
PR	Paraná
PRODAM	Programa de Dados do Amazonas

PSDB/GO	Partido Socialista do Brasil/Goiás
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
RCC	Renovação Carismática Católica
REA	Reunião Equatorial de Antropologia
REA/ABANNE	Reunião Equatorial de Antropologia/ Reunião de Antropólogos Norte e Nordeste
RECID	Rede de Educação Cidadã
SEAP	Secretária de Estado de Administração Penitenciária
SEARP	Secretaria do Estado de Articulação de Políticas Públicas aos Movimentos Sociais e Populares
SEDUC	
SEFAZ	Secretaria da Fazenda do Estado
SEJEL	Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer
SEJUSC	Secretaria de Estado Justiça Direitos Humanos e Cidadania
SEMASDH	Secretaria Municipal de Assistência Social dos Direitos Humanos
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SINESP	Sistema Nacional de Educação e Segurança Pública
SOMOS	Grupo de Afirmação Social
SSP	Secretaria Estadual de Segurança Pública
SSP/AM	Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas
STF	Supremo do Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
SUSAM	Secretaria de Saúde do Amazonas
TFP	Tradição, Família e Propriedade
UBS	Unidade Básica de Saúde
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UEE	União Estadual dos Estudantes

UFAM Universidade Federal do Amazonas

UJS União da Juventude Socialista

RESUMO

A tese apresentada é resultado de uma pesquisa desenvolvida sobre a temática da Violência contra LGBT na Cidade de Manaus, propedêuticamente, justificada pelo patente e generalizado registro de homicídios que afeta estes povos em Manaus. Ao iniciar a pesquisa o alvo do trabalho concentrava-se em etnografar, refletir e analisar casos de homicídios, todavia no decorrer da execução do projeto o campo conduziu o trabalho para a análise mais ampla do fenômeno – Dessa forma, estabeleci a seguinte classificação: *violência simbólica, violência moral, violência física e homicídios de cunho etnocida e genocida*. A tese deste trabalho parte do princípio de que a violência que afeta LGBT'S é reativa enquanto atos que decorrem a partir do atrevimento de agentes LGBT'S assumirem uma identidade específica e lutarem por *reconhecimento* de seus direitos; este tem sido também, dispositivo de mobilização e ação de *agentes de resistência, de enfrentamento* e de muitos *agentes de estado*. Neste sentido, em si pode ser pensada como a negação da política como preconizou Arendt (2014), todavia num para si: os dramas e tragédias que representam às várias modalidades de violência expressam que os LGBT'S são grupos organizacionais inseridos num conflito de disputa assimétrica de cunho *territorial do campo moral e do direito*, haja vista que em cada situação específica de agentes que contribuíram com esta pesquisa destaca-se a dimensão de uma necessidade premente coletiva – o direito a igualdade de *status*, o direito ao reconhecimento e ao bem viver. Portanto, este trabalho de pesquisa é de forma sucinta o contar e recontar histórias, acontecimentos dolorosos que partem de minha própria experiência com a violência até as narrativas de outros agentes sociais LGBT'S; estabelece apresentação organizacional dos *movimentos sociais LGBT*; dos contextos políticos contemporâneos dominados hegemonicamente por *patrimonialistas, punitivistas e religiosos* que dificultam o alcance da sociedade de direitos. Os religiosos são o segmento que têm pautado a agenda de negação dos Direitos dos LGBT'S em aliança com os demais segmentos conservadores.

Palavras chave: *violência contra LGBT; reconhecimento; agentes de resistência, enfrentamento e de estado, conflito*

ABSTRACT

The presented thesis is the result of a research developed about the theme of violence against LGBT in Manaus city, justified by the patent and widespread murders register which affects these people in Manaus. In the beginning of the research, its focus was to make an ethnography, reflect and analyze some murders cases, however, during the project execution, the field has conducted the work to a deeper analysis of the phenomenon. On this way, I established the following classification: *symbolic violence, moral violence, physical violence, ethnocide and genocidal murders*. The thesis of this work starts with the principle that the violence which affects LGBT'S is reactive while acts which come from the LGBTs agents insolence, assuming a specific identity and fighting for recognizing their rights; this has been a mobilization device and action of resistance agents, *of coping and State agents*. On this way, this thesis may be thought as the political denial as Arendt affirmed (2014), however not for itself: the dramas and tragedies which represent the several violence levels which express that LGBTs are organized groups inserted in an asymmetric battle in a *moral and right field* imprint, considering that in each specific situation of agents who contributed with this research, it is highlighted the dimension of a pressing collective need – the right of equality status, the right of recognition and good living. Therefore, this research is a short work of telling and retelling stories, painful situations which started from my own experience with the violence to the LGBT social agents' narratives; establishes the organizational presentation of the LGBT social groups; the contemporary political contexts dominated hegemonically by the *patrimonialists, punitivists and religious* which make LGBT'S work difficult to reach their rights. The religious are the segment which has scheduled LGBTs' agenda of rights denying in alliance with others conservative segments.

Key words: violence against LGBT; recognition; resistance agents, State coping and conflicts

RESUMÉ

La thèse présentée est le résultat de recherches menées sur la question de la violence contre les LGBT dans la ville de Manaus, justifiée par le brevet et le généralisé enregistrement des homicides qui affecte ces personnes à Manaus. Dans un premier temps, les travaux de recherche de la cible axée sur l'ethnographie, de réfléchir et d'analyser les cas d'homicide, mais au cours de l'exécution du projet, la recherche a conduit les travaux à l'analyse plus large du phénomène. Ainsi, j'ai établi la classification suivante: la violence symbolique, la violence morale, la violence physique et de la nature génocidaire et ethnocide des homicides. La thèse de cet article suppose que la violence touche LGBT'S est réactif comme des actes découlant de l'impudence des agents LGBT'S prennent une identité spécifique et se battent pour la reconnaissance de leurs droits; ela a également été, dispositif de mobilisation et d'action des agents de résistance et de nombreux agents de l'état. En ce sens, elle-même peut être considéré comme la négation de la politique comme Arendt (2014) préconisée, mais en pour vous: les drames et les tragédies qui représentent les différents types de violence expriment que LGBT'S sont des groupes d'organisation entrés dans une lutte de conflit asymétrique de nature territoriale du champ moral et de la droite, étant donné que dans chaque situation spécifique des agents qui ont contribué à cette recherche met en évidence la dimension d'un besoin pressant collective - le droit à l'égalité de statut, le droit à la reconnaissance et le bien vivre. Donc, cette recherche est succinctement le conter et raconter des histoires, des événements douloureux qui commencent à partir de ma propre expérience avec la violence pour les récits des autres agents sociaux LGBT; établit la présentation de l'organisation des mouvements sociaux LGBT; des contextes politiques contemporaines dominées hégémoniquement par *patrimonialistes*, punitivistas et religieux qui entravent la portée de la société des droits. Les religieux sont le segment qui ont guidé l'ordre du jour de déni des droits LGBT en alliance avec d'autres segments conservateurs.

Mots-clés: violence contre LGBT; reconnaissance; agents de résistance, état d'adaptation et conflits

Sumário

PRÓLOGO.....	1
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I - PRESSUPOSTOS ESTRURADORES DO ESTUDO SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA LGBT EM MANAUS.....	38
1.1 A demanda por reconhecimento e a geração de conflito.....	43
1.2 - Por uma pesquisa pautada na reflexividade	52
1.2.1 <i>Phanta reya</i> : a dinâmica de uma pesquisa	55
1.2.2 Uma categoria fundamental de análise: os agentes da pesquisa.....	60
1.2.3 – A construção relacional entre pesquisador e agentes da pesquisa.....	68
1.2.4 – Violência contra LGBT’S: dispositivo de mobilização	80
CAPÍTULO II - A VIOLÊNCIA DO COTIDIANO: DO SIMBOLICO, DO MORAL A VIOLÊNCIA FÍSICA	88
2.1 - Violência e lgbtfobia: genealogia e posição epistemológica	91
2.1.1- Agentes de resistência e de enfrentamento frente ao poder punitivo, religioso e patrimonialista	104
2.2 - Marcas invisíveis: a dor na alma de LGBT’S de manaus.....	108
2.2.1. Violência Simbólica e Moral contra LGBT’S em Manaus: etnografia das experiências privadas	110
2.2.2. – Violência simbólica e moral contra LGBT’S em Manaus: etnografia das experiências públicas.....	125
2.3 Marcas na carne: a violência física contra LGBT em manaus.....	133
2.3.1 violência física contra LGBT’S em Manaus: etnografia das experiências privadas.....	134
2.3.2 - Violência física contra LGBT’S em Manaus: etnografia das experiências públicas	140
2.4 - A violência homicida em Manaus: as tragédias como dispositivo de mobilização e de luta	149
2.4. 1- Deusuete por sua mãe: o reflexo da violência contra travestis nas ruas de Manaus	152
2.4.2 – Hefesto por sua mãe: reflexos homicídios de gays em suas residências	156
2.4.3 - Baco por seu amigo: reflexo de homicídios de gays em noites de grelhação	160
2.4.4 - Sávio por seu por seu primo: reflexos homicídios de gays marcados por passionaisidades.	164
2.5 – <i>Modus operandis</i> da polícia e da justiça: em busca de novos padrões disciplinares	167
CAPÍTULO III - O DESAFIO IDENTITÁRIO, ORGANIZACIONAL E POLÍTICO LGBT: CONSTRUÇÃO, AVANÇOS E DESAFIOS EM MANAUS.....	173

3.1 – O caso dos <i>Guayaki</i> : reflexão sobre identidade sexual e de gênero lá e aqui	173
3.2 – O armário: ainda um recurso útil entre os que podem utilizá-lo	177
3.3 Identidades coletivas: olhares históricos, organização social e desafios dos LGBT’S..	181
3.3.1 - O Fórum LGBT Amazonas e Aliança Amazonense LGBT: a dialética das reorganizações, das clivagens e das lutas	187
3.3.2– Estado e “políticas públicas para LGBT no Amazonas”: outro ponto de vista	201
3.3.2.1 – Prefeitura e a câmara de Manaus: uma andorinha só não faz verão	202
3.3.2.2 – O governo e a Assembleia legislativa do Amazonas: política pública ou <i>cala boca</i> ?	205
3.3.2.3 – Governo federal x congresso nacional: uma descrição de práticas antagônicas	209
3.3.2.4 - O campo judiciário e o papel da OAB no Amazonas: o direito como inclusão e como regulação moral	215
CAPÍTULO IV - DA VIOLÊNCIA LGBTFÓBICA: INSTAURAÇÃO DO MAL E DO CONFLITO	219
4.1 A dimensão da resistência, do enfrentamento e do conflito social	224
4.2 A instauração mal: o desafio do reconhecimento e da redistribuição	230
4.2.1 – O cerne legitimador da construção dos LGBT’S como grande mal no Brasil: o campo religioso	234
4.2.1.1 – Pentecostalismo evangélico e católico: da violência simbólica ao germe da violência moral e física	235
4.2.1.1.1 – Os evangélicos e o ideal teocrático	237
4.2.1.2. – Os Católicos Renovados no ardor do conservadorismo	243
CONSIDERAÇÕES FINAIS	246
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	255

PRÓLOGO

A tradição sob as quais se edificou o arcabouço epistemológico das ciências sociais, mesmo aquelas que outrora se posicionaram contrárias aos ditos do positivismo e suas derivações como evolucionismo, funcionalismo ou behaviorismo, impediria de forma veemente qualquer projeto de cunho acadêmico que tomasse como ponto de partida precisamente um acontecimento pessoal. Imaginem se tal evento tivesse circunscrito a vida do próprio pesquisador. Neste sentido, mesmo com todos os processos decorridos no campo epistemológico que redimensionaram a posição e a finalidade da ciência, alterando as práticas dos cientistas e o papel dos indivíduos e dos povos estudados, não é possível garantir que a decisão de iniciar uma tese de doutoramento estabelecendo a posição de entrada no campo de pesquisa, as mudanças decorridas no processo e a exposição de alguns elementos norteadores do trabalho por meio de um evento trágico e contingencial na vida do pesquisador será ou não bem recebida.

O intento não possui a finalidade de se constituir como texto autobiográfico, muito menos como uma estória típica dos consultórios de psicologia, onde as tragédias existenciais são objeto de interpretação psíquica, quando muito psíquica social. Entretanto, mesmo como todas as precauções tomadas, estas não eliminam os riscos de se estar entrando numa areia movediça teórica da qual sair será tarefa muito difícil. O risco torna-se grandioso haja vista estar muito distante da possibilidade e do interesse de me propor a escrever algo do gênero de *Eric R. Wolf por ele mesmo: Uma autobiografia intelectual in Antropologia e Poder* (2003), onde o mesmo descreve suas idas e vindas, suas dificuldades, suas opções vinculando-as à sua trajetória intelectual. Tão pouco estou a propor algo ao estilo da entrevista com Bauman publicada sob o título *Identidade 2005*, em que sua condição de membro da comunidade européia, de família judia polonesa e imigrante na Inglaterra é narrada como uma espécie de angústia sobre sua própria identidade para refletir conceitualmente sobre a temática.

Bourdieu (2005), em momentos tardios de sua carreira demonstrou apreensão de que a publicação do livro *Esboço de Auto análise* pudesse ser arma nas mãos de “todos que ficam só aguardando a ocasião para negar, justamente em nome de sua posição e trajetória, o caráter científico de sua sociologia” (BOURDIEU, 2005, P22). Colocar-me como pano de fundo

numa propedêutica de um estudo na condição de neófito no campo antropológico no mínimo representa um atrevimento teórico e um exercício subjetivo de autoafirmação e catarse¹.

Mesmo com os riscos apontados referentes, primeiramente, à própria habilidade teórica em estabelecer as fronteiras na textualização rumo a uma análise racional de cunho antropológico que possa apontar para algumas questões que serão desenvolvidas como temas centrais do trabalho e, posteriormente, a incerteza de sua legitimação acadêmica, o que este esboço propedêutico pretende, em princípio, é o transbordamento do sofrimento e da tragédia para a vida daquele que pretendia olhar minimamente à “distância” o fenômeno da violência contra homossexuais. O envolvimento como afetado pela simples condição de fazer parte dos povos² que compreendem as identidades coletivas de Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais/Transgêneros - LGBT absorveu-me avassaladoramente pelo acontecimento decorrido durante o desenvolvimento da pesquisa. Aqui o significado de afetamento ganha sentido distinto daquele proposto por Fravet Saada (2005) por não representar em nenhum dos sentidos uma tomada de decisão de minha parte, como etnógrafo, assumir a identidade gay,

¹A distinção entre subjetividade e objetividade deixou há muito de possuir status de verdade, mesmo assim, no cotidiano da ciência, muitos ainda buscam estabelecer algumas fronteiras. Dessa forma, estou a me referir da influência que o exercício da escrita sobre este acontecimento provocou em minha personalidade.

²Será utilizado, neste trabalho pesquisa, o *itálico*: quando se tratar de conceito ou categoria importante para o trabalho e em citações curtas de agentes da pesquisa. Neste caso, o termo *povo* e sua variação no plural *povos* aparecerão grafados em *itálico*. Esclareço que no texto de qualificação os LGBT'S foram classificados pelo uso do termo *povo*. Reconheço que naquele momento tratava-se mais de uma intuição intelectual que não me deixava pensar indígenas, quilombolas (...) como categorias distintas dos LGBT'S enquanto coletivos que desejam reconhecimento e redistribuição – dimensão identitária e de classe social. Todavia, tanto na qualificação quanto na Disciplina Seminário de Pesquisa recebi críticas que me demoveram, naquele momento, de continuar com o uso deste termo para me referir ao público alvo da pesquisa. Nos meses que antecediam a entrega definitiva da tese recebi a indicação de meu orientador Professor Alfredo Wagner de leitura de *Meio sem fim: Notas sobre política*, em que Agamben introduz seu texto lembrando que todas as vezes, na Europa, em que o *temopovo* é utilizado, ele indica também pobreza, deserdados e excluídos – nomeia o sujeito político e o classe que de fato se mantém excluída. Designa, segundo o mesmo, (...) “tanto o conjunto de cidadãos como corpo político unitário quanto pertencentes às classes inferiores (...) também em Inglês *people*, que tem um sentido mais indiferenciado, conserva, porém, o significado de *ordinary people* em oposição aos ricos e nobreza” (36; 37). O autor remete-se ao pensamento de Hanna Arendt cuja definição de *povo* tenha nascido da compaixão e que a palavra tornou-se sinônimo de azar e infelicidade. Assim *povo*, pode se configurar como “uma oscilação dialética entre dois polos opostos: de um lado, *povo* com corpo político integral, de outro, o subconjunto *povo* como multiplicidade fragmentária de corpos necessitados e excluídos (...) corte dos milagres ou campo dos miseráveis, dos oprimidos, dos vencidos que foram banidos. De forma mais ampla a condição de não reconhecimento – no sentido de que atinge os LGBT'S como um todo; de forma mais específica a condição de excluído social – no sentido daqueles que padecem pela ausência de redistribuição utilizarei de forma genérica a categoria *povo* para me referir aos LGBT'S como grupos coletivos. Por sua vez, o termo “população” quando aparecer no texto será sempre grafado entre aspas, haja vista, que mesmo a considerar ser uma categoria de uso tanto do Estado quanto dos agentes de enfrentamento – auto denominação, portanto, por seu caráter individualizante e imobilizador será expresso de forma contextual neste trabalho de pesquisa.

muito menos programar e organizar uma encenação onde seria alvo de uma tentativa de homicídio.

No decorrer da pesquisa ocorreu transposição de lugar, antes do pesquisador que poderia se posicionar como aquele que iria lidar com casos muitos tristes e de repente passa a lidar com o trágico. Afinal no senso comum tragédia e muito triste podem se equivaler, mas o trágico é muito mais que o muito triste (EAGLETON, 2013). O absoluto do sofrimento que marca historicamente a humanidade a qualquer momento pode “bater a porta” ou invadir o espaço de maior intimidade – a residência, o quarto, a cama, contingencialmente, de qualquer pessoa LGBT. A referência anterior se dá pelo fato de que os casos de violência e, primordialmente de homicídios de gays decorrem de forma muito comum em suas residências.

Ao colocar meu acontecimento pessoal como prelúdio da exposição do objeto, ou como próprio objeto de pesquisa, penso que o desafio acadêmico se faz ainda mais radical, considerando que tive boa parte de minha construção identitária num processo dialógico entre o vivido e o pensado, marcado por uma história de militância extremante dinâmica iniciada no Estado do Pará, continuada nos Estados de Minas Gerais e São Paulo e há quinze anos no Estado do Amazonas. O processo existencial possui múltiplas dimensões e pode potencializar o trabalho acadêmico em curso, por outro lado é possível constituir-se como mais um obstáculo epistemológico. Estou dessa maneira, reforçando a ausência de sentido em estabelecer fronteiras radicais entre o subjetivo e o objetivo em ciência.

Em Janeiro de 2013, quando dava os primeiros passos desta pesquisa, depois do final de relacionamento de namoro, em minha vivência social, mais precisamente pela Zona Leste de Manaus, acabei por conhecer *Thânatus*³, jovem que acabara de completar 23 anos, já havia servido ao exército e estabelecido algumas experiências no mercado de trabalho. Neste período estava compondo *exército de reserva neoliberal* e procura de emprego. A relação gay – bofe⁴ a exemplo do que ocorreu a Oscar Wilde no final do XIX, descrito por ele mesmo em

³Personificação da Morte, a grafia neste trabalho está em Latim. Ao considerar a experiência vivida no momento em que iniciava o desenvolvimento desta pesquisa, considerei que atribuir este nome fictício à aquele que atentou contra minha vida coaduna-se com aquilo que possivelmente não fosse sua vontade, mas que fez parte de um desejo momentâneo e que poderia ter resultado em minha morte. *Thânatus* “foi a cara da morte” para mim, “e ela estava viva”.

⁴ Típica relação descrita por Fry e MacRae – O que é homossexualidade, quando se reproduz a norma heterossexual/Cis marcada pela existência de um parceiro que representa o papel masculino e outro o papel feminino, característica desvinculada da condição de ativo/passivo.

De Profundis: e outros escritos do cárcere, não constitui coisas do passado, são comuns neste tipo de relação a doação total do gay ao bofe e a negação quase que total do bofe em relação ao gay. A assimetria nesta modalidade de relação é bastante comum. No caso de *Wilde* ainda sobreveio o cárcere dos tempos de criminalização da homossexualidade na Inglaterra. O sentimento de que a relação não traria resultados positivos tomou conta de mim.

Se na Inglaterra vitoriana o pecado da chamada pederastia torna-se crime, nos dias atuais como bem expressa Michel Foucault, o sexo manifesta-se como perigo iminente. Entretanto, neste caso, colocar-me sem riscos provenientes de relações de total assimetria já seria esperar muito. *Thânatus* demonstrou-se muito atencioso e possuidor de senso de humor aguçado, características que me causaram boa impressão. Entretanto, a percepção de que no campo amoroso havia uma precariedade, certamente determinada por uma gama de fatores também fez parte das “prenoções” sobre o mesmo. Nesse percurso, socialmente e no campo da amizade houve bastante cumplicidade (pensava eu), compartilhamos confidências familiares.

Thânatus afirmava que não tinha sido criado pelo pai, visto que ao nascer o mesmo não o tinha aceitado. Somente na adolescência passou a residir com seu genitor, mas as relações seriam desastrosas. Tanto que ultimamente ele estaria fixando residência em uma suposta tia. Compartilhamos intensamente de problemas de relacionamento e projetos para o futuro, seu objetivo premente seria empregar-se. Alguns dias lhe fiz companhia pela cidade para resolver questões documentais e entregar currículos, considerando que ele estava iniciando nova etapa em sua vida, assim como o mesmo sempre se mostrou companheiro em minhas demandas diárias. Com o passar dos dias, ele foi sendo apresentado aos amigos e alguns parentes próximos, obtive a liberdade para frequentar minha residência, realizar refeições e até participar de reuniões de amigos, sua presença passou a ser trivial e regular. Dia 03 de Março 2013, dois meses após conhecê-lo, o mesmo solicitou que fosse buscá-lo, foi a primeira noite em que o mesmo dormiria em minha residência.

Nessa noite dialoguei com ele e ouvi muito sobre sua vida sexual e afetiva. O mesmo confidenciou-me a existência de uma relação de namoro com uma moça de seu bairro. Nesta mesma noite o mesmo solicitou minha aquiescência para vê-la e o deixei livre para que ele fosse ao encontro dela. Assim ele foi ter com sua namorada e retornou para minha residência por volta de meia noite. Tal revelação me fez enxergar que, se por ventura, o mesmo gostasse

de homens, não seria eu a pessoa indicada e ideal para empreender o desafio, muitas vezes frustrado de buscar sua auto-aceitação, primordialmente pela minha indisposição subjetiva para isso. Deste modo, inclinado à renunciar e com certo temor de aprofundar os elos afetivos, decidi afastá-lo de mim estabelecendo o fim do relacionamento.

Por experiência, ditames simbólicos difusos de construção androcêntrica e heterocêntrica da sociedade, de forma muito comum, possuem a capacidade de produzir formas identitárias simplesmente por estabelecer maniqueísmos de certo e errado, bem e mal atreladas aos dois pressupostos acima citados, do papel dominante do masculino e da prática heteronormativa, pontuando que a segunda fragiliza a primeira. Na verdade, estava em busca de alguém minimamente definido em sua identidade sexual. *Garcia Lorca* sentiu no corpo e na alma as consequências da negação da patente “homossexualidade” e a posterior fuga da relação amorosa protagonizada por *Salvador Dali* retratada no filme *Poucas Cinzas*. Evidente que o último também pagou elevado preço pelos caminhos escolhidos.

Na manhã seguinte, busquei conversar sobre isto enquanto rumávamos em direção à sua casa. Expus o fato de que iria realizar uma cirurgia de implantes dentários no dia 08 de Março, o que me deixaria convalescente por alguns dias e que chegaria o momento de encerrarmos a relação que, me parecia não ser salutar para ambos. O mesmo tentou demover-me de minha vontade, afirmando que estávamos nos conhecendo e que poderíamos viver uma relação muito boa. Seus argumentos não me convenceram, entretanto, eu estava convicto que o melhor a fazer seria me distanciar.

Após este colóquio, o mesmo fez algumas ligações telefônicas as quais achei por bem não atendê-las, haja vista que além do distanciamento que desejava impor, ainda encontrava-me em recuperação da cirurgia que havia realizado na boca o que dificultava a fala. Dia 18 de Março de 2013, após dez dias decorridos da realização da cirurgia odontológica, ainda usando máscara cirúrgica, recebi a ligação de um número não registrado em meu telefone celular. Ao atender era *Thânatus* afirmando que estava próximo de minha casa e que iria me visitar, desejava ver *como estava*. Esta expressão foi usada por ele.

Tentei evitar a visita, mas foi impossível dissuadi-lo. Em menos de dez minutos estava em minha residência. Ao chegar estávamos jantando, eu e um amigo que naquele período ajudava-me enquanto me recuperava. *Thânatus* chegou em companhia de outro rapaz, já

conhecido mas que não possuía proximidade. Como é prática em minha casa, onde muitas pessoas fazem rotineiramente refeições, educadamente os convidamos para o jantar.

Servimos a eles e ficamos conversando descontraidamente. Muitos risos e certa alegria. Terminamos a refeição, exceto *Thânatus*. Espontaneamente, fomos nos dirigindo para a sala e nos postamos ao sofá para assistirmos a um dos capítulos finais da telenovela *Salve Jorge* como tinha se tornado rotina, inclusive com a presença de outros amigos que sempre apareciam neste momento. Observei que, enquanto comíamos, *Thânatus* achou ineficiente a faca de mesa e pegou na pia uma faca tipo “peixeira”, passando a utilizá-la para cortar carne. Voltei à cozinha três vezes, e em todas as idas, o mesmo lamentava meu afastamento e propunha retomarmos a relação. Reproduzi sempre o mesmo argumento utilizado no dia em que protagonizei nosso afastamento, frase do tipo: *você que não me queria, não tem como ficarmos* e em outro momento, finalmente afirmei: *Thânatus até estou namorando outra pessoa!*

Após isto ele foi para sala, compor conosco a platéia de “noveleiros” e neste momento adentrou minha residência de forma esfuziante, como de praxe, mais um de meus amigos que como de costume, viera assistir e conversar, na verdade mais conversar que assistir TV invariavelmente nossa rotina. A chegada de mais um amigo deixou o ambiente ainda mais descontraído. Estes encontros em minha casa caracterizavam-se por muitos diálogos entrecruzados, geralmente sobre diversas temáticas simultaneamente. A novela como pano de fundo, muitas falas e risos fizeram com que a permanência exagerada de *Thânatus* na cozinha e, após sua chegada a sala, ter se recusado a todo custo sentar-se, fosse ignorada.

Thânatus Ficou todo o tempo recostado em um parapeito do arco que divide sala de estar e sala de jantar. Caso este tivesse sentado em algum local, sofá ou cadeiras, o instrumento que marca finitude de muitos homossexuais poderia denunciá-lo, considerando que o mesmo vestia uma bermuda estilo surfista. O encontro prosseguia animado e jocoso. Contudo, a todo o momento, *Thânatus* solicitava em voz baixa em meu ouvido que desejava falar comigo em particular, isto era possível porque eu estava deitado no sofá com a cabeça recostada no mesmo parapeito em que ele recostava-se de pé. Em um dos intervalos da novela, aceitei conversar em particular. Adentramos no quarto, ele de imediato procurou trancar a porta. Como não desejava alongar a conversa, disse que a chave estava longe e que

não haveria necessidade de trancá-la. O mesmo ainda solicitou entre risos aos ficaram na sala: *não interrompam que vou ter uma conversa séria com o Denis.*

O quarto à meia luz. Recostei meu corpo na cama, recebi um abraço e um beijo angelical em meu rosto, em meio a sorrisos doces, como de costume. Na sequência, o questionamento *porque você não me quer mais?* Tentei explicar com os mesmo argumentos anteriores o porquê do desligamento. Foi aí que veio a solicitação carinhosa: *fecha teus olhos que eu quero te dar um presente!* Em segundos, percebi seu afastamento, e subitamente o brilho da lâmina da faca tipo “peixeira” vindo sobre mim acompanhado de seu corpo. O alvo a garganta, o intento seria perfurar mortalmente o centro de meu pescoço, entretanto, em movimento instintivo de sobrevivência, comum a qualquer ser vivo, consegui desviar-me e a facada atingiu lateralmente a esquerda de meu pescoço. Imediatamente gritei, estridentemente, por um de meus amigos e me lancei, ferozmente, em uma luta corporal com ele tentando retirar a faca de sua mão.

Minha força corporal superior possibilitou desarmá-lo, mas sem impedir, que para isto, obtivesse um corte em minha mão esquerda que somou dezenove pontos de sutura acrescidos aos cinco da perfuração no pescoço. Jorrava grande quantidade de sangue pelo quarto. Nesta luta corporal pela sobrevivência meus amigos adentraram o quarto e em segundos eu estava com a faca em posição de ataque expulsando **Thânatus** e seu amigo de minha residência. Após a saída de ambos, fui conduzido ao hospital para os primeiros socorros.

Em menos de dois minutos o ato trágico estava concretizado, mesmo que, de certa forma, frustrado considerando que o desejo de **Thânatus** era de assassinar-me. Sua performance era de Fúria, mesmo quando sua tentativa de esfaquear-me já estava quase frustrada, mesmo tendo conseguido segurar seus dois pulsos, ele se debatia e buscava com todas as forças possíveis continuar a perfurar-me. Após o ocorrido algumas questões apareceram como alvo de minha reflexão:

O referido acontecimento teve o poder de ferir-me muito além do aspecto físico e gerou um sentimento de encontro com a identidade gay. Verdade que se impõe à minha subjetividade de forma inequívoca. Ficou evidente, no entanto, que o *armário*⁵ que segundo

⁵ No terceiro capítulo esta categoria é fundamentada e refletida, no decorrer do trabalho ela aparece de regularmente, para designar o dilema de falar ou não falar, assumir ou não assumir a identidade.

Eve Sedgwick (2008), postula como inerente à identidade *gay* no mundo contemporâneo se fez presente em diversos momentos como prática e desejo.

1 - Ao chegar ao Pronto Socorro, pessoas logo se aproximaram com as perguntas usuais: *O que foi? Como foi? Onde foi?* prontamente já respondi que *foi assalto*. Como fui levado de imediato para a sala de atendimento de emergência, mesmo com muitas dores, enquanto o médico limpava, colocava o dreno em meu pescoço e fazia a sutura em pescoço e mão esquerda, ainda tive a astúcia de descrever, deliberadamente e com propósito defensivo, uma tentativa de assalto ficcional. Refugiei-me em episódio de aceitação imediata, autoevidente. A sutura era realizada pelo cirurgião, enquanto anunciava o poder de Jesus sobre o corte a poucos centímetros da jugular. Este anúncio repetido quase como mantra, certamente não possuiria o mesmo sentido e textualização se fosse explicitado como resultante de enlaces entre pessoas do mesmo sexo, *armário* me garantiu a graça, negada aos ímpios.

2 - Posteriormente, ao chegar a minha casa fiquei a arquitetar alguma forma de não permitir que o acontecimento viesse a ser conhecido pelos familiares e pelos colegas com quem trabalho no IFAM (Instituto Federal de Educação do Amazonas). Somente depois de exaustivo processo de autoconvencimento decidir ligar para o Diretor Educacional do Instituto para comunicar-lhe o fato bem como para outros amigos. Destas relações sociais em círculo de pessoas próximas, foi-me possível perceber como os crimes contra LGBT que decorrem de processos afetivos-sexuais, resultam na rápida indicação social de que o LGBT alvo da violência provocou sua própria morte. Assim, boa parte dos LGBT'S, mesmo que não conheçam a posição de Aristóteles, sentem sua posição se efetivar em suas vidas: *não se sente piedade daqueles que provocam seu próprio infortúnio*.

3 - O receio de expor a condição identitária e acima de tudo assumir que componentes de meu objeto de pesquisa tinham literalmente se misturado com a vida pessoal do pesquisador; que a violência tinha somatizado em mim mesmo, carne e psique; que as marcas dos ferimentos em minha mão e pescoço e os tormentos noturnos que por semanas exigiram que sempre alguém estivesse não somente no mesmo quarto, mas na mesma cama para que eu pudesse dormir, ainda me impediram, posteriormente, de aceitar a proposta feita por meu orientador Alfredo Wagner para que registrasse a ocorrência por meio de fotografias dos ferimentos, foi real e paradoxal. Essas fotos seriam importantes para o processo tramitar na

justiça. A necessidade de apagar as marcas desse acontecimento se dava não somente pelo trauma que eu ansiava por esquecer, mas principalmente pela vergonha sentida em estar passando por tal situação, haja vista que os cortes em meu corpo pareciam simbolizar naquele momento apenas o resultado do fato de ser *gay*.

A cultura heteronormativa colocou os LGBT'S historicamente vinculados ao pecado, ao crime e finalmente ao desvio ou adoecimento construindo identidades culpadas. A culpa compreendida não como uma introjeção psíquica, mas como paradigma social dos grupos homossexuais. O paradigma que em *Thomas Khun* ao se referir à estrutura da ciência seria marcado por sua crise e revolução, na vida dos gays atuais aparecem como uma simbiose onde todos os atributos podem surgir, em níveis mais intensos ou mais fracos determinando uma multiplicidade de atributos negativos. Este contexto me faz recordar a conversa no início da década passada com uma mestra em psicologia que afirmou: *os gays mesmo parecendo possuírem uma alegria, na verdade geralmente, possuem baixa estima e tendências à depressão*. Posições essencialistas como estas, desvinculadas, se é que as mesmas possuem alguma legitimidade científica, negam a construção simbólica do androcentrismo e heteronormatividade/Cis, marcada por classificações que marginalizam as formas e performances distintas daquelas dominantes.

Penso que cabe fazer importante inserção aqui do conceito discutido no artigo de Fabíola Rohden (2006), *Para que Serve o Conceito de Honra, ainda hoje?*, haja vista, ser patente a estreita relação do ato de violência praticado comigo e com outros *gays* com certos traços da chamada cultura brasileira, ligados à posição de subalternidade social que os LGBT são visivelmente colocados. Esta pesquisa verificou que a assimetria se reproduz internamente nas relações amorosas LGBT, quando elas assumem a mesma forma daquelas consideradas “típicas” “heteronormativas patriarcais” do Brasil, classificadas esquematicamente pelos dualismos *gay - bofe; sapatão/machuda| boy - mulher*.

O androcentrismo social brasileiro veria como desonrosas as relações de um “homem”, neste caso o *bofe*, que no senso comum de forma usual não é visto como LGBT, considerando que este sentimento é também compartilhado pelo próprio *bofe* que constrói uma relação onde o *gay* é reificado⁶. Este ser-objeto pode ser alvo de quaisquer tipos de

⁶ Quando tratamos de relações entre lésbicas que reproduzem o denominado “modelo patriarcal heteronormativo – Cis”, geralmente é aquela classificada como “sapatão ou machuda ou boy” que assume o estigma da

agressão em caso de frustração dos desejos do *bofe* ou ainda quando isto custa ou poderia via a custar algum tipo de desonra social. Segunda a autora citada honra e vergonha seriam dois pólos que norteadores de hierarquizações sociais dos indivíduos (ROHDEN 2006). Rohden encontra-se dialogando com dois outros teóricos *Peristiany J.*(1971) e *Pitt-Rivers*(1979), e para este último a honra está ligada ao masculino e a vergonha ao feminino. Estes esquemas teóricos contribuem para compreensão do ato de violência aqui em foco e as reações que tive *a posteriori*, bem como explica o estigma do feminino em LGBT nestes casos mais comuns em *gay* efeminados, travestis e transexuais.

O fato de explicitar este acontecimento como prelúdio à própria estruturação dos fundamentos da pesquisa pode ser pensado como uma auto-vitimização, categoria não utilizada neste trabalho, inclusive. Entretanto, ao verificar a reação de parte de meus familiares, especialmente, ficou a impressão de que o acontecimento seria apenas consequência naturalizada daqueles que assumem a identidade LGBT, coadunando com as diversas experiências de agentes deste trabalho que enfrentam as violências, praticadas individual ou institucionalmente, onde o contexto familiar apareceu como espaço social privilegiado da percepção.

Dessa forma, o paradoxo entre o que sentia com o emergir radical de uma identidade sexual e as práticas de negação momentânea gestou em mim de forma lenta o despertar e o reconhecimento de preconceitos que não se configuravam mais como projeção do outro sobre mim, mas como reflexo interiorizado dessas formas pré-concebidas e de não aceitação que mesmo para um homossexual assumido na família, entre os amigos, no campo do trabalho ou meio acadêmico, parece inegável. Ainda carregava um pesado *armário* usado para esconder “o defeito que representa a homossexualidade”.

Ao sair do pronto socorro localizado no Bairro Parque das Laranjeiras, na companhia de outros amigos do curso de Pós-graduação e do trabalho no IFAM, fomos de imediato fazer o registro policial, B.O. (Boletim de Ocorrência). Ao chegarmos à delegacia, fomos mal recebidos por um policial civil em final de carreira, que chamou uma escrivã para que registrasse o fato. A mesma durante o relato demonstrou seu preconceito com gestos corpóreos, quando solicitou o endereço e falei que não lembrava completamente, de forma ríspida falou *isso é o que dá se envolver com gente que nem conhece direito*. Por mais que de

inferioridade social, mesmo que internamente a mesma reproduza o papel de homem e, portanto, do poder de violência.

alguma maneira houvesse razão, senti em sua opinião o peso do preconceito devido à sua ilegitimidade de poder me ralhar e considerando que tremia de forma descontrolada, pelo susto, ferimentos e ao mesmo tempo pelo misto de saber que tinha abeirado a morte, seria razoável perceber que o momento de debilidade em que me encontrava não seria o mais adequado para discursos moralizantes.

Na sequência, a mesma escrivã, enquanto imprimia o B.O e nos mandou esperar a chegada do delegado plantonista para que o mesmo assinasse o registro, passou a cantarolar uma música do repertório romântico de Roberto Carlos com firme intenção de insulto. Creio ser incomum alguém que tem em sua presença uma pessoa enfaixada, o corpo com picos de tremores causados pela dor e pavor sinta o desejo a cantar. No momento em que encontrava os *agentes sociais* que contribuíram com a construção deste trabalho, me identificava com os relatos de experiências trágicas e de percepções pormenorizadas sobre a relação com LGBT'S.

Até este momento, que me causou repulsa, não se poderia estabelecer o julgamento de que o aparelho policial e jurídico cultive em suas entranhas quaisquer tipos de preconceito sexual/gênero institucionalizado. Mesmo que seja necessário registrar a morosidade do processo, registrei o caso dia dezoito de março e realizei o exame de corpo de delito em dezenove do mesmo mês. Entretanto, somente no mês de abril quando fui à delegacia e me propus a acompanhar os policiais até casa do acusado é que ocorreu o seu depoimento; senti necessidade de recorrer a amizade de um médico do IML (Instituto Médico Legal) para que fosse dada celeridade à expedição do meu exame, momento em que o mesmo foi enviado à delegacia, desencadeando a tramitação do processo rumo ao poder judiciário. Em visita a delegacia para tomar ciência do processo, comunicaram-me que ao analisar o exame de corpo de delito, a Delegada titular havia aberto um T.C.O (termo circunstancial de ocorrência), pois a mesma havia considerado que o caso não era suficientemente grave para abrir um inquérito policial. Em virtude de minha ignorância quanto aos dispositivos jurídicos, mesmo com convicção de tratar-se de uma “tentativa de homicídio” acabei ficando calado e não esbocei qualquer reação.

No dia vinte e cinco de Junho de 2014 recebi convocação para comparecer ao Fórum Azarias Menescal de Vasconcelos. Ao chegar à sala indicada constatei tratar-se de uma sala de conciliação. Devido a um conflito de horário do agendamento e o não comparecimento do

acusado, a sessão foi adiada e remarcada para o dia sete de Janeiro de 2014, sendo efetivada sem a presença do acusado. Argumentei com o servidor do tribunal responsável pela mediação se era cabível conciliação em casos de tentativa de homicídios, e o mesmo decidiu ler o processo. Após leitura apenas comunicou-me que iria encaminhar ao Ministério Público. O Ministério Público reenviou ainda no mês de janeiro o processo para a Delegacia para refazê-lo. Dia três de Fevereiro finalmente as testemunhas foram ouvidas.

Bourdieu em seu texto *A Força do Direito e o Poder Simbólico* (2007) apresenta a *impressoalidade e a universalidade* como princípios da retórica do campo jurídico que lhe atestam feição de *autonomia, neutralidade e universalidade* (BOURDIEU, 2007 p. 216). Entretanto, como pôde se verificar a Delegada, que necessariamente possui formação em Direito, desconsiderou o crime do qual fui alvo, atribuindo o mesmo peso que se atribui aos crimes de calúnia ou injúria. Outro aspecto que se relaciona ao caso em questão encontra-se na centralidade das audiências de conciliação que conseguem enquadrar um pretendo homicida e o “sujeito” sobre o qual o intento foi empreendido. Laura Nader em seu artigo “Harmonia Coercitiva” descreve a criação da ADR (*Alternative Dispute Resolutions*) como uma passagem nos Estados Unidos “de uma preocupação com a justiça para uma preocupação com a harmonia e a eficiência, de uma preocupação com a ética do certo e do errado para uma ética do tratamento, dos tribunais para a ADR” (NADER, 1994 p.20).

Assim, quando Foucault afirma que não existe algo “unitário ou global chamado poder, mas formas díspares, heterogêneas em constante transformação” (FOUCAULT, 1988 p.10) pode-se observar que no campo jurídico os conflitos internos refletem os conflitos sociais. Assim, enquanto o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), em 2013, determinou aos cartórios realizar contratos matrimônios entre pessoas do mesmo sexo, temos em uma delegacia do Bairro Jorge Teixeira em Manaus tratamento diferenciado em um caso de violência contra LGBT. Fato que exigiu parecer do Ministério Público para que fosse feito o trâmite. Em outras palavras, relativa independência ou autonomia da periferia com relação ao centro representa que as transformações ao nível capilar, minúsculo do poder não estão ligadas necessariamente às mudanças ocorridas no âmbito do Estado (FOUCAULT, 1988). Significa que as mudanças sobre as questões ligadas aos direitos dos LGBT’S não podem ser pensadas como uma conquista vinculada somente a conquistas de direitos no âmbito do Estado, mas nas práticas e relações de poder em termos microfísicos.

Para Mott (2004) a prática da “homofobia” tem se configurado como questão inerente às relações sociais no Brasil, visto que as “forças simbólicas” (grifo meu) agem no sentido de negar os direitos à plena cidadania dos “homossexuais” e a violência tem sido praticada de forma banalizada contra pessoas LGBT por todo o país. Dessa forma, para ele, o campo acadêmico não se desvincula do campo da militância social no combate à homofobia e suas práticas. Tal perspectiva considera que o puro academicismo desvinculado da concretude da vida das pessoas, subalternizadas, oprimidas, dominadas, parece inócuo, pois não contribui nos processos de conflito rumo às mudanças sociais de inclusão, postuladas no texto *Reconhecimento sem Ética* (2007) como processos de *Reconhecimento e Redistribuição* (FRASER, 2009).

Este prólogo em uma tese de doutoramento me parece algo inadequado à tradição acadêmica, no entanto, ele tem a finalidade organizar as múltiplas dimensões de significados que uma ordem de fatos tem adquirido no contexto da pesquisa, implicações que certamente eu não terei condições de percebê-las em toda a sua extensão, muito menos de analisá-las. Esta tarefa será realizada como um “puxirum”, ou como trabalho coletivo, sempre aberto a novas interpretações e contribuições.

Por essas significações e implicações perpassarem questões de ordem subjetivas, elas marcam o trabalho de pesquisa e evidenciam dimensões externas, cuja previsão seria mera especulação. A decisão de iniciar esta textualização narrando fatos ocorridos recentemente comigo, evita, pelo menos, a construção de um trabalho pautado em uma racionalidade metafísica ou positivista, negando que “sujeito” (no caso aqui me refiro a mim como pesquisador) e objeto estejam entranhados, misturados compondo uma totalidade. A pesquisa não se configurou, portanto, numa racionalidade que trata casos de violência e lgbtfobia como coisas rarefeitas, abstratas e vazias, pelo contrário, se pautou pela concretude de relações reais de existência, compreendendo atos de transgressão com ataques ao direito elementar à vida. O trabalho de pesquisa, neste sentido, pautou-se na fundamentação dos conceitos que norteiam o trabalho e na reflexividade, como aporte teórico que marca esta reflexão detida sobre violência contra LGBT em Manaus.

O relato aqui descrito além de contextualizar a construção desta pesquisa, traz em seu bojo algumas questões cruciais para pensarmos os processos de violentação de LGBT’S em Manaus. A primeira delas é a patente realidade de violência registrada envolvendo relações

homoafetivas. Esta modalidade de violência é distinta daquela que se observa por uma modalidade de lgbtfobia ideológica que se caracteriza por uma oposição ou enfrentamento direto aos LGBT'S: ataque a um *gay* com o uso de lâmpadas fluorescente ocorrido em São Paulo em 2013 ou o caso de expulsão de *Amazonas* de sua própria casa em Manaus⁷.

No campo político a câmara municipal e a assembleia legislativa tem desempenhado papel lgbtfóbico de forma ampla e irrestrita. Assim, pode-se afirmar que Manaus tem pautado a violência contra LGBT sob diversas modalidades: da *afetiva a cognitiva* em nome da manutenção dos padrões heteronormativos - Cis e androcêntricos. Com seu elevado índice de homicídios em Manaus⁸, a lgbtfobia possui causas difusas, mas que podem ser compreendidas simbolicamente como oriundas da dominação masculina – machismo e o heterossexismo. Tais princípios parecem autorizar a prática de violência e desencadeiam processos legitimadores oriundos de Instituições do Estado e religiosas.

Rush Geoffrey afirma que a tragédia é um desastre “definitivo e impressionante por causa de um fracasso imprevisto ou não percebido entre pessoas”. Contudo o trágico, segundo ele, pressupõe respeito e compaixão. Mesmo que Eagleton (2014) classifique como esdrúxula esta ideia, não se pode negar que as mortes de LGBT'S estão bem distantes de produzir práticas radicais na sociedade de não aceitação dessa modalidade de violência. Isto não significa que não haja entre os familiares e amigos dos assassinados sentimento de tristeza, observáveis cotidianamente nos velórios de LGBT'S, em falas e performances entre os *agentes sociais* aqui pesquisadas. Todavia, os sentimentos de naturalização social a respeito desse fenômeno são facilmente observáveis.

Este trabalho que, de acordo com o que será exposto adiante, tem em Hanna Arendt e na sua percepção de violência um dos pressupostos de reflexão e crítica em relação aos acontecimentos trágicos contra os LGBT'S, coaduna-se com aquilo que postula Slavoj Zizek, considerando a indústria como matriz econômica do Amazonas: “a violência extremamente caótica da vida industrial ‘moderna’, dissolvendo estruturas civilizadas tradicionais, é diretamente vivenciada como o retorno da violência bárbara mitopoética primordial reprimida pela couraça dos costumes” (ZIZEK Apud EAGLETON, 2014 p. 286). O “fim trágico” quase

⁷Amazonas compõe o elenco de agentes que contribuíram com a realização deste trabalho. Portanto, adiante a mesma será apresentada de forma mais profunda.

⁸De acordo com os dados expressos no I Capítulo, intitulado Violência Contra LGBT: Dispositivo de Mobilização.

extermina esta pesquisa pautada no drama que circunda de forma muito comum à vida dos LGBT'S e a tragédia marcada pelo genocídio praticado contra eles. Ao considerar a violência como reação e dispositivo dos processos de resistência e enfrentamento da violência simbólica, me colocou na condição de afirmar: *já que o fim não se deu, sigamos!*

O desafio de pensar a reflexividade e, acima de tudo, praticar a “reflexividade reflexa” no trabalho antropológico encontra-se espalhado por todas as etapas de descrição etnográficas. Tem sido presente na inserção neste trabalho de pesquisa visando adquirir informações que pressuponham a diferenciação não-hierarquizada entre os *agentes*, a noção clara de que o antropólogo não é mais o detentor da “chave de interpretação” cultural de outras sociedades ou mesmo da sua. Em outros termos, o princípio da verdade que norteou a tradição da filosofia desde os gregos e embasou a crença cientificista na modernidade não passa, na atualidade, de umas pluralidades de interpretações fundamentadas.

O antropólogo como especialista possui, ou deveria praticar, a capacidade de reflexividade. A proposição de Bourdieu possui o antídoto que combate as “imagens simplistas e unilaterais” determinadas pelo “ponto de vista único, dominante, em suma quase divino, no qual se situa geralmente o observado e também o seu leitor” (BOURDIEU 2011 p. 11). É premente para se compreender a perspectiva de Bourdieu, substituir a concepção de macro sociedade pela concepção de campo, como espaço criado e delimitado, no qual as percepções são multilaterais, e todas com força explicativa. Ganha espaço primordial no trabalho de Bourdieu a memória coletiva, a biografia coletiva, distantes das ilusões biográficas. Nesta práxis a eliminação de qualquer forma de dissimetria entre o pesquisador e os *agentes* pesquisados torna-se fundamental na procura de minimizar ao máximo a violência simbólica.

Todavia, isto não representa a diminuição ou extinção do papel compreensivo do cientista social, pelo contrário, o campo em Bourdieu é espaço social percebido e controlado pelo cientista que desenvolve sua pesquisa por meio da reflexividade. Para o mesmo “só a reflexividade, que é sinônimo de método, mas uma reflexividade reflexa, baseada num ‘trabalho’, num olhar ‘sociológico’, permite perceber e controlar o campo, na própria condução da entrevista, os efeitos da estrutura social na qual ela se realiza” (IDEM, p. 694).

Pode-se observar que a reflexividade aqui nem de longe pode ser confundida com um perspectivismo relativista nem tão pouco com uma auto biografia, pois o cientista reflexivo

deve ser o retrato do esforço para conhecer e dominar o mais completamente possível seus atos, inevitáveis, de construção e os efeitos que eles produzem também inevitavelmente. Bourdieu esclarece que sem isto, o trabalho do cientista não passaria de um cinismo.

Em suma, a “tentativa de homicídio” da qual fui alvo, não pode ser a experiência definidora do fio condutor sob o qual o pesquisador e a pesquisa deveriam nortear-se, tão pouco tal experiência teria que ser negada, suprimida das múltiplas experiências teóricas e práticas da relação entre pesquisador e os *agentes* sociais pesquisados. Neste sentido, o esfaqueamento sofrido pode ser fonte de profunda capacidade de entendimento nas questões de espancamento, perfurações e homicídios de LGBT; o tratamento recebido na delegacia, que leva o lesionado sentir-se o culpado da violência sofrida pode permitir a análise desses contextos de legitimação da violência contra LGBT que estão presentes na vida cotidiana e, portanto na família, hospital, escola ou na delegacia de polícia. Imaginemos um “sujeito” que busca ajuda médica, policial ou da justiça e trata-se de um (a) LGBT sem instrução acadêmica, alijado (a) do mercado formal de trabalho. Como deve ser o tratamento dispensado a ele?

A formação acadêmica produz condições de possibilidade para que o pesquisador refletindo sobre suas próprias experiências possa contribuir para uma leitura crítica das experiências alheias. Este pressuposto consiste por si mesmo num determinante para a compreensão sociológica que perpassa as diferentes etapas da pesquisa.

O trabalho antropológico se apresenta, pois como um como desafio constante e profundo marcado primordialmente por sua relação de legitimidade e ilegitimidade patente. A descrição etnografia impõe sobre si mesma a reflexão sobre a autoridade ou validade. Observar, descrever e interpretar exige sempre que o “modelo racional” do pesquisador busque colocar seu ouvido e seu olhar numa dimensão de alteridade radical. Esse dilema é alvo, em diferentes abordagens, dos trabalhos de James Clifford, Bourdieu, Crapanzano entre tantos. Sendo realidade que a relação do etnógrafo com o nativo exige o uso da reflexividade, construir conhecimento neste campo onde o pesquisador e nativo se fundem em uma mesma pessoa inequivocamente impõe à textualização o desafio de não realizar apenas fragmentação autobiográfica e/ou psicológica.

INTRODUÇÃO

Em tentativa de desenvolver, no doutoramento pesquisa que pudesse representar certa trajetória de pesquisa, apresentei ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas – PPGAS – UFAM (Programa De Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas) no ano de 2011, projeto intitulado *O combate ao Mal na Zona Leste da Cidade de Manaus*⁹ que tinha por foco analisar os confrontos fronteiriços entre concepções de bem e de mal nas noites da Zona Leste da cidade de Manaus. A dimensão festiva das noites dessa região e as relações de complementariedade e conflito com o proselitismo evangélico por meio de pregações noturnas, entrega de santinhos, venda de doces e pelas famosas vigílias¹⁰ noturnas em templos da região. No decorrer das disciplinas cursadas no PPGAS e com o amadurecimento no processo de entrada no campo, chamava atenção a intensa presença de LGBT’S nestes locais de festa nas imediações da Avenida Altaz Mirin conhecida popularmente por Avenida Grande Circular. Outro fenômeno que se configurava como rotineiro era o combate religioso a estas festivas e práticas noturnas, baseadas em verdadeiras campanhas antimundanas¹¹, por meio de discursos e práticas pentecostais e neopentecostalismo enfrentamento *ao mal*: consumo de álcool, cigarro, cocaína, prostituição (...). De forma mais ampla este combate existe em

⁹O referido estudo antropológico é resultado de processos de construções e desconstruções, continuidades e rupturas no Campo da pesquisa, inicialmente vinculado ao Programa de Pós Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA – UFAM, no qual cursei o Mestrado, no período de 2005 - 2007. Estabelecer este período como marco genealógico do atual trabalho, tem apenas a finalidade de não buscar em tempos mais longínquos a origem desta pesquisa. O trabalho desenvolvido na pesquisa de Mestrado esteve vinculado à análise do processo de conversão⁹ às Igrejas Evangélicas Pentecostais e Neopentecostais no Brasil e no Amazonas. O local onde se realizou a prática de campo foi a Zona Leste da Cidade de Manaus, com moradores desta região, sendo o critério básico de seleção dos sujeitos da pesquisa o fato destes, à época, terem aderido à prática religiosa em igrejas evangélicas pentecostais e neopentecostais. Estes sujeitos foram os tratados como neoconvertidos. A pesquisa verificou que o processo de urbanização trouxe em seu bojo a efetivação de novas formatações éticas, onde a matriz católica brasileira perde espaço para formas mais dinâmicas, burguesas de cristianismo. O trabalho buscava analisar a percepção dos sujeitos que vinham de outras matrizes religiosas ou que não tinham prática religiosa ligada a alguma Instituição ou doutrina e optavam pelas Igrejas Evangélicas. Dentre as conclusões do trabalho ficou evidenciado que a adesão ao pentecostalismo ou ao neopentecostalismo tomava a conotação subjetiva de combate aos males que afligiam a personalidade do convertido, bem como de sua família ou contexto social. Falar de maniqueísmos neste contexto, não parece anacrônico, apenas estamos falando de formas contemporâneas de dicotomias radicais entre o bem e o mal, Mesmo que na concretude das vidas das pessoas isto não seja nada simples, transparente ou organizado. No Primeiro Capítulo exponho os elos históricos desse processo que estabelece certa continuidade entre os trabalhos do mestrado e esta tese.

¹⁰ No momento de construção do Projeto realizei o clássico *Survey* Malinowski e neste momento era prática bastante disseminada na Zona Leste de Manaus a realização de cultos noturnos que varavam a noite – estes eventos de oração e louvor eram classificados como vigílias.

¹¹ O termo justifica-se na medida em que os evangélicos estabelecem um divisor entre convertidos e não convertidos. Neste sentido, os evangélicos representam o grupo que saiu do mundo, neste caso mundo equivale a pecado; os não-convertidos, inclusive fiéis católicos, são aqueles que fazem parte do mundo, portanto, vivem no pecado.

diversos espaços da sociedade por meio de variadas formas como a das pregações proferidas por pastores realizadas de forma muito intensa nos espaços televisivos como o “Ministério Vida em Cristo” liderado por Silas Malafaia¹².

O encontro propedêutico entre as duas propostas de pesquisas, se deu na seleção do local da pesquisa a Zona Leste da cidade de Manaus.– cidade que atualmente superou a número de dois milhões habitantes, que cresceu de forma desordenada em decorrência do empreendimento Industrial – PIM (Polo Industrial de Manaus) tornando-se a maior concentração populacional do Norte do País. Neste interim, durante o processo de maturação teórica e entrada no campo empírico da pesquisa, os LGBT foram ganhando o protagonismo na pesquisa, considerando o intenso processo de homicídios no Amazonas, especialmente em Manaus, e a forma simplista e maniqueísta como esses homicídios era e são explicados pelos grupos sociais. Tal forma se assemelha ao juízo naturalizado que se tem do extermínio da juventude empobrecida em Manaus, ou seja, o fato de uma pessoa ser LGBT em muito permite a legitimação de seu homicídio, assim como possuir envolvimento com o tráfico de drogas naturaliza o cotidiano ato de descarregar armas de fogo em jovens e adolescentes.

O estudo sobre LGBT também foi fomentado por meu amigo e companheiro de Pós Graduação – mestrado e doutorado, Alvatir Carolino, que em nossas conversas atentou para minha proximidade holística do tema ligado aos direitos dos LGBT’S. Dessa forma, processualmente, os LGBT’S passaram a constituir como os *agentes sociais* centrais da pesquisa. Não custou muito para abrir-se um novo olhar sobre a situação de afirmação identitária LGBT em Manaus que tem produzido um processo de recrudescimento e/ou visibilização da violência que atinge estes *povos*, o que torna o fenômeno uma questão-desafio premente em várias frentes. O meio acadêmico inclui-se, inequivocamente, nesta problemática social, pois mesmo que seja possível trabalhar estes acontecimentos como quimera, ou apenas vinculando à outros aspectos não relacionados à intolerância, penso não ser a forma mais indicada, considerando a concretude dos afetados pela violência- simbólica, moral e física e neste sentido o campo acadêmico possui dever ético de dar sua contribuição contrária a quaisquer formas de intolerância e violência.

¹² O referido Pastor é de formação da Assembleia de Deus, atualmente possui seu próprio Ministério Religiosos. Muito conhecido nacionalmente por seu discurso propagado na mídia, marcado por rígido conservadorismo, posicionando-se claramente a favor de políticos que defendam os valores morais da família heteronormativa e as regras do capital.

Após esta redefinição o projeto começou a ser desenvolvido, sob a orientação do Professor Alfredo Wagner e teve, após alguns meses de desenvolvimento, a experiência registrada acima, que não sei se contribuiu ou não com a execução do trabalho, mas sem dúvida, jogou-me de forma abrupta e inexorável dentro do “olho do furacão”, impedindo-me de realizar uma pesquisa pautada em certo distanciamento do objeto de pesquisa; desconstruindo por completo as velhas bases da objetividade científica, me deixando num emaranhado complexo de difícil definição de elementos – os agentes; o objeto e o pesquisador.

O título do trabalho de deu como processo de parturição considerando os diversos momentos com distintas nomenclaturas. Contudo, a maturação teórica e o exercício do trabalho de campo culminaram com o título a seguir: *VIOLÊNCIA CONTRA LGBT'S EM MANAUS E AS AGENCIAS DA RESISTÊNCIA E DO ENFRENTAMENTO: Estudo de uma disputa assimétrica dos campos territoriais da Moral e do Direito*. Significa que esses dramas e tragédias discutidos em textos como *doce violência* de Terry Eagleton (2013), trabalho que pelo estudo da arte desenvolve certa historicidade conceitual do trágico, que em si não podem ser escondidas e negadas. Neste trabalho de pesquisa esses dramas e tragédias passam a ser compreendidas como processos sociopolíticos, onde se estabeleceu como princípio que a violência além de ser pensada como potencialmente mobilizadora de *agentes sociais* das organizações, é também consequência dialética da própria resistência ao androcentrismo e a heteronormatividade/Cis naturalizados. Neste sentido, os atos em si e a dimensão de visibilidade desses atos de violência apontam mais para um conflito territorial do campo da moral e do direito.

Esta tese, portanto, postula a existência concreta de agentes individuais ou organizacionais que emergem como vozes e práticas insatisfeitas como sua subalternidade¹³ e negação de seus direitos. Portanto, mesmo que se considerem aspectos culturais e sociais, defende-se o princípio de que violência moral e física, defendida aqui como pratica reativa a construção de outras edificações simbólicas distintas da heteronormativas/Cis resulta na produção de novos *habitus*, marcados por agentes questionadores, críticos e atuantes.

O mesmo decorre das condições empíricas de Manaus, que possui estatísticas elevadas de acontecimentos de violência contra LGBT, sendo os homicídios casos recorrentes que

¹³ De acordo com o texto de Spivak intitulado **Pode o subalterno Falar?**

colocam a capital em patamar elevado nacionalmente quando tratamos de tipo de violência¹⁴. Frente a isto, a pesquisa produziu algumas questões problematizadoras para analisar a realidade de violência no Brasil e mais especificamente no lócus desta pesquisa, a cidade de Manaus:

Os acontecimentos intensos de violência física, de homicídios em Manaus refletiriam a permanência residual de um modelo de sociedade pré-cartesiana ou nos moldes “orientais” de ausência da categoria “sujeito”, ou seja, da incompletude de determinado projeto de Modernidade? A esta questão se verificou teoricamente que o projeto de modernidade manteve-se fechado aos princípios de determinada autonomia, liberdade e igualdade dos fundamentos burgueses; possivelmente a efervescência científica tenha possibilitado ideias transgressoras da ordem de gênero e sexual e tenham contribuído na resistência “homossexual” no Ocidente. Outra questão que se atribui a este contexto dos pressupostos da “modernidade” encontra-se no fato da primazia do Direito individual em detrimento do Direito coletivo, realidade que permite a alguns LGBT’S maior inclusão social que a outros, para ilustrar.

A violência contra LGBT seria resultado do processo de ruptura da imposição heteronormativa/Cis de dominação masculina, que poderia ser compreendido como uma crise de poder, situação que, segundo Arendt (2014), gera a necessidade do uso da violência como tentativa de recuperação do poder perdido? Em sentido mais restrito como analisar a recorrência dessas práticas nacionalmente e em Manaus? Será que o avanço dos grupos *patrimonialistas, religiosos e punitivistas*¹⁵ no contexto mais amplo da sociedade e composição das forças políticas partidárias possuem relação com a violência ou com a legitimidade da mesma? Neste sentido, verificou-se a dialética da violência como reativa conservadora e como dispositivo mobilizador.

A intensificação ou simplesmente o processo de maior visibilidade da violência *simbólica, moral e física* contra LGBT impôs à pesquisa a necessidade de descrever esses episódios, marcados por dramas existenciais e por tragédias, que objetivaram, por meio da

¹⁴Conforme apresentação de dados exposto no primeiro capítulo, na sessão 1.2.4 - Violência Contra LGBT: Dispositivo de Mobilização.

¹⁵No decorrer do trabalho apresentarei de maneira mais detalhada esses grupo e como se chegou a esta classificação. Aqui pontuo tratar-se da composição parlamentar no Congresso Nacional: 1 - Defensores da propriedade privada; 2 – Defensores da Indústria da arma; princípios fascistas; de endurecimento das leis punitivas em detrimento das leis que democratizem o acesso aos bens; 3 – Defensores da família heteronormativa e de dogmas atribuídos ao cristianismo

descrição etnográfica, construir elementos de compreensão das realidades empíricas para se analisar socialmente este fenômeno, posta aqui como mais um *ponto de vista*, reconhecendo, portanto, que outras explicações sejam possíveis e plausíveis.

O trabalho de campo e o arcabouço levaram-me a compreender o fenômeno da violência como prática ampla e complexa. Ampla no sentido poder ser vislumbrada como *simbólica*, como violência consentida, a partir da estrutura androcêntrica e heteronormativa imposta, *moral* à medida que os *agentes LGBT'S* buscam resistir, enfrentar e quebrar estas estruturas. Tais práticas produzem certo tensionamento que aponta para a ordem dos conflitos sociais. No bojo dessas tensões conflituosas, a violência descrita aqui como *moral* é facilmente percebida por meio de práticas de preconceito, exclusão, submissão e humilhações verbais, onde o simples fato de um “indivíduo” ser LGBT¹⁶, em determinados contextos, o leva a ser classificado como uma personificação do mal.

A partir da construção simbólica maniqueísta, quaisquer formas de agressões à integridade psíquica ou física de LGBT'S podem vir a ser legitimadas e naturalizadas. A violência reativa e dialética que por vezes resulta no extermínio de muitos LGBT'S, podem ser entendida como resultado da perda de poder como preconiza Arendt (2014), mas não será entendida como o fim da política como postula a mesma autora. Nesta pesquisa observou-se que a violência empiricamente praticada reflete em si a ausência de qualquer racionalidade, no entanto, socialmente a mesma prática de violência reverbera no fortalecimento da mobilização e organização dos LGBT'S, ou seja, a luta¹⁷ por reconhecimento como igualdade de *status* se consolida (FRASER, 2007).

O desfecho teórico desta pesquisa se deu a partir de determinadas práticas elementares que canalizaram o trajeto a ser percorrido: Fundamentaram-se teoricamente em pressupostos que visaram construir bases confiáveis de análise e compreensão da violência que atinge os LGBT'S em Manaus; outra dimensão foi o de identificar as organizações do *Movimento*

¹⁶ A sigla LGBT será grafada em minúsculo quando se referir a determinada particularidade, pessoalidade, “individualidade”.

¹⁷ O conceito de luta que farei referência também neste trabalho é o tratado por Max Weber (1994, p. 23), que ressalta: luta denomina-se uma relação social que tem as ações orientadas por uma disputa, onde as vontades se opõem, uma querendo sobrepor a outra. Nessa relação um lado tenta resistir. A luta pode ser pacífica, sem que haja “Violência física efetiva”, também há uma concorrência regulada quando seus fins e meios se orientam por uma ordem. Weber destaca a luta pela existência, que envolve as ações que visam a sobrevivência.

*social*¹⁸ LGBT de Manaus e posteriormente, desenvolver atividade etnográfica por meio participação das reuniões do Fórum LGBT Amazonas, em especial. Esta organização congrega diversas associações de segmentos LGBT'S. A partir de 2015 o trabalho de campo buscou acompanhar as atividades da Aliança Amazonense LGBT, entidade que passou por um processo de reativação após uma clivagem dentro do Fórum em 2014.

Noutro polo da pesquisa desenvolvi descrição etnográfica de situações de violência simbólica, moral, física e de homicídios. Pontuo que, propedeuticamente, a pesquisa intentava focar unicamente no estudo das mortes de LGBT'S, mas o arcabouço teórico e a experiência do campo me indicou que a morte entre LGBT'S costuma ter caráter desfecho de processos de práticas preconceituosas, muitas delas com histórico inclusive de agressão física, mesmo que não se trate aqui de um postulado mecanicista evolucionista. Esta síntese ampliou a pesquisa, aumentou seu desafio, mas possibilitou, por outro lado, pensar de forma mais integral esta problemática. Dessa forma, o desenvolvimento e o desfecho desta pesquisa lhe confere o caráter de trabalho de antropologia política, seguindo o indicativo da possível aliança entre *reconhecimento e redistribuição*.

A pesquisa possui pressupostos de análises advindas do multiculturalismo de Charles Taylor, *Multiculturalismo* (1994) e das reflexões do debate sobre reconhecimento e da redistribuição de Nancy Fraser, *Reconhecimento sem ética* (2010). Isto significa que pensar a condição LGBT passa necessariamente pela condição identitária e pela condição de classe, haja vista, que os LGBT'S *notáveis*¹⁹ possuem maior “blindagem” social em relações as práticas preconceituosas e de violência.

Para se pensar a categoria Violência, consideraram-se diversos autores, o trabalho buscou discutir as relações de dominação simbólica em Bourdieu por meio de textos como *O Poder Simbólico* (1994) e de forma especial *A dominação Masculina* (2014); as ideias de Beel Hooks foram importantes para a superação do prisma da vitimização – *Recusando-se a ser uma vítima*; A categoria violência, foi fundamentada por diversos autores, dentre estes

¹⁸A categoria *movimento social* é entendida nesta pesquisa como ação coletiva de um grupo organizado que objetiva alcançar mudanças *sociais* por meio do embate político, conforme seus valores e ideologias dentro de uma determinada sociedade e de um contexto específicos, permeados por conflitos sociais.

¹⁹O termo, nesta pesquisa refere-se ao contexto de LGBT'S que circundam as esferas de poder político, econômico e ou de prestígio social que, mesmo que por vezes possa-se reconhecer que sejam afetados por formas de preconceito e/ou violência, inegavelmente estão mais protegidos, *blindados* que a maioria dos homossexuais comuns. Cabe nota que esses indivíduos incluídos socialmente, em sua maioria, estão distantes de quaisquer práticas de lutas pelos direitos dos povos LGBT.

ganhou destaque os livros *Condição Humana* (2014) e *Sobre a Violência* (2014) de Hanna Arendt.

O fundamento da reflexão passa por analisar o processo que produziu a dominação heteronormativa/Cis e masculina na sociedade e como o surgimento, no século XX, de uma *identidade gay* produziu processos de violação moral e física não institucionalizada de LGBT'S, no caso do Brasil. Importante pontuar o contexto visto que em alguns países a violação é amparada por lei e até praticada pelo Estado, nestes locais ser LGBT enquanto assumir uma identidade e/ou ser flagrado em práticas “homossexuais” constitui crime. Neste contexto, James Scott em seu livro *Los dominados y el arte de la resistencia* (2000), desponta como interlocutor do ponto de vista dessa pesquisa ao caráter de resistência que os povos LGBT'S representam, ou seja, a violência tendo como pressuposto a resistência da autoafirmação identitária coletiva-organizacional e a resistência como pressuposto da atrevimento “individual” de *agentes* que se auto afirmam.

Considerando que os LGBT'S são entendidos a partir do sua configuração organizacional e que no Brasil estes grupos avançaram tanto em aspectos qualitativos quanto quantitativos pode-se afirmar estarmos em uma disputa conflituosa pelo domínio dos campos da moral e do direito. Quanto à discussão dos elementos que constituem as interpretações sobre “homossexualidade” (LGBT), a fundamentação perpassa o trabalho de Michel Foucault (1984, 1988), a teoria *Queer* de Butler, especialmente por meio do trabalho de Sara Salih, *Judith Butler e a teoria Queer* (2012); como pensamento dialógico interno e em alguma medida crítico à teoria *Queer* Americana; Preciado (2010) em sua crítica a teoria *Queer* contribuiu para fundamentar a perspectiva de identidade postulado neste trabalho. Outro aporte que contribuiu para pensar a “homossexualidade” no contemporâneo se encontrou no texto *Epistemologia do Armário* de Eve Sedgwick (2008); No aprofundamento teórico do processo de constituição da identidade gay o livro *To be gay: história da homossexualidade* Willian Naphis (2006) merece destaque.

Peter Fry e MacReaem *O que é homossexualidade* (1985), contribuíram com determinadas noções sobre “homossexualidade” no Brasil, bem como com o relato de processo dos LGBT'S enquanto *grupo organizacional*, aqui me reportando à perspectiva de Barth (2001) sobre sua concepção de identidade étnica. Esta perspectiva, ajudar a pensar os LGBT'S nesta pesquisa, como unidade étnica, mas sem pressupor qualquer relação de

correspondência simples entre unidades étnicas e as semelhanças e diferenças culturais (BARTH, 2001) ou como grupo cultural homogêneo. Dentro dessa perspectiva de organização, o livro *Sopa de letrinhas* (2008), sobre o movimento LGBT em São Paulo consubstancia o desafio de pensar refletir sobre os aspectos sócio-político-organizacional LGBT.

Heilborn, em seu texto *Ser ou Estar homossexual* (1996), incorpora por meio de estudo etnográfico o diálogo entre antropologia e filosofia, especialmente para se refletir sobre identidade e pós-identidade ou ainda sobre identidades móveis; por intermédio dos textos de Vidal em *Sexualidade e a condição Homossexual na moral cristã* (2008) Prado *Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade* (2012) a pesquisa apropriou-se de alguns referenciais de cunho processual das reflexões teóricas sobre a “homossexualidade” e sobre o preconceito contra “homossexuais”. A discussão sobre “homofobia” embasou-senos estudos de diversos autores, todavia, Prado & Machado (2008) e Borrilo (2010) ganharam destaque: os mesmos apresentam teoricamente as categorias, modelos e padrões das práticas de “homofobia”. Neste trabalho de pesquisa utilizei a categoria lgbtfobia.

Outras produções que contribuem com este trabalho, encontram-se nos textos *O arco e o Cesto in: Sociedade Contra o Estado* (2004); e *Arqueologia da Violência* (2004). O primeiro tem o papel contribuir na produção de algumas noções sobre como as sociedades nativas indígenas lidavam com as práticas que envolviam a superação de ditames biológicos ou culturais numa discussão de gênero e trabalho; o segundo texto possui o papel de embasar a percepção teórica de *etnocídio e genocídio* que norteou este estudo.

A pesquisa também se utilizou de informações jornalísticas sobre violência contra LGBT, buscas no Site do Grupo de Pesquisa de Violência contra Gays da Universidade Federal da Bahia *Quem a homotransfobia matou hoje*; e nos textos *Assassinatos de homossexuais: Manual de coleta de informações. Mobilização e mobilização política contra crimes homofóbicos* (MOTT, 2000); *matei porque odeio gay* (MOTT, CERQUEIRA, 2003).

A violência contra LGBT’S foram analisadas também nas documentações do Governo Federal como do *Brasil sem Homofobia de 2004; Relatório sobre Violência no Brasil Ano de 2011; Caderno de propostas da III Conferencia Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais* (2006). O processo de

identificação dos acontecimentos de violência foi condição preliminar do trabalho etnográfico, a partir disso, desenvolveu-se o trabalho de entrevistas com os *agentes* envolvidos: agredidos, familiares de agredidos ou de assassinados; aparelho policial, aparelho segurança, penitenciário e movimentos sociais organizados.

Como está explicitada no corpo do trabalho, a pesquisa norteou-se por uma gama de autores que fundamentam as discussões teóricas sobre gênero, sexualidade, todavia, Foucault (1984; 1988) são textos que estabeleceram pressupostos a este campo de estudo, o que o colocou em posição privilegiada nesta pesquisa. No campo metodológico teve primazia as categorias fundamentadas por Bourdieu: a noção de *reflexividade*; premissa do *poder simbólico*; as concepções de *campo*, *habitus* e *agente*; a concepção de Estado (2005; 2007, 2011; 2014). Pontuo que a reflexividade contou com a contribuição de outros autores; No aspecto de indicativo de análise social dos pressupostos da liberdade e autonomia ainda marcados pela hierarquização sexual e de gênero a premissa de Louis Dumont sobre a manutenção mesmo que residual de uma “tradicionalidade” que não reconhece os “sujeitos” foi objeto de reflexão.

O caráter de quaisquer pesquisas acadêmicas nos impõe o compromisso o campo do intelecto, no sentido de pensar o campo da pesquisa como produtor de conhecimentos novos que alimente compreensivamente a dinâmica das realidades sociais. É sabido que mesclar o militante e o acadêmico reverbera em uma série de possíveis implicações não somente quanto a legitimidade, mas também a despeito da criação de lacunas que a alma militante pode cerrar a visão e o ouvido quando imbricado em um único ser. Contudo, no decorrer do trabalho demonstro as condições sobre as quais construí esta tese, isto é, em nenhum momento a desvinculei de meus processos como *agente* de múltiplas dimensões sociais.

Dessa feita, há determinadas questões que podem vir a fragilizar o trabalho ou até mesmo serem avaliadas e julgadas como negativas ao bom andamento de uma pesquisa de doutorado: Creio que uma delas se deu na amplitude de *agentes* que estabeleci diálogo por meio de entrevistas: *agentes de resistência* em suas vidas cotidianas, *agentes de enfrentamento* nos movimento sociais, *agentes de Estados* em suas atribuições. Evidentemente que nem todas essas vivências estão contempladas na textualização deste trabalho, mesmo assim o número de *agentes* que se tornam personagens neste trabalho é relativamente grande e, isto, inevitavelmente foi consequência do diálogo interno do

pesquisador militante em que o militante pontuava: *se você está pesquisando violência contra LGBT'S é seu compromisso garantir visibilidade ao maior número de segmentos desse povo.*

O primeiro Capítulo, inicialmente, compreende textualização que pretende construir o sentido desta pesquisa, revelando resumidamente alguns condicionantes históricos que explicam o culminar desta pesquisa. Posteriormente, apresenta algumas pressuposições que justificam a pesquisa e que norteiam conceitualmente o trabalho: a violência como Fato empírico no Brasil e em Manaus; a posição da pesquisa frente a violência enquanto categoria de análise, o olhar reflexivo ao fenômeno estudado; a demanda por reconhecimento desses povos, a compreensão de que os LGBT'S são grupos organizacionais e a fundamentação das formas de preconceito e lgbtfobia existentes.

Pela posição deste trabalho em classificar os “indivíduos” que participaram da pesquisa pela categoria *agente*, seria contraditório não lhes atribuir o protagonismo a aqueles que, para a produção desta tese, também são tidos como *agentes* efetivos e a garantia de execução deste trabalho. Dessa forma, apresentá-los possui a função de maximizar o entendimento da violência contra LGBT, possibilitando acompanhar de forma aproximada teórica e empiricamente. Além disso, apresentá-los reforça o postulado de que estes são *agentes* sociais em situação de conflito, escrevendo as suas histórias e a história da sociedade. Além disso, estes *agentes sociais* ao contribuir com este exercício, considerando as arbitrariedades do campo acadêmicos e/ou as debilidades do pesquisador, possam degenerar e precarizar muito do que eles intencionalmente desejavam transmitir quando se puseram a serviço desta pesquisa.

A partir do acima citado, passei a descrever o processo de construção da pesquisa, suas rupturas e as mudanças realizadas visando atender às novas compreensões que se obtinha no cotidiano de sua realização. Neste contexto, se impôs o desafio de fundamentar e justificar as categorias a serem utilizadas ao se analisar as práticas de violência em sua concretude. Quanto aos *agentes* foram assim subdivididos em *agentes de resistência; agentes de enfrentamento e agentes de estado*²⁰.

²⁰Enfatizo que os agentes desempenham múltiplos papéis, neste sentido a classificação que os colocam em determinadas posições no trabalho tem a função de garantir organização e entendimento demonstrando a especificidade de cada um no interior do trabalho, haja vista que na vida destes como estabelecer quaisquer delimitações: há casos em que um agente de poder poderia ter contribuído do ponto de vista de um agente de Resistência, Enfrentamento ou de Estado.

Agentes de resistência: Compreende todos os agentes sociais que contribuíram com a pesquisa na condição de alvos da violência simbólica, moral e/ou física em Manaus:

I - Agentes vivos:

- 1 - Amazonas lésbica. 46 anos da Zona Norte,
- 2 - Baryshnikovgay, 22 anos da Zona leste;
- 3 - Eros gay 37 anos zona oeste;
- 4 - Tulipa transexual/transgênero feminina 23 anos Zona leste;
- 5 - Psicodélico transexual/transgênero masculino gay; 27 anos Zona Norte;
- 6- Anhangá gay, 32 Zona Leste;
- 7 - Dionísia travesti, 28 anos, Zona Leste;

II – Agentes Mortos:

- 1 – Deusuite, travesti, 26 anos morta por apedrejamento na Zona Norte, segundo o relato de sua mãe Dona *Inocência* - Zona Norte;
- 2 - Hefesto, gay, 33 anos morto por estrangulamento na Zona Leste, segundo o relato de sua mãe Dona *Bondosa* ;
- 3 - Baco 36 anos, gay, morto por estrangulamento na Zona Leste, segundo o relato de seu amigo *Agité*;
- 4 - Sávio, 17 anos, morto por perfuração na cabeça por “arma” tipo enxada na Zona Leste por seu primo e amigo **Lênin**;

Agentes de enfrentamento: compreende todos os agentes que contribuíram nesta pesquisa como: ativistas membros de associações, ONG’S (Organização não Governamental), coletivos, setoriais partidários e outras formas organizacionais dos diversos segmentos LGBT, congregados no Fórum LGBT Amazonas e Aliança Amazonense LGBT:

1 - *Dinká* - é liderança lésbica no movimento LGBT Amazonas, possui atrelamento com o poder público, todavia neste trabalho sua participação se deu como militante social, portanto classificada como agente de enfrentamento;

2 - *Cronos* - Liderança gay no movimento LGBT e sindical do Amazonas; pertence à setorial LGBT partidário;

3 - *Ajuricaba* – Liderança gay no movimento LGBT Amazonas, membro de setorial LGBT partidário;

4 - *Hipócrates*²¹ Liderança heterossexual do movimento LGBT Amazonas;

5 – *Hígia* -Travesti, militante do Movimento LGBT Amazonas; coordenadora do setor de Direitos Humanos – LGBT Amazonas;

Themis, lésbica militante do movimento LGBT Amazonas e coordenadora do setor de Direitos Humanos LGBT da OAB;

Agentes de Estado: compreendido como aqueles que desenvolvem atividades como servidores públicos em quaisquer esferas – municipais, estaduais e/ou federais: Servidores da educação SEMED(Secretaria Municipal de Educação); SEDUC (Secretaria de Educação e Qualidade de Ensino do Estado do Amazonas); SEJUSC (Secretária de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania); SEAP (Secretaria de Estado Administração Penitenciária); Delegacia Especializadas de Homicídios e policiais militares, classificados como PM1 e PM2 evitando exposição considerando que os entrevistei sem a aquiescência de seus superiores²².

A organização dessas categorias que delimitam o espaço de interlocução entre *agentes* e pesquisador possui caráter organizativo e visou possibilitar a construção de certa tessitura que simplificou a escritura e quiçá simplifique o entendimento. A ressalva é salutar pela evidência de que essas posições não podem ser encaradas de forma estanques ou fechadas. *Dinká* é *agente* de Estado e participou desta pesquisa na posição de membra de uma

²¹ Este agente de enfrentamento possui identidade heterossexual, no entanto, segundo o mesmo desde o início tem contribuído na construção dos LGBT'S como grupo organizacional, como *movimento social* no Estado do Amazonas. *Hipócrates*reflete o que mais adiante explicita a respeito das primeiras representações do Estado em nível nacional, aonde agentes heterossexuais conduziam o *movimento social*.

²²Visando salvaguardar as identidades dos Policiais Militares optei pelo uso da sigla PM (Policial militar) com um número ao lado, no caso 1 e 2; todavia os demais agentes de Estado quando aparecem textualmente citados suas identidades reais são explicitadas, visto que após análise observou-se que não houve em suas participações nenhuma posição que lhes causassem constrangimento profissional ou social.

associação de lésbicas que a mesma representa dentro do Fórum LGBT Amazonas, portanto, na condição de *agente de enfrentamento*; *Hígia*, por sua vez, participou desta pesquisa como *agente de enfrentamento* e muito contribuiu com a compreensão, por meio de suas experiências, do preconceito na área profissional enfrentado pelo segmento travesti que a colocaria como *agente de resistência*.

Outra questão pertinente de se expor neste momento refere-se às posições das teorias pós-estruturalistas, pós-identitárias que passaram a ser extremamente consumidas pelo campo acadêmico nos últimos anos, representada de forma vanguardista pela teoria *Queer*. O adensamento da pesquisa demonstra que a crença em identidades definidas, terminadas e sectárias seria considerada, no mínimo, como amadorismo teórico. Todavia, se apropriar dessas perspectivas que desconstróem o gênero e a sexualidade como verdades do contemporâneo impedem a compreensão da realidade em que esses agentes estão inseridos. Primeiro que a violência é reativa ao processo de afirmação identitária, portanto, pressupõe-se que os processos sociais de conflito se dão no estabelecimento de diferenças divisórias, mesmo que a todo o momento essas divisões sejam quebradas e reconstruídas; segundo que a concepção de identidade compreendida, neste trabalho de pesquisa, não se pauta pelas práticas individuais, mas pela afirmação de identidade protagonizada por *agentes sociais*, portanto, como dimensão coletiva e organizacional.

Os *agentes* acima citados representam aos inumeráveis outros, que mesmo não aparecendo de forma direta por meio de suas expressões, contribuíram com este trabalho. Muitos contribuíram por meio de dados hemerográficos, textos de páginas especializadas e outros. Em casos específicos dos homicídios: a morte de um Pai de Santo no bairro grande vitória a terçadadas e a ocultação do cadáver na fossa de sua residência; (acrítica, 01 de maio de 2011); outro Pai de Santo assassinado a facadas por intolerância religiosa por filho de evangélica, quando o mesmo separava briga da mãe do homicida com uma de suas filhas de (acrítica 04 de 2014), foram casos que muito contribuíram para entender as interseccionalidades identitárias que reforçam preconceitos e tornam *agentes* mais vulneráveis a serem alvos da violência²³

²³ Os casos citados acima poderiam ter composto o elenco de histórias sobre violência em Manaus, aglutinando a Interseccionalidade de maneira muito concreta. Todavia, há muitos crimes registrados contra LGBT'S em Manaus que ao se busca estabelecer contato se descobre ser impossível. Várias são as causas – Não possuir parentes na cidade, Morar alugado e não se encontrar referência dos parentes ou amigos; não encontrar agentes

O encerramento do primeiro capítulo deu-se com amostragem quantitativa dos casos de violência no Brasil e em Manaus, sob o pressuposto de que a violência, por mais trágica, mais aterrorizante que possa ser enquanto maculação dos direitos humanos e extermínio de muitos LGBT'S, que em certa medida, represente o fim do político (ARENDT 2014), nesta pesquisa, para além de reconhecer esta dimensão negadora dos princípios formais, que por serem formais não oferece princípio de contradição com o real dado, compreende-se que o aumento dos registros de violência reflete a afirmação identitária dos LGBT por meio de processos de resistência e enfrentamento e de instauração de políticas afirmativas para estes povos. Noutro sentido, o campo indicou que violência e mobilização caminham em concomitância, ou seja, a violência pode ser enxergada como dispositivo mobilizador e organizador neste momento da história.

O segundo capítulo discorre sobre as categorias de violência que foram postulados por esta pesquisa: *a simbólica, a moral e a violência física*. A *violência simbólica* encontra-se fundamentada na perspectiva de Bourdieu, no caso dos LGBT'S, representada pelas formas dominantes de heteronormatividade/Cis que impõem aos mesmos, por vezes a adaptação de muitos padrões socialmente aceitos, ou pelo menos mais facilmente aceitos, condições de negação absoluta das identidades sexuais e/ou de gênero ou as negações parciais de pessoas que se afirmam em determinados lugares e em outros se mantêm dentro do *armário*.

A *violência moral* neste trabalho é considerada como aquela que decorre no momento em que os LGBT'S frente à força da dominação simbólica heteronormativa/Cis afirmam suas identidades de sexualidade e/ou de gênero. A afirmação torna-se prática de *resistência* frente às agressões verbais e as diversas formas de exclusão. A violência física está classificada em duas modalidades: primeira está circunscrita as varias formas de agressões físicas - espancamentos, tentativas de homicídios; (...) e a segunda categoria das práticas de violência que culminaram em homicídios.

O intenso relato de *agentes de resistência* que expuseram experiências de discriminação marcadas por *violência simbólica e moral* dentro do contexto familiar indicou que seria salutar a classificação distintiva assim busquei organizar em duas modalidades: *violência privada*: entendida como aquela que decorre em contextos familiares; *violência pública*: referentes àquelas que ocorrem em contextos institucionais não familiares – escola,

que desejem falar sobre o assunto, comum quando o crime envolve o chamado “acerto de contas” pelo tráfico (...)

igreja, trabalho (...). No corpo textual dessa sessão surge de forma mais contundente a *interseccionalidade* como condição de compreensão das várias modalidades de violência.

A continuidade do trabalho se deu como desenvolvimento de reflexão histórica e compreensiva de duas categorias fundamentais deste exercício: a violência e a lgbtfobia. A violência foi apresentada como princípio importante por diversos autores. A preocupação em realizar tais distinções se encontra no objetivo de demonstrar abertamente o caráter da violência como elemento revolucionário positivo no mesmo sentido que Frantz Fanon em seu livro *Os condenados da Terra* (1997) ou ainda Marx, Engels, Sorel, Lênin e posteriormente ao me debruçar ao diálogo com os princípios sobre violência postulados por Hanna Arendt, que a classifica como prática que eliminadora da política, portanto, nociva. A pesquisa extraiu desse diálogo a síntese que postula que *em si* a violência elimina quaisquer possibilidades política por seu caráter de “irracionalidade”, todavia, no contexto específico do estudo da violência contra LGBT, estes atos apolíticos ou pré-políticos possuem a função de dispositivo de mobilização dos *agentes de enfrentamento e de estado*, por mais que deste último não se possa generalizar. Portanto, num *para si* a violência tem cumprido papel de fundamentar os discursos e mobilizar para a luta contra as inúmeras formas de discriminações.

A categoria lgbtfobia surge no contexto da dinâmica conceitual que o meio acadêmico e organizacional possui. Os primeiros escritos que compõem esta tese estavam pautados na tese da “homofobia”; na sequência tornou-se usual o termo “homotransfobia” visando dar conta das travestilidades e transexualidades. Todavia, este pareceu não ter a força de abrangência que se ensejou e, ultimamente, a categoria *lgbtfobia* tem se constituir senso comum dentro do repertório acadêmico e político sobre LGBT. Nesta etapa do trabalho deu-se primazia aos desafios de demonstrar conceitualmente e empiricamente a plausibilidade do uso desta categoria como condição basilar deste edifício.

O caráter de trabalho antropológico, portanto, pautado nas descrições etnográficas das violências que atingem LGBT’S concretamente na cidade de Manaus é amparado pelo desafio se configurar como antropologia dos conflitos e do direito, na medida em que se expõe as vertentes organizadas de poder político vigentes classificadas em quatro, ao se pensar o contexto estadunidense, – Neoconservadores, neoliberais, populistas autoritários e a nova classe média, traduzidos para o contexto brasileiro em três grupos: *patrimonialistas, punitivistas e religiosos*, na perspectiva de que a reorganização desses grupos se dão em

contexto reativo as ações dos *agentes de resistência, enfretamento* e parte dos *agentes de estado* como dimensão promotora de *conflito territorial assimétrico dos campos da moral e do Direito*. As três categorias adotadas foram resultado da leitura da análise sociológica de Michel Apple (*apud* RODRIGUES 2004) adaptada a realidade do congresso nacional brasileiro exposto em palestra da Deputada Federal do PT (Partido dos Trabalhadores) Erika Kokay na Conferência de Direitos Humanos LGBT 2016.

Dessa forma, ao defender a agencia social e política dos LGBT'S, o protagonismo neste segundo capítulo concentrou-se nos diversos *agentes de resistência: Baryshnikov, Eros, Anhangá, Tulipa, Amazonas, Psicodélico, Dionísia, Baco, Hefesto, Deusuite e Sávio*. Agentes que no decorrer do trabalho etnográfico relataram as diversas formas de como a violência pode atingir LGBT'S em Manaus. De acordo com as referências postas acima a seleção desses agentes considerou o foco do trabalho da diversidade dos LGBT'S. O respeito à diversidade destes povos em alguns aspectos pode amparar acusações de superficialidade, todavia, também pode ser enxergada como trabalho que buscou considerar a diversidade, que no sentido político, são amálgamas sociais. O trabalho refletiu as dores destes como processos únicos, mas que na prática são processos sociais – a violência. Esta se faz presente de forma indistinta quase de forma generalizada na existência deste coletivo de diversidades.

Visando garantir cognoscibilidade, o trabalho aponta para algumas posições teóricas como é o caso da adoção do termo *agente e a noção de identidade LGBT* como constructo sim, mas ponderando os postulados pós-estruturalistas que tornam esta categoria fluida ou líquida. Nesta pesquisa as identidades possuem aspectos da concretude corpórea, possuidora de certa estabilidade, onde ainda se luta pelo direito de se ter uma identidade; a noção de *habitus* de Bourdieu que contribuiu para se pensar essa dinâmica das identidades construídas socialmente, bem como, das formas de preconceitos e violências como elementos também construídos e, portanto, abertos para transformações.

A partir disso, o artesanato textual buscou traduzir a polifonia dos *agentes* que fizeram parte desta construção de forma muito direta ao contarem suas experiências enquanto tocadas pela violência. O capítulo foi organizado de maneira que pudesse refletir as três modalidades de violência sofrida pelo LGBT'S– *a simbólica* comum a todos que compõem estes povos pelo simples fato de nascerem em uma sociedade heteronormativa/Cis; *a moral* – quando estes agentes passam a ser, de alguma forma, violentados por discursos preconceituosos;

agressões verbais; por práticas de exclusão nas famílias, nas escolas e exclusão, inclusive, do direito a salvação praticada nas igrejas cristãs. *Violência Física* – agressões e homicídios tão cotidianos e naturalizados em Manaus. Além disso, apresento duas categorias discricionais da violência na cidade de Manaus – a violência praticada na vivência familiar – *violência privada* e a violência praticada nas demais Instituições - *violência pública*. Esta classificação foi realizada por observar que esta distinção ajudou a refletir e a compreender de forma mais profunda o fenômeno da violência dentro deste estudo.

O capítulo tem seu desfecho com breve sessão onde se reflete algumas percepções práticas policiais e de justiça, sob o postulado da Foucault, sobre a sociedade *disciplinar*, enquanto concepção de que as práticas disciplinares de *agentes de estado* ligados a segurança pública e a justiça penal, são marcadas pela antinomia em relação às legislações vigentes e em consonância com a tradição androcêntrica e lgbtfóbica brasileira.

O terceiro capítulo intitulado *Desafios Identitários, Organizacionais e Sociopolíticos dos LGBT'S*, incorpora a dimensão que visibiliza os *agentes de Enfrentamento e os de Estado* como membros de instituições organizacionais – movimento social e instituições de estado: municipais, estaduais e federais, legislativo e executivo. A primeira sessão teve como objetivo desenvolver reflexão sobre os desafios da identidade sexual e de gênero no Brasil a partir de incursão aos índios *Guayaki* por meio do texto *o Arco e o Cesto In Sociedade Contra o Estado* de Clastres (...). A referida análise comparativa buscou encontrar elementos que fundamentassem algumas pre-noções sobre esta modalidade de identidade entre povos primitivos e sobre a sociedade atual. Este trabalho havia sido realizado por Fry e MacRae no texto *O que é homossexualidade?*

A discussão sobre os desafios identitários dos LGBT'S, mesmo após a criação da premissa das identidades como coletividade, organicidade no período contemporâneo, estes em grande medida continuam a ter restrições de afirmação plena de suas identidades de gênero e sexualidade, fazendo da *Epistemologia do Armário* texto importante para a reflexão da temática. Isto significa que afirmar-se integralmente permanece desafio e que o *armário gay* por sua vez também permanece como local de proteção.

O processo que tem produzido nas últimas décadas movimento antagônico ao *armário* e empreendido a luta afirmativa por direitos se deu na formatação do princípio coletivo de identidade. O princípio em questão foi desenvolvido a partir do momento em que os povos em

discussão passaram a se constituir como organizações sociais. A construção de narrativas histórica sobre o princípio, o desenvolvimento possibilita entender as identidades LGBT'S; a posição que ocupam e os direitos que pleiteiam. Neste sentido, o capítulo apresenta um recorte de cunho sócio histórico do processo histórico de desenvolvimento das organizações dos movimentos LGBT no Amazonas a partir do olhar e da memória dos próprios *agentes de enfrentamento*. Dessa feita, minha inserção no movimento LGBT, em especial no Fórum, possibilitou a construção etnográfica dos processos vivenciados por estes coletivos e ainda me deu a possibilidade de compreensão de constituição histórica do mesmo.

Concretamente a pesquisa foi realizada no Fórum LGBT Amazonas e Aliança Amazonense LGBT, ponto de encontro, interação e aprendizado sobre os diversos segmentos organizados e seus processos de luta. Penso ser importante esclarecer que mesmo que a Aliança tenha sido fundada 2011, no período em que desenvolvia o trabalho de campo a mesma não possuía uma agenda de reuniões e o Fórum naquele período havia aglutinado quase que a totalidade dos coletivos dos segmentos LGBT de Manaus. Em reunião ordinária do Fórum realizada em 2013 *Hipócrates* representando determinada ONG, solicitou o ingresso da referida Associação no Fórum, que passou pela aprovação dos membros do Fórum presentes na reunião. Neste momento organizacional Somente a APO – LGBT (Associação da Parada Orgulho LGBT) estava de fora do Fórum. Em 2015 houve uma nova clivagem no Fórum, devido a um “racha” decorrido em 2014 entre Membros petistas do Fórum por divergências entre o apoio às duas candidaturas ao governo do Estado do Amazonas. Neste momento, a Aliança voltou a ser ativada e passou a realizar algumas reuniões com líderes evadidos do Fórum. Ao todo pelo que fui informado duas reuniões foram realizadas sem contar com minha participação, mesmo assim a Aliança se fez importante para esta pesquisa por ter entrevistado três de seus membros.

Assim, por meio de *agentes de enfrentamento* que se encontram atualmente na Aliança e no Fórum produzi um recorte etnográfico sobre o processo organizacional, pautados por conquistas, derrotas, impasses, clivagens e retrocessos.

Este capítulo textualizou outra face da luta e do conflito assumido pelos *agentes de enfrentamento*, que se encontra no campo político, no confronto e negociação com os aparatos de governo e/ou Estado, aqui orientada pelo texto de Bourdieu *Sobre o Estado* (2014). A descrição etnográfica se deu por meio de entrevistas com *agentes de estado* e consultas a

documentos e legislações. A etnografia demonstra a complexidade dos conflitos de internos, pois não são os *agentes* que coordenam as políticas públicas em direitos humanos que tem impedido o avanço da pauta LGBT. Os governos são compostos de forças heterogêneas e *risomáticas*, que por vezes, colocam os *agentes* e setores em condição de conflito dentro dos governos, produzindo, por vezes, apenas embuste político – governamental. Quanto ao poder legislativo há uma decantação que permite se vislumbrar as forças minoritárias que possuem projeto de redistribuição e de reconhecimento e a as forças majoritárias que representam o patrimônio, os dogmas religiosos e controle punitivo.

Dessa forma, o capítulo traz em seu bojo uma visão panorâmica das ações administrativas dos poderes executivos: municipal – circunscrito à ausência de políticas públicas locais para LGBT, sendo que a etnografia comparou a ação da SEMASDH (Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos) com a premissa aristotélica de que *uma andorinha só não faz verão*. As ações e a participação da referida secretaria em reuniões com o Movimento Social LGBT se deram a partir da sensibilidade individual com a causa e não como promoção de política concreta por parte da Secretaria; Quanto à “política estadual de direitos humanos LGBT”²⁴ descrevi reflexivamente as ações que o Governo do Estado do Amazonas tem empreendido visando o atendimento ao que governo e *movimento social* classifica como “população LGBT”. O questionamento que norteou a escritura dessa sessão foi analisarem que medida o Estado do Amazonas desenvolve política voltada para LGBT’S ou estamos frente a uma espécie de “cala boca” ao movimento social Governo Federal²⁵. Ficou explícita com a *Corrida do Arco íris*, realizada em momento pré-copa do mundo foi a de que estávamos frente a uma ação para *Inglês ver*. O Governo Federal teve espaço privilegiado a medida que as Políticas que os LGBT’S possuem foram empreendidas de forma sistêmica pelo governo federal a partir do Programa do Governo Lula *Brasil sem Homofobia*²⁶.

O capítulo ainda pôs em reflexão a ausência de ações parlamentares voltadas para os LGBT’S. Analisou-se que nas esferas da câmara e da assembleia legislativa não se evidencia ações que sejam norteadas pelo princípio da inclusão ou do reconhecimento destes *povos*. Os parlamentares do Amazonas e de Manaus são em sua maioria conservadores moral. No

²⁴O uso de aspas representa o questionamento sobre a existência de uma política de direitos humanos LGBT

²⁵Governo anterior ao de Michel Temer

²⁶Não se pode deixar de esclarecer que no momento em que estou na revisão final da tese, as políticas de Direitos Humanos está sofrendo um desmonte realizado pelo governo golpista de Michel Temer.

Congresso Nacional, o texto demonstra o intento de poucos parlamentares, deputadas especialmente, que no decorrer das últimas décadas tentaram introduzir legislações a exemplo dos Projetos de Nº 1151/1995; o Projeto de Lei Nº 612, de 2011; O de Nº 122/2006; o Nº 5.002/2013 e do Projeto Nº 7582/2014 que consideravam as necessidades deste povo. Todavia, sem exceções estes projetos têm sido freados pela maioria contrária ao reconhecimento dos direitos que lhes cabem.

O capítulo concluiu-se com breve exposição sobre o campo do jurídico demonstrando que, frente às provocações impetradas por meio de processos onde se expunha situações que demonstravam a ausência de isonomia jurídica, o Supremo Tribunal de Federal - STF em 2011 tornou legítima e reconhecida à relação homoafetivas²⁷, atribuindo vários direitos aos casais LGBT'S pelo Brasil. Em Manaus a interpretação do Supremo tem legitimado a realização dos casamentos coletivos LGBT/heterossexual desde 2014 promovidos pela OAB - AM. Portanto, o capítulo discute e reflete a dialética entre pautas, conquistas e a dimensão dos conflitos sociais recrudescidos singularmente nos últimos anos.

O capítulo IV intitulado “Da Violência lgbtfóbica: instauração do mal e do conflito territorial dos campos da moral e do direito” foi escrito em consonância com as reflexões desenvolvidas no capítulo anterior onde se expôs os desafios organizacionais e a dinâmica das atuações governamentais, parlamentares e de Justiça a respeito reivindicações dos povos LGBT. A premissa desse trabalho de pesquisa de que a violência constitui-se como dispositivo de mobilização possui caráter dialético a medida que se evidencia que o fenômeno da violência contra LGBT se tornou visível a partir da própria organicidade desses povos. Esta categoria tem cumprido o papel de força motriz no engajamento desta causa. Para demonstrar a validade desta hipótese capítulo deu visibilidade ao Caderno de Resumo intitulado *Relatório Final – 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais*, de Junho de 2016.

O texto apresentou todas as propostas, que de forma explícita, cita categoria violência, totalizando 23 propostas. Além de demonstrar a força dessa categoria para o *movimento social* e para todos aqueles que são comprometidos com os direitos humanos, o resultado da Conferência constitui-se o marcador de uma posição política que tem promovido assimetricamente o levante conservador no país, constituindo-se como conflito social. Nesta

²⁷Termo adotado pelo poder judiciário.

perspectiva, a contribuição de James Scott (2004) sobre as formas de resistência dos dominados contribuiu para verificar de que forma o processo de resistência se faz historicamente e como na atualidade, de forma mais intensa e consciente, essas identidades produzem ação e sentido da ação na resistência em manterem-se fora do *armário*.

A dimensão do conflito está marcada por duas posições antagônicas, onde temos os *agentes de resistência e de enfrentamento* na defesa do direito de existir e de ter acesso a plena cidadania e de outro a posição conservadora que estigmatiza os LGBT'S como pessoas dotadas de um mal, inviabilizando o *reconhecimento* produzindo e/ou legitimando práticas de violência. A concepção de bem de mal, da ação boa e da ação ruim é pensada de forma mais abrangente pelo texto de Hanna Arendt *Eichmann em Jerusalém* (1999) onde a análise do processo de avanço nazista na Alemanha e o discurso de defesa de *Eichmann* possibilitam bom arcabouço reflexivo sobre o preconceito e as ações violentas contra LGBT. Ao encontro dessa reflexão Foucault em seu texto *História da sexualidade: o uso dos prazeres* (1984), expressa os processos que levaram a sexualidade ao topo daquilo que representa o mal.

O retorno ao campo da pesquisa desenvolvida no mestrado no PPGSCA tornou-se inevitável, afinal o padrão de normalidade e de anormalidade é legitimado de forma sistemática pelas forças mais conservadoras da sociedade brasileira por meio de hermenêuticas bíblicas. Além disso, a reação contra LGBT'S não se dá de forma difusa, desorganizada e/ou espontânea, pelo contrário, são forças organizadas que tem agido de maneira articulada a outros matizes de conservadorismo, assim o quarto capítulo trouxe breve apresentação e reflexão sobre as vanguardas conservadoras cristãs aglutinadas em movimentos pentecostais e neopentecostais, católicos e evangélicos.

CAPÍTULO I - PRESSUPOSTOS ESTRURADORES DO ESTUDO SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA LGBT EM MANAUS

Os processos de afirmação de identidades, neste caso LGBT'S que se configuram como possibilidade de expressão da variedade de orientações sexuais e de identidade de gênero²⁸, têm se deparado com contra fluxos sociais que procuram restabelecer determinada ordem heterossexista/Cis. As demandas por igualdade de *status* empreendida pelos agentes LGBT no Brasil e no mundo trouxeram para a centralidade das discussões e das lutas a questão da violência. Mesmo se tratando de prática bastante comum, nas compilações de história da sexualidade, pode-se afirmar que somente a partir da década de 1960 podemos atribuir identidade (FOUCAULT 1984, 1988; NAPHIS, 2006) e *status* de agentes luta política.

Por seu caráter de conflito social e político este estudo sobre violência contra LGBT em Manaus, além de não poder ser realizado à revelia das organizações sociais, exige que se pontue que a própria “natureza” genealógica do estudo em pauta possui um pé no acadêmico e outro nas vivências concretas como militante social. Assim, este trabalho não se configura apenas um reflexo do Movimento Social LGBT, haja vista que isto tornaria o trabalho ilegítimo academicamente. Como pesquisa por privilegiar a reflexividade, a compreensão teórica e a produção criticista da realidade tem posição política clara, mas possui isenção para realizar críticas e contribuir academicamente com os processos sociais sobre os quais se debruçou.

Dessa forma, esta compilação possui relação com a trajetória percorrida no campo educacional na docência e na pesquisa assim como se constitui como interface de minha inserção sócio-política por meio de *movimentos sociais* e partidários. A minha performance de atuação social é tributária em termos genealógicos às Comunidades Eclesiais de Base do Oeste Paraense, CEBs e, posteriormente, como estudante da PUC – MG. Ao longo do tempo fui agregando experiências, à medida que novos desafios foram surgindo, a exemplo, no

²⁸ **Orientação sexual:** Compreendendo como estando referida à capacidade de cada pessoa de experimentar uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como de ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas.

Identidade de Gênero – entendendo como estando referida à experiência interna, individual e profundamente sentida que todas as pessoas tem em relação ao gênero, que pode, ou não, corresponder ao sexo atribuído ao nascimento, incluindo-se aí o sentimento pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive o modo de vestir-se, o modo de falar e maneirismo (INDONÉSIA, 2006, P.9)

período de 2012 e 2013 quando compus a direção do Sindicato Nacional dos Servidores em Educação Federal Secção Manaus – SINASEFE – AM, representando o IFAM CMZL– Campus Manaus Zona Leste, Neste período já como discente do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social.

Tal contextualização faz-se necessário pelo fato de que este trabalho, que estabeleceu a violência contra LGBT na cidade de Manaus como objeto central de estudo, só ganha sentido e cognicidade no reconhecimento da relevância do surgimento dos movimentos sociais de defesa dos Direitos Humanos LGBT. O *movimento social* LGBT é neste trabalho tido como, dialeticamente, o ente constituidor da visibilidade e da luta que partejou a problemática da ausência de igualdade de *status* entre LGBT’S e Heterossexuais - Cis. Assim, mesmo que se dê o legítimo reconhecimento do protagonismo dessa agenda no campo acadêmico da pesquisa e do ensino, e atualmente, tenhamos uma efervescência social, temos que retornarmos à *Stonewall*²⁹.

Nesta pesquisa, os dramas e tragédias causados pela violência, são interpretados como *dispositivo* de acionamento de luta e de políticas públicas voltadas para os LGBT’S, o que representa afirmar que a violência na atualidade tornou-se a síntese que baliza, em grande medida, as ações dos *agentes sociais* e dos *agentes de estado*. Teoricamente, proporciona reconhecer parcialmente a premissa de Hanna Arendt sobre o significado da violência como a morte do político, mas potencializa a crítica no sentido da percepção de que a violência, até por seu aspecto danoso, cruel, comovente e trágico, tem embasado processos mobilizadores, que recuperam a política de identidade em parceria com a política de classe.

²⁹Nos EUA da década de 60, a homossexualidade ainda era considerada desordem mental, pela Associação Psiquiátrica Americana, e inclusive crime passível de pena de 20 anos à prisão perpétua em quase todos os estados americanos (exceto Illinois). A cidade de Nova York, com a maior “população” LGBT da época, tinha também as mais rígidas leis contra sodomia do país, havendo criado até mesmo esquadrões do vício para fazer batidas nos bares homossexuais e prender seus clientes. Chegavam a infiltrar policiais disfarçados, em ambientes públicos de pegação, a fim de identificar e prender gays. O bar Stonewall Inn precário de higiene que oferecia drinks adulterados a preços astronômicos. Apesar disso, constituía-se em um dos poucos locais onde pessoas LGBT podiam se socializar, beber, dançar e ser homossexuais. Como de praxe, as batidas policiais eram recorrentes, mas terminavam de forma relativamente pacífica: a polícia prendia algumas pessoas, o bar fechava por algumas horas, para depois abrir novamente. Na noite do dia 28 de junho de 1969, contudo, algo diferente ocorreu: os usuários do *Stonewall Inn* resistiram à prisão, e a polícia perdeu o controle da batida. Uma multidão se reuniu na rua, na frente do bar, encurralando a polícia dentro do mesmo. A tropa de choque foi convocada, e o cenário virou uma praça de guerra, com confrontos violentos que duraram por seis dias (*umoutroolhar. Para mulheres lésbicas e afins*).

Dessa forma, o trabalho de campo inicia-se com minha inserção no Fórum LGBT Amazonas, espaço que naquele momento congregava os segmentos e coletivos organizacionais dos LGBT'S no Amazonas. É patente que esta pesquisa pressupôs a inseparabilidade do campo acadêmico com o campo dos processos sociais, por mais que o campo teórico tenha como papel essencial o exercício da crítica, neste caso, assumido claramente, tem-se neste contexto, a compreensão da relevância de reconhecer e dar visibilidade aos processos de complementariedade entre os diversos campos hermeticamente entrelaçados, o acadêmico, o social e o governamental (Estado).

A condição de pesquisador *gay* e afetado pela violência, nem de longe, permitiu a tentativa de algum distanciamento durkheimiano entre o pesquisador, agentes e o objeto da pesquisa. Em 2015, no momento em que se deu determinada clivagem no Fórum, reativando a Aliança Amazonense LGBT fundada em 2011, fui convidado a compor a Aliança como representante de uma organização nacional de LGBT. O convite feito em reunião dentro da sede do PT com os dissidentes do Fórum exigiu capacidade mediadora e estratégica: recorri ao discurso do distanciamento científico para justificar que não poderia compor coordenação nenhuma e mesmo assim garantir que poderia continuar a frequentar as reuniões das duas agremiações. Caso eu assumisse quaisquer cargos ou função no interior da Aliança comprometeria minha pesquisa dentro do Fórum. As dicotomias superadas na ciência pelo menos se mostrou importante naquele momento.

A preocupação acadêmica com a alteridade torna-se patente no Curso de Especialização realizada por meio da UCAM (Universidade Cândido Mendes), onde se desenvolveu pesquisa sobre as múltiplas relações dos discentes da EAFM (Escola Agrotécnica Federal de Manaus); ganhou fôlego teórico no Curso de mestrado no PPGSCAS – UFAM (Programa de Pós- Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia), na pesquisa intitulada *O processo de ressignificação na prática religiosa pentecostal e neopentecostal: um estudo sócio religioso no contexto da Zona Leste da Cidade de Manaus* em 2007. Minha incursão no campo propriamente antropológico se deu com minha aprovação como aluno do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da PPGAS - UFAM em 2011. Naquele momento, o intuito era desenvolver estudo sobre os limites fronteiriços entre o religioso representado pela ação evangélica nas noites da Zona Leste da cidade de Manaus, e o profano representado pelos frequentadores dos bares, bregas, forrós, estripes da região. Considerando, evidentemente os pressupostos de não essencialização desses grupos, haja vista, que o estudo

de mestrado demonstrou o caráter dinâmico, fluido das categorias *êmicas* “sair do mundo” e “voltar para o mundo”.

O caminho percorrido no PPGAS, marcado pelo aprofundamento teórico no campo antropológico apontou duas percepções teóricas e subjetivas. A primeira circunscreve-se na compreensão de que este “combate ao mal” empreendido pelos segmentos cristãos tem nos LGBT’S um foco legitimado moralmente, especialmente, com o avanço organizacional e reivindicatório destes por reconhecimento e acesso ao Direito: união civil, adoção de crianças e combate às várias modalidades de lgbtfobia. Este enfrentamento parece ter colocado os LGBT’S como alvo privilegiado de algo que deve ser negado e combatido por grande parte dos segmentos pentecostais e neopentecostais. Dentro deste contexto, não se pode escamotear o fato da cidade de Manaus rotineiramente ocupar as primeiras colocações nos ranques de crimes contra lgbtfóbicos, especialmente homicídios.

Entretanto, a questão aqui não é de relacionar de forma direta o avanço dos empreendimentos religiosos nos campos da moral e do direito³⁰ em Manaus ao expressivo índice de registro de prática de violência lgbtfóbica na cidade³¹, mas de considerar que o contexto em que se configuram estas “relações de violência” possui complexidade extrema, e considerar que o campo religioso configura-se como importante reprodutor e disseminador de ideias que contribuem no processo de “naturalização” ou até mesmo de uma legitimação de um tipo de “justiça popular” que poderia refletir a instauração daquilo que se considera como justiça divina. Neste sentido, de antemão pontuo como a temática da sexualidade e do gênero ganharam a centralidade; Outro aspecto que considero importante nessa trajetória se encontra no desafio das “construções etnográficas”: A violência contra LGBT descrito só consegue ser compreendida a medida que se atribui a dimensão política à análise, ou seja a tarefa exige considerar o papel do *movimento LGBT* no Brasil e em Manaus e o papel de grupos mais vinculados ao essencialismo conservador e homogeneizador hetero/Cis. Este se desenvolveu a partir de minha inserção nas organizações sociais LGBT no intento compreender as modalidades organizativas, as bandeiras de lutas, suas estratégias e desafios internos.

³⁰O uso do termo Direito será utilizado sempre como sinônimo do campo legislativo, considerando que é neste espaço que se produz as leis que balizam a vida social brasileira. Portanto, Direito neste trabalho não se confunde com Poder Judiciários, Sistema de justiça e outros.

³¹Este capítulo aponta estes dados ao seu final.

A segunda frente se deu na busca de interagir com as *agências de estado* em busca de compreender o ordenamento das ações ou ausência das mesmas nas esferas. Fechando o tripé, lancei-me ao encontro de *agentes* que residem em Manaus e que sentiram na alma - ou carne a força do preconceito por meio de atos de violência. O objetivo da pesquisa tornou-se clara teoricamente a partir do momento em que se consolidou o projeto de pesquisa: buscar compreender a dinâmica processual da violência e produzir uma síntese antropológica reflexiva onde se pudesse dar visibilidade aos processos de resistência e de enfrentamento protagonizada pelos povos alvo deste estudo. No decorrer da pesquisa, a prática do encontro com o outro exigiu primoroso esforço de construção de confiabilidade, de controle racional sem esconder sensibilidade às dores expostas e respeito por experiências dolorosas em que o silêncio pode, frente ao pesquisador, representar um grito.

No trabalho antropológico o pesquisador busca a maior aproximação possível daqueles que contribuem diretamente com a execução do trabalho. Ao realizar as entrevistas eu possuía certo arcabouço teórico que me ajudou na construção das trocas de informações; as entrevistas foram sempre precedidas de uma espécie de pré-entrevistas; eu me reconhecia como *agente* inserido neste segmento social marcado por formas de exclusão e discriminação e agressão física. Mesmo assim, desenvolver concretamente o trabalho de campo foi difícil e desafiante, por vezes, angustiante. Em situações específicas em que criei a expectativa de ouvir, de forma petulante e interesseira de minha parte, relatos de determinadas situações de violência, estes simplesmente silenciavam, negavam ou amenizavam. Este processo me fez aprender que o mais importante para o trabalho não seria buscar saber de segredos que não se pode contar, mas fortalecer o caráter de compromisso ético, político e epistemológico do pesquisador para com os *agentes*.

O dilema da autoridade do trabalho de etnográfico é exposto por James Clifford quando afirma que “o desenvolvimento da ciência etnográfica não pode ser compreendida em separado de um debate político-epistemológico sobre escrita e a representação da alteridade” (CLIFFORD, 2002 p.20), considerando que para o mesmo estar-se tratando de uma experiência incontável, como legitimá-lo? O encontro entre pesquisador e agentes sociais é sempre caótico.

Neste contexto, passei por outros processos de construção de consciência dos limites pessoais de realizar etnografia que buscasse ir às entranhas mais profundas dos Agentes que

participaram da pesquisa, mesmo quando tivessem “segredos inconfessáveis”³² importantes para o estudo. Tal catarse me demoveu de algumas pretensões que almejava, como a de realizar etnografia com grupos pentecostais, visando dialogar com o avanço das forças conservadoras autoritárias frente ao movimento LGBT. Percebi que minha posição em si já me deixaria em condição bem complexa quando a possibilidade de um olhar analítico. Assim, as discussões que envolvem os movimentos religiosos pentecostais e neopentecostais ficaram atreladas a alguns estudos realizados por outros pesquisadores e a minha dissertação de mestrado realizada PPGSCA ao Artigo apresentado na REA – ABANNE 2013 em Fortaleza: *Homofobia pentecostal e seus reflexos entre homossexuais na cidade de Manaus*. O estudo ressignificado no decorrer da pesquisa abraçou, de forma específica campo do preconceito de gênero e de sexualidade produtoras de violência *simbólica*, *moral* e violência *física* que em muitas situações tem como desfecho os homicídios.

Considerando o processo de mudanças e aprendizagens nesta trajetória que resultou neste trabalho, guinadas que culminou numa pesquisa que aprimorou e estabeleceu foco salutar para o pesquisador, para os Agentes e para a síntese da epistemologia e política, pois este texto representa mais uma contribuição à visibilidade teórica e política da situação lacunar de direitos humanos vivenciados pelos LGBT’S demarcados por práticas discriminadoras, excludentes e por crimes que atentam contra a integridade física e, por vezes, até mesmo pela interrupção existencial desses *agentes*.

1.1 A demanda por reconhecimento e a geração de conflito

A temática da violência contra LGBT possui como pano de fundo a questão da alteridade e da diversidade, baseada em discussões sobre a premência do Reconhecimento (TAYLOR 1994, FRASER, 2007), sendo a referida questão tributária da própria demanda por reconhecimento concreto, consequência das afirmações identitárias decorridas no XX. Assim, *redistribuição* que possuía monopólio reflexivo no campo das ciências sociais clássicas, teve com o aparecimento das demandas pelo Reconhecimento a necessidade de recomposição

³²Paradoxo proposital em que demonstro o quanto a pesquisa teria maior profundidade caso as entrevistas pudessem revelar o *mal dito* ou o *não dito*. Possivelmente algumas barreiras poderiam ser transpostas caso fosse um estudo de caso, onde o pesquisador pudesse acompanhar uma situação específica por longo período de tempo.

teórica e política. A inserção do conceito de “homofobia” e ou “homotransfobia” e atualmente lgbtfobia aparece, nesse contexto, no momento em que identidades “homossexuais”³³ passam a se afirmar e, primordialmente, passam a se compor como formas organizacionais, identidades étnicas coletivas de cunho político, que ao estabelecerem relações de troca e complementariedade produzem a *auto atribuição e a atribuição por outros* (BARTH, 2000, p.32).

Neste sentido, produzem verdadeiras fronteiras sociais, onde se observa incorporações por parte das formas dominantes de sexualidade e de gênero, todavia por se tratar de formas, que emergem na luta pelo direito de acionar e acessar direitos, sociais, culturais, políticos produzem também verdadeiro processo de conflito *interétnico*³⁴. A gênese do *movimento* de afirmação “homossexual” se dá em contexto estadunidense na década de sessenta, daí a nomenclatura Movimento *gay* termo adotado de forma universalmente a posteriori. Fraser parece expor o desafio desta pesquisa ao contextualizar a dicotomia entre Redistribuição e Reconhecimento:

No presente, infelizmente, as relações entre os dois campos estão bastante tensas. Em muitos casos, as lutas por reconhecimento estão dissociadas das lutas por redistribuição. Dentro de movimentos sociais como o feminismo, por exemplo, tendências ativistas que encaram a redistribuição como um remédio para a dominação masculina estão cada vez mais dissociadas das tendências que olham para o reconhecimento da diferença de gênero. E o mesmo parece ser verdade na esfera intelectual. Na academia, para continuar com o feminismo, acadêmica(o)s que entendem gênero como uma relação social mantêm uma difícil coexistência com aquela(e)s que o constroem como uma identidade ou um código cultural. Essa situação exemplifica um fenômeno mais amplo: a difundida separação entre a política cultural e a política social, a política da diferença e a política da igualdade. (FRASER, 2007, p. 102)

O trabalho de campo apontou que realidade dramática de muitos LGBT’S encontra-se em relação direta e dialógica entre os campos das relações sociais e dos desafios identitários,

³³O termo homossexualidade ou homossexual será posto entre aspas quando estiver no sentido de LGBT por conta de pressupostos históricos ou por necessidade de uso literal de textos escritos em momentos em que este termo era considerado consenso. Regina Facchini reflete sobre as constantes transformações dos termos e siglas dentro do *movimento LGBT* no Brasil

³⁴É verificável a intensa troca cultural entre LGBT’S e heterossexuais – Cis, a linguagem é um exemplo evidente, muitas expressões que a pouco tempo poderiam ser classificadas como de *gueto* são amplamente utilizadas na sociedade. Todavia, quando se considera esta “população” enquanto reclamante de igualdade de status surge uma força antagônica e freia o processo. O termo “conflito interétnico” aparece aqui como sinônimo de conflito territorial dos campos moral e do Direito.

isto representou para este trabalho a busca coadunar os aspectos sociais típicos das demandas de redistribuição, observando que o preconceito e a violência, pelo menos a física, estão de forma mais patente entre aqueles pertencentes a classe trabalhadora mais empobrecida. A maioria dos *agentes sociais* que contribuíram com esta pesquisa são LGBT'S pobres, alguns podem ser conceituados de acordo com Marx como *Lumpemproletários*: caso de *Deusuíte*.

A luta pelos direitos sociais dos LGBT'S encontra-se no bojo das discussões teóricas sobre identidade. Paradoxalmente, enquanto no campo político recrudescia a luta exigindo tratamento paritário e o fim dos preconceitos, no campo teórico o aparecimento da teoria *Queer* apontava para o redimensionamento do conceito de identidade, pois iniciava-se a percepção intelectual de que as identidades étnicas possuíam elevado teor de mobilidade, trocas fronteiriças e que, portanto, pensar gênero e sexualidade deveria superar quaisquer modos essencialistas. A teoria *Queer* concebe que todas as formas de sexualidade são precárias, inclusive a heteronormativa - Cis. A desconstrução proposta pela teoria *Queer* concentra-se no caráter de que todas as formas sexuais são dinâmicas, excêntricas, esquisitas, portanto, apenas construções sociais.

Observa-se que no momento em que se propõe estudar a violência sofrida por LGBT'S, dentro de um leque bastante amplo de estudos de gênero e sexualidade, demonstra-se o alcance de visibilidade que tal questão adquiriu. Violência e Conflito são categorias que inequivocamente fazem parte, não somente do léxico deste trabalho, mas parte do cerne epistemológico que embasa este trabalho. Ou seja, dentro deste contexto patente de “genocídio e etnocídio”³⁵ a perspectiva foi de considerar que os alvos de lgbtfobia são concretamente *agentes de resistência*, frente à naturalização e ao teísmo fundamentalista heteronormativo/Cis, o que nos permite inferir estarmos em um campo de conflito social do campo moral e do direito.

³⁵O uso dos termos genocídio e etnocídio foi introduzido ao texto a partir de uma apropriação interpretativa do texto de Pierre Clastres Intitulado *a Arqueologia da Violência: Pesquisa de Antropologia Política 2004*. Neste trabalho Clastres produz uma distinção entre as duas categorias: a primeira vinculada ao conceito de Racismo que produz o desejo de exterminar o outro – a exemplo do Nazismo na Alemanha; e etnocídio temos que surge a partir dos estudos antropológico sobre os povos não europeizados como os indígenas que vincula a prática de avanço do domínio colonial não somente como processo genocida, mas também etnocida visto que pretendia “matar a cultura”. Neste sentido, aponto para o caráter genocida das mortes cotidianas de LGBT'S no Brasil e para um processo etnocida a para o avanço de processos conservadores, excludentes no campo social e político - modos de violência simbólicas, morais e física como processos que visam exterminar um modo “cultural” de vida.

Dessa forma, esta pesquisa, no contexto da cidade de Manaus, se propõe a ser mais uma contribuição teórica sobre as relações sociais no campo das discussões de gênero e sexualidade, objetivamente, sobre análise de práticas de violência que atentam contra pessoas LGBT. O estudo no Brasil justifica-se na medida em que entre os países que não criminalizam *ser ou estar* LGBT e que possuem algum tipo de estrutura aferidora, governamental ou não, nosso país ocupa protagonismo. O Estado do Amazonas aparece nos ranqueamentos como local de intensa incidência de crimes contra estes povos, especialmente homicídios, sendo que a capital Manaus aparece sempre nas primeiras colocações nacionais dessa modalidade de crime.

A pesquisa trouxe em seu bojo questões de caráter teórico, no uso das categorias que legitimariam o estudo etnográfico: violência e sua carga de complexidade epistemológica, histórica e de sua extensão – *a simbólica, a moral e a física*; identidade, a categoria Agência: enquanto *resistência, enfrentamento e de estado; habitus*, a categoria do Mal como elemento que justifica o sacrifício de LGBT'S na atualidade; as categorias Genocídio e Etnocídio e a categoria e Conflito.

Ademais se inseriu, propedeuticamente, como centralidade a categoria do *reconhecimento* e da *redistribuição* como condição de efetivação da plena democracia. Empiricamente, o trabalho norteou-se pela busca de compreensão dos contextos sócio antropológicos dos casos de violências, incluído os crimes de violência física e os trágicos homicídios, geralmente marcados por brutalidade excessiva. De que forma movimento social e Estado têm dado respostas a estes acontecimentos? Em que medida esse avanço conservador, as violências marcadas por inúmeras tragédias homicidas refletem certo combate de um *mal* a ser eliminado e como podemos dimensionar o conflito social dos campos da moral e do direito? Como LGBT'S *agentes de resistência, enfrentamento e de Estado* compreendem e agem frente acontecimentos de discriminação, agressão e de morte? Como analisarmos as práticas policiais e de Justiça a respeito da violência contra estes povos? Frente aos processos vivenciados historicamente marcados pela autonomia do “sujeito”, como pensar a negação ao direito identitário? Seriam resíduos de uma sociedade pré-cartesiana; seria resultado da não concretização absoluta ou precarização da dominação pela força simbólica masculina e heteronormativa? Este fato que teria gestado uma crise de poder que levaria à prática da violência no sentido proposto por Hanna Arendt? Por mais que a polifonia de ideias seja a marca reflexiva do trabalho, se postula que a violência praticada contra estes

segmentos sociais possui relação com essa premissa de Arendt sobre a perda do poder, no caso da dominação absoluta da heteronormatividade/Cis, o que possibilita não somente a prática da violência como sua legitimação atribuída por setores da sociedade de um lado, e como antítese aos processos de resistência dos agentes individuais e coletivos, do outro lado.

Neste sentido estamos nos inserindo numa concepção de conflito, que neste trabalho classificamos de *conflito territorial assimétrico dos campos da moral e do direito*. Os movimentos organizados ao buscarem a afirmação social encontram o reverso em grupos antagônicos que almejam o reestabelecimento de um padrão social do passado³⁶, neste caso fica patente que a violência pode ser compreendida como o não político, entretanto, sobre o avanço da irracionalidade, que marca, segundo Arendt essa prática, pode se vislumbrar a força motriz que alimenta a organização LGBT em Manaus e no Brasil. Neste caso o conflito territorial é não fundiário, mas moral e político, entre aqueles que usam a categoria tempo e tradição³⁷ para demandarem determinada dominação hetero/Cis.

Assim, a pesquisa proporcionou visibilidade a violência enquanto fenômeno social sem deixar de enxergar que a mesma afeta Agentes individuais. Todavia, para não correr o risco de cair em prisão de caráter exclusivo de estudo de caso, a pesquisa dirigiu-se de forma genealógica para a dimensão organizacional, coletiva e política do fenômeno da violência lgbtfóbica. Dessa forma, exemplifico a ação do Fórum LGBT Amazonas em 2014, frente à intensa incidência dessa modalidade de violência naquele momento, inclusive afetando membros do próprio Fórum, caso de um Pai de Santo que foi alvo de perseguição e ameaças, invasão e destruição dos símbolos religiosos em seu Terreiro de Umbanda localizado na Zona Oeste da capital.

Naquele período acompanhei membros do Fórum em audiência dentro da SSP – AM Secretaria de Segurança do Estado do Amazonas, onde foi colocada a pauta de reivindicações a despeito da Segurança Pública voltadas a este público.

Esta reunião com o Ouvidor da referida Secretaria foi eivada de ideias e projetos que seriam implementados pelo Estado, como o projeto de formação no campo da cidadania,

³⁶O passado não é pensado como aquele sem LGBT, pois a História da Sexualidade nos mostra ser prática inerente a condição humana; o passado aqui tocado é no sentido das formas de negação ao Direito de ser e de viver.

³⁷No quarto capítulo apresento de forma compreensiva as distinções dessa modalidade de conflito daqueles conflitos que envolvem as questões de território.

gênero e sexualidade para os Policiais Militares e a adaptação do B.O para que passasse a registrar as identidades de gênero, porém nenhum projeto se tornou realidade até o momento. Este encontro teve importância para mim a medida que foi a primeira em que comecei a me reconhecer como um misto de pesquisador e *agente de resistência e enfrentamento*.

As perspectivas epistemológicas que arbitrariamente delimitaram os modos de construção e análises e que possibilitem a condução do trabalho bem como as bases que lhe garantam certa segurança fundam-se elementarmente na perspectiva de desnaturalização, ou seja, de que a dominação/Cis não passa de um padrão produzido pela violência simbólica que construiu um leque bastante amplo de aspectos legitimadores, onde se pode observar desde sistemas míticos rituais até o sistema jurídico nas sociedades diferenciadas (BOURDIEU, 2014). Este primeiro critério de análise da pesquisa encontra seus fundamentos no texto intitulado “*A dominação masculina*”, onde se apresentam os processos de reprodução histórica que acabou por produzir a legitimada, familiarizada e naturalizada dominação masculina.

O trabalho antropológico requer articulação entre elementos teóricos e etnográficos atendendo as demandas compreensivas, construtivas e explicativas. Neste sentido, Bachelard (1996) em seus esforços em contrapor-se ao Positivismo, que preconizava a verdade como descoberta pelo campo do empirismo, na medida em que postula a verdade como construção nos parece coadunar com este estudo.

A violência contra pessoas que “praticavam a homossexualidade” ou “homossexuais” – LGBT’S pode ser encontrada em tempos e espaços distintos, entretanto este trabalho busca problematizar antropológicamente os casos decorridos na atualidade em Manaus, sem privilegiar o aspecto quantitativo, mesmo que os números estejam inseridos como condição compreensiva; buscando descrever seus processos e compreender socialmente como se constrói, se estrutura e se mantém a cultura de exterminar pessoas que se encontram fora dos ditos socioculturais dominantes, frente a todos os pressupostos estabelecidos no campo dos direitos humanos. Em seu Discurso Preliminar do livro *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*, Bachelard estabelece que:

Mais cedo ou mais tarde, na maioria dos domínios, é forçoso constatar que essa primeira representação geométrica, fundada num realismo ingênuo das propriedades espaciais, implica ligações mais ocultas, leis topológicas menos nitidamente solidárias com as relações métricas imediatamente aparentes (...) sente-se pouco a pouco a necessidade de trabalhar sob o espaço, no nível das relações essenciais que

sustentam tanto o espaço quanto os fenômenos. O pensamento científico é então levado para construções mais metafóricas que reais. (BACHELARD, 1996, p. 07).

Bachelard buscou devolver à abstração racional o protagonismo de possibilitar desobstrução do espírito ao organizar as etapas do pensamento científico como pré-científico, científico, e o terceiro como novo espírito científico (termo que conferiu uma publicação específica com o mesmo título), afirma que neste novo espírito os conceitos anteriormente postos como fixos, perdem este *status* como resultado da teoria da relatividade de Einstein.

O desafio desta pesquisa sobre as diversas modalidades de violência que atingem LGBT'S concentra-se na necessidade de transpor a concretude fenomenal das primeiras imagens; bem como superar ao estado concreto-abstrato, onde a segurança da abstração decorre de sua representação sensível, dessa forma, o trabalho não cessa de justificar-se, ao apontar a notável presença e legitimação da violência contra LGBT'S, para possíveis níveis de intolerância, exclusão, em sentido podemos nomear essas práticas como *lgbtfóbicas*.

Em Borrilo (2010) o termo “homofobia” ganha dimensões conceituais distintas, uma de psíquico, interpessoal e outra de ordem social, sendo que nesta pesquisa ambas são entendidas como processos construídos socialmente por meio da relação *campo e habitus*. Para Borrilo (2010), a “*homofobia*” *irracional* é, marcadamente, emotiva e reflete problemas de conflitos individuais; a “*homofobia*” *cognitiva* encontra-se na perspectiva da manutenção da diferença entre homo/hetero e possui caráter social (BORRILO, 2010). Neste sentido, quanto aos crimes contra LGBT'S em Manaus, a representante da OAB-AM (Ordem dos Advogados do Brasil, seção Amazonas) no Fórum LGBT, classifica duas modalidades de crimes contra essa LGBT'S: *crimes de ódio e crimes comuns*. A pesquisa verificou, segundo as premissas de Borrilo, e por meio do trabalho de campo que a *lgbtfobia* se não pode identificar no ato criminoso, dificilmente não se encontra enquanto processo social dos LGBT'S violentados. O preconceito exercido como dominação nas famílias, nas igrejas, no mercado de trabalho e instituições educacionais é cotidiano.

No decorrer do trabalho de campo aquilo que empiricamente, por minha própria vivência social, passou a constituir-se como epifania teórica, pois todos os Agentes que participaram da pesquisa de forma direta ou indiretamente, possuíam algum relato de experiência com a violência Moral e Física. A epifania, na prática, significa o processo de desnaturalização, momento em que consegui ao me aproximar teoricamente dos casos de violência, senti-la como problema social. Assim, a surra pega por *Baryshnikov* na noite de

natal, na presença de todos os convidados, no momento em que seu pai ficou sabendo que o mesmo não era heterossexual ou surra em **Eros** por ter sido flagrado em relação homoafetiva com seu vizinho compõem o quando de uma problemática da sociedade. Cronos³⁸, *agente de enfrentamento*, relatou que quando vivia na região nordeste lembra que se podiam ver jovens cometerem suicídio devido a não aceitação da família. Ele mesmo afirma que por *medo do facão do papai pai: casei, tive filhos e só me libertei quando vim para Manaus* (CRONOS, 2015).

Estas experiências citadas que se aproximam daquela vivenciada por *Anhangá* e com a minha própria experiência: ele alvo de tentativa de homicídio por estrangulamento; eu por arma branca possibilitou-me sair de mim mesmo e retornar empoderado pela aquisição de uma síntese reflexiva de um problema social.

Os relatos de *Baryshnikov*, *Eros*, *Tulipa* possuem a função de demonstrar a proeminência dos casos de violência *simbólica, moral e física* como elemento marcante da Instituição familiar. A lgbtfobia no âmbito familiar possui características muito específicas, pois além de ser o espaço onde o filho ou filha; sobrinho ou sobrinha, pai ou mãe; tio ou tia (...) LGBT busca amparo, inclusão, afeto, em muitos casos se mostram de modo inverso. Uma forma de Preconceito, que por vezes ocorre com LGBT'S se dar quando parentes estabelecem relações harmônicas, de acolhimento e amizade com LGBT'S que não possuem grau de parentesco, mas que não aceitam o próprio parente por sua condição de ser LGBT.

Outro aspecto a ser ponderado, nestes casos, de não aceitação familiar, encontra-se no direito outorgado às famílias de espancar aqueles saem do *armário*. Ser surrado por familiares faz parte da trajetória de muitos LGBT'S, entretanto, a frequência desses relatos possui outro aspecto analítico a ser ponderado - a *resistência* desses *agentes* demonstrado no atrevimento de do *armário e manter-se fora*.

Gays efeminados, travestis e transexuais/ transgêneros sofrem contundente processo de exclusão ao trabalho. A performance desses Agentes fragilizam de forma tão aguda a cultura heteronormativa/Cis agentes empregadores, em especial o setor de recursos humanos, fecham as portas a estes, mesmo quando tentam adentrar com a ajuda de um *armário*. Uma militante social em momento que pensava ter encerrado a entrevista que me concedia como Agente de Enfrentamento, relatou: *Todas as vezes que vou em busca de emprego no distrito,*

³⁸O nome atribuído se justifica a medida que o mesmo sempre lembram e reforça ser uma dos precursores do movimento LGBT Amazonas.

*prendo meu cabelo, coloco boné, me disfarço de homem, mesmo assim, várias vezes já preenchi a ficha, depois vejo só a minha em separado, teve vezes que vou lá e rasgo a ficha (...) já sei que vou ser cortada*³⁹ (HÍGIA, 2015)

Os exemplos citados possuem a finalidade de expressar o processo de maturação que o trabalho de campo realizado em concomitância com o arcabouço teórico me possibilitou enxergar como problema – *a ausência de reconhecimento e a dimensão de conflito social*. Os exemplos expressos aqui: o campo família e trabalho podem ser espalhados para os mais diversos espaços sociais o educacional e o da religião. Será possível observar outras experiências de exclusão vividas por *agentes: Amazonas Anhangá, Tulipa, Psicodélico, Dionísia* e primordialmente de *Deusuite* que se quer teve acesso à escolarização básica.

Neste sentido, a dialética desta pesquisa objetivou o “alcance da abstração, entregue aos interesses indutivos sempre imperfeitos, no arriscado jogo dos pensamentos sem suporte experimental estável” (BACHELARD, 1996, p. 14), como experiência científica que se contradiz, que se constrói sempre como retificadora, onde a experimentação não seja vista como continuidade da observação. De fato, a nosso ver, a fecundidade de um conceito científico é proporcional a seu poder de deformação (IDEM, 76), sendo assim o conceito deformado é condição de se desenvolver novas experimentações, sendo que nesta construção o objetivo central centrou-se na condição de possibilidade de contribuir para que a violência contra os LGBT ganhem *status* de problema real, socialmente construído e, dessa forma, robusteça o campo político-social dos “grupos organizacionais” que se encontram em luta contra a lgbtfobia.

Mais um aspecto que a referida pesquisa buscou abranger foi o da complexidade, isto significa dar conta de pensar que a centralidade desta pesquisa nos conduza a concentrarmos na demanda por *reconhecimento*. Tal premissa traz em seu bojo uma gama de elementos primordiais, ausentes da sociedade quando presenciamos de forma dramático - trágica a prática de violentar, por vezes matar: a ideia de democracia, de direitos civis, de liberdade e autonomia entre outros fica fragilizada e exige dos Agentes a ação de resistência e enfrentamento gerador de conflitos.

³⁹Formada em enfermagem, desempregada, optei por homenageá-la com este nome mítico – deusa da Saúde grega.

1.2 - Por uma pesquisa pautada na reflexividade

Considerando que o pano de fundo balizador deste estudo concentrou-se no campo da violência contra LGBT'S, não se pode negar que em si o intento traz a marca da não simplificação. São diversos contextos e categorias a serem considerados. Segundo Bourdieu (2014), o método deve ser claro e bem explicitado, a coleta de dados deve possibilitar não somente dar vozes aos *agentes*, mas permitir que estes tenham condições de expor seus conceitos e desenvolver suas reflexões.

Neste sentido, as entrevistas tiveram como ponto central a busca da dialogicidade, que permitisse a multidimensionalidade do sentido tanto ao entrevistador quanto ao entrevistado, afinal considerou-se que esta pesquisa encontra-se amparada pelo princípio da reflexividade. É confessável que, por vezes, silenciar o desejo de contradizer alguns discursos dos Agentes da pesquisa tornou-se de difícil, contudo, coadunando com o princípio de que o pesquisador tem apenas mais *um ponto de vista*, mesmo que deva ser criterioso e extremamente rigoroso, é dever do ofício em muitos momentos ouvir e compreender e silenciar.

Algumas entrevistas realizadas com agentes da Aliança Amazonense LGBT, do Fórum LGBT Amazonas e na OAB-AM as posições sobre lgbtfobia foram distintas daquelas que faziam parte do meu repertório teórico e de *meu ponto de vista*. No trabalho realizado na SSP - AM, a posição expressa por determinado *agente estado* de que: *em Manaus em 2015, não houve nenhum caso de crime de caráter "homofóbico"* teve de minha parte a sua não aceitação. Em diversos diálogos com Agentes expressou-se o preconceito em relação as identidades segmentadas: *não suporto machuda* (fala de um Agente gay); *acho estranho homens Trans* (fala de Agente Lésbica); *Nós somos superiores aos viados* (Agente Trans feminina) e, por vezes até entre segmentos semelhantes são expressos preconceitos quanto a indumentária, nível intelectual, posição social (...), decorridos em círculos de intimidade e até expressos durante as entrevistas.

O desafio foi analisar das fissuras existentes entre o trabalho de campo o arcabouço teórico e das próprias noções do pesquisador dando ênfase ao pontual e a reflexividade. Por mais que o termo LGBT tenha sido até aqui usados de forma geral e indiscriminada no contexto da pesquisa, os Agentes que encontrei no decorrer do trabalho de campo foram

particularizados apresentados a partir de seu segmento identitário. Sua condição enquanto alvo de práticas de assujeitamento foi contrapostas pela sua capacidade de resistir e de enfrentar as práticas de discriminação e violência apresentadas de maneira pormenorizada. Em seu livro *A miséria do mundo* Bourdieu explicita conceito de reflexividade:

Só a reflexividade, que é sinônimo de método, mas uma reflexividade reflexa, baseada num ‘trabalho’, num olho ‘sociológico’, permite perceber e controlar o campo, na própria condução da entrevista, os efeitos da estrutura social na qual ela se realiza. Como pretender fazer ciência dos pressupostos sem se esforçar para conseguir uma ciência de seus próprios pressupostos? Principalmente esforçando-se para fazer uso reflexivo dos conhecimentos adquiridos da ciência social para controlar os efeitos da própria pesquisa e começar a interrogação já dominando os efeitos inevitáveis das perguntas (BOURDIEU, 2011 p. 694).

Pensar a reflexividade necessariamente requer a inclusão das contribuições de James Clifford, na medida em que o mesmo chama a atenção para a quebra do “silêncio da oficina etnográfica” (CLIFFORD, 2002, p.22), como resultado das insistentes vozes heteroglotas. A questão exposta aqui se torna premente para se repensar o desafio de se praticar antropologia, na medida em que rompe com a autoridade inquestionável da etnografia e o status que tal autoridade lhe atribuiu, propedeuticamente em Boas e, consolidado por Malinowski e Radcliffe Brow. *Os Argonautas no Pacífico*, de Malinowski apontado por Clifford como “arquetípica do conjunto de etnografias que com sucesso estabeleceu a validade científica da observação participante” (IDEM, 27).

Neste contexto, Clifford apresenta seu princípio de reflexividade, demonstra que o mundo é compartilhado, intersubjetivo, questão que coloca em xeque as pretensões de objetividade científica. A capacidade compreensiva recai no campo da interpretação, do diálogo intersubjetivo e finalmente na perspectiva da polifonia, fazendo com que o modelo experimental seja a cada dia mais questionado. A preocupação de Clifford se torna mais patente na produção no texto etnográfico, isto é como a textualização pressupõe uma concepção explicativa, na medida em que pode buscar retratar uma verdade de forma objetiva, interpretar o que exige separar a pesquisa do mundo fictício que a textualização irá evocar, promover uma dialogia relacionando diferentes componentes ou ainda produzir um romance polifônico.

Inclui-se neste debate a perspectiva antropológica de Crapanzano, que ao defender uma radical dialogismo, em seu texto *Tuhami: Retrato de um marroquino* (1980). Busca fugir do autoritarismo sob o qual a antropologia acabou por se constituir. O autoritarismo além de pretender definir arbitrariamente e de forma objetiva o outro ainda possui como característica elementar a necessidade de essencialização. Assim, na perspectiva de Crapanzano o trabalho do antropólogo deve ser pautado nesta relação dialógica que possibilita fugir da ação manipuladora e combater a todo custo qualquer tipo de assujeitamento. Crapanzano demarca a importância da relação intersubjetiva no trabalho antropológico, haja vista, que ao pressupor a dessemelhança entre os ‘sujeitos’ e, neste caso, entre o antropólogo e o sujeito da pesquisa (informante), no caso *Tuhami*. Isto significa que relação dialógica proposta possui suas raízes na própria percepção das distinções humanas e ainda, no princípio de que as posições sociais são dinâmicas. Neste autor, a imaginação pode tranquilamente ser objeto da etnografia, bastando para isto que o etnógrafo liberte-se de certos divisores impostos pela ciência tanto de origem positivista, evolucionista ou funcionalista quanto das imposições do materialismo.

Observa-se que tanto Clifford quanto Crapanzano desenvolvem etnografias experimentais. O trabalho desenvolvido por Rabinow: *O trabalho de campo e Amizade em Marrocos*, de seu livro *Reflexões sobre trabalho de campo em Marrocos* (1977), inequivocamente pode ser colocado como um prelúdio do trabalho de Crapanzano citado acima. O que demarca essas experiências é a superação do modelo clássico de produção etnográfica. A interação estabelecida faz com que haja um encontro etnográfico, ou seja, o processo se constitui como parte essencial do próprio trabalho. O trabalho desenvolvido por Rabinow no Marrocos revela um encontro direcionado para a amizade, onde a marca é a coautoria intercultural e a incessante busca de significados.

Procedimentalmente, a pesquisa que teve seu campo social e organizacional o fórum LGBT AM, a Aliança Amazonense LGBT e outros coletivos organizados autônomos com a APO LGBT (Associação da Parada do Orgulho LGBT). Em referência a APO LGBT, mesmo com o devido esforço não consegui realizar entrevista com a Coordenadora da referida Associação, restringindo-se apenas a um contato com esta organização a uma reunião no primeiro semestre de 2015 nas dependências da sede de uma Secretaria da Prefeitura Municipal de Manaus com a finalidade de organizar a Parada do Orgulho LGBT 2015.

Os casos e situações de violência contra LGBT na cidade de Manaus não atenderam a determinações geográficas, mas a identificação de *agentes de resistência* que sofreram alguma forma de violência; o diálogo com os grupos organizacionais deu-se concomitantemente ao trabalho de aproximação e diálogo com “Agentes atomizados”⁴⁰ que colaboraram com o trabalho; Outro campo privilegiado desta pesquisa deu-se na consulta hemerográfica no acompanhamento e identificação dos casos publicados deste tipo de violência em Manaus. O trabalho teve ainda outros espaços e pessoas privilegiados: As delegacias e policiais civis e militares; os *agentes de estado*, em especial, na esfera da segurança pública, justiça e sistema prisional, em especial os processos jurídicos como fonte de informações e análise de casos; A partir deste trabalho desenvolvido, o desafio concentrou-se nas construções etnográficas de acontecimentos de violência contra LGBT em Manaus.

1.2.1 Phanta reya: a dinâmica de uma pesquisa

Este trabalho traz em si a dinâmica de um estudante de Antropologia que se colocou literalmente na condição de aprendiz e, portanto, de abertura para o fluxo de mudanças e ressignificações que a trajetória percorrida pode produzir. Por isso, a menção aos primórdios da dialética feito no título dessa sessão se explica não somente por seu processo de incertezas e aprendizagens, mas pela própria noção acima discorrida de que o conhecimento científico deve pressupor sua própria deterioração e retificação. Dessa forma, se processou mudanças de prismas sobre o próprio objeto de pesquisa, desencadeadas pelo aprofundamento teórico e empírico que tive na condição de coordenador da pesquisa e pela dinâmica das realidades estudadas.

Os processos podem ser encarados com elementos que poderiam ser vistos como fatos que tenham produzidos dificuldades para a solidez deste estudo, visto que as reiniciações de práticas e performances de trabalho de campo retardaram a definição mais ou menos perene daquilo que se configurou como central nesta pesquisa. Todavia, a construção do conhecimento não pode ser pensada como linha reta sem obstáculos, os processos de

⁴⁰ O uso do termo Agente atomizado aplicou-se no sentido de identificar Agentes que não possuem nenhuma relação direta com os movimentos de enfrentamento.

mudanças de ordem teórica e até mesmo as mudanças da realidade compõem o desafio de produzir Antropologia.

O trabalho é marcado e amparado pelo trabalho de campo ou observação participante, questão paradigmática em antropologia, tanto que Malinowski em seu livro *Argonautas do Pacífico* (1922) mantém-se como referência primordial daquilo que representa o ideal de trabalho antropológico, lhe atribuírem o título daquele que aquele que teria estabelecido a padrão da pesquisa etnográfica (SELZMAN, 1996, p.364), seguindo o postulado de Geertz que o descreveu como *etnógrafo do etnógrafo* (GEERTZ, Apud SELZMAN 1988, p 4 e 75). A questão que subjaz a este estabelecimento clássico de Malinowski se encontra naquilo que marcou a ideia de se produzir trabalhos antropológicos, fundamentado num tipo de ação do antropólogo que pressupõe sempre uma incursão à lugares distintos de sua vivência, de preferência lugares remotos, onde seja possível, por seu trabalho, fazer com que *aqueles de lá* sejam conhecidos *pelos daqui* por meio da capacidade de produzir aproximação, promover a ida de agentes a outros lugares e culturas e pelo seu crivo etnográfico se produzia textos com *status* e verdades .

Por mais que este trabalho seja obediente às tradições que tem legitimado o texto antropológico, ou seja, trabalho o etnográfico, o mesmo não se assemelha as experiências de campo tornadas clássica a partir de Malinowski⁴¹ vistas em inúmeros trabalhos como o de Boas em sua expedição geográfica ao Norte do Canadá (1883 – 1884); Leach em suas viagens para China, Ilha Botel e Birmânia; Firth na Nova Zelândia; Mead nas ilhas Samoa e Nova Guiné ou ainda exemplos brasileiros como os Irmãos Vilas Boas na expedição Roncador – Xingu até trabalhos como os do Professor João Pacheco de Oliveira com povos indígenas nas regiões norte e nordeste.

O trabalho de campo desenvolvido nesta pesquisa distanciou-se daquele modelo clássico, não somente pelo fato de se tratar de uma pesquisa realizada no contexto urbano, portanto, fora daquele ideal de povos autóctones, distantes de grandes metrópoles. Pondero que isto em si não traria significativo distintivo a pesquisa, considerando que a Antropologia ampliou radicalmente seus espaços de atuação e multiplicou seus instrumentos teóricos de análise da realidade. Dessa forma, o caráter mais específico deste trabalho que analisa a

⁴¹Sem com isto colocar-me como criador de quaisquer métodos originais, pelo contrário, coloco-me como aprendiz de contribuições mais recentes historicamente falando. Todavia, remetermos a trabalhos clássicos nos ajuda na compreensão processual da trajetória desta Ciência e verificarmos que em diversos aspectos estes continuam a nos fundamentar.

violência contra LGBT'S em Manaus, se encontra na relação entre o objeto alvo de estudo e o pesquisador. Como foi estampado no prólogo deste trabalho existe um duplo engendramento nesta relação, sendo a primeira a condição de *gay* e coordenador da pesquisa e a segunda tratar-se de um pesquisador com vivência concreta de violência física, sofrida através de uma tentativa de homicídio.

Tais circunstâncias possuem implicações difusas, que podem ser interpretadas de várias maneiras. Primordialmente, a imbricação existente entre os agentes alvo da pesquisa e o Agente pesquisador pode, especialmente, em remanescentes positivistas ser interpretado como elemento inviabilizador de credibilidade científica; dificuldades em estabelecer o distanciamento mínimo para praticar a magia da ciência. Entretanto, considerando o arcabouço de teorias que embasam esta pesquisa, o princípio da objetividade científica construídas pelo distanciamento positivista não constituem ameaça à medida que não fez parte dos intuitos deste trabalho.

Acredito que o maior desafio não se deu em questões de legitimidade metodológica, mas na própria necessidade de controle racional do sentir, ou seja, reconhecer seus vínculos subjetivos quando a realidade da violência toca a sensibilidade do pesquisador: por vezes confesso, o choro foi inevitável em algumas entrevistas. Lembro-me aqui quando fui à casa de *Hefesto*, assassinado em Janeiro de 2015 na Zona Leste, sua mãe, no meio da conversa, pediu para que eu a acompanhasse até o quarto onde ele tinha recebido pancadas na cabeça e, em seguida sido estrangulado com o cabo do seu aparelho de DVD, o levando a óbito; a emoção expressada ao relatar como os assassinos procederam no cometimento do crime me deixou abalado, sentimento agravado, pelo fato que introduzo como um elemento a mais, minha relação de amizade com *Hefesto* desde 2002. Ou seja, além de todos os aspectos já considerados, no decorrer da pesquisa alguns *agentes* fazem ou faziam parte de meu círculo de amizade.

Olha aqui ó tá aqui o sangue, ele disse que deu aquele sossega leão, colocaram isso na boca dele, quando desmaiou ai ele colocaram o cabo do DVD (...) Aí a poça de sangue tava aqui, isso aqui ficou tudo sapecado de sangue, aí ficou uma poça no tapete né, ele tava de cabeça aqui e o corpo pra cá né, e a toalha dele, ele pegou essa chave, trancou pegou essa chave aqui e olha onde ele deixou, aqui ó, deixou aqui, a toalha tava por cima (BONDOSA, 2005)

A aproximação dessas tragédias reforça o sentimento de pertencimento, tornado mais agudo em situações em que o *agente* alvo de violência pertence a minha rede de contatos e/ou amizade. Em outras dimensões do trabalho de campo, me colocou em situações controversas, como da mistura entre pesquisador e militante da causa LGBT, fatos que foram fundamentais para abrir frestas para a realização do trabalho de campo, mas também, por vezes tornou-se obstáculo para a realização do mesmo, seja pela minha posição, seja pelos preconceitos intralgbt's ou receio de exposição social. Os enfrentamentos dentro do *movimento* extrapolam a dimensão puramente política ou faccional entre lésbicas, gays, travestis, bissexuais e transexuais/transgêneros, essas ganham dimensões de difícil explicação teórica devido a agudeza das personas.

Possivelmente a exemplificação poderá ajudar nisso que empiricamente presencio em muitos momentos entre LGBT'S. Algumas lideranças do *movimento e agentes de resistência* estabeleceram estratégias para evitar a realização de suas entrevistas. Algumas eu as venci pelo cansaço outras conseguiram fazer o inverso. Poderia classificar que é bastante comum o estabelecimento de preconceitos entre os divisores das letrinhas no interior do movimento, por vezes, até mesmo certo acirramento dentro das próprias letrinhas como já pontuei na sessão anterior. Evidentemente que existiram outros demarcadores que provocam resistências em colaborar com a pesquisa como o receio de alguma pergunta que possa afetar diretamente o Agente, considerando que determinados Agentes padecem de problemas como a falta legitimidade e até de falta lisura.

As entrevistas realizadas com as *agentes de estado* foram todas realizadas via mediação de amigos que tinham algum vínculo de proximidade com estes agentes. Depois de tentativas formais, como a entrega de documento solicitando audiência à SEMASDH, sendo estas nunca agendadas. Este fato inviabilizou a realização de entrevista com a secretária e com a agente que interagira e participava das reuniões do movimento, visto que esta tinha sido realocada em outro departamento da referida Secretaria e não aceitou ser entrevistada já que não mais respondia pelo setor de direitos humanos.

Na sessão dedicada aos *agentes de estado* e as políticas municipais a caracterizei como uma *andorinha* dentro da Secretaria em questão. O entrave ao acesso a SEMASDH me fez repensar as estratégias para conseguir acesso aos *agentes* órgãos Públicos. Optei por buscar mediadores que destrancassem as portas do poder público, estratégia que se mostrou eficaz para a realização da etnografia nos órgãos públicos estaduais. A DGH (Delegacia Geral de

Homicídios) está entre as exceções de uso dessa estratégia, visto que o Delegado me recebeu e deu apoio ao trabalho de pesquisa. Só não fui recebido algumas vezes devido ao fato de se tratar de uma Delegacia onde todos os casos são trágicos, por vezes marcados por comoções familiares e - ou popular o que torna impossível realizar outra atividade senão dar respostas à situação.

Quando o trabalho de campo refere-se especificamente aos casos de violência no contexto empírico, o trabalho desenvolvido percorreu duas vias fundamentais: violências não físicas e violências físicas, organizadas teoricamente a partir das classificações: *violência simbólica, moral e física*, esta composta por duas modalidades de etnografias - aquelas que não resultaram em óbitos e aquelas que provocaram o óbito de LGBT. A seleção dessas histórias para compor o objeto dessa pesquisa se deu como resultado de minha própria vivência no *movimento Social LGBT*, em redes de amizades, ou seja, os casos foram aparecendo a mim de forma processual: nas conversas entre grupos ocorridos em festas, dentro dos salões de beleza aos quais frequento, nas relações construídas no espaço de trabalho, em grupos de amigos virtuais via aplicativo de celular e ainda com os diversos LGBT'S que frequentam minha residência. O desafio restringiu-se a convencer e depois agendar os momentos de conversa mais específica com cada um deles.

A parte do estudo que teve como foco os homicídios o trabalho teve desafio mais significativo, primordialmente no que tange ao acesso aos parentes e amigos dos mortos. Os casos de homicídios estudados de forma mais aproximada, todas elas só se efetivaram devido à mediação de amigos que conheciam alguém da família ou amigos dos falecidos. Caso emblemático para mim foi de *Baco*, assassinado em Janeiro de 2015, residente da Zona Leste. Fui aconselhado a não buscar aproximação com sua família, pois a mesma não o reconhecia ou pelo menos não aceitava a sua identidade *gay*, isto é, em casa *Baco* vivi adentro do *armário*. Tal situação fez com que, para que o mesmo compusesse o quadro de *agentes de resistência*, foi necessário recorrer a um amigo do melhor amigo deste agente assassinado.

Durante o desenvolvimento da pesquisa realizei algumas visitas ao bairro Mauazinho em busca de proximidade de certa história que envolvia uma travesti esfaqueada dentro de sua casa, que teria morrido numa tentativa de fuga ao cair do telhado. No momento em busquei melhores informações, descubro que a mesma não possuía parentes ou amigos próximos que pudessem contribuir com a pesquisa que desenvolvia. Todavia, numa dessas visitas conversei com uma jovem travesti, enquanto conversávamos a mesma fazia o alisamento de cabelo de

uma mapô⁴². No decorrer da conversa, ela relatou sobre a morte de outra travesti que possuía um salão de beleza neste bairro, que se sabia não possuir parentes, segundo ela, quando a mesma foi assassinada dentro de seu salão, apareceram inúmeros de parentes e, cada um pegava algum bem doméstico ou do salão e afirmavam ser deles: foram cadeiras, espelhos e outros utensílios do quarto. Os objetos foram vendidos a baixo custo pelo bairro. São histórias não aprofundadas nesta tese, mas que configuraram como sustentação teórica do objeto de pesquisa.

A dificuldade para chegar até a família da *Deusuite* foi significativa, mesmo que sua vizinha fosse minha amiga e tenha feito toda a intermediação. No dia e horário marcado fomos à casa de *Deusuite*, e ao chegar à frente da residência sua mãe encontra-se arrumada para ir ao culto da igreja deus é amor. A mesma desmarcou e sugeriu vir outro dia. Depois de algumas tentativas consegui realizar a primeira conversa com Dona *Inocência*⁴³. Inicialmente, preferiu conversar na própria calçada, mas a precipitação de uma chuva obrigou-a a nos convidar a entrar⁴⁴.

Quando adentrei em sua casa pude perceber que residiam cinco pessoas em único cômodo, pequeno e de madeira. Incluindo um netinho de poucos meses. A mãe analfabeta, vivendo unicamente do PBF (Programa Bolsa Família) e alguns bicos, sendo que *Deusuite* ajudava no sustento familiar, por meio de seu trabalho como garota de programa a família estava passando por maiores dificuldades após sua morte por apedrejamento na Zona Norte da cidade. O companheiro com quem manteve relação conjugal até sua morte, naquele momento estava vivendo nas ruas, desnordeado pela morte de *Deusuite*. Isto me mostrou que a pesquisa possuía desafios mais complexos que vinculavam de forma radical as premissas do *reconhecimento e redistribuição* postulados por Nancy Fraser de maneira interseccional.

1.2.2 Uma categoria fundamental de análise: os agentes da pesquisa

No contexto de aprendizagem em que o trabalho encontrava-se, com muitos passos já consolidados, estava o pesquisador imerso na incerteza de questão elementar: que categoria a

⁴²Significa mulher entre LGBT'S. A mesma usava um pequeno compartimento de sua casa como salão.

⁴³Nome atribuído por religiosidade, analfabetismo e desconhecimento (real ou não) sobre a vida de *Deusuite*.

⁴⁴O uso do termo no plural se justifica pelo fato de que minha amiga, que foi minha discente no Curso de pedagogia me acompanhou nas idas até a residência de *Deusuite* – teve papel de mediadora.

ser atribuída aos indivíduos que estavam contribuindo com a construção deste trabalho a partir de suas experiências vividas e relatadas, em especial por meio de entrevistas. As categorias utilizadas empiricamente pelo movimento LGBT Amazonas possuem poder explicativo e por isto são utilizados no trabalho. Os termos *movimento associação, fórum, aliança, segmento, articulação, coletivo* são nomes para designar os modelos organizacionais e compuseram o repertório da pesquisa; ativista e militante para designar os LGBT'S que participam dessas formas organizacionais também compõem o vocábulo deste trabalho.

Todavia, é patente que elas não possuíam a universalidade necessária para as diversas dimensões desta pesquisa e nem a robustez teórica para fundamentar o caráter compreensivo desta pesquisa. Isto desencadeou a busca por determinada categoria que ao final foi encontrada precisamente naquele teórico que em grande medida vinha balizando esta atividade teórica – categoria *agente* de Bourdieu. A referida categoria ao ser segmentado em três campos sociais de atuação deram a necessária sustentação e sistematização.

A história das ciências sociais é marcada por tensões e posições distintas centradas na relação indivíduo e sociedade e/ou indivíduos e cultura, as diversas escolas de pensamento produzem historicamente espaços onde indivíduos ora possuem maior protagonismo, ora menor e em determinadas correntes considerados quase que irrelevantes. A escolha de determinada perspectiva teve o papel de determinar o paradigma sob o qual o estudo científico, metodologicamente, estabeleceu a relação com o mundo da realidade social. O aparecimento inerente às ciências sociais da problematização sobre o papel dos *agentes* dentro de uma pesquisa possui seus aspectos embrionários a partir do século XVI quando a “autonomia do ‘sujeito’” que passa a constituir-se como marco epistemológico no *eu penso*, elemento este ontológico propedeuticamente.

No bojo dos processos decorridos, a secularização, o cientificismo, o utilitarismo, o liberalismo impulsionaram a invenção do indivíduo social, algo impensável em períodos *heteronômicos*⁴⁵ sejam das construções daquilo que se classificou antiguidade clássica ou medieval idade cristã. A partir deste contexto podemos afirmar nas primeiras versões de uma filosofia do “sujeito” transcendental no conjunto de estudos europeus e, posteriormente, no despontar das modalidades de estudos categorizadas como estudos humanos e/ou sociais – a

⁴⁵No sentido metafísico significa que o lócus da verdade encontrava-se em elemento fora e distinto da consciência individual; Contrapõe-se ao Autós Moderno que tem seu princípio fundante no cogito Cartesiano.

totalidade da imanência, da pluralidade, do movimento, conflito, da construção social da realidade.

Neste contexto, Marx (1999) considera que somente se poderiam pensar os indivíduos dentro das relações de classe e estas duas categorias inseridas em determinadas estruturas históricas que condicionam suas trajetórias. Estas premissas, não inviabilizam a ação dos indivíduos, pois as transformações revolucionárias são plenamente possíveis, no momento em que os “indivíduos” possuem consciência de classe e buscam jogar o jogo do antagonismo construindo processos históricos que representam o aspecto do homem como ser ativo. No texto a *Ideologia Alemã* escrita em parceria com Engels afirmam que a “história nada mais é do que a sucessão de diferentes gerações, cada uma das quais explora os materiais, os capitais e as forças produtivas a ela transmitidas pelas gerações anteriores” (MARX, ENGELS, 1999, p.70). Ou seja se de um lado herda condições predadas, por outro lado possui a capacidade de transformar as circunstâncias anteriores através de ações diversas daquelas a que em dado momento parecia o “indivíduo” submetido e cativo.

Observa-se que Marx e Engels foram interpretados, em certo sentido, como aqueles que impuseram ao “indivíduo” determinada condição de passividade frente ao pendulo de compreensão do funcionamento da sociedade, entretanto se pode verificar o reconhecimento, o poder da relação infraestrutura e superestrutura e ao mesmo tempo pensar em “indivíduos” em movimento pela autonomia.

Em Durkheim (2001) as regras sociais se sobrepõem em detrimento a capacidade de ação dos “indivíduos”. O princípio estabelecido da consciência coletiva preconiza que as regras, a moral, independeriam dos indivíduos particulares. A coletividade se impõe aos “indivíduos” como força institucional, o que indicaria que os processos de transformações são também coletivos e lentos. Este fato impediria qualquer desestruturação da ordem moral da sociedade, ou seja, a coesão social tornar-se-ia elemento subjacente ao ideal funcionalista de estabilidade, ordem e saúde social. Neste sentido para Durkheim “há costumes com os quais devemos nos conformar, se os infringimos, eles vingam-se em nossos filhos” (DURKHEIM, 2001 p.57), esta premissa que se circunscreve ao campo da educação, tem o poder de explicar a perspectiva durkheimiana para outros campos, onde impõe o poder do fato social como escudo protetor contra a anomia.

Em Weber os “indivíduos” ganham o papel fundamental de detentores do poder de produzirem atos sociais e de estabelecerem sentidos a seus próprios atos sociais. O conceito de ação social, entretanto não significa pensar o “indivíduo” como ser isolado ou indiferente aos outros, a sociedade. Em outras palavras, ele age por demandas de diversas ordens, entretanto, o que marca o pensamento weberiano é a capacidade não só do “indivíduo” empreender sua ação social, mas acima de tudo de construir sentido para as ações empreendidas destinando ao cientista social a capacidade de compreensão. Assim, as ações em Weber são classificadas em: Tradicional, ação afetiva, ação racional em relação a valores e ação racional em relação a fins: “a ação social orienta-se pela ação de outros, que podem ser passadas, presentes, ou esperadas como futuras” (WEBER, 1997 p. 139).

Pode-se afirmar que o postulado de Norbert Elias (1994), que ao visar superar a dicotomia radical entre sociedade e individuo propõe pensar a sociedade “rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras” (ELIAS, 1994, p.21). Esta só pode existir a medida que pressupomos a existência da história, da cultura, da educação, entre outras, ou seja separar “individuo” e sociedade não parece ser algo que contenha coerência lógica interna, pois aparecem como elementos indissociáveis. Dessa forma, o conceito de configuração assume o objetivo de possibilitar a compreensão da realidade de maneira mais contextual. Este propõe ainda o conceito de *habitus* em sentido muito semelhante à maneira como Bourdieu o compreende: que neste sentido possui o poder de catalisar aspectos sociais e individuais, afinal o *habitus* perpassa por campos coletivos como o de classe ou de uma categoria, bem como busca explicar como um “indivíduo” apropria-se de um saber social fundindo em questões objetivas e subjetivas.

A perspectiva proposta por Elias (1994) e Bourdieu (1983; 2004), neste trabalho mais este que aquele, poderia indicar certa dificuldade de pensar como estes “indivíduos” podem atuar de forma transformadora os ditames sociais e culturais incutidos por meio das representações simbólicas. Todavia, Bourdieu ao se reportar a necessidade de se classificar os “indivíduos”, sugere o uso do termo *agente* no sentido que se assemelha à ressemantização produzida por Foucault da categoria de “sujeito”, quando o coloca na condição de protagonismo de sua própria história, um ser que narra, orienta seu próprio destino em suas contradições, avanços e retrocessos (FOUCAULT, 1999).

A categoria *agente* possui em Bourdieu peculiaridade no que diz respeito ao fato de considerar tanto o princípio de ação de “indivíduos” enquanto subjetividade quanto a ação

coletiva de grupos, por exemplo. O campo local onde se estabelece de forma discreta a estrutura simbólica, que em Bourdieu é sempre estrutura estruturada e estruturante; o *habitus* como aprendizagem incutida e apropriada por “indivíduos”; grupos são espaço onde os *agentes*, da mesma natureza, disputam por interesses comuns. O agente social entra em cena como aquele que ao pertencer ao mesmo conjunto de *habitus* elaborados, coloca-se em luta. Agindo dentro do campo interesse. Assim:

Eu queria de algum modo reintroduzir de algum modo os agentes que Levi-Strauss e os estruturalistas, especialmente Althusser, tendiam a abolir, transformando-os em epifenômenos da estrutura. Falo em Agentes e não em sujeitos. A ação não é a simples execução de uma regra, a obediência a uma regra. Os agentes sociais, tanto nas sociedades arcaicas como nas nossas não são apenas autômatos regulados como relógio, seguindo leis mecânicas que lhes escapam. Nos jogos mais complexos – as trocas matrimoniais, por exemplo, ou as práticas rituais –, eles investem os princípios os princípios incorporados de um *habitus* gerador: esse sistema de disposições pode ser pensado por analogia com a gramática gerativa de Chomsky – com a diferença de que se trata de disposições adquiridas pela experiência, logo, variáveis segundo o lugar e o momento. Esse “sentido do jogo” como dizemos em francês, é o que permite gerar uma infinidade de “lances” adaptados à infinidade de situações possíveis, que nenhuma regra pode, por mais complexa que seja, pode prevê. (BOURDIEU, 2004, 21)

Neste sentido o dilema vivido pelo pesquisador ao pensar como estabelecer uma relação de parceria como os *agentes* que construíram este trabalho sobre a violência contra LGBT’S em Manaus no período de 2012 a 2015, e acima de tudo o intuito de buscar compreensão racional sobre os processos em curso na sociedade brasileira e manauara, teve na categoria *agente* aporte que favoreceu o desenvolvimento *do ponto de vista especializado* deste pesquisador. A categoria em questão tornou-se fundamental para compreender o papel destes no *contexto do conflito territorial assimétrico dos campos da moral e do direito* na sociedade na atualidade.

Todavia, a necessidade de aprofundar o nível de compreensão sobre as diferenciações internas da pesquisa a respeito das modalidades de Agentes que aparecem optei por criar distintivo entre estes visando aproximá-los de seus campos de atuação e de seus hábitos construídos, mesmo que saibamos que as classificações sejam sempre construções teóricas e que a realidade as tornem precárias. A ordem é sempre um ordenamento da razão e não da realidade social.

Dessa forma, os Agentes que aparecem nesta pesquisa como aqueles que foram alvo de formas distintas de violência: moral ou física, e que contribuíram de forma mais objetiva com estes relatos vivenciais serão categorizados como *agente de resistência*. O temo

resistência aparece fundamentado na perspectiva de Scott (2004)⁴⁶ que demonstra como os subalternos estão a todo momento produzindo ações de resistência.

O fundamento teórico encontrou eco durante entrevista com *Tulipa*, a jovem transgênera que ao perceber que seria inviável manter a convivência familiar, em especial com seu pai, passou a roubar e esconder utensílios de cozinha como panelas, pratos, talheres do supermercado de sua família em que a mesma era funcionária. Este tipo de resistência cotidiana, não organizada, que Scott identifica nos grupos subalternos em seus estudos em contextos camponeses, contribuiu para a sua adoção neste trabalho. As modalidades de resistência empreendidas por LGBT'S, em muitos casos estão totalmente alheios às organizações sociais, mas por suas práticas contestadoras resistem ao poder heterocêntrico - Cis e evidenciou-se que as agressões que estes recebem decorrem, primordialmente, por formas ocultas de resistência flagrada pelo poder dominante.

A maioria das formas assumidas por essa luta não chegam a ser exatamente a de uma confrontação coletiva. Tenho em mente, neste caso, as armas ordinárias dos grupos relativamente desprovidos de poder: relutância, dissimulação, falsa submissão, pequenos furtos, simulação de ignorância, difamação, provocação de incêndios, sabotagem, e assim por diante. Essas formas Brechtianas de luta de classe têm certas características em comum. Elas exigem pouca ou nenhuma coordenação; representam uma forma de autoajuda individual; e tipicamente evitam qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou as normas da elite. Entender essas formas corriqueiras de resistência é entender o que grande parte do campesinato faz "entre revoltas" para defender seus interesses da melhor forma que conseguem fazê-lo. (James C. Scott Rev. Bras. Ciênc. Polít. no.5 Brasília Jan./July 2011 <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522011000100009> DOSSIÊ "DOMINAÇÃO E CONTRA PODER" Exploração normal, resistência normal).

Os LGBT'S em suas práticas de resistência desarticuladas das lutas sociais dos movimentos organizacionais, compõe parte dos processos mais amplos de afirmação identitária, entretanto, para melhor identificar agentes individualizados, daqueles agentes individuais ou organizacionais do Movimento LGBT Amazonas, esta pesquisa considerou pertinente a composição *agente de resistência*.

As organizações LGBT do Amazonas aglutinadas no Fórum LGBT Amazonas e Aliança Amazonense LGBT são compostas militantes ou ativistas sociais, neste trabalho serão categorizados como *agentes de enfrentamento*. Assim, o termo encontra-se pautado na

⁴⁶A categoria resistência baseia-se em James Scott pautado de forma mais direta por meio da obra *Los dominados y el arte de la resistencia*. Ediciones Era. México, 2004 e percorre o todo trabalho. Todavia, no quarto capítulo quando se estabelecerá a discussão sobre o conflito social de ordem moral apresentaremos alguns pontos do pensamento deste autor de forma direta e profunda.

perspectiva do repertório dos *movimentos sociais* e o do estado brasileiro. O termo *enfrentamento* é categoria utilizada corriqueiramente por *agentes* das organizações sociais que se posicionam como ativistas em *luta* pelas conquistas dos direitos desses *povos* em estudo. Compreende também repertório dos *agentes estado* envolvidos em desenvolvimento de políticas públicas, como saúde e segurança. A distinção entre *agentes de resistência* possui função organizativa do trabalho, por vezes esta separação coadunou-se com a realidade empírica, todavia o trabalho de campo demonstrou que essas fronteiras não podem ser pensadas com rigidez, considerando que me deparei com *agentes de enfrentamento* que são *agentes de resistência e de estado* ou já vivenciaram essa condição.

Aqueles que atuam como agentes públicos serão categorizados como *agentes de estado*, pressupondo que o Estado não se configura como bloco rígido e harmônico, mas como campo, portanto como uma conjugação de forças antagônicas em busca de construir um “princípio de produção e de representação legítima do mundo social” (BOURDIEU, 2014, 52; 30). Observa-se que Bourdieu propõe a superação de concepções clássicas de Estado: a de que o Estado representaria o local da neutralidade postulada em Hobbes, Locke; o Estado como monopólio da violência legítima de Weber; O Estado como integração lógica e moral de Durkheim e possivelmente a posição mais difundida na academia brasileira no século XX que postulava que o Estado não é um aparelho orientado para o bem comum, é um aparelho de coerção, de manutenção da ordem pública, mas em proveito dos dominantes (IDEM, 2014, 33) defendida por Marx.

Demarcar a concepção de Estado que se torna importante a medida que se compreende que em diferentes práticas de governo, seja ele mais à direita ou a esquerda as políticas públicas empreendida serão sempre resultantes de conflitos no interior do próprio Estado. Dessa forma, a constatação de que a redemocratização brasileira trouxe em seu bojo os primeiros passos do reconhecimento da necessidade de viabilizar ações de Estado para os *povos* LGBT, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso (1994- 2002), tais políticas tornaram-se mais efetivas a partir do governo Lula, por meio do programa propedêutico *Brasil sem Homofobia* (2004).

Mesmo que o Governo Dilma tenha avançado na construção de políticas de saúde, de combate a violência, Educação, tem-se visto um descompasso entre as esferas do Estado brasileiro, onde se pode verificar na esfera do executivo Federal a existência de pauta

progressista no sentido de atender aos anseios das organizações LGBT⁴⁷. Todavia o fato do Governo Federal, em conjunto com o *movimento* LGBT, terem desenvolvido o *Sistema Nacional LGBT a partir da II Conferência Nacional de Direitos Humanos LGBT de 2011*, estados e municípios estão aquém no sentido de um retardo ou imobilidade nas implementações das políticas, que a partir do princípio do Pacto Federativo e da intersectorialidade, cabem a estas esferas executar, como a criação de: Comitês de combate a violência e conselhos estaduais, municipais e distritais.

O judiciário, especialmente no STF, tem atuado como interprete das leis, visando assegurar direitos ainda não conquistados de forma explícita, caso da união civil homoafetiva. Por outro lado, temos no campo legislativo o recrudescimento quanto às possibilidades de quaisquer avanços rumo a efetivação de direitos desses *povos*, especialmente pelo avanço nesses espaços dos setores conservadores categorizados como *punitivistas, religiosos e patrimonialistas*⁴⁸.

As práticas conservadoras no campo legislativo tem sido comuns desde o congresso nacional até câmaras municipais do país. Exemplo cabal destas perspectivas de negação dos direitos LGBT se deu em Manaus no ano de 2015, momento em que o Movimento LGBT foi derrotado, na assembleia legislativa e na câmara municipal, no tocante ao respeito da permanência ou retirada dos itens que tratavam da diversidade de gênero identidade de gênero e sexualidade. Em ambas as casas estes itens foram rejeitados e retirados do Plano de Educação⁴⁹.

A opção pela categoria de *agentes de estado* neste sentido está vinculada a percepção teórica de Bourdieu sobre o caráter de campo, compreendendo como espaço das disputas, mesmo explicitando o respeito puro pelo caráter simbólico que representa o Estado, oculto, invisível que nenhum dos agentes sociais de uma sociedade, mesmo os mais críticos, os mais anarquistas, os mais subversivos, demonstram, e isso tanto mais que o fazem sem sabê-lo (IDEM, p.68).

A segmentação categoria *agente* teve por objetivo dar conta dos diferentes agentes sociais e organizações que contribuíram para a feitura deste produto. Todavia toda

⁴⁷Texto produzido antes do golpe sofrido pela presidente Dilma.

⁴⁸Adiante exponho o processo de definição do uso dessas três categorias. São categorias interpretativas dos grupos parlamentares brasileiros que revelam, portanto, muito de seus representados.

⁴⁹O III capítulo desta tese estas questões serão apresentadas com maior profundidade

classificação possui um si mesmo o germe de sua falibilidade, visto que pelo próprio caráter de dinamicidade social e as múltiplas de posições que os agentes podem atuar ou representar uma classificação fechada e rígida pode vir a fragilizar a legitimidade da classificação. Classificações que não se coloquem no limite da flexibilidade não poderão oferecer compreensão mais proximal possível da realidade social.

A relevância do adendo acima se justifica pela própria realidade empírica observada no trabalho de campo, onde as posições de fala dos agentes se movem, se hibridizam e transformam a todo o momento. O mesmo *agente de enfrentamento* em determinado momento encontra-se na posição de *agente de resistência* como podemos observar nos casos de *Psicodélico* e/ou *Amazonas*; A *ativista Dinká* participou da pesquisa como *agente de enfrentamento*, mas também atua como *agente de estado*. Portanto, as classificações dos diferentes tipos de agentes teve o papel de demarcar em determinado contexto histórico, situacional a posição de fala dos *agentes*.

Neste sentido é o reconhecimento dos papéis sociais e políticos de todos os “indivíduos” e organizações que estabeleceram esta relação reflexiva à medida que a todos foi estendida o *status* de agente. A referida decisão é resultado do olhar estabelecido pelo pesquisador como resultado do arcabouço teórico edificado, mas também das lições que o trabalho de campo me proporcionou. O sofrimento de LGBT’S que foram excluídos do seio familiar, ou que sofreram constrangimentos morais e agressões físicas se deu dentro de contextos de afirmação de suas vontades, utilizando por vezes de estratégias de *resistências* que permitissem assumirem-se e não serem totalmente excluídas de suas vidas familiares. Estes atos frente situações de violência são interpretados como processos políticos de criação de novos *ethos* na sociedade.

1.2.3 – A construção relacional entre pesquisador e agentes da pesquisa

Como explicitiei em sessões anteriores, somente em 2013, se produziu de maneira relativamente clara o foco desta pesquisa, onde se contemplou a violência contra LGBT’S na cidade de Manaus como objeto a ser investigado. A percepção teórica inicial, ou seja, que antecedeu a construção deste objeto, que estava centrada no maniqueísmo entre os princípios do bem e do mal a partir de um estudo na Avenida “Grande Circular”, Zona Leste de Manaus, no período noturno, e visava realizar descrição etnográfica das posições antagônicas e

complementares do “sagrado e do profano”. Assim, não teria como não confrontar polos contrários, a exemplo, da atividade desenvolvida por evangélicos – entrega de “santinhos”⁵⁰, pregações, venda de produtos (...) e as práticas noturnas de LGBT’S neste espaço, primordialmente de *gays* nos espaços de festa e as *travestis* em seus pontos de prostituição.

O aprofundamento teórico no campo antropológico por meio das disciplinas cursadas, o nível abstrato e imprecisão quanto ao objeto, o método e a minha condição de desânimo com o projeto que tinha em mãos me colocou em processo de busca de ressignificação do projeto. Dessa inquietação resultou na elevação do “lado do mal”, os LGBT’S como alvo, dando ênfase as diversas formas de violência que atingem estes *povos* em Manaus. Quanto ao *lôcus* de desenvolvimento empírico da pesquisa a pesquisa ampliou para o contexto da cidade de Manaus, tornando difusa esta categoria no que diz respeito ao privilégio de dar visibilidade a violência na cidade de forma independente do espaço como espaço físico.

Inicialmente, o primeiro espaço em que busquei inserção foi naquele ocupados pelos *agentes de enfrentamento* ligados ao *movimento LGBT Amazonas*, onde várias *associações, segmentos, coletivos LGBT* compunham o Fórum LGBT Amazonas. Em 2013 as reuniões eram realizadas na segunda semana de cada mês na SEARP (Secretaria de Estado de Articulação de Políticas Públicas aos Movimentos Sociais e Populares) geralmente realizadas às sextas feiras. A coordenadora do Fórum tornou-se *agente* fundamental para a concretização deste trabalho visto que além de ter facilitado minha inserção junto ao *movimento* e acesso aos *agentes de enfrentamento* ainda postulou-se como informante primorosa pelo amplo conhecimento e larga experiência nas organizações social LGBT, especialmente, no *movimento de mulheres lésbicas*. Paulatinamente minha inserção nas reuniões do Fórum propiciou contato com outros agentes que contribuíram de maneira formal e informalmente com a pesquisa.

É reconhecido que alguns *agentes* de reconhecida relevância para a trajetória do *movimento LGBT* não aparecem de forma direta neste trabalho. Ressalto que foi despendido esforços visando estabelecer interlocuções com determinados *agentes* que sempre deram um “jeitinho de fugir” de mim. Algumas agendas marcadas e desmarcadas, outras em que me deslocava até o local previamente acertado e o/a agente já não se encontrava no local acertado e/ou informava que não conseguiria chegar para conversar comigo. Houve casos em que

⁵⁰ Pequenos panfletos.

simplesmente passava a não ser mais atendido via contato por telefone celular. O transcorrer do tempo e a consolidação de laços, a conquista da confiança de alguns agentes possibilitou compreender as causas das reservas e barreiras construídas por alguns agentes de enfrentamento que permitiria aprofundar o conhecimento a ser construído neste estudo.

Afora os agentes que se colocaram à disposição e paradoxalmente inviabilizaram a efetivação de suas participações, outros foram solícitos a contribuir com a pesquisa, alguns como estratégicas que se relacionam com as disputas internas do Movimento organizado, ocupar espaço e ganhar visibilidade são termos que se aplicam tanto as causas quanto as pessoas, ênfase de forma ilustrativa que em 2015 o Fórum LGBT sofre uma clivagem, momento em os dissidentes passam a reativar politicamente a Aliança Amazonense LGBT. Isto significa que as motivações dos agentes estão imbricadas com o aspecto egocêntrico e ao entendimento de que o trabalho acadêmico pode ter papel de construção da visibilidade social da agenda do *movimento*. Outro elemento que não pode ser preterido é o do aspecto relacional, ou seja, o processo de construção de amizade com os Agentes em alguns casos foi definidor para a tomada de decisão em participar como interlocutor deste trabalho, pois a confiança estabelecida entre pesquisador e os agentes da pesquisa facilitou a realização das entrevistas.

O processo de realização das entrevistas com os *agentes de resistência* constituiu-se como o maior desafio deste trabalho, inicialmente porque eu, enquanto pesquisador, tinha mais incertezas que certezas de como encontrar estes *agentes*, como proceder; quais critérios utilizar para selecioná-los, como negociar com estes *agentes*, sejam eles alvo da violência ou com *agentes* que iriam relatar casos de homicídios de parentes e/ou amigos.

No decorrer da pesquisa descobri que em muitos casos de homicídios a voz de interlocução jamais seriam a dos parentes que tinham perdido algum membro da família. O preconceito marcado pelo viés da representação de desconhecimento da condição LGBT, comuns em caso de *gays* e lésbicas, protagonizado pelos membros das famílias, possui a função de isentá-las do enfrentamento dessa realidade vista como um problema.

Os LGBT'S que fazem parte de famílias que *se negam saber ou reconhecer* sua condição, os isentam de tratar do assunto e exige, por vezes, do membro LGBT a prática de malabarismos moralistas, como disfarçar a performance corporal de um estilo mais feminizado para outro masculinizado, o cuidado com as indumentárias, o uso de arranjos

afetivos reais ou fictícios heteronormativos, a ausência quase que total da vivência familiar (...).

Em algumas situações das atividades de campo os próprios *agentes de enfrentamento* indicaram pessoas que tinham passado por alguma experiência de violência ou casos de LGBT'S assassinados; outros eu conheci em reuniões e eventos da pauta LGBT, casos como o de Amazonas e de *Psicodélico Agentes de Enfrentamento* contribuíram com o trabalho como *agentes de resistência*. Estes refletem a realidade muitos Agentes que após experiências discriminatórias, de violência física tornam-se militantes ao compreenderem a dimensão social, cultural e política da violência. A transformação destes em interlocutores da pesquisa enriqueceu sobremaneira, pois seus relatos continham, além do aspecto subjetivo de suas dores, o vigor patente do ato de lutar e denunciar, visto que possuíam concomitantemente os dois locais de fala, *resistência e enfrentamento*.

A *agente Amazonas* teve que sair de forma compulsória de sua própria casa em 2013, por meio de ordem de seu vizinho. Segundo a mesma, devido a sua identidade de gênero. Processo androcentrista, machista, misógino e lgbtfóbico em que não encontrou nenhuma solução por vias legais até o momento. A agressão moral e física que lhe inviabilizou até mesmo visitar sua própria casa está encarnada em sua consciência, somatizado em seu corpo e tem determinado diversos aspectos em condição social. Segundo *Dinká*, *agente enfrentamento* que lhe deu apoio quando a mesma procurou o Fórum LGBT Amazonas, a questão não passava por “*demandas de ordem econômica do campo imobiliário, visto que a casa do vizinho era grande, estruturada e totalmente construída, mas uma questão de ódio*” (Dinká, 2013).

.Reconheço que em momento anteriores não havia a pretensão aprofundar e incluir a sofrimento de *Amazonas*, ela só despontou como foco analítico deste trabalho a medida que, na CMDHC – LGBT(Conferencia Metropolitana de Direitos Humanos e Cidadania -LGBT) e principalmente na CEDHC - LGBT(Conferencia Estadual De Direitos Humanos e Cidadania – LGBT), realizadas respectivamente em Novembro de 2015 e janeiro de 2016, momento que evidenciou-se que participação podia ser caracterizada como extremada de indignação.

Na Conferencia onde atuei como palestrante do Eixo 1⁵¹, e contribui na mediação das definições de propostas para a CND/ LGBT, exercitei ao máximo a capacidade de negociação e entendimento, visto que teríamos que construir apenas cinco propostas de políticas para o Brasil, e a nossa militante e *agente de resistência* exaltou-se diversas vezes por defender propostas ligadas a criação de delegacias especializadas em crimes lgbtfóbicos, questão que o grupo entendia serem propostas ligadas ao Estado do Amazonas e não do Governo Federal. Seu ar de inquietude, revolta, endurecimento levou-me a refletir que sua postura e comportamento poderiam revelar muito mais que o aceno realizado por *Dinká* a respeito de preconceitos violências que afetavam Lésbicas aqui em Manaus. Os atributos etnografados deu-me a ideia de lhe atribuir o nome *Amazonas*, inspiração do mito grego adaptado às narrativas também mitificadas de Orellana (1549) sobre as mulheres guerreiras que habitavam uma tribo sem homens.

Dessa maneira, Aproveitei a Conferencia LGBT do Estado do Amazonas, em que a mesma participou como delegada, para estreitar os laços de amizade obter mais detalhamentos sobre as atuais condições existenciais e de que forma sua performance social deslinda um possível exemplo comum de LGBT em sofrimento pelo sentimento de injustiça, quando mesmos inculcados pelas estruturas simbólicas estruturadas, práticas de agressão ocorrem pelo único motivo de terem quebrado com as regras heteronormativas/Cis.

A ressalva realizada neste último parágrafo deve-se ao comportamento social dela por um lado: metalúrgica do Distrito Industrial de Manaus, católica praticante e membra de movimento de pastoral católica; estudante universitária e em paralelo estudante de curso técnico em língua Inglesa; por outro: como residente monoparental em casa própria e possuir quarenta e quatro anos; sua casa era frequentada, em maioria, por mulheres; em ambiente local onde poucos estão na universidade, ou seja onde não existe necessidade, por exemplo, de horários de silêncio. Mesmo que se possa garantir que possua padrão de ações sociais adequados às molduras estabelecidas pelas estruturas macrossociais, o atrevimento e até mesmo as práticas de resistência aos modelos familiares e sexuais heteronormativos lhe conferiram reações preconceituosas, excludentes e violentas.

No trabalho etnográfico, especificamente no decorrer do processo de acompanhamento dos *movimentos LGBT* do Amazonas, conheci o jovem que neste aqui recebeu o nome de

⁵¹Políticas Intersetoriais, Pacto Federativo, Sistema Nacional de Promoção de Cidadania, Enfretamento da Violência Contra “População” LGBT e Participação Social.

Psicodélico. Reside na Zona Norte da cidade de Manaus. Trata-se de jovem de vinte e sete anos que aos dez ou onze anos, com as ações típicas da puberdade vê-se dia a dia sua inadequação entre o corpo feminino que os efeitos do estrogênio lhe produzia e sua personalidade que a cada momento mais identificada com gênero masculino, assim ele afirma: *quando eu era criança eu era todo retinho, não tinha aquelas coisas de papeis sexuais jogados para cima de mim (PSICODELICO, 2015)*. Por sua especificidade de homem trans e sua trajetória de sofrimento, bastante conhecida por todos das coordenações de organizações sociais LGBT do Amazonas, procurei aproximação deste *agente de enfrentamento* que acabou por contribuir neste trabalho como *agente de resistência*. A atribuição do nome *Psicodélico* foi como uma síntese de seu gosto por *rock metal*, por ter sido classificado como louco por muitas pessoas e por ter uma identidade que provoca controvérsias nas percepções mesmo daqueles que são LGBT – o fato de *ser homem transexual gay*.

Outros *Agentes de Resistência* que poderiam ter se tornados interlocutores da pesquisa não estão presentes pelas mesmas razões já expostas acima: concordavam em participar, no entanto, evitaram estabelecer formas de aproximação com o pesquisador. Atitudes compreensíveis considerando tratar-se de situações de intimidade, aprofundadas pelo preconceito que inibe a muitos em exporem suas vidas em uma pesquisa antropológica, ou seja, falar de si pode representar uma catarse de autoafirmação interna e social. Dessa forma, os demais *agentes* que fazem parte desta etapa da pesquisa foram contatados pela rede de amizades que possuo e pela rede de amizade dos meus amigos, ou seja, foi preenchida por amigos primários e secundários. A construção do trabalho de campo trouxe à tona a necessidade dos elos que produzam a confiabilidade e adesão.

Dionísia passou a compor o quadro dos *agentes*, como interlocutora da pesquisa, por meio de dados hemerográficos, por amizades em comum e ainda por uma indicação recebida no Fórum LGBT Amazonas. O fato decorrido com esta travesti, causou grande repercussão devido a sua coragem de denunciar o ocorrido. Entretanto, encontrar *Dionísia* e garantir que esta seria interlocutora só se tornou possível com a intermediação de um amigo *gay* que possuo que é também amigo de *Dionísia*. A intermediação tornou possível conhecer e realizar a entrevista posteriormente a realização desta atividade, *Dionísia* fez com que eu a tomasse como parte do meu círculo de amizade. Bastaram dois encontros iniciais para ter a sensação de tratar-se de uma velha amizade, tamanho seu carisma e empatia. De sorriso fácil, despojada, além de cabeleireira atuava como promotora de eventos culturais em seu bairro:

concursos, festivais e festas de maneira geral. Achei que a homônima à *Dioniso*, deus da festa e alegria no contexto grego, seria apropriado.

Baryshnikov compõe o quadro de interlocutores desta pesquisa como *agente de Resistência* mesmo que, atualmente seja militante da causa LGBT em diversos espaços: no acadêmico; na artístico; em setorial partidário. Portanto mais um caso de *agente* que sintetiza em si, dentro do critério estabelecido nesta pesquisa, *resistência e enfrentamento*. No entanto, não o coloquei na mesma condição de *Amazonas* e *Psicodélico* devido ao fato de a relação pesquisador – interlocutor ter se construído em momentos que antecederam ao doutoramento, em 2011, quando o mesmo foi meu discente no Ensino Médio. A relação de amizade se consolidou historicamente, e já possuía algumas informações sobre aquilo que certamente justifica sua participação nesta pesquisa concernente sua experiência de preconceito, violência física e exclusão do convívio familiar desde sua adolescência.

Baryshnikov entra neste trabalho por processo de anamnese visto o caminho para construir o trabalho de campo parecia extremamente desafiante. Considerando que ao reconstruir o projeto de pesquisa em 2013 a percepção de que essas tragédias que representam as mortes como são pontos culminantes, desfechos de processos de exclusão, preconceito e violência. Outras formas de violência passaram a compor o leque de casos empíricos a serem retratados e refletidos neste trabalho. O desafio tornou-se ainda maior, considerando que essas modalidades de violência, mesmo aquelas que chegam ao nível da agressão física poucas são registradas em delegacias ou chegam aos órgãos de apoio e defesa de direitos humanos, mesmo porque, a violência contra LGBT torna-se ainda mais legítima quando são praticadas dentro das próprias famílias.

Assim, além de buscar estes casos em dados hemerográficos e no Fórum LGBT Amazonas, como já se apresentou acima, buscar na rede de amizades que possuo na cidade de Manaus demonstrou ser extremamente eficaz, pois além de diminuir substancialmente as dificuldades de encontrar esses relatos, podia contar com a confiança dos interlocutores. Algo determinante na construção de trabalho de cunho antropológico. Dessa maneira, seguindo o que acima citei a respeito da anamnese deste caso, afinal além de professor *Baryshnikov* durante o período em que o mesmo cursou o ensino médio, observei preconceitos sofridos contexto escolar, especialmente por sua performance efeminada e sua tenra adesão à arte do teatro e da dança. No momento em que lembrei que aos quinze anos este passou a residir em

um pequeno quarto em um bairro da Zona Leste, sozinho e praticamente sem mobília, considerei que sua história poderia compor parte das narrativas sobre a violência *simbólica, moral e física* desta pesquisa.

Na atualidade, *Baryshnikov* desenvolve múltiplas atividades, que vão daquelas típicas do mundo acadêmico no curso de artes, considerando neste campo das artes em que o mesmo é estudante, ainda desenvolve projetos cênicos e de dança. No momento de sua participação na pesquisa o mesmo atuava em grupos de danças e na função de instrutor de balé em projeto Social da Prefeitura Municipal de Manaus. A respeito de sua atuação em grupos de dança, desenvolve atividades de apresentações artísticas dos seguimentos folclóricos do Amazonas e de outros Estados da Amazônia. Estive duas vezes em sua residência para conversarmos, conversas que transcenderam as formalidades de uma entrevista ou depoimento, como devem ser os trabalhos antropológicos.

Membro de família de cinco irmãos, sendo ele o mais jovem, pai comerciante, estudou durante toda a fase fundamental da educação em escola pública municipal, no nível médio obteve aprovação para realizar o curso médio integrado de Agropecuária no Instituto Federal – Campus Zona Leste. O curso que funciona durante todo o dia ainda foi complementado por mais um curso noturno de técnico em informática. De acordo com os relatos fica patente que o curso noturno teria mais a função de não ter tempo suficiente para estar sozinho em seu quarto sem fogão ou geladeira. Assim, o quarto tinha como única finalidade dormir durante cinco ou seis horas por noite. Nesta breve sinopse creio ser compreendido o nome atribuído nesta pesquisa, *Baryshnikov* o grande bailarino contemporâneo.

Eros torna-se interlocutor com *Agente de Resistência* precisamente por minha proximidade como amigo desde 2004, neste contexto de aproximação e conhecimento mútuo pude vivenciar diversos processos em sua vida que diziam respeito a sua relação familiar. Em 2005 de certa forma participei ativamente de uma dessas situações críticas de relacionamento, em que o mesmo ao ser expulso temporariamente de sua residência, acabou sendo abrigado a residir por alguns dias comigo. Dentre tantas narrativas nestes anos de convivência, um deles, descrito sob forte sensibilidade emotiva que remontava a situação de espancamento vivenciada na adolescência tocou meu ser e minha memória, tanto que à medida que esta pesquisa foi construindo sua forma, este relato logo veio a lembrança. Dessa forma, propus o desafio a *Eros* e o mesmo de pronto aceitou contribuir com este trabalho. Na verdade a

interlocução com este agente foi um processo de reouvir suas experiências com objetivo determinado, não mais como amigo simplesmente.

Tulipa compôs o quadro de interlocutores devido ao fato de estabelecer relação conjugal um vizinho e amigo. Por circunstâncias de ordem social familiar, ela vivenciou sua adolescência e parte da juventude como *gay*, quando a conheci estava em processo de transição para tornar-se mulher transexual (transgênera). O interesse por sua contribuição se deu pela conjunção de três fatores: sua experiência com a violência simbólica, moral e física; o fato de ser mulher transexual e por advir de classe pequena burguesa. Estas características contribuíram para que este trabalho desse conta das múltiplas dimensões da diversidade.

Tulipa aparece nesse contexto, não atrelada à ideia de situação ou evento, mas como processo histórico que a remete a sua tenra infância, visto que a percepção do preconceito surge em sua memória desde seus cinco anos de idade. Não se pode negar que condições de classe e processos circunstanciais foram fundamentais para que ela esteja amparada e um pouco mais distante da vulnerabilidade social comum a grande maioria das travestis e transexuais no Brasil. Conheci *Tulipa* por meio desse vizinho, que até a alguns anos tinha identidade bissexual até iniciar namoro e posteriormente uma relação estável com um jovem rapaz de performance *gay* que paulatinamente vai assumindo identidade transexual/transgênera. Tenho acompanhado o processo transformação do seu corpo que paulatinamente ganha formas femininas intensificadas pelo processo de hormonização⁵².

De Casal *gay* eles passam a se tornar um *casal heterotransexual*. Inicialmente, na relação com meu vizinho, que aqui vou ser chamado por *Apolo*, foram residir no apartamento de *Tulipa*, passados alguns meses eles vieram residir na casa *Apolo*, local onde o mesmo vivia, antes do enlace afetivo, com seus familiares. Atualmente eles são proprietários de um bar popular e abriram um pequeno salão de beleza na Zona Leste. Sem dúvida, que o fato de *Tulipa* fazer parte de uma família abastada e atualmente residir em sobrado, precisamente sobre o bar, me instigou a buscar analisar este processo onde a exclusão familiar pressupõe também a negação de acesso aos bens materiais da família. Pela proximidade

⁵²O processo transexualizador tem na hormonização papel importante. Trata-se da introdução de hormônios femininos ou masculinos em agentes transexuais, visando compatibilizar o corpo a identidade de gênero cada um. As cirurgias de readaptação genital são comuns entre transexuais, mesmo que na atualidade aja efervescente discussão sobre a relevância da cirurgia para se pensar identidade trans. A pauta de política públicas de saúde voltadas para essas identidades é extensa considerando que mesmo sendo um direito o Estado continua aquém dos e das Trans.

geografia e afetiva pude estabelecer boas horas de conversa, muitos detalhes compartilhados, processo de sofrimento contado calmamente, voz harmoniosa, sorriso sempre no rosto, uma docilidade e beleza de difícil descrição que acabei por encontrar no nome como ela será conhecida neste trabalho.

Anhangá passou a contribuir como *agente de resistência* pelo fato de ter sido obrigado a mudar-se de bairro após ter sofrido tentativa de homicídio em 2013. Ao chegar a seu novo bairro construiu amizade com um amigo que possui há muitos anos. Por meio deste, estabeleci contato com *Anhangá*. Cultivada a amizade o processo para que se tornasse interlocutor desta pesquisa tornou-se propício, visto que a relação de amizade tem o poder de quebrar os muros que muitas vezes senti quando agendava entrevistas com pessoas que não conhecia de mais profunda. *Anhangá* reside em pequeno apartamento alugado ao lado de seu salão com seus três cachorros de estimação. O mesmo migrou para Manaus vindo de um pequeno município do Estado do Pará; fato marcante, todas as vezes que relata sobre sua vida na zona rural de seu município sempre surge uma estória que envolve animais que já criou – silvestres ou domesticados, este amor pelos animais me fez pensar em *Anhangá* protetor dos animais da floresta.

Infere-se que o processo de construção deste segundo quadro que denomino *agentes de resistência* se edificou pelo distinto de estratégias, mas está profundamente norteado pela força da rede de amizades, mesmo quando se este agente aparecia no contexto das organizações LGBT. As relações de proximidade foram fundamentais para a execução deste trabalho, afinal as interlocuções se construíram em larga medida condicionadas por este fator.

A sessão seguinte é composta da abordagem compreensiva sobre os casos de assassinatos de LGBT'S em Manaus, pelas circunstâncias os *agentes de resistência* são elementos dizimados pela violência, fato que os torna nulos como interlocutores, porém não como agentes de resistência. Dessa forma as vozes sobre violência, nestes casos práticas exterminadoras, são recuperações da memória de pessoas que as conheceram e que possuíam proximidade. Portanto, estou me referindo a versões de segunda ordem textualizadas por mim posteriormente, exemplo que demonstra a etnografia não como um retrato de uma pseudo realidade.

No decorrer desta pesquisa os casos de homicídios de LGBT'S na cidade de Manaus foram se avolumando, no entanto, o grande desafio estava em obter aproximação com

familiares para estabelecer diálogo que pudesse contribuir na compreensão dessa realidade. Depois de algumas incursões frequentando alguns velórios, procurando pessoas que tinham conhecido LGBT mortos em ações de violência, consegui viabilizar quatro casos de mortes que compuseram esta sessão do trabalho. Creio que o termo viabilizar é pertinente a medida em que afirma ser fácil enumerar casos de violência homicida por dados hemerográficos, todavia adentrar nos casos, encontrar pessoas e estabelecer relações de confiança para dialogar mostrou-se muito complexo e desafiante. Alguns exemplos podem ajudar a compreender essa dimensão: quando o crime está relacionado a ação de traficantes, onde o silêncio é regra; quando o LGBT vive em casas alugadas, residindo sozinho e ao morrer nem mesmo vizinhos conhecem seus parentes; quando familiares não reconhecem a identidade do parente LGBT (...). Estes são apenas alguns dos obstáculos que se manifestaram na construção do trabalho de campo.

Em dois casos de homicídio consegui realizar entrevistas com as mães: *Deusuite*⁵³ *travesti* que sobrevivia da prostituição no circuito Grande Circular na Zona Leste da cidade e *Hefesto*⁵⁴ *gay*, metalúrgico do PIM (Polo Industrial de Manaus), sinal diacrítico que explica seu nome neste trabalho, ambos assassinados em 2015. O acesso a estas duas histórias só se tornou concreta devido a contribuição de dois amigos: uma professor que foi minha discente no curso de pedagogia, vizinha da família de *Deusuite* e um amigo *gay* que trabalha como cabeleireiro que conheço desde 2001, afinal minha amizade com *Hefesto* era circunscrita ao espaço público das festas. Estes mediadores garantiram minha inserção na vida familiar desses *agentes*. O registro de que a narrativa sobre a morte destes agentes se construíram em diálogos com suas genitoras não pode ser interpretado como material com maior legitimidade ou ser pensado como mais realista, deve ser compreendido apenas como um *ponto de vista*, ou seja, apenas um prisma que nestas experiências, inclusive, são eivados de romantismo materno.

Os dois outros casos de LGBT'S assassinados que configuram parte deste trabalho foram *Baco*⁵⁵, *identidade gay*, que atuava como professor, sendo que lhe atribuí este nome devido aos relatos do nosso interlocutor, que registrou intensamente que *Baco* começava a

⁵³Nome de uma personagem da minissérie “Amazônia” exibida em canal de televisão, de autoria da escritora Glória Perez. Na trama Deusuite sai do interior da Amazônia e vem para Manaus onde acaba tornando-se prostituta.

⁵⁴deus Grego da Metalurgia.

⁵⁵deus romano do vinho, da festa, das orgias....

beber na quarta feira e só para no domingo; *Sávio*⁵⁶, *identidade gay*, menor de idade, por estória de vida marcada pelo catolicismo, me remeteu a prematura morte de São Domingos Sávio, assim atribuí o nome do santo ao jovem assassinado. Foram casos em que não houve possibilidade de acesso aos parentes destes *agentes*, visto que as respectivas famílias não reconheciam a identidade gay de seus parentes, pelo menos os parentes mais próximos. Dessa forma, *Baco* aparece no trabalho por meio do relato de seu *melhor amigo* e companheiro de trabalho na SEMED- Manaus (Secretaria Municipal de Educação), sendo que a intermediação para que eu conhecesse este amigo de *Baco*, aqui chamado por *Agité*, se deu por meio de outro amigo *gay* que trabalha como cabeleireiro em determinado bairro da Zona Leste; *Sávio* aparece no trabalho por meio da versão relatada por seu primo *Lênin* que pelo fato de ser *agente de enfrentamento*, prontamente colocou-se a disposição do trabalho, no momento em que se evidenciou a inviabilidade de tratar *Sávio* como *gay* em seu núcleo familiar.

Os *agentes de estado* que contribuíram durante o trabalho de campo foram a SEJUSC por meio de sua Secretária de Estado; SEAP por meio do seu Secretário de Estado. Considerando que minha presença em reuniões e eventos ligados aos direitos humanos e cidadania LGBT havia estabelecido os primeiros contatos com diversos agentes de estado, mesmo assim, após algumas frustrações tentando estabelecer agendamento com representantes de órgãos públicos, acabei percebendo que o caminho mais viável seria aquele semelhante ao desenvolvido no trabalho de campo com os *agentes de resistência*, a intermediação. Dessa feita, muito ajudou minha amiga e companheira de Doutorado Maria Magela Mafra Ranciaro e seu esposo Gino Ranciaro para abrir as “portas” dos órgãos públicos do Estado. Bastou uma ligação telefônica ou uma solicitação informal para que eu chegasse aos gabinetes e realizar o trabalho de campo.

Frequentei algumas vezes a delegacia Especializada em Homicídios, sendo que o delegado sempre me recebeu com cordialidade e se colocou a disposição da pesquisa desde a primeira visita⁵⁷. Ainda sobre *agentes estado*, realizei entrevistas com dois policiais militares, no entanto, não busquei realizar interlocução por meio institucional, mas pela rede informal de contatos. Estes adentram a pesquisa devido a uma explanação de um mestrando e policial militar, em determinada disciplina ministrada no PNCSA (Programa Nova Cartografia Social

⁵⁶São Domingos Sávio morre aos 14 anos por Tuberculose na casa de seus pais. Aos doze conhece São João Bosco realizando os estudos secundários e fundando uma Companhia que ajudou formar seguidores de Dom Bosco.

⁵⁷Evidente que o fato de termos composto mesa em Audiência Pública em 2015, na Câmara Municipal sobre Violência contra LGBT em Manaus propiciou a aproximação e confiança.

da Amazônia). No momento em que se abriu o debate sobre esta pesquisa, ao fim de minha exposição, o mesmo deu sua contribuição tocando em questões pertinentes a prática policial em casos de homicídios de LGBT. Neste sentido, agendei entrevista com o mesmo e a posteriori entrevistei mais um policial militar que atua no CIOPS, (Centro Integrado de Operações Policiais) e tinha sido meu discente em um curso de pedagogia, visando enriquecer a contribuição dada por meu colega mestrando.

Os *agentes* aqui apresentados compõe o quadro daqueles que tiveram suas experiências, suas práticas e suas vozes como objeto central deste estudo. Cabe esclarecer isto visto que desde a introdução pudemos observar na textualização, diversas outras experiências e vozes que aparecem como *agentes* esporádicos a primeira impressão, todavia possuem papel analítico e compreensivo dos processos da violência na cidade de Manaus. Além disso, os estudos documentais, a exemplo dos processos criminais, onde as posições dos antagonistas empíricos são expressas, trouxeram, em si, possibilidades de análises importantes para a reflexão sobre a violência contra LGBT em Manaus, mesmo que tenha optado não lhes garantir agência ou persona neste trabalho⁵⁸. Outra face deste estudo encontrou-senos assassinos acessados, de forma específica por meio documental, objetivando o alargar das possibilidades de análises. Se na relação pesquisador e interlocutor as versões podem ser pueris, imaginemos em circunstâncias em que estamos lidando com réus onde a condição de mentir ou falar a verdade pode significar liberdade ou reclusão. Se junta a esta realidade o fato de que estes quase sempre são acompanhados por especialistas em estratégias que lhes garantam absolvição, os advogados.

1.2.4 – Violência contra LGBT’S: dispositivo de mobilização

Após apresentarmos tantos agentes, classificados em três segmentos, torna inevitável deixar refletir sobre a categoria violência, afinal ela se configura como central nas questões refletidas neste texto. Considerando que esta pesquisa se encontra no domínio do conhecimento antropológico pode parecer impertinente a apresentação de uma sessão voltada para dados de cunho mais sociológicos ou até mesmo que poderiam ser interpretados como

⁵⁸Os mediadores, os interlocutores deram versões sobre agentes mortos aparecem como pano de fundo. No entanto quando seus nomes aparecem, mesmo que raramente, apresento os nomes reais desses agentes de fundo que contribuíram fundamentalmente para a execução dessa pesquisa. Foram aqueles que me fizeram chegar às vivências de violência sofrida por LGBT, sejam pela mediação negociação ou pela interlocução.

dados puramente quantitativos. Assim, preventivamente antecipo que se em determinado momento a problemática da assistência de saúde, a doença, portanto, apareceu como dispositivo primordial mobilizador de ações organizativas sócio-políticas do *movimento LGBT*⁵⁹, nas últimas décadas o discurso demarcado pela mensuração da violência que afeta aos LGBT'S, no Brasil, tem sido central nas vozes tanto de *agentes de estado* quanto de *agentes de enfrentamento*: A categoria violência insuflou e abarcou outras categorias que compunham o leque de questões-agendas das fileiras do Movimento LGBT. O protagonismo da violência pode ser compreendido também pelo fato do discurso e da luta pautada nas demandas de políticas de saúde para as “populações” LGBT, vanguarda na década de oitenta e noventa, tenha obtido relativa estruturação⁶⁰ de assistência e prevenção, especial ao que diz respeito a DST/AIDS por parte do Governo Federal. Quanto a isso, o documento produzido pela SEJUSC que balizou as discussões das Conferências Municipais, Metropolitanas e Estaduais ajudem a explicar o referido processo:

No campo do exercício do direito à saúde, já é possível destacar ações concretas. Em 2011, foi instituída a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, no âmbito Sistema Único de Saúde (SUS), com as finalidades de eliminar a discriminação e o preconceito institucional, contribuindo para a consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo. Entretanto, é de fundamental importância o fortalecimento da articulação entre as políticas públicas já existentes, voltadas para a “população” LGBT e a Política de Assistência Social, no contexto do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). (Orientações de conteúdo para a III conferência estadual de políticas públicas, direitos humanos e promoção da cidadania “população” LGBT Amazonas, SEJUSC 2016)

A política instituída em 2011 para o campo da saúde LGBT não foi produzida a partir de um marco zero, pelo contrário, ela é resultado de processos que antecedem aos governos

⁵⁹Em Manaus não foi diferente, o relato de *Hipócrates*, líder da AGN demonstra a principal preocupação do *movimento* em sua origem: a história começa com grupos aqui em Manaus na época que o Adamor era presidente, e depois acabou transformando na associação amazonense de gays lésbicas travestis, o movimento se resume com o antes do Adamor Guedes e depois, Adamor Guedes ele conseguiu fazer um trabalho muito grande com o pessoal na questão do conhecimento dos direitos humanos e prevenção de DST com o falecimento dele algumas pessoas criaram algumas ONGs, como a associação orquídea a, a ATRAAM (Associação das Travestis do Amazonas) e a AAGLT (Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis) encaminhava a partir desse momento cada ONG tomou seu caminho a Orquídea foi trabalhar com profissionais LGBT AAGLT trabalhar profissionais do sexo que tem lgbt por que os garotos de programa de Manaus eles são 90% gays então a gente acaba trabalhando com o tema e todo mundo entrou no fórum LGBT na época todo mundo fazia a mesma composição.

⁶⁰O termo “relativa” é apropriado, pois quando observarmos as propostas aprovadas na III Conferência de Direitos Humanos LGBT – 2016 as pautas relacionadas à saúde são extensas e registram o quanto a política vigente ainda carece de efetivo aprimoramento. Registro que as demandas dos segmentos Trans são as mais prementes devido as especificidades desse segmento.

do Presidente Lula, especialmente com a Política de combate à DST e HIV/AIDS dos períodos dos Governos Fernando Henrique Cardoso (FHC). Dessa forma, pode-se inferir que no referente à política de assistência à saúde voltada para aquilo que classificam como “população LGBT”, já existe uma base estruturada de forma interministerial e intersetorial, ou seja, possui caráter que articula ações entre os Ministérios, o Governo Federal, Estados da Federação e Prefeituras Municipais, inclusive com formação de Agentes de saúde em atendimento específico de LGBT’S.

Aponto ainda que possivelmente outros elementos interpretativos para compreender os porquês da violência ter ganhado espaço privilegiado, inclusive no meio acadêmico, se dê por seu caráter polissêmico, carregado de potencialidade de interagir com os diversos campos de interesses e necessidades sociais dos LGBT’S, ou seja, o termo violência pode ser aplicado em diversos sentidos e situações sociais.

Neste sentido, apresentar dados sobre violência contra LGBT não se trata de questão circunscrita à premissa elementar de buscar de justificativa de caráter legitimador do próprio ato de pesquisar, mas pretende dar conta de interpretar as posições e os posicionamentos dos agentes multilaterais que tem encontrado na violência dispositivo⁶¹ mobilizador de ações sociais e de propostas de políticas públicas.

⁶¹A violência contra LGBT, neste sentido configura-se como mais um dispositivo no sentido Foucaultiano, ou seja como elemento desencadeado por campos difusos da sociedade e das Instituições sociais, que representa as relações de poder historicamente construído que no momento em que aponta como dispositivo de controle, dialeticamente desencadeia processo mobilizador de enfrentamento e luta por igualdade de status por parte dos afetados pela mesma. Agamben apresenta, além de uma síntese de sua própria concepção de dispositivo, ainda busca as fontes genealógicas em que Foucault buscou ancorar seu conceito de dispositivo.

Se "positividade" é o nome que, segundo Hyppolite, o jovem Hegel da ao elemento histórico, com toda a sua carga de regras, ritos e instituições impostas aos indivíduos por um poder externo, mas que se torna, por assim dizer, interiorizada nos sistemas das crenças e dos sentimentos, então Foucault, tomando emprestado este termo (que se tornara mais tarde "dispositivo") toma posição em relação a um problema decisivo, que é também o seu problema mais próprio: a relação entre os indivíduos como seres viventes e a elemento histórico, entendendo com este termo a conjunto das instituições, dos processos de subjetivação e das regras em que se concretizam as relações de poder. O objetivo último de Foucault não é, porém, como em Hegel, aquele de reconciliar as dois elementos. E nem mesmo a de enfatizar a conflito entre estes. Trata-se para ele antes de investigar os modos concretos em que as positivities (ou os dispositivos) atuam nas relações, nos mecanismos e nos "jogos" de poder.

Generalizando posteriormente a já amplíssima classe dos dispositivos foucaultianos, chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o panoptico, as escolas, as confissões, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc., cuja conexão com o poder é em um certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e - porque não - a linguagem mesma, que é talvez o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata - provavelmente sem dar-se conta das consequências que se seguiriam - teve a inconsciência de

Segundo Relatório 2012 do GGB (Grupo gay de Bahia) foram assassinados neste ano 338 LGBT'S, representando um homicídio a cada 26 horas, sendo que os *gays* lideraram com 188 homicídios (56%), seguidos por travestis 128 mortes (37%), 19 lésbicas (5%) e 2 bissexuais (1%). O documento faz questão de registrar que neste ano foi assassinado de forma brutal um jovem heterossexual na Bahia, que foi confundido com um *gay*, no momento em que estava abraçado com seu irmão gêmeo. A menção a este último registro tem papel preponderante, à medida que, o movimento deseja expor que a violência de caráter lgbtfóbico afeta também aos heterossexual/Cis.

O perfil dos LGBT'S assassinados são bem diversos, entretanto, Predominam as travestis profissionais do sexo, 72 dos casos (45%), seguidas de 19 comerciantes, 16 *professores*, 9 cabeleireiros e empresários, 7 pais de santo, 2 políticos e jornalistas.

Durante este ano de 2012 somente 1/4 dos casos foram elucidados, o que dificulta a análises mais profundas sobre a identidade dos assassinos. Mas sabe-se que são comuns como autores desses crimes: Seguranças particulares, garotos de programa, e outros de ocupações de baixa remuneração. O referido relatório aponta que 17% tinham menos de 18anos, 85%abaixo de 30 anos. 21% desses crimes foram praticados por 2 a 4 homens, fator que diminui a probabilidade do LGBT escapar de um ataque homicida desse tipo.

No Amazonas neste mesmo ano 15 (quinze) casos de Homicídios de LGBT, sendo dez gays, quatro travestis e uma lésbica, índices que o colocou na oitava colocação em índice de homicídios; sendo o primeiro estado em homicídios quando se restringe aos estados da região norte. Em números absolutos, entretanto Manaus ficou na primeira colocação entre todos os municípios dos pais neste ano com 14 mortes.

Em 2013 foram assassinados no Brasil 307 LGBT'S, a maioria marcada também por grande brutalidade. Neste ano os Estados que mais assassinaram foram Rio de Janeiro e Bahia com 20 casos cada; Minas Gerais com 24 casos, São Paulo com 29 casos e Pernambuco, Estado que mais matou LGBT com 34 casos. Mesmo que o quantitativo de gays seja

se deixar capturar. (...) Não seria provavelmente errado definir a fase extrema da consolidação capitalista que estamos vivendo como uma gigantesca acumulação e proliferação dos dispositivos. Certamente, desde que apareceu o homo sapiens havia dispositivos, mas dir-se-ia que hoje não haveria um só instante na vida dos indivíduos que não seja modelado, contaminado ou controlado por algum dispositivo. De que modo, então, podemos fazer frente a esta situação, qual a estratégia que podemos seguir no nosso corpo-a-corpo cotidiano com os dispositivos? Não se trata simplesmente de destruí-los, nem, como sugerem alguns ingênuos, de usa-los de modo justo. (Revista Ilha de Santa Catarina - 2º semestre de 2005. Giorgio Agamben tradução Nilceia Valdati)

numericamente superior, quando se considera o quantitativo de travestis no Brasil fica patente que eles são o maior quantitativo proporcional de vítimas da violência lgbtfóbica.

Quando se faz a divisão da violência lgbtfóbica pelos Estados da Federação observa-se que entre os entes que mais violentaram LGBT em 2012 foi Alagoas com 18 casos, Paraíba 19 e Piauí 15 são os campeões desse drama social. Entretanto, como viu-se acima, para os pesquisadores e militantes Manaus somar 14 mortes de LGBT'S em 2012, 12 em 2013, 07 em 2014; e 23 em 2015, coloca Manaus em elevada expressão estatística da violência contra LGBT, em 2012 e 2013 ocupando a primeira colocação neste triste índice nacional

Em relação a 2014 o Brasil continua posicionado como país que mais mata LGBT entre aqueles que possuem algum instrumental de aferição e/ou em que as práticas LGBT não sejam criminalizadas. Segundo agências Internacionais metade dos casos de assassinatos de transexuais ocorrido no mundo ocorreram no Brasil. Foram contabilizados 326 mortes de LGBT em 2014: 163 era gays, 134 travestis, 14 lésbicas, 3 bissexuais e 7 amantes de travestis (*T- lovers*). Neste ano foram registrados sete assassinatos de heterossexuais que foram confundidos com *gays*, por circunstâncias ou por estarem em espaços frequentados por LGBT. Quando partimos para números absolutos, São Paulo registrou cinquenta casos e Minas gerais 30, estes dois Estados tomam a dianteira numérica de casos de assassinatos. Entretanto, relativo aos Estados da Paraíba e Piauí com suas respectivas capitais despontam com espaços sociais e geográficos com marcas mais profunda dessa modalidade de violência. Neste ano, 2014 Manaus passa para a oitava colocação entre as capitais quando fechou o ano com sete homicídios, considerando números absolutos.

As variações numéricas de assassinatos e até por vezes as mudanças quanto as lideranças dos números de casos, além de demonstrar que mesmo que o Nordeste desponte em muitos relatórios como região mais propícia a estes crimes; o fato do Centro Oeste em 2014 aparecer como região mais violenta em termos relativos, na prática temos duas constatações: que a violência contra LGBT pode ser considerada como problema nacional; em segundo plano temos que a notificação passou a ser um critério fundamental para se pensar esses números crescentes. Mesmo que se reconheça que a subnotificação faz com que esses números sejam apenas balizadores da reflexão e não uma verdade absoluta sobre a violência: a exemplo cito o caso do relatoria 2012 do Conselho Nacional LGBT em parceria com Secretaria de Direitos Humanos Ligada à Presidência da República, que demonstra como a

criação do Instrumento de denúncia e o processo de democratização da informação sobre a política determinou um crescimento vertiginoso no número de denúncias de um ano para o outro. Como assinala o Relatório Nacional, 2012, abaixo apresentado:

Em 2012, foram registradas pelo poder público 3.084 denúncias de 9.982 violações relacionadas à população LGBT, envolvendo 4.851 vítimas e 4.784 suspeitos. Em setembro ocorreu o maior número de registros, 342 denúncias. Em relação a 2011 houve um aumento de 166,09% de denúncias e 46,6% de violações, quando foram notificadas 1.159 denúncias de 6.809 violações de direitos humanos contra LGBTs envolvendo 1.713 vítimas e 2.275 suspeitos. (RELATÓRIO NACIONAL, 2012)

Estes dados que se referem ao disque 100 demonstra que o aumento de casos denuncia, neste caso, apenas demonstra um aproximação aos reais números das violações de direitos humanos LGBT no Brasil. Dessa forma os números aqui postos tem papel de referência de análise quando me refiro à pesquisa, mas possui papel de sinalização de avanço visto conter nesse processo as demanda de igualdade de *status* social requerida pelo *movimento* enquanto representação social e pelos *agentes sociais*.

Mesmo considerando que os números tenham significância em si e, possam se constituir como parâmetro para se discutir conceitos ligados a biologia como a ideia de genocídio e da antropologia cultural como o etnocídio, e se possa considerar, sem que haja prisão a um maniqueísmo simplista, a plausibilidade de que determinadas forças sociais tenham colocado os LGBT'S na condição de inimigos nocivos a serem combatidos, o mal, possibilidades que adiante, neste trabalho, terá espaço reflexivo específico, não é possível comungar com a posição de Luís Mott nesta questão, considerando o amadorismo sociológico que alimenta sua interpretação histórica desses levantamentos. É consenso sua máxima de que algo precisa ser efetivado pelo Estado Brasileiro como interposição ao quadro de vulnerabilidade social em se encontram os LGBT'S no Brasil, todavia, considerar de forma simplista que o aumento número de registros é o reflexo do aumento de casos de violência, creio ser um equívoco ou pelo menos uma ilação sem comprovação possível.

Lastimavelmente, a violência anti-homossexual cresce incontrolavelmente no Brasil. Nos 8 anos do governo FHC, foram documentados 1023 crimes homofóbicos, uma média de 127 por ano; no Governo Lula, subiram para 1306, com média de 163 assassinatos por ano; em apenas 4 anos, no Governo Dilma, tais crimes já atingiram

a cifra de 1243, com média de 310 assassinados anuais – quase o dobro dos governos anteriores. Daí a urgência da Presidenta cumprir sua promessa de campanha de criminalizar a homofobia! (RELATÓRIO NACIONAL 2012)

As ditas ciências duras sempre puseram em descrédito as condições das ciências sociais se constituírem como áreas tidas como verdadeiramente científica, em especial, por seu processo de distanciamento aos ditames do positivismo. Tal premissa tem validade para quaisquer campos dessas ciências moles, a antropologia primordialmente. Dessa maneira, mesmo considerando o objetivo do levantamento liderado por Mott, não se justifica a negação total de reflexão no sentido que o aumento de registro não representa necessariamente aumento de casos, pelo contrário, o registro, seja ele pelos agentes afetados pela violência, seja pela mídia ou ainda por instâncias públicas representa que esses povos estão em outro patamar de resistência que não aquele demarcado pelo *armário* negador das identidades. Neste sentido, justifica-se a abertura para os dados da violência contra LGBT'S, afinal é inegável seu papel dispositivo no contemporâneo, entretanto explicita-se seu caráter de baixa resistência aos mascaramentos da realidade.

A compreensão da violência como dispositivo reforça o olhar proposto aqui enquanto superação da perspectiva pautada na retórica, agressor – vítima, fugindo da perspectiva que compreende o princípio da “identidade vitimada” como uma espécie de força; reconhecendo que os lgbtfóbicos podem interpretar de forma a legitimar a violência: se não são vítimas então que se virem! A proposta é de entender a não vitimização como a condição de resistência e enfrentamento que só são possíveis quando se está preparado para não ser tratado com igualdade (BELL HOOKS site feminismo radical apoiamutua.milharal.net).

Todavia, se esta sessão propôs dar alguma centralidade às estatísticas da violência contra LGBT'S, cabe encerrá-la apontando para a quantificação preliminar, considerando que os relatórios oficiais registraram em Manaus 24 homicídios de LGBT'S em 2015, mais que triplicando o número de 2014 quando 07 casos foram aferidos. Todavia, a discussão sobre lgbtfobia é polifônica e, mesmo entre os agentes de enfrentamento há aqueles que negam a vinculação entre violência e lgbtfobia em Manaus, a exemplo de *Hipócrates* que desenvolve ações por meio de sua ONG voltada para o campo da saúde e prevenção.

Ai o pessoal tá dizendo, mas tem a questão da segurança, a segurança hoje em Manaus tá assim, algumas pessoas dizem que o Amazonas é “homofóbicos”, o Amazonas não é um Estado “homofóbicos”, tem pessoas que são “homofóbicas,” por que? Se você pegar os assassinatos todos que ocorreram e olhar de forma fria, nem todos foram “homofobia”, tem casos que foi assalto, infelizmente o companheiro LGBT foi assaltar alguém, o cidadão reagiu, matou, tem notícias dessas no jornal, tráfico de drogas, crime passionai, o cidadão vivia com travestir ela não quis mais foi embora, ele assassinou, aí saiu foi crime passionai mas foi “homofobia”, como foi “homofobia” se ele vivia com a outra? Se ele vivia, ele não era “homofóbicos” né? Só não viviam juntos por que não moravam sob o mesmo teto, ela deixou foi embora não quis mais, foi crime passionai, então dos crimes que você tem hoje, poucos são “homofobia”, pouquíssimos são “homofobia”, mas são e a Secretaria acaba apurando, o que tem na questão da “homofobia” são aquelas piadas que o pessoal tira que agora está sendo levado pra Secretaria de Justiça que ela apura e agrega e hoje a Secretaria de Segurança ela tem apurado esses crimes, inclusive a Secretaria de Segurança criou um grupo específico para apurar crimes(HIPÓCRATES, 2014)

As divergências sobre a relação violência contra LGBT e lgbtfobia existem entre os *agentes*: delegado titular da delegacia geral homicídios em audiência pública na câmara municipal de Manaus seguiu mesmo raciocínio e posição ao afirmar que:*dos dez casos ocorridos até o momento, no ano de 2015, não há nenhum de caráter homofóbicos (DELEGADO TITULAR DA DGH, 2015)*; O agente de enfrentamento citado acima, na condição de heterossexual,ao exemplificar, utiliza contexto em que um LGBT pratica um assalto *companheiro LGBT* - o infrator; o assaltado reage *o cidadão reagiu*. Os *agentes Cronos e Ajuricaba*, ligados a Aliança, em muitos momentos de suas entrevistas, relativizaram a concretude da violência lgbtfóbica em Manaus. Este breve contraponto tem a finalidade de reforçar que, mesmo que haja posições dissonantes a respeito da relação violência e lgbtfobia, nesta sessão se buscou enfatizar que a politização da violência que afeta LGBT’S tem produzido a pauta do *movimento social*, que em geral considera que violência contra LGBT se configura como expressão do preconceito - *lgbtfobia*. Nesta pesquisa ao dialogar com *agentes de resistência* meu *ponto de vista* visualizou, a todo o momento, as marcas do preconceito, que me fez coadunar ao pensamento majoritário do movimento LGBT amazonas e brasileiro.

CAPÍTULO II - A VIOLÊNCIA DO COTIDIANO: DO SIMBOLICO, DO MORAL A VIOLÊNCIA FÍSICA

Neste ponto da textualização, quando inicio o segundo capítulo, embasado pelo trabalho de pesquisa realizado, algumas posições claras foram estabelecidas: a noção de complementariedade entre a pesquisa realizada no Curso de Mestrado no PPGSCA e a atual no campo antropológico no PPGAS. A clareza de ter introduzido este texto pautado por minha própria experiência e, conseqüentemente, pelos teóricos com os quais dialogo me colocaram numa posição reflexiva; que a compreensão desta pesquisa concentra-se no reconhecimento da agência dos interlocutores; a perspectiva de que a violência contra LGBT tem papel de dispositivo mobilizador e que a mobilização e organização social de LGBT em luta pela aquisição de direitos tem provocado, dialeticamente, recrudescimento de alas mais conservadoras da sociedade tensionando e produzindo o conflito territorial assimétrico dos campos da moral e do direito.

A violência contra os LGBT'S, em dimensões nacionais e locais é fenômeno empiricamente verificável e perpassa por formas, modalidades e contextos diferenciados, que, paradoxalmente, pode ser vista como fator desencadeado pela afirmação identitária ou como geradora de afirmação. O pressuposto desta afirmação se dá pelo inegável processo de acontecimentos de violência *simbólica, moral e física*⁶² que acomete a existência social muitos agentes devido a sua pratica sexual e/ou sua identidade de gênero. Todavia o reconhecimento e visibilização desses acontecimentos possuem raízes nos processos políticos organizacionais desses segmentos identitários, que ao se insurgirem contra os padrões de heteronormatividade/Cis, constroem condições de inserção de suas demandas nas políticas de direitos humanos em curso mundialmente a partir do século XXI.

As modalidades de violência neste trabalho, portanto, são um tripé lgbtfóbico: no campo do *simbólico* de amplo lastro: visto que o próprio fato dos LGBT'S existirem em

⁶²Considerando que Bourdieu estabelece que a violência simbólica decorre da aquiescência tácita dos dominados, ou seja, de que ela passa de forma até mesma despercebida, esta pesquisa irá considerar violência simbólica a própria condição dos LGBT'S nascerem numa sociedade binária que torna homogênea sexo biológico com sexualidade e identidade de gênero; As prenoções durkheimianas de Moral teve a função de apropriação desta categoria, de forma ressignificada, ou seja, na perspectiva de que o sujeito agredido verbalmente hostilizado, excluído, ofendido sofre violência Moral, não no sentido pensado por Durkheim como punição coercitiva, mas como processo de conflito, haja vista, que torna-se a cada dia menor em nossa sociedade pessoas no *armário* por pressão social; Por último, violência física compreenderá todas as agressões físicas, tanto aquelas que levam a morte quanto aquelas que machucam o corpo dos LGBT.

sociedade heteronormativa/Cis lhe impõe desde o nascimento, das cores das roupas às brincadeiras licenciadas à “paradoxal opção compulsória” por determinado gênero e sexualidade; a violência *moral* caracterizado pelas diversas formas de preconceito e exclusão negadoras da igualdade de *status* social; outra modalidade de violência central neste estudo é *física*, marcada por diversas formas de atentados a integridade física grotescos e cotidianos acontecimentos de homicídios.

As experiências discriminatórias na vida destes *povos* são tão comuns que são tratadas como práticas “naturalizadas”, e não construídas socialmente pelo androcentrismo (BOURDEU, 2014) e lgbtfobia. Esses comportamentos e atitudes são comuns também entre os próprios LGBT’S, pois se pode afirmar, neste sentido, que a discriminação e o preconceito são de ordem exógena: quando é oriunda da heterossexualidade – Cis; e endógena quando se estabelece na relação interna entre LGBT’S. Os dramas vivenciados pelos *agentes de resistência* como alvo de práticas discriminatórias, por vezes, tendo como algozes os próprios LGBT’S. São cotidianas práticas que estabelecem assimetrias de *status* social dentro da *Sopa de Letrinhas*, que envolvem questões de classe e identidade.

Mesmo que Charles Taylor (1994) e Nancy Fraser (2007) possuam pressupostos distintos, o primeiro no campo da ética, ou seja, do *bem viver* e a segunda no campo moral, considerando reconhecimento como garantia de paridade de *status*, ambos possuem importância elementar para se compreender as demandas da atualidade, quando o nível de consciência identitária e de organização social dos LGBT’S exigem práticas não discriminatórias. O objetivo aqui não é o de tomar posição entre essas duas posições, haja vista, que quando se pensa, por exemplo, a questão do *movimento LGBT* inequivocamente há um grande apelo pela “paridade de participação” (FRASER, 2007, 118).

Possivelmente seja um bom exemplo para se pensar essa questão, além daquela experiência descrita por Taylor (1994) sobre o encontro situacional entre empresário negro e o taxista branco, refletir sobre a explicitação do racismo após a implementação de políticas voltadas aos negros pelo governo brasileiro a partir de 2003, que demonstra determinada imbricação entre questões de identidade e de classe. Neste sentido, estes dois autores foram considerados a pensar a necessidade contemporânea pelo reconhecimento dos LGBT’S, fugindo assim desse debate epistemológico.

A emergência das reflexões englobando a questão da sexualidade, do gênero e da identidade de gênero trouxe em seu bojo a problemática em torno destas. A teoria *Queer* como proposta pós-estruturalista protagoniza a fragilização total do gênero e da sexualidade, colapso que os estudos ou quaisquer olhares mais atentos podem validar tanto como propositura teórica quanto com fatos empiricamente observados. Todavia, em meio ao *criticismo Butleriano* das formas fechadas de se pensar estas categorias, vê-se que em muitos locais geográficos e, primordialmente, locais sociais a impossibilidade de quaisquer performances que não sejam balizadas por identidades hetero/Cis. Performance para nos mantermos dentro deste campo semântico.

Ao restringirmos a violência homicida contra LGBT'S em Manaus torna-se patente tratar-se de fenômeno percebido com maior clareza em determinadas regiões da cidade, a Zona Leste preponderantemente nos últimos anos, acompanhados pelas Zonas Oeste e Norte⁶³. Todavia isto não significa excluir outros espaços da cidade como locais onde existe incidência de ações violentas desse tipo. Na verdade, começar pelo aspecto geográfico neste caso possui objetivo explicativo, para afirmar que a violência não pode ser enxergada desvinculada das questões *interseccionais* machismo, racismo, gerontofobia, preconceito religioso, desigualdade social entre outras. Portanto, política de redistribuição não deve ser vista como antagônica à política de identidade, como verificaremos adiante por meio do pensamento de Nancy Fraser (2007).

A formalização do trabalho de campo, por meio do acompanhamento do *movimento social* e dos *agentes de enfretamento*, das políticas públicas e de muitos *agentes de estado* e casos de violência sofridos por *agentes de resistência* produziu uma gama de possibilidades de construção do trabalho. Após análise dos relatos construídos em campo tornou-se impossível não atrelar as diversas formas de práticas lgbtfóbicas a partir das relações estabelecidas por estes. A análise neste contexto estará centrada em determinados casos decorridos e, onde estes tenham sentido como momento culminante de experiências violentas. Todavia, os eventos alvo desta sessão estão interconectados com as trajetórias desses agentes sociais.

Estabelecer espaço para análise de violências *simbólicas*, *morais* e *físicas*, como propedêutico da análise de homicídios em Manaus, tem papel inicial de demonstrar que esses

⁶³O objetivo aqui é de demonstrar a relação de maior incidência de violência com os locais de maior adensamento populacional e maior números de excluídos sociais.

dramas sociais epidêmicos, primordialmente, contribuirão para que as sentenças de mortes tão fartamente registradas em Manaus não sejam pensadas como desfecho de situação específica e isolada, mas compreender que os homicídios de LGBT'S fazem parte de processo social construído que possuem nas *violências simbólicas e morais* as primeiras formas de morte⁶⁴. Dessa forma, por mais que os dados etnográficos permeiem verdadeiras teias de fatores explicativos de mortes de LGBT'S nesta cidade, a análise tem como premissa extrapolar e transcender o empírico, em busca de um patamar do espírito “racional”.

As categorias violência e lgbtfobia aparecem como categorias problema, como questões áridas e desafiantes, a primeira por exigir profundidade conceitual de sua natureza dentro de um leque antagônico de perspectivas, especialmente, em sua discussão no campo da ação política, neste sentido, a análise de sua genealogia teórica e dos caminhos transcorridos é inerente ao trabalho. Outra questão no que se refere a violência é de sua exigência de diálogo com novas perspectivas que recolocam em dimensão conceitual distinta daquela baseada na tradicional normativa **agressor – vítima** como expus acima, baseado por Beel Hooks.

A segunda categoria, a lgbtfobia⁶⁵, por tratar-se de categoria que consensual, como vimos na posição acima de *Hipócrates, Cronos e Ajuricaba* espaço primordial de uma tese de doutoramento. Posicionar-se objetivamente ao adotá-la como pressuposto de análise, mesmo que de forma criteriosa, ou seja, considerando que a lgbtfobia faz parte do conjunto das motivações de *violência moral e física*⁶⁶.

2.1 - Violência e lgbtfobia: genealogia e posição epistemológica

A *firmação do “sujeito”*, representou no contexto pré-moderno sua gênese e trouxe em seu bojo a construção da ideia de *indivíduo*, e porque não, da concepção de individualismo posta como fundamento protológico social e cultural. Todavia, no que toca a perspectiva individualista seria incorreto pensá-lo como algo acabado, pelo contrário, quando se considera

⁶⁴Como já explicitiei acima que não desejo com isto postular um mecanicismo, pelo contrário, a questão aqui proposta é dialética.

⁶⁵A lgbtfobia aparece como categoria muito recente e devido a velocidade das mudanças em muitos momentos o termo homofobia aparece, pois foi centrada nesta categoria que tanto o arcabouço teórico quanto as vozes dos agentes-interlocutores desta pesquisa.

⁶⁶Em determinadas do texto omito a violência simbólica, pois as expressões desta são generalizadas culturalmente e pode-se afirmar que a violência simbólica pode ser praticada sem que a mesma seja de cunho lgbtfóbico.

àquilo que se agregou ao pressuposto da sociedade em que sua base formadora é o princípio do “*sujeito*”, comprova-se a incompletude ou sua base ainda em devir. Seria possível por vários vieses, dentro do campo filosófico, aprofundarmos essa reflexão por Descartes e a primazia do cogito; o pensarmos por aspectos éticos ou políticos em Maquiavel, Hobbes ou Locke, Montesquieu, Rousseau, Comte ou Marx. Todavia, partir da renascença, embasados pela reflexão Louis Dumont (1985).

Este toma como ponto de partida para a construção conceitual de “indivíduo” própria tradição judaico-cristã, pressupondo o processo de mundanização, inicia-se ainda dentro da tradição católica em sua tomada e consolidação de poder secular e tendo como ponto nevrálgico a Reforma Protestante, primordialmente as ideias de Calvino , mesmo que a comparação com a sociedade indiana nos sirva mais como possibilitador de aprofundamento compreensivo do que verdadeiramente nos apresente por reflexo antagônico o que o fenômeno do individualismo represente para nós mesmos. Dumont classifica a sociedade de base individualista como moderna ou societal.

Para Dumont elemento demarcador desse novo paradigma social se circunscreveu na aversão moderna a qualquer forma de hierarquia. Ou seja, se o sistema de casta, o Hindu tradicional, segundo seus estudos, é marcado por uma totalidade múltipla ordenada por oposições internas e hierárquicas (HELBORN, 1996) classificado como holismo por seu caráter hierárquico que pressupõe, portanto a precedência da totalidade sobre a prática, seu oposto moderno canoniza o princípio da igualdade como elemento norteador e organizador das relações sociais.

Assim quando falamos de “indivíduo”, designamos duas coisas ao mesmo tempo: um objeto fora de nós e um valor. A comparação obriga-nos a distinguir analiticamente a esses dois aspectos: de um lado, o ‘sujeito’ empírico que fala, pensa e quer, ou seja, a amostra individual da espécie humana, tal como a encontramos em todas as sociedades; de outro, o ser moral independente, autônomo e, por conseguinte, essencialmente não-social, portador dos nossos valores supremos, e que se encontra em primeiro lugar em nossa ideologia moderna do homem e da sociedade. Deste ponto de vista, existem duas espécies de sociedades. Quando o Indivíduo constitui o valor supremo, falo de individualismo; no caso oposto, em que o valor se encontra na sociedade como um todo, falo de holismo (grifo original).

Entretanto, a análise comparativa de Louis Dumont, típica de um momento acadêmico marcado pelo funcionalismo e estruturalismo, reconhece o caráter universal da hierarquia, haja vista que é patente sua imanência mesmo que de forma residual na sociedade classificada moderna. Neste sentido, é consensual que dentro desta perspectiva de sociedades “Ocidentais” e “não Ocidentais” às de cá têm se fundado na autonomia do “sujeito”, entretanto, quando se reporta às questões inerentes ao princípio do individualismo como liberdade e igualdade de direitos civis conclui-se que o poder hierárquico impõe-se de forma direta, evidentemente que em algumas sociedades mais que em outras. Dessa forma, é possível afirmar que as sociedades que adotaram os princípios da autonomia e da individualidade possibilitaram práticas de *resistência e de enfrentamento*; Todavia aqueles que impõem a cultura como força absoluta de homogeneização das identidades, a exemplo daqueles que criminalizam as práticas afetivas e sexuais, podemos verificar formas incipientes de resistência.

O movimento *Queer*, neste contexto, se colocou como ruptura a quaisquer formas de classificação, uma teoria pós-estruturalista e pós identitária, que traz em seu bojo o objetivo de romper com resíduos das hierarquias sociais e mesmo com o princípio que fundamenta “*sujeito*” como um indivíduo, visto que, nesta base teórica a percepção de indivíduo é uma estrutura linguística em formação. Devir, abertura e irresolução são as marcas dessa frente teórica que tem em Foucault e Derrida suas influencias e Butler a grande teórica. A base fundamental dessa teoria se encontra na negação de sexo como entidade biologicamente determinada, desconstruindo tais categorias, levando a indeterminação e a instabilidade de todas as identidades sexuadas e “*generificadas*” (SALIH, 2012 P.20).

A menção da teoria *Queer*, após exposição breve sobre indivíduo e hierarquia em Dumont, intenciona colocar em reflexão perspectivas distintas, Dumont em campo amplo da perspectiva social e a teoria *Queer*, em Butler com foco no gênero e sexualidade, buscando encontrar elementos explicativos para o fato empírico da violência contra LGBT. De um lado verifica-se que o intento de LGBT’S em quebrar quaisquer formas de hierarquia no campo do gênero e sexualidade, buscando a pleno reconhecimento produziu uma força de oposição tão severa de essencialização morfológica da heterossexualidade/Cis, que põe esta prática como aquela que representa o padrão de normalidade; que transpôs o campo *moral* e se alocou, também, no mesmo espaço de luta social, isto é, no campo político e do *direito*.

No seio desta questão observa-se que o Movimento Social LGBT além de acionar dispositivos de ocupação de espaços e direitos, tem construído ferramentas aferidoras, denunciadoras e de combate às diversas formas de ataques violentos. Isto significa que a discussão sobre a relação “indivíduo” e sociedade e, o conflito entre “indivíduos” /movimentos LGBT e instituições aparece como fecunda e instigante. A compreensão de que o direito pode se constituir como conquista individual, aliás esta é a forma Liberal do campo do direito se constituir, justifica a breve exposição sobre hierarquia e indivíduo realizada acima. O próprio fato de vários agentes contribuírem com este trabalho por meio de suas vivências, em frentes distintas da luta pelos Direitos Humanos LGBT seus e de outros demonstra a relação de importância dessa dimensão. Todavia, o exercício que tenho feito é no sentido de refletir a violência como problema social, luta coletiva, organizacional, por isso pontuo haver aqui uma sobrecarga semântica ao termo *agente*, à medida que o mesmo extrapola o sentido da ação e chega ao patamar de luta coletiva organizacional.

No outro campo, observa-se que o conceito de performatividade desenvolvido por Butler, por mais anti - hierárquico que seja e por mais que areje a discussão contemporânea sobre a referida temática, quando ouvimos os gritos do terror dos violentados, estes aparecem como agentes concretos reclamando a negação da possibilidade do uso da liberdade para “serem”. Neste sentido Salih comenta sobre os embates teóricos subjacentes, especificamente, entre as ideias de Butler e seus opositores:

Alguns críticos de Butler têm se mostrado impacientes com o que vêem como uma atenção exagerada à linguagem e a consequente pouca atenção concedida ao material e ao político, acusando-a de quietismo (isto é, de uma atitude de passividade), de niilismo e de “eliminar” o ‘sujeito’; uma filósofa atual chegou a afirmar que Butler “ é conivente com o mal”(…) por outro lado, muitas leitoras e leitores têm encontrado um enorme potencial para a subversão política em teorias, como a dela, que afirmam consistentemente a importância de desestabilizar e desconstruir os termos pelos quais os ‘sujeitos’ e identidades são constituídos” (SALIH, 2012, P. 23)

O ponto nevrálgico desta pesquisa se dá precisamente porque seu desenvolvimento decorre no limiar dessas percepções antagônicas intrateóricas e extrateóricas, quer dizer nas relações entre o meio acadêmico e o movimento social organizado. O combate à violência contra LGBT no Brasil e em Manaus tem impulsionado os *agentes de enfrentamento*; no meio acadêmico gênero e sexualidade têm ocupado grandioso espaço, cabe, entretanto, encontrar os

elos que explicitem, considerando as divergências de todas as ordens, se esses elementos caminham rumo a conquista da dignidade humana ampla e irrestrita defendida pelo padrão cultural contemporâneo ou se essas divergências, que aparecem visivelmente entre alguns setores acadêmicos e setores LGBT'S, são mais agudas do que parecem.

A questão que se apresenta aqui está relacionada ao emprego de duas categorias: o primeiro o da violência devido sua complexidade e extensão; o segundo o de lgbtfobia termo comum aos movimentos sociais LGBT, aos programas de governo e Estado, mas pouco difundido e refletido em muitos campos dos estudos de gênero e sexualidade.

O acontecimento pessoal, que me colocou na condição de violentado, pesquisador e ativista exige a inserção do aporte teórico sobre a temática da reflexividade. A proposição de Bourdieu possui o antídoto que combate as “imagens simplistas e unilaterais determinadas pelo ponto de vista único, dominante, em suma quase divino, no qual se situa geralmente o observador e também o seu leitor” (BOURDIEU, 2014 p. 11). É premente para se compreender a perspectiva de Bourdieu, substituir a concepção de macro sociedade pela concepção de *campo*⁶⁷, como espaço criado e delimitado, no qual as percepções são multilaterais, e todas com força explicativa. Neste sentido, ganha espaço primordial no trabalho de Bourdieu a memória coletiva e biografia. Nesta práxis a eliminação de qualquer forma de dissimetria entre o pesquisador e os Agentes que atuaram como interlocutores desta pesquisa torna-se fundamental na procura de minimizar ao máximo a violência simbólica. Todavia, isto não representa a diminuição ou extinção do papel compreensivo do cientista social, pelo contrário, o campo em Bourdieu é espaço percebido e controlado pelo cientista que desenvolve sua pesquisa por meio da reflexividade.

Retomando a questão posta acima respectivamente, discutir a questão da violência está no cerne deste trabalho, considerando figurar a marca tradutora da realidade enfrentada por LGBT'S mundialmente e de forma avassaladora aqui no Brasil e Manaus.

O pensamento de Sorel sobre violência está expresso em seu texto: *Reflexões sobre a violência* (1908), trata-se de um pensador marxista heterodoxo que pensava que a ação política necessariamente não deveria misturar-se com as regras impostas pela ordem burguesas, como as disputas eleitorais. Isto significa, que a prática da política estaria desvinculada da busca de

⁶⁷ Quando estiver no sentido teórico proposto por Bourdieu será garfado em *itálico*.

ocupação de espaço no parlamento. A prática da greve seria o caminho para a efetivação da revolução, visto que, para ele, aceitar o jogo estabelecido pelos burgueses enfraqueceria a luta, até porque os burgueses possuem a capacidade de manipulação da classe operária.

Assim, o texto tem o caráter de refletir sobre a prática política e as possibilidades de revolução. Seguindo a linha de raciocínio de Sorel, a negação da violência e a opção pelo processo eleitoral foi o que acabou por aburguesar os socialistas: Só uma guerra internacional ou a violência proletária seriam capazes de “revigorar as energias” (SOREL, 1908 P. 97). Os atos violentos a que Sorel se refere só possuiriam legitimidade histórica se estivessem diretamente ligados à luta de classe, oprimidos contra opressores.

Baseando-se nas premissas de Marx e especialmente de Engels, expressas em dois livros: *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884) e em, *Do socialismo utópico ao socialismo científico* (1880), em que o mesmo afirma que o Estado não passa da força legitimada de opressão de uma classe sobre a outra, Lênin considerará que “A ditadura revolucionária do proletariado é um poder conquistado e mantido pela violência, que o proletariado exerce sobre a burguesia, poder que não está preso por nenhuma lei” (LÊNIN, 1971, p. 23). Dessa forma, neste livro *estado e a Revolução* (1917), Lênin, mesmo atribuindo outra configuração para o uso legítimo da violência, mantém algo em comum com Sorel, a coadunação de que violência é útil para combater a burguesia e o capitalismo, observa-se que esta publicação desencadeou várias outras, na medida em que o alemão Kautsky (1918) o rebateu com sua publicação *A ditadura do proletariado* gerando uma guerra teórica entre os mesmos. Considero que estas perspectivas são importantes na medida em que traduzem um tipo de violência que busca a supressão de uma classe em favor de outra.

Hannah Arendt em sua publicação *Sobre a Violência* (2014) enxerga sob outra ótica o fenômeno da violência. Enquanto Sorel e Lênin pressupunham, mesmo que de forma distinta, a violência como ação que se inseria nos processos políticos, Arendt considera que a violência como prática pré-política, ou seja, que estaria relacionada com as relações estabelecidas antes do surgimento da Polis no contexto clássico grego.

Para Arendt, os gregos tinham clareza que a liberdade situa-se na esfera da vida política e que a necessidade trata-se de fenômeno pré-político, característico das relações do lar ou do *étnos*, e que somente neste último se justifica o uso da força e da violência, por se tratarem dos meios de vencer a necessidade. Assim, a violência é caracterizada como

atributo da não política, seria a própria ausência do poder. Arendt coloca-se como crítica de perspectivas materialistas como as de Karl Marx e Frederick Engels, Sorel, Lênin e Sartre, que enxergavam na violência força motriz da construção histórica. Frantz Fanon em sua publicação *Os condenados da Terra* (1997), fundamenta a inevitável necessidade do uso do uso amplo da violência em processos de descolonização. Arendt, por sua vez, rejeita esta verdadeira primazia da Violência, a colocando como fenômeno marginal e degenerado ao contexto da política.

Arendt estabelece um confronto mais direto com diversos olhares sobre a violência. O primeiro alvo de suas críticas é a própria ciência política, que para a mesma não estabelecia nenhuma distinção entre Poder, Vigor, Força, Autoridade e Violência.

Penso ser um reflexo do atual estado da ciência política que nossa terminologia não distinga entre palavras chave tais como *poder*, *vigor*, *força*, *autoridade* e por fim *violência* (...) Todavia, é justo presumir que elas se refiram a diferentes qualidades, portanto, seu significado deveria ser cuidadosamente avaliado e examinado (...) *Poder* corresponde à habilidade humana não apenas para agir em concerto, O *poder* nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas enquanto o grupo se conserva unido (...); *Vigor*, de modo inequívoco, designa algo no singular, uma entidade individual; é a propriedade inerente a um objeto ou pessoa e pertence ao seu caráter; A *força*, que frequentemente empregamos no discurso cotidiano como um sinônimo da violência, especialmente, se esta serve como meio de coerção, deveria ser reservada, na linguagem terminológica, às “forças da natureza” ou à “forças das circunstâncias”; *Autoridade*, relacionada com meios enganoso desses fenômenos e, portanto, um termo do qual se abusa com frequência, pode ser investida em pessoas, há algo como a *autoridade* pessoal, por exemplo, na relação entre a criança e seus pais, entre aluno e professor; Finalmente *violência*, como eu disse, distingue-se por seu caráter instrumental. Fenomenologicamente, ela está próxima do *vigor*, posto que os implementos da *violência*, como todas as outras ferramentas, são planejados e usados como o propósito de multiplicar o *vigor* natural até que, em seu último estágio de desenvolvimento, possam substituí-lo (...) substituir o *poder* pela *violência* pode trazer a vitória, mas o preço é muito alto, pois ele não é pago só pelo vencido, mas também pelo vencedor, em termos de seu próprio poder (...) tem sido bastante firmado que a impotência gera violência (ARENDT, 1994, 59 – 62)

Assim, observa-se que *Poder* será classificado como habilidade humana, para agir em concerto, fato que demonstra a exclusão de quaisquer violências para se pensar a categoria poder; *Vigor* seria algo individual, propriedade de um objeto ou pessoa; A *Força* estaria em Arendt, limitada a aquilo que se compreende como energia física ou social liberada em decorrência do movimento em busca de um *telos*, metafísica aristotélica, ou movimento retilíneo uniforme;

A *Autoridade* é aquilo que não se coaduna com nenhuma forma de coercitividade ou persuasão. Trata-se de reconhecimento simplesmente de um tipo de reconhecimento inquestionável. Entretanto, Arendt afirma que geralmente se confunde *autoridade* com *poder* e *violência*⁶⁸. Daí a necessidade de explicitação das peculiaridades da *violência* estabelecidas pela mesma em três dimensões de desmistificação conceitual: desnaturalização, despersonificação e desdemonização. A primeira dimensão tem por finalidade retirar do conceito de violência o atributo da naturalização ou biologização, visto que este equívoco apresenta a *violência* como uma necessidade interna, uma necessidade de expansão; a segunda se dá na necessidade de não atribuir nenhuma potencialidade de “sujeito”, visto ser a *violência* pura instrumentalidade, ela *não promove causas, nem história, nem progresso, nem retrocesso* (ARENDT, 1993 58). Observa-se nesta expressão de Arendt seu total desacordo com teóricos como Sorel e Lênin. A *violência* é pensada, nesta perspectiva como uma reação a perda de poder e não como princípio de ação; A desdemonização significa que Arendt concebe a violência como detentora de uma certa racionalidade, na medida em que busca alcançar por meio de seus fins a sua própria justificação. (ARENDT, 1994, P. 48).

A violência que marca a relação entre a heteronormatividade/Cis e os LGBT poderia expressar aquilo que Hanna Arendt reconhece como elemento pré-político nas relações sociais. A violência contra LGBT poderia ainda ser considerada mais anacrônica se considerarmos os passos dados rumo a efetivação de políticas de *reconhecimento e redistribuição* que nas últimas décadas foram dados. Isto significaria que a violência contra LGBT’S na contemporaneidade representaria um paradoxo daquilo que convencionamos chamar sociedade de direito frente a cultura androcêntrica produzida. Pontuo que todas essas possibilidades podem ser plausíveis, pois defrontar-se com a brutalidade da violência inevitavelmente nos induz a perguntar por justiça, por direito!!

Talvez seja neste ponto recolocar a posição de Nancy Fraser (2007) seja fundamental, pois a recuperação da Política de identidade como prática não excludente da política de classe, supere a perspectiva de Arendt historicamente vinculada ao modelo de política exclusiva do partido e, que possamos interpretar a violência contra LGBT como dispositivo de ação social, ou seja, a violência pensada como a negação da política, neste contexto, tem

⁶⁸Aqui as categorias distintivas de Arendt foram colocadas em itálico, visando dar destaque às classificações distintivas propostos pela autora.

se constituído, paradoxalmente, como dispositivo que promove a construção de ação política, neste caso primordialmente representado pelos *agentes de enfrentamento*.

O risco dessa premissa é que ingenuamente a mesma possa ser interpretada como aprovação ou reconhecimento prévio da violência, nos moldes em que Durkheim tratou o crime como fato social, demonstrando sua função social. De antemão esclareço não ser nesta perspectiva que a violência está sendo interpretada, pois este trabalho possui compromisso e posição em defesa da vida plena e do bem viver, neste sentido a premissa postulada possui caráter epistêmico, no sentido de possibilitar o entendimento de como a violência adquiriu papel mobilizador, agregando e produzindo estratégias de luta.

Na propedêutica desta pesquisa a violência foi pensada, tanto epistemologicamente quanto como versão histórica, inexoravelmente atrelada a violência física, entretanto, especialmente a introdução do pensamento de Bourdieu em textos como (1975) *Os Herdeiros* de Bourdieu e Passeron (2007) a violência ganha novos contornos, ao demonstrar que o campo simbólico está permeado por violência que não estão no campo da materialização física. A *violência simbólica e moral* resulta do *habitus* quando este inculca o preconceito e promove ações diretas de agressão verbal ou de exclusão explícita de LGBT, “naturalizadas” por muitos LGBT’S. No campo da Psicologia há diversos ramos conceituais sobre práticas traumáticas não somáticas e outras que se tornam somáticas. Pautado pela dimensão ética, Taylor discute a (má) formação das personalidades marcadas pela ausência de reconhecimento identitário.

Insere-se neste estudo a reflexão sobre a plausibilidade da categoria lgbtfobia, termo que recentemente passou a ser utilizado por vários segmentos sociais, superando o uso da categoria “homofobia” e a também da recente “homotransfobia”. De 2015 para cá o termo passou a ser comum entre os militantes ativistas das causas LGBT e entre pesquisadores acadêmicos, mesmo que em dimensão socialmente mais amplas o termo “homofobia” continue a ser o termo mais usual para designar preconceito aos LGBT’S.

Neste exercício antropológico, a lgbtfobia é reconhecida como categoria premente de análise das diversos relatos realizados por *agentes de resistência e de enfrentamento* da cidade de Manaus sobre as diversas formas de violência sofrida. A categoria lgbtfobia é introduzida como demarcadora de possibilidade de compreensão mais profunda dos casos de violência vivenciada por estes povos no Brasil e em Manaus. Por mais que se

reconheçam os avanços que o Movimento LGBT tenha conquistado, as práticas de violência *simbólicas, morais e físicas* são cotidianas e tem convidado o campo acadêmico que cumpra sua função de não desconexão com a realidade dos povos e seus problemas existências.

Para Mott, a “homofobia” é patente, facilmente visível nos discursos e práticas sociais no Brasil. Os discursos “homofóbicos” para ele estão no campo mais amplo possível da sociedade: família, religião, economia e nos discursos políticos o que demarcaria as características de uma sociedade preconceituosa. Segue amostragem da publicação de Mott 2004 de alguns posicionamentos que demarcariam segundo ele uma espécie de ojeriza aos LGBT.

O homossexualismo é pura aberração. [Deputado Federal Enéas Cordeiro, PRONA/SP]

O casamento gay demonstra a decadência moral que vai minando todos os valores de nossa sociedade. [Deputado Severino Cavalcanti, PFL/PE]

Sou frontalmente e literalmente contra a parceria civil de homossexuais. Vou trabalhar para combater a inversão de valores, a contrariedade dos princípios estabelecidos por Deus. Daqui a pouco, vão permitir a união entre o animal e o ser humano. [Pastor Oliveira Filho, Deputado Federal (PL/PR)].

O homossexualismo é uma forma de violência à natureza humana. [Jose Alencar, Vice-Presidente da República].

Quem em sua família desejaria ter um homossexual? Tenho certeza que ninguém... Tenho certeza que esta infeliz prática deveria ser combatida e não defendida. [Jornal A Gazeta, Irará, BA] (MOTT, 2004, p.35)

Nesta direção é que Luis Mott (2004) apresenta sua concepção de “homofobia”, isto é como multifacetada, sendo a violência física, demarcada pelo significativo número de homicídios de LGBT a forma mais ultrajante de lgbtfobia. No quarto capítulo deste trabalho, relaciono o avanço dos populistas autoritários – aqui classificado como *religiosos* com a prática religiosa – política que de certa maneira legitima as agressões e homicídios, estabelecendo diálogo com minha pesquisa de mestrado sobre neoconvertidos a movimentos pentecostais e neopentecostais na Zona Leste da cidade de Manaus (2007). É notório que a cultura cristã brasileira aliada a outras forças conservadoras tem produzido discursos legitimadores do preconceito teísta na sociedade brasileira, constituindo-se como aporte legitimador da demonização destas identidades. A morte de um LGBT representa a morte de

um ser culpado, perspectiva que naturaliza e paradoxalmente inverte a relação causa efeito, - *assassinaram fulano! - ah mas ele era “homossexual” né?*

Mesmo que o termo lgbtfobia pareça restringir-se ao campo da psicologia, quando observamos as múltiplas dimensões e fenômenos que esta nomenclatura pode alcançar, pode-se afirmar tratar-se de uma temática das ciências humanas e/ou sociais como um todo, e, muito pertinente ao campo antropológico. Assim, o termo original “homofobia” de 1972 que significava *o medo ou aversão expresso por heterossexuais de estarem na presença de homossexuais* (PRADO, 2010) passou por processos de questionamentos, ressemantizações e debates no campo político e acadêmico, propiciando a ampliação do sentido genealógico puramente vinculado ao campo da individualidade passando a compreender categoria de dimensão cultural e social.

A lgbtfobia possui a dimensão pessoal de ordem afetiva e uma dimensão cultural de ordem cognitiva. A primeira se circunscreve às manifestações de aversão, rejeição de LGBT ou a qualquer forma que se assemelhe, considerando que segundo o sociólogo D. Welzer-Lang que afirmou ser comum a demonstração de hostilidade contra atitudes opostas aos papéis sociossexuais pré-estabelecidos (BORRILO, 2010); a segunda é de *ordem social* e não se encontra na rejeição direta ao “homossexual” como sujeito fenomênico, mas ela pode facilmente observada quando pensamos este “sujeito” como “sujeito” de direitos, cidadão. Nesta dimensão é comum observar a tolerância e até mesmo a simpatia em relação aos LGBT’S, desde que estes não requisitem nenhuma política de respeito ou igualdade. Assim, Prado na Introdução ao texto *Homofobia: História e Crítica de um preconceito* (2010) discorre a “homofobia”:

A “homofobia” tem se revelado como sistema de humilhação, exclusão e violência que adquire requintes a partir de cada cultura e formas de organização das sociedades locais, já que essa forma de preconceito exige ser pensada a partir da **intersecção** com outras formas de inferiorização como o racismo e o classismo (PRADO, 2010 P. 09).

Verifica-se que a condição de sujeição causada pela lgbtfobia deveria ser pensada em relação direta com as formas de hierarquização social, considerando que são atributos constituidores da personalidade como acontece “com a filiação religiosa, cor da pele ou origem étnica ela não deve ser considerada um dado não pertinente a construção política do cidadão e na qualificação do sujeito de direitos” (BORRILO, 2010 p. 15). Entretanto, na prática a condição sexual como outras condições humanas são postas, todo momento, como critério de posicionamento hierárquico no campo social. A “homossexualidade” é, neste contexto, vista como uma quebra da hierarquia de gênero e de sexo construída no processo simbólico de dominação masculina.

A lgbtfobia possui uma gama de facetas que alcança as diversas de identidades e, uma delas é a lesbofobia. Por mais que estatisticamente a violência física, especialmente homicídios, afete um percentual menor de mulheres lésbicas, isto não representa que estas recebam menos preconceito, pelo contrário, elas são alvo de duplo preconceito por sua condição feminina e sua condição de lésbica, sendo alvo do preconceito de gênero e sexo. A formatação de uma sociedade androcêntrica colocou até pouco tempo a mulher como ser inferior e incompleto, no campo mítico, basta que leiamos o texto da criação apresentado no Gênesis ou no campo da ciência as lições que embasam a psicanálise. As identidades trans aparecem como formas de gênero e ou sexual que mais abala o edifício hetero/Cis, considerando que a mesma dilua quaisquer formas mais fechadas de modos de sexualidade e destrói o edifício biologistas. Estes têm provocado discussões profundas, inclusive, sobre a legitimidade de ser transexual entre aqueles que fizeram a cirurgia de redesignação e aqueles que optaram ou não tiveram as condições de realizá-la, o fato é que em casais transexuais (composto por homem e mulher trans) ao optarem por reproduzir o homem é que engravida. Assim, a transfobia é a reação ao abalo que estas identidades provocam nos setores mais conservadores da sociedade.

No Brasil, o campo político observa-se que os grupos religiosos têm mobilizado todas as forças possíveis que garantam aumento das bancadas evangélicas, nos três níveis do poder legislativo, visando colocar na pauta da agenda política projetos que limitam os direitos desses povos, caso patente é o PDL 234/2011 (Projeto de Decreto Legislativo) de 2011 proposto pelo Deputado Federal João Campos do PSDB/GO, conhecido como o Projeto de “cura” arquivado em 2013, apresentado neste trabalho no terceiro capítulo.

Luís Mott é um dos teóricos que postula que não se pode realizar ciência, primordialmente, antropologia de gabinete, mesmo que tais gabinetes possuam janelas com vidraças que permitam aos pesquisadores enxergarem a realidade, mas que não lhes limite de ouvir, sentir e se misturar com aos povos, que no caso dos LGBT'S brasileiros, carecem cada vez mais da composição de força que possa combater a violência de cunho lgbtfóbico. Assim, na introdução de seu texto *Matei porque odeio gay* 2003, Mott explicita sua posição sobre a violência praticada na sociedade brasileira:

A grande contradição é que, concomitantemente a estas cruciais conquistas, persiste em todas as regiões do Brasil, violenta intolerância 'anti-homossexual', cientificamente chamada de "homofobia". Este ódio explícito, cruel, persistente e generalizado, vai do insulto e ameaça, à graves episódios de discriminação, constatados em todos os segmentos e esferas sociais. Incluem violência física, golpes e tortura, culminando em violentíssimos e pavorosos assassinatos – via de regra cometidos com revoltantes requintes de crueldade, abrangendo elevado número de golpes e tiros, o uso de múltiplos instrumentos e tortura prévia. Crimes de ódio em que a "homossexualidade" da "vítima" motivou a agressão e pesou definitivamente no *modus operandi* do homicida (MOTT, 2003, P. 5).

Dessa forma, estas práticas de violência que fazem parte do cotidiano do Brasil, são classificadas, neste trabalho, pelo termo lgbtfobia, adotado para designar a aversão às lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais/gêneros de nosso país e de Manaus. A lgbtfobia é realidade nas famílias, nas escolas, observa-se que religião tem assumido historicamente as forças mais mortíferas de ataque ao ser humano que não adota a heteronormatividade– Cis. A palavra mortífera se justifica, visto que o discurso lgbtfóbico alardeado pelos grupos religiosos, pontuando aqui movimentos pentecostais e neopentecostais, mesmo que não de forma genérica, tem poder de concretizar quaisquer modalidades de violência, considerando que o simples fato de que tais agentes falem apropriando-se do poder de traduzir aquilo que a divindade condena, por vezes, com baixíssimos fundamentos teológicos, coloca os LGBT'S como a própria representação do mal. A questão, portanto, é saber: quem representa o mal? No quarto capítulo o trabalho aprofunda a reflexão sobre esse maniqueísmo.

2.1.1- Agentes de resistência e de enfrentamento frente ao poder punitivo, religioso e patrimonialista

Coadunar-se aos pressupostos da reflexividade, desconstruir os velhos paradigmas que estabelecem uma dicotomia radical entre objetividade e subjetividade e propor síntese como premissa da relação dialética de condutas individuais adquiridas e congregadas em um *habitus* versus as estruturas objetivas descritas como *campo*, que neste caso funciona como caminho epistêmico de compreensão dialética do próprio *habitus* (PETERS, 2013) em torno da concepção de que a agência é plausível enquanto perspectiva dos *movimentos coletivos*, mesmo quando o empírico nos indicam tratar-se de ação individual simplesmente. Trata-se precisamente de perspectiva de que disposições “impensadas de pensamento” e comportamento possam “racionalmente” tornarem-se controladas ao acenderem ao nível da consciência, primordialmente do pesquisador, considerando tudo isto como processos historicizados onde o pesquisador possui seu *modus cognoscendi*. Ou seja, o pesquisador não tem uma consciência transcendental, mas construída dentro de determinado contexto de tempo e de espaço, norteados pela perspectiva de que os *agentes* operam a todo momento processos de transformação social.

Este *outro* compreendido como *agente* constitui-se como categoria social, à medida que, se aplicou a crítica “racional” sob diversos *habitus* construídos dentro de circunstâncias distintas, todavia marcados por práticas comuns de *violência simbólica*: da própria construção cultural heteronormativo/Cis, *violência moral*: primeira forma de reação à fragilização da hegemonia *hierárquica* homogeneizada do androcentrismo/heterossexual/Cis da sociedade e de *violência física*: domínio da “irracionalidade” marcada pela agressão a integridade física de LGBT’S que em muitos casos são práticas de homicídio, aqui classificadas como formas de genocídio e etnocídio⁶⁹. Pontuo que a premissa de que a violência – especificamente a *moral* e a *física*, possui caráter de reação pensada pelo viés da dialética, haja vista que se observou que a violência funciona como dispositivo de mobilização e organização dos movimentos defensores da afirmação das identidades sexuais e identidades de Gênero tendo no conflito social – Conflito Territorial dos Campos da Moral e do Direito a sua síntese. A razão pela qual se está frisando tal perspectiva considera o mal-estar do pesquisador que tem por meta analisar *habitus* sendo que o próprio tem construído sua subjetividade a partir das

⁶⁹No quarto capítulo essas duas categorias aparecem mais explicitamente, aqui pontuo se basear no texto de Clastres – A arqueologia da Violência, onde o mesmo vincula o genocídio como extermínio físico, corporal e o etnocídio ao extermínio cultural ou espiritual do outro.

mesmas estruturas de opressão e violência. Daí a relevância da recuperação da categoria *agência* propugnada por Bourdieu (2002) aliada a categoria de resistência postulada por Scott (2008) como exemplo.

Considerar a premissa postulada pelas teorias pós-estruturalistas de que as identidades estão em fluxo, pondo em fragilidade as ideias que compreendem as identidades de gênero e sexualidade como formas presas em “caixinhas”, totalmente estanques e, mais ainda, ao considerar que empiricamente esses movimentos são acima de tudo o não-lugar determinado dessas identidades, em especial no que tange às suas práticas, paradoxalmente são verificáveis da mesma forma no cotidiano das relações entre LGBT’S uma forte demanda pelo direito a autoafirmação identitária, realidade que aponta, possivelmente, tratar-se de necessidade frente a negação da afirmação sociedade.

Segundo Beatriz Preciado (2010) a teoria *Queer* em “sua obra canônica” subestimou os processos corporais e as estabilidades de gênero e sexualidade e mesmo que Butler tenha buscado dar conta em textos posteriores como seu mais recente livro *Undoing Gender*, sua tentativa de superar a performatividade linguística e devolver importância ao material – o corpo se esbara em sua formação hegeliana⁷⁰ (PRECIADO, 2010) fato que implica em determinado distanciamento das identidades encarnadas em luta, esvaziando o espaço público. Nesta entrevista Preciado expõe sua crítica interna ao pensamento Queer americano

Creio que este deslocamento, este décalage político-temporal foi frutífero na medida em que permitiu a proliferação de outras formas de teoria queer que foram se distanciando progressivamente da ortodoxia performativa norte-americana. As análises *queer* ortodoxas em termos de gênero como performance me parecem insuficientes para entender os processos de incorporação de sexo e de gênero. Ao acentuar a possibilidade de cruzar os gêneros através da performance teatral, *Gender Trouble 4*, o texto canônico da teoria queer, havia subestimado os processos corporais e especialmente as transformações sexuais presentes nos corpos transexuais e transgenéricos, mas também as técnicas standardizadas de estabilização de gênero e de sexo que operam nos corpos “normais”. Precisamente por isso, as primeiras críticas contra esta formulação de identidade em termos de paródia ou drag surgiram das comunidades transgenéricas e transexuais. Apesar de ser verdade que em seus livros posteriores até o mais recente –*Undoing Gender 5* –, Judith Butler se esforçou por restituir os “corpos” que haviam ficado diluídos entre efeitos paródicos e performatividade linguística; seu próprio construtivismo hegeliano a impossibilita de pensar segundo qualquer forma de materialismo imanentista. Podemos dizer que se abriram ao menos dois espaços de conceituação: um dominado por noções performativas cujo impacto tem sido de especial relevância no âmbito estético, e outro de rasgo biopolítico, no qual se perfila uma nova definição do corpo e da vida. O que a crítica transgenérica põe sobre a mesa não são mais performances, são transformações corporais físicas, sexuais, sociais e políticas que ocorrem não no palco, mas no espaço público. Dito de outro modo:

⁷⁰ Sobre Hegel envolve Nancy e Butler

trata-se de tecnologias precisas de transincorporação. No meu próprio trabalho, o consolador (dildo) permite entender esta produção biotecnopolítica do corpo como próteses sexual. Ao mesmo tempo, o consolador é um sexo camp, uma forma drag, não mais de gênero, senão de sexo (PRECIADO, 2010 P. 53)

Nesta perspectiva, este trabalho no mesmo instante em que reconhece a fugacidade teórica de pensar tal questão a partir da definição perene de uma identidade sexual ou de gênero, paradoxalmente, não vislumbra o abandono de certas categorias que parecem para muitos como superadas, à medida que, constata que entre os países que realizam de alguma forma mensuração de violência homicida o Brasil ocupa posição de liderança. Cabe ressaltar que, em 2015 no Estado do Rio de Janeiro, um criança foi assassinada pelo pai simplesmente por sua “performance efeminada”. Segundo o pai ele tinha *trejeito de gay* e surrá-lo até a morte tinha como objetivo apenas fazer com que a criança não mais tivesse jeito efeminado. Tal perspectiva, nos leva a inferir que em nossa sociedade a liberdade para assumir uma identidade ou até mesmo a simples performance distinta daquela pré-dada pela norma heteronormativa/Cis machista e patrimonialista brasileira não é permitida.

A afirmação no campo político de que os parlamentos Federais, Estaduais e Municipais estão tomados predominantemente por *punitivistas, religiosos e patrimonialistas*⁷¹ - e os mesmos tem posto freio a quaisquer avanços de garantias de direitos aos LGBT'S encontra eco nos estudos de Michel Apple (2004) e contribui para a compreensão da atual situação destes que desejam romper o *armário* ou o gueto⁷² e igualarem-se em *status* sociais aos demais cidadãos.

O estudo de Apple aponta para forças ideológicas reconfiguradas nas últimas décadas, tendo como lócus de estudo a sociedade estadunidense, traduzida em artigo *A educação e os Novos Blocos Hegemônicos* in Sociologia e Educação (RODRIGUES, 2000), possui poder explicativo para se entender o processo de avanço das forças que tem exercido controle sobre agendas da sociedade: *neoconservadoras, populistas autoritários, neoliberais e da nova classe*

⁷¹Essas classificações foram introduzidas neste trabalho durante a palestra de abertura da III Conferência Nacional de Direitos Humanos LGBT proferida pela Deputada Federal Erika Kokay do PT, onde a mesma explicita os três grupos hegemônicos do atual Parlamento Federal brasileiro.

⁷²O gueto produz formas encapsuladas de socialização que geram regiões de democracia sexual. Entretanto, a *guetificação* por si só não significa mudança social. Uma vez que não garante maior reconhecimento da diferença por parte da sociedade ou algum recrudescimento de seus ideais patriarcais e heterossexuais. É lá que normalmente as pressões sofridas no cotidiano são afastadas, novos valores são desenvolvidos e o homossexual tem mais condições de se assumir e testar uma nova identidade social, uma vez construída a nova identidade, ele adquire coragem para assumi-la em âmbitos menos restritivos e, em muitos casos, pode vir a ser conhecido como homossexual em todos os meios que frequenta. (Prado 2012 apud MacRea 1990. p. 61)

média profissional. Dentre essas forças, o movimento que recebe a nomenclatura de *neoconservadores* fundamenta-se “Numa apreciação romântica do passado, um passado no qual o ‘conhecimento real’ e a moralidade imperavam, onde as pessoas ‘conheciam o seu lugar’ e onde as comunidades estáveis guiadas por uma ordem natural nos protegiam dos malefícios da sociedade”. (APPLE apud RODRIGUES 2000 p. 132); Todavia evidencia-se que os *populistas autoritários* sejam ainda mais virulentos contra o direito a diferença, pois estes princípios são orientados por aquilo que se classifica neste trabalho por direita cristã. Ela é excepcionalmente poderosa e influente nos debates sobre política pública na mídia, educação, bem-estar social, as políticas da sexualidade e do corpo, religião e assim por diante. “A nova direita cristã populista autoritária embasa suas posições sobre educação e política social em geral nas visões particulares da autoridade bíblica, na moralidade cristã, nos papéis de gênero e na família” (RODRIGUES, 2004. P 134).

A contextualização torna-se pertinente por seus dados etnográficos quando se considera a complexidade da sociedade americana, Apple (1996) relata que a emergência dessas forças conservadoras implica não somente no ideário de uma escola homogênea, no sentido moral, pelos *neoconservadores* e pelos *populistas autoritários*, mas também de espaços residências homogêneos, que determinam práticas de “purificação social” dos espaços, no sentido de pressionar famílias que não se adequem ao padrão moral dominante a se retirarem de um determinado bairro, por exemplo. Assim, pode ser imputado aos *neoconservadores e populistas autoritários* como aqueles que mais têm expressão comparativa quando estamos tratando de Manaus e LGBT’S, visto que em se tratando de Brasil podemos classificar como grupos mais ligados aos valores da nacionalidade, pátria, *Escola sem Partido*, saudosos do regime militar brasileiro de 1964 a 1985, somados a determinadas alas do catolicismo e movimento pentecostal e neopentecostal marcados por expressivo fundamentalismo religioso.

Estes grupos não conseguiriam impedir o avanço dos direitos, caso não estivessem aliados aqui aos neoliberais e a nova classe média, a primeira defensora do Estado mínimo e do mercado e a segunda descomprometida, literalmente, com tudo que esteja ligado ao público ou às classes menos favorecidas. Assim, no contexto brasileiro, temos a junção dessas quatro vertentes hegemônicas estadunidenses, para compreender o avanço conservador em nossa sociedade: bancada *religiosa* também classificada como *bancada da bíblia* acima relacionada aos *populistas autoritários* que atrelou sua pauta às pautas de *punitivistas* –

defensores da indústria armamentistas, do encarceramento como solução dos problemas sociais, criminalização dos movimentos populares, também chamados de *bancada da bala(...)* e *patrimonialistas*— que representam de forma geral a defesa do patrimônio, no Brasil se notabilizam pelo poder dos ruralistas, controladores das grandes propriedades, o que justifica serem chamados também de *bancada do boi*. Esta conjunção de forças tem decretado forte obstáculo as políticas sociais e de identidade. O político, mesmo que não de forma absoluta, reflete os padrões morais e/ou culturais da sociedade e, portanto, nos ajudam a entender este conflito entre forças de conservação heterossexista/Cis e as forças que defendem ampliação dos arranjos de sexualidade e identidade de gênero.

2.2 - Marcas invisíveis: a dor na alma de LGBT'S de Manaus

O trabalho de campo configura-se como atividade que possibilita a efetivação do diálogo entre a empiria e o arcabouço teórico e pressupõe que o antropólogo possua previamente base epistêmica que lhe possibilite superar a perspectiva da descoberta, e se dirija rumo a dimensão de construção, processo que exige a especialização do olhar. Os elos estabelecidos com os *agentes de resistência* possibilitaram aproximar estas duas dimensões, o impressionismo em que me vi tomado em determinadas situações, não representou desconhecimento empírico nem ausência, absoluta de fundamentação teórica, no entanto a posição daquele que pensa possuir proximidade e envolvimento com o objeto pesquisado, pode vir ter maior desafio frente a necessidade de desnaturalizar, desintrojetar e ressignificar uma gama de questões apreendidas. Mais que isto, o desenvolvimento da pesquisa impõe a cada etapa o desafio de apropriações teóricas que deem conta do desafio da compreensão.

É sabido que as primeiras experiências de violência Simbólica, Moral e muitas vezes Física, são sentidas dentro do círculo de convênio familiar. Se este fator era conhecido por mim como fruto de minha vivência entre LGBT'S, frequência de relatos sobre violências praticadas no contexto da instituição familiar não se impuseram a mim como surpresa, todavia, os significados, a profundidade e a intensidade dessas violências nas subjetividades dos *agentes* que contribuíram com a pesquisa puseram a mim profundo processo questionamento sobre uma gama de práticas familiares tidas como legítimas. Os reflexos dessas práticas decorridas nas famílias, nesta pesquisa de forma mais comum pelos genitores, pais mais que mães, são de fragilização, entristecimento de um lado, de outro da luta pela

superação dos desafios pelo menos materiais⁷³, empreendida por estes Agentes. Fragilizar, entristecer não representa retroceder ou voltar para o *armário*.

A cadeia de processos de *violência simbólica e moral* que afetam estes *agentes* marcam de forma perene na personalidade de LGBT'S que contribuíram com este estudo são mais evidentes quando se adentra ao espaço dos preconceitos advindos das famílias aos quais os mesmos fazem parte. Todavia, não há espaço social onde os LGBT'S não possam vir a sofrer formas difusas de preconceito *lgbtfóbico*.

Somente nas últimas décadas pode-se perceber preocupação acadêmica, pedagógica sobre a recorrência daquilo que nos setores da psicologia da educação nomeou-se como *Bullying*, prática que hostiliza, exclui, ridiculariza e humilha estudantes pelos mais variados motivos. Prática que carrega o preconceito marcado na diferença que o outro traz encarnado em si. Dentre estes grupos que passam por experiências de *violência simbólica, moral e física* no meio escolar estão os povos LGBT. Pontuo que empiricamente o crescimento numérico de adolescentes e jovens que escancaram sua identidade de gênero e/ou sexual tem produzido situações de maior aceitação escolar e de abertas formas de preconceito.

Dentre os professores cresceu o nível de esclarecimento assim como cresceu numericamente o número de professores assumidamente LGBT'S. Tais mudanças deixaram para traz práticas pedagógicas como pude presenciar em 2000, na escola Estadual Marcio Nery, quando ouvi determinado professor de língua portuguesa justificando a reprovação de um estudante na sala dos professores a seus pares: *aluno viado comigo não passa*. Mesmo assim, ainda vejo com preocupação a intensa formação de professores das últimas décadas de viés mais conservador que estão atuando principalmente na Educação Infantil aqui em Manaus. O exemplo do preconceito escolar tem finalidade de pôr em discussão outros campos onde a violência Simbólica e Moral se fazem presentes: religião, trabalho entre outros se somam como espaços de violência, que serão pontuadas como violências do espaço *público*

A relevância que os *agentes de resistência* atribuíram ao tratamento recebido estritamente por sua condição de gênero ou de sexualidade justifica esta sessão específica a expressão dos dramas vivenciados entre aqueles que se fizeram interlocutores da pesquisa.

⁷³Muitos GBT'S para serem ou se sentirem aceitos por suas famílias utilizam da estratégia do sucesso profissional e financeiro e, primordial, do ato de "bancar" afetivamente e financeiramente as demandas familiares ou de membros da família.

Dessa forma, a primeira parte dessa sessão será dedicada a etnografias dessas práticas de *violência simbólicas e morais*, primeiramente no contexto intrafamiliar – classificadas como espécie de *violência privada* e na sequência as violências simbólicas e morais que decorrem fora do espaço familiar – *violência pública*. Seguindo a premissa de Daniel Borrillo (2010) podemos afirmar que neste segundo capítulo predominará relatos e questões que se incluem num tipo de violência que resulta da lgbtfobia de dimensão pessoal e de ordem afetiva, excetuando o aspecto simbólico que se encontra generalizado na cultura.

2.2.1. Violência Simbólica e Moral contra LGBT’S em Manaus: etnografia das experiências privadas

Contribuíram de forma direta com esta sessão os agentes: *Baryshnikov, Eros, Anhangá Tulipa Psicodélico*.

A instituição familiar é o lócus onde violência Simbólica tem seu nascedouro considerando que nela encontram-se, os elementos de reprodução do ordenamento moral de conservação da dominação masculina e heterossexista/Cis. Pode-se afirmar ser quase que generalizada a expressão de *violência simbólica*, visto que o simples fato de alguém surgir em contexto binário do masculino e do feminino, imposto pelo aspecto biológico, impõe aos “desviantes” intensas dificuldades de adequação, especialmente quando a identidade sexual e/ou de gênero torna-se patente.

Todavia, a crescente afirmação identitária de LGBT’S no interior das famílias brasileiras, que indica no sentido inverso diminuição etária em que estes se afirmam abertamente como lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais/transgêneros têm instituído o fortalecimento de nova configuração moral que abarca as variabilidades sexuais e de identidade de gênero. Tal fenômeno tem produzido o conflito de ordem moral, considerando que a condição de filho ou filha nas famílias seja de relativa subalternidade, a relação de poder assimétrico o coloca na situação de resistente. A síntese provisória disso é o processo de empoderamento desses *agentes*, que mesmo frente a dominação emergem contra força de contradição da ordem familiar heteronormativa/Cis.

A expressão corporal *Baryshnikové* ímpar, seus olhos pequenos e pretos, na boca seu sorriso largo e fácil, traços que estão em sintonia com aquilo que é expresso por meio de uma fala sorridente, mas de conteúdo doloroso. Essa prática paradoxal de rir diante dos dramas e tragédias não é característica exclusiva de *Baryshnikov*, é possível verificá-la cotidianamente nestes povos, marca que explicaria o termo americano, *gay* e legitimaria usar neste trabalho a categoria *atores sociais*, mais que em quaisquer outros. Todavia, neste *agente* há uma singularidade, a expressividade performática de sorriso com intensa narração dramática da história de sua vida, possivelmente seja aguçado por sua inserção no mundo das artes cênicas. Por vezes, o gravador utilizado na entrevista me salvou, pois minha mente, em momentos alguns dispersou, focando mais na performance e expressão corporal de *Baryshnikov* que no conteúdo de sua fala.

A menção aos seus atributos performáticos veio à minha memória, neste momento, em que afirmo ter sido sobre sua vida familiar o tema que ele sentia necessidade ávida de falar, expor e de refletir. Nestes momentos as expressões no olhar, no sorriso, no movimento de todo o corpo pareceram-me se intensificar, fato que em consentimento tácito mútuo deu à questão familiar centralidade de nossas conversas. Os relatos de sua vida empírica, sempre acrescidos de reflexividade que buscava entender as razões das posições de sua família e como tais posições o afetavam.

Para minha família foi muito difícil, está sendo difícil, depois sei lá, de seis anos de descoberta (sorrisos), especialmente a minha família paterna que é muito tradicional, muito machista, muito machistão, de homem ser o centro da família, mulher não poder trabalhar, não podia fazer nada, só cuidar dos filhos. Quando meu pai descobriu foi um baque! Daí que me pergunto, se foi por essa relação de família mesmo, ou se foi por nossa própria relação, eu era o mais próximo dele, antes se ele fosse à esquina comprar pão ele tinha que me levar, para ele foi um baque e ele até hoje não aceita, hoje ele não fala comigo, tirando alguma coisa necessária, tipo se tem uma conta no banco que não há quem pague ele me pede pra pagar, fora isso ele não se pronuncia comigo (BARYSHNIKOV 2015).

Baryshnikov inicialmente justifica a própria formação histórica de sua família, como tributária do androcentrismo: antes de um pai que devotado, marcado por práticas cotidianas de companheirismos a um pai que se nega a falar com o filho assumidamente *gay*. A frustração paterna com a não construção do modelo heteronormativo/Cis no caçula quebrou de forma bastante radical a relação aproximada que mantiveram desde sua infância. A

inserção do texto *A dominação Masculina* (2014) de Bourdieu teve este objetivo de estreitar e fundamentar aquilo que o encontro com os LGBT'S demonstraram no campo, ou seja, a íntima relação entre a lgbtfobia e o machismo. Contudo, o androcentrismo não restringe à rejeição, está no próprio poder que o homem, neste caso pai e marido, em determinar o encaminhamento que deverá ser seguido por toda a família.

A dificuldade em aceita-lo da parte de sua mãe e de seus irmãos, segundo ele, foram superados, estes ultrapassaram seus preconceitos e mantiveram os elos familiares de amizade e afeto, todavia, esta conquista não foi suficiente para mantê-lo na mesma residência, aos quinze anos este jovem teve que enfrentar a vida dos *quitinetes de agricólinos*⁷⁴. No caso de *Baryshnikov*, o pai desponta como representante legítimo de um modelo sexual imposto: *Minha mãe no início foi difícil para ela, mas ela procurou entender. Hoje tenho uma relação muito boa com minha mãe, meus irmãos no início foi um baque, mas depois eles buscaram aprender, estudar, conhecer, e hoje tenho uma boa relação* (BARYSHNIKOV, 2015).

Desde que saiu de casa o mesmo recebeu determinado apoio de sua mãe, especialmente financeiro para ajudar a pagar o aluguel, entretanto, naquele momento o que o *salvou* foram bolsas⁷⁵ que recebeu por meio de Projeto de iniciação científica. A família onde o mesmo alugou o quarto aos poucos foi se aproximando dele. *Quando eu chegava tarde encontrava a proprietária da quitinete acordada me esperando, acho que se preocupava por que sabia que eu era menor, muitas vezes eu estava morrendo de fome, ela perguntava, já jantou? Não quer jantar? Eu com vergonha dizia já jantei, mas eu ia dormir com fome* (BARYSHNIKOV, 2015).

O tempo passou, os laços de amizade entre *Baryshnikov* e a família proprietária da quitinete se intensifica, ele passa a ajudar as suas duas filhas menores a realizar suas tarefas

⁷⁴O atual IFAM CMZL até o ano de 2010 configurava-se como escola Agrícola que recebia estudantes de todo o Amazonas e de Estados vizinhos. A mesma oferecia alojamentos primordialmente para alunos que não residissem em Manaus, mas devido o não enquadramento às normas de acesso a uma vaga nesses alojamentos (econômica, etária ou de gênero – não se aceita mulheres até hoje em residência estudantil no IFAM); à perda de vagas nos alojamentos por desobediência as regras internas ou a escolha de estudantes em não residirem dentro da escola entre outros elementos produziu, especialmente nos bairros do entrono da escola verdadeira colônia de estudantes conhecidos como *agricólinos* que residiam em pequenos apartamentos, quartos alugados, comumente chamados de *quitinetes*. *Baryshnikov* mesmo que de família de Manaus e próxima geograficamente da escola, passou a compor a fazer parte desses *agricólinos* que viviam em *quitinetes*.

⁷⁵Importância dos Programas de Assistência ao aluno e de incentivo a iniciação científica desenvolvidos nos Governos do PT.

escolares, quando tinha tempo vago ia deixar as crianças na escola ou trazê-las de volta para casa. Após determinado tempo a filha mais velha do casal, uma adolescente que residia com os avós, passa a residir na casa de sua mãe e surge uma grande amizade entre *Baryshnikov* e a jovem, tornaram-se confidentes e o mesmo passou a ser uma espécie de conselheiro. Esse entrelaçamento o faz após dois anos inquilino a tornar-se residente da própria casa da família. Na prática, paulatinamente, este nosso *agente de resistência* em pauta passa a compor parte de uma nova família, mesmo que não tenha cortado os elos com sua mãe e irmãos, sua vida passou a ser ao lado desses que o acolheram, inicialmente como inquilino, depois como parte da própria família.

O drama vivenciado por este jovem é de fácil observação nas famílias que rejeitam filhos por conta de sua identidade de sexualidade ou de gênero, fato que poderia ser interpretado aqui como elemento puramente ruim, negativo. Entretanto, o ato de adolescentes ou jovens saírem, de forma compulsória, de suas residências pode ser visto como marca de *resistência*. Opta-se por uma trajetória de insegurança, com o auxílio de amigos ou parentes distantes a ter que formatar-se como heterossexual/Cis. A busca pela autonomia passou a ser cada dia mais comum, estas lutas aparentemente isoladas, fazem parte de movimento coletivo e tem gerado um colapso no dito padrão familiar brasileiro e, certamente, tem alimentado fortes aparatos de manutenção da antiga ordem entre as famílias mais conservadoras.

Eros aparece neste trabalho devido a determinado relato feito a mim em 2004, num desses dias em que as pessoas ficam angustiadas, desnorteadas com suas condições de existência e com o próprio *habitus* constituído. Fica patente que este fato aconteceu com um amigo, em sua adolescência e que em determinado momento de tristeza a estória foi contada a mim. Possivelmente por conter força explicativa da configuração de sua própria identidade. Dez anos depois de ouvir este relato fui a busca de ouvir novamente este relato, agora não na condição de efêmero confidente, mas de amigo historicamente consolidado e como pesquisador instigado e instrumentalizado de que geralmente estes acontecimentos são desfechos de processos e acima de tudo eventos que deixam marcas profundas na alma.

Nosso encontro se deu em seu ambiente de trabalho, e devido as dificuldades de encontrarmos espaço adequado para nossa entrevista, acabamos indo para meu carro, onde conversamos por algum tempo, mesmo que possivelmente tenha escolhido dia impróprio visto que o mesmo estava vivenciado profundo sofrimento resultante de um recente desenlace

afetivo. Olhar disperso, a mente intranquila, mesmo assim pudemos conversar e ouvir todo o teor de sua estória familiar. A experiência de *Eros* com o preconceito familiar, no entanto, não o dirigiu ao mesmo caminho de nosso primeiro interlocutor desta sessão: passar a residir em *quitinete*, pelo menos não de imediato e de forma absoluta.

A saída de *Baryshnikov* do convívio foi uma construção desencadeada por seu pai, neste sentido o fato de *Eros* ser criado somente por sua mãe, já que seus pais são divorciados, possivelmente, mesmo com a violência física que sofreu o ato não teve continuidade ao ponto de determinar sua privação do convívio familiar. Por outro lado, as estratégias de *Eros* foram marcadas pela ideia de se manter no *armário*, considerando que processualmente ele se afirmou como *gay* para a rede de amizades constituídas (gueto), enquanto em sua família instaurou-se um tabu cogitar sobre esta questão⁷⁶. Este fato pode ser interpretado de maneira distinta, como deve ser distinto o contexto de *armário* em família: a família sabe e prefere fingir que não sabe; a família não consegue enxergar que o filho é LGBT ou ainda a família sabe, mas espera que seja algo que passe com o tempo. Lembro-me de determinado relato afirmou: *minha família sempre soube que eu era gay, mas no dia que eu falei: pai eu sou gay! Eu fui expulso de casa*. Esta ilustração demonstra que o fato em si ser: LGBT não é problema. Problema surge com a autoafirmação, assumir-se LGBT esta frustra e envergonha boa parte das famílias.

Eu depois disso levei algumas pessoas lá em casa, mas sem nunca afirmar que era meu namorado, tem sempre uma coisa pesada, sempre ficou muito marcado, minha família não tem um estória de aceitação, sempre essa marca muito pesada, esse fato da surra marcou porque no momento que esperava que ser acolhido pela família, já que eu estava mal falado na rua inteira (risos), minha mãe só realçou mais ainda, mas foi importante também, porque foi nesse dia que eu decidi que tinha que estudar, vou descer e subir essa rua de cabeça erguida (EROS, 2015).

Dessa forma, a ausência paterna e a estratégia de manter determinado *armário* familiar, sem dúvidas, pode ter sido contribuído para sua permanência em sua casa: *Até os meus 20 anos muito velado, no trabalho, faculdade, nunca foi assumido não. Até hoje não é muito assumido com a família. Claro que existe uma ideia clara do eu sou, mas isso ainda é velado (EROS, 2014)*. Todavia somente o *armário* não constrói as condições ideais para um LGBT se manter em uma família mais conservadora, evidentemente que ascensão social pelo trabalho em simultaneidade com o estudo formal regado a extremada doação financeira e/ou afetiva tem

⁷⁶ O contexto descrito a respeito do *armário* e do silêncio em família na vida de **Eros**, é estratégia bastante comum no Brasil e visa favorecer a convivência familiar frente ao preconceito: o *gay* finge que não é **gay** e família finge que acredita que o membro *gay* não seja *gay* creio supere as outras variações interpretativas.

sido uma boa receita de pseudo-aceitação familiar. Quantos LGBT'S utilizam como estratégia de *resistência*, para que se sintam aceitos, dinheiro e dedicação exclusiva a membros da família?

A junção de discrição em família, ao que chamo baseado em Sedgwick, de *armário*, mais o elevado padrão intelectual e de proventos, mesmo que *Eros* não seja o único provedor familiar, lhe garantiu certa sobrevivência interna. Todavia, a aceitação interna não o desobrigou de há cerca de quatro anos manter apartamento em bairro distinto de sua casa, onde pode receber amigos e eventuais namorados. A *quitinete*, o apartamento, o quarto em separado mesmo que na mesma casa onde residem os demais membros da família é a grande marca da clandestinidade afetiva e sexual das pessoas LGBT em Manaus. Estes espaços são os locais primordiais dos casos de violência, especialmente, homicídios de *gays* nesta cidade, portanto, são padrões de exclusão e vulnerabilidade.

O silêncio sobre a identidade de *Eros* em sua vida familiar e em grande medida em seu espaço social de trabalho é sentida por ele como algo mais tranquilo, especialmente com seus irmãos, pois eles já possuem clareza e já se pode falar sobre o assunto, tabu quebrado pela metade, em relação aos pais o mesmo afirma: *mas com meu pai nunca tratei disso, nem com minha mãe. Mas acho que hoje em dia está bem melhor que antes (EROS, 2014)*, ou seja, um *armário* especial para os pais ainda se faz necessário.

Registro que os espaços dos salões de beleza foram importantes para construção deste estudo, haja vista, a significativa presença de LGBT'S, predominantemente, *gays* e travestis que trabalham, frequentam e que constroem redes de amizades e de inimizades que permitem privilegiado campo de informação e de contatos. Neste percurso, me deparei com a estória do *Anhangá*, jovem apresentado no início dessa sessão, proprietário de salão de beleza na Zona Leste da Cidade de Manaus. O mesmo reside em Manaus há cinco anos, veio para cá, segundo ele, em busca de melhores condições de trabalho, visto que em sua cidade natal no Estado do Pará há precariedade de emprego.

O processo de racionalização, no sentido proposto pela psicanálise, evidencia-se quando se pergunta sobre seus deslocamentos: logo expõe que saiu de sua pequena cidade em 2008 passando a residir em Santarém e em 2010 se dirige para Manaus também motivado por outros fatores, desvinculados da concretude de sua sexualidade. Todavia, fato intrigante encontra-se da observação de que o mesmo retorna para rever a família em 2015, viajando sob a influência de dois amigos *gays*. Ao chegarem ao Estado natal os mesmos foram proibidos

por *Anhangá* de conhecerem ou visitarem sua família. Este detalhe demarca a clandestinidade ou guetificação identitária desse nosso agente e revela ser falaciosa a justificativa de ter vindo para Manaus, unicamente, por demandas de trabalho. Falácia reconhecida no decorrer dos diálogos.

Quando falamos de centros urbanos sabe-se que é muito comum a imigração de LGBT'S para fugir de realidades marcadas por relações mais próximas de uma vida comunitária, passando a conviver distante de familiares, evitando, dessa forma, causar vergonha e/ou ser o causador de possíveis conflitos familiares e acima de tudo sentir-se livre.

No decorrer da conversa se revelou coisas como *minha família é católica, meu pai é catequista, tenho uma irmã deficiente que também é catequista ela é muito preconceituosa. Só tenho uma irmã pra quem eu conto tudo, sempre me apoiou (ANHANGÁ, 2015)*. Estes relatos apontavam para a sua condição de refugiado em Manaus, livre dos olhares de sua comunidade de origem e da pressão familiar, compostas por líderes comunitários da igreja católica local. A pressão nestes casos são frutos do sentimento de vergonha que os familiares sentem dentro do contexto mais amplo das relações de parentesco. Em determinado momento reconheceu: *aqui em Manaus me sinto livre (ANHANGÁ, 2015)*.

Em Manaus, trabalhou durante dois anos no Distrito Industrial de Manaus em linha de montagem, mas sua inadaptação ao modelo de trabalho o fez profissionalizar-se por meio de um curso técnico em cabeleireiro, *depois fiz o curso de cabeleireiro, pedi as contas do Distrito e comprei o material básico para trabalhar com salão (ANHANGÁ, 2015)*. Abriu seu salão em determinado bairro da Zona Leste, da mesma em forma que vive atualmente, divide residência e espaço de trabalho na mesma *quitinete* alugado.

Durante três anos sua vida esteve marcada pelo trabalho e sempre que havia possibilidade ir para festas, bares com amigos de festa. Relata que passou momentos de dificuldade, depressão, experiência com drogas ilícitas. Somente após experiência concreta de violência física decidiu mudar de residência e estabelecer relações mais positivas de autopreservação. A mudança de endereço propiciou-lhe mudanças de grupo de amigos, sem envolvimento com “drogas”. Segundo ele, as novas amizades foram importantes porque *eles me levaram para outro mundo que eu não conhecia, falavam de assuntos que eu nunca conversava com meus antigos amigos, no início eu achava tão chato falar de políticas essas coisas, mas a gora eu gosto muito (ANHANGÁ, 2015)*

O processo de construção dessa etapa do trabalho foi marcado como posto acima por eventos que marcam a vida dos LGBT'S no que tange a multiplicidade de relações sociais, em que se torna possível verificarem práticas preconceituosas, de *violência simbólicas e morais* que contribuem nas formatações identitárias e possuem papel de complicador das posições sociais que assumem e, que por vezes são tratadas como meras determinações naturais inerentes aos mesmos.

Por mais que se tenha buscado observar, a diversidade de relações onde se fazem presentes a negação de igualdade de *status* e violência, as relações familiares despontam com aquelas que possivelmente possam causar danos afetivos mais profundos na formação das identidades. *Baryshnikov*, *Eros* pautaram seus relatos sobremaneira em seus processos de exclusão ou discriminação intrafamiliar, enquanto Anhangá optou pela emigração prévia.

Tulipa inclui-se nesses encontros entre pesquisador e *agentes* em que a temática central de nossas conversas ficou em torno, em grande medida, das descrições de relações familiares marcadas por diversas formas de *violência morais e físicas*.

Desde meus cinco anos eu já me percebia como diferente, eu estava no Jardim II, eu tinha um amigo, o apelido dele era alemão. Ele era muito chegado a mim, mas normal, um dia tinha uma prova, era par a pintar um índio, ele ficou muito perto de mim, mas normal. Mas a noite eu fiquei pensando nele. Toda dia, ele me abraçava. Mas no recreio eu não ficava com meninos. Quando fui para a Alfa já fiquei a fim de outro rapaz. Aos sete mais ou menos vi um menino nu na minha frente, sendo que já sentia atração. Nessa época, não vou dizer que fui abusado, pois eu que fui atrás dele. Ele trabalhava ao lado de minha casa. Tinha uns 14 anos, era moleque. Trabalhava ao lado da minha casa. E nós estávamos em obra no segundo andar da casa, e eu um dia da escada vi ele pelado no banheiro no quintal ao lado, aí eu gostei. Chamei ele, mas ele ficou bravo na hora, ficou com raiva, me jogou água, me brigou aí eu desci para a sala e fiquei nervoso, mas feliz por ter feito, tinha gostado. Depois de umas duas horas, ele veio e perguntou por que fiz aquilo. Eu falei eu te acho bonito e queria você para mim. Foi quando ele tirou a toalha, e eu comecei a tocar nele. Foi daí que vi que eu não era normal, não era normal (TULIPA, 2015).

O processo de construção da percepção de si, como alguém que destoa do padrão homem – mulher, na vida de *Tulipa* surge em seus primeiros anos de existência e faz parte das disposições comuns em agentes transexuais/transgênera. Desejo afirmar que, na prática, são pessoas que nasceram em corpo reverso, mulheres que nascem em corpo de homens e homens que nascem em corpo de mulher. Estas discussões são objeto muito recente e envolve campo bastante diverso de disciplinas. Todavia, neste trabalho de pesquisa a primeira fala de *Tulipa* possui finalidade dar conta das diferentes identidades e demonstrar os processos de

construção identitárias são complexos, considerando que a auto percepção e percepção social podem decorrer em tempo distintos dependendo de questões como aquilo que de forma comum se chama *trejeito*.

O *trejeito* impulsiona a classificação social, mesmo que objetivamente ela não defina identidade e seja algo carregado de preconceito. No entanto, ele por vezes, é o elemento que indica ou que constrói identidades antes mesmo do *agente* se auto perceber ou assumir-se LGBT. O contrário também é verdadeiro, a performance sem *trejeito*, portanto, “masculinizada”, garante por vezes, o retardamento da auto percepção e da percepção social e ainda permite a construção de identidades com a licença que lhe permite vivenciar dupla ou múltiplas performances identitárias; ou mesmo se definido perenemente como identidade plenamente móvel, *Queer (LGBTQ)*⁷⁷. A mobilidade identitária é plenamente discutida como padrão teórico contemporâneo, entretanto pontuo que as identidades sim são móveis, mas as identidades dos agentes específicos podem ser ou não móveis, afinal como afirma Preciado (2010) a estabilização deve ser considerada. Neste trabalho que dialoga com LGBT’S do mundo da concretude, como membros de organizações sociais ou não, todos demonstraram visceralmente o desejo de virem a ter suas identidades reconhecidas.

Esta breve incursão demonstra as causalidades explicativas do porquê que Eros só veio assumir-se como *gay* para si e para algumas pessoas do círculo de amizade por volta dos dezesseis anos, como a fato de *jogar futebol e ficar com meninas (EROS, 2014)* retardou o seu olhar sobre seus próprios desejos e desfocou qualquer classificação familiar até o momento em o mesmo é flagrado em relações íntimas com outro rapaz de sua rua.

No caso de *Tulipa* aos cinco anos ela já se via como distinto dos outros colegas de sala de aula, já se reconhecia desejante por meninos, verdadeira pulsão por um garoto. Assim como *Tulipa* vê-se diferente, seus familiares muito cedo percebem ser ele menino diferente, mesmo porque em suas experiências sexuais aos sete anos ele deixou rastro: *Depois tive relação não de penetração, mas de toques, caricias com esse menino. Foi quando meu pai quase pegou a gente, ele se tocou (TULIPA, 2015)*. Desse dia em diante *Tulipa* descreve uma rotina de práticas familiares que buscavam enquadrá-la em determinado padrão.

⁷⁷ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e *Queers*.

Daí foi que meu pai começou a pegar no meu pé. Sendo que ele já pegava, cortava meu cabelo curto, crescia um pouco já mandava pelar, coloca esse menino no futebol, dali já sentia um preconceito do meu pai, ele abraçava o meu irmão, beijava a minha irmã, passava por mim passava direto. Um dia minha vó foi lá no quarto e disse “Tulipa” é teu filho também’ vá lá abrace ele, ele ficou sem jeito eu também, foi lá me abraçou, passou a mão na minha cabeça (TULIPA, 2015)

As estratégias dos pais de *Tulipa* na tentativa de torná-lo heterossexual/Cis foram diversas, matriculá-lo em Escola Evangélica foi uma delas. O excesso de mensagens passadas de forma indireta por um dos professores sobre o pecado do “homossexualismo” foi tão intenso que a mesma chegou a “converter-se” em “fiel” de igreja evangélica.

Após separação de seus pais, a mãe em depressão ordena que *Tulipa* passe residir com o pai, à mesma passa morar com este e a trabalhar em escritório ao lado de sua sala. A exigência prévia foi de cortar o cabelo e engrossar a voz. A pressão constante praticada por seu pai fez com que em um dia em que *Tulipa* necessitou ir até sua escola, pegar uma declaração e solicitou que um dos motoristas da empresa a levasse, ao chegar após quinze minutos, seu pai foi reagiu assim:*ele estava com uma faca dentro de casa, me ameaçou e disse que eu fosse gay ele iria me ticar todinho e me jogar na rua para os cachorros comerem. Então aquela cena eu não esqueci, entende? Foi ai que eu vi que não queria viver ao lado dele, comecei a roubar coisas como painéis, para quando eu fosse morar sozinho (TULIPA, 2015).*

A pressão psicológica por meio de ameaças, inclusive contra a integridade física da própria filha exigiu a estratégia de resistência descrita por James Scott. O ato de roubar o supermercado de seu pai representou o empoderamento para tornar viável o retirar-se da tutela repressora de seu pai. Lembro que durante entrevista, a mesma serena descrevia num paradoxal sorriso triste que quando eles ficavam a sós, seu pai afirmava que “homossexual” morria de forma trágica, e num determinado dia exclamou: *que ele conhecia casos em que o pai mandou matar o próprio filho, como o filho do dono da empresa “fulano de tal”*⁷⁸. *Ele falou de umas quatro mortes que o pai tinha mandado matar (TULIPA, 2015).* A questão que o angustiou em não saber se este discurso tratava-se ou não de uma ameaça velada de morte. *Depois ele falava mas você vai mudar né filho? ai eu dizia vou pai! (TULIPA, 2015)*

⁷⁸Omiti o nome da empresa considerando tratar-se de homicídio amplamente divulgado em Manaus, mas sem essa indicação de autoria.

Tulipa passa a sentir diversas formas de preconceito da parte de seu pai, a exemplo de nunca poder ir a fazenda da família em Município onde reside os familiares paternos; no fato de ter sido o único que não foi presenteado com carro, sendo que o mesmo somente ganhou um carro como forma de indenização ou herança quando afastou-se totalmente da família. No dia em que seu pai verbalizou que sentia vergonha dele - *ai eu tomei coragem e falei que era gay, ai ele baixou a cabeça e começo a chorar* (TULIPA, 2015). A dificuldade paterna em aceitar o filho agora assumidamente *gay* o fez tomar a decisão comum em famílias abastadas, o degredo. Neste caso, foi “convidado” para que fosse estudar medicina em Brasília. Na mesma noite da decisão, filho e pai sofrem separadamente, e às quatro da manhã o pai o chama para conversar.

Foi quando ele entrou no carro, ai ele perguntou o que você vai fazer da tua vida, eu te amo tanto, mas essa doença que tu tem, tu era para ser o dono de tudo, porque entre você e teus irmão, você está à frente, mas a vergonha que eu sinto de você é maior, te deixa por último, foram mais de duas horas conversando (TULIPA, 2015)

Dessa conversa ficou definido que *Tulipa* ia continuar trabalhando com seu pai, mesmo ele sabendo de sua condição, todavia as restrições só aumentaram, por exemplo: ir até o depósito jamais! Assim, cursando faculdade em Manaus, ela passa a manter relacionamentos com rapazes, a câmera que seu pai colocou, sem comunicá-la, na entrada de seu apartamento muitas vezes a denunciou:

Esse amigo do meu pai veio conversar comigo, só que ele não sabia que eu sempre quis ser a mulher, e não tinha coragem por causa do meu pai perto de mim. Meu pai me mandou para o psicólogo, urologista, para ver se eu tinha alguma doença, se dava para curar, minha madrastra sempre me entendia, mas ele não. Um dia um amigo dele disse que poderia ser falta de hormônio, porque teria alguém que tinha tomado hormônio e teria voltado a sentir atração por mulheres. Isso aumentou a esperança do meu pai, Fiz todos os exames e deu tudo normal, meu pai disse que diabo esse menino tem? (TULIPA, 2015)

O processo de angustia que a atormentava e ainda atormenta tanto a *Tulipa* quanto a relação com seu pai, ressignificou-se quando a mesma assumiu namoro com *Apolo*, foi neste momento que ocorreu sua demissão e a solicitação para que desocupasse o apartamento em que vivia. A justificativa foi a de uma suposta reforma que passados três anos ainda não ocorreu. Depois desse episódio a mesma só retornou a empresa do pai para resolver a situação legal do carro que o pai lhe deu, após situação resolvida o pai lhe falou: *te amo tanto, mas meu preconceito é maior, e por favor não venha mais aqui* (TULIPA, 2015). Estudo

realizado por William Siqueira Peres, *Travestis: Construindo identidades cidadãs* (1993), visibilizou o fato de que em Porto Alegre 89% de filhas travestis deixaram suas casas para irem morar com amigos ou sozinhas.

Por diversas vezes a vi em companhia da mãe, e era perceptível que possuíam uma relação fraterna, foi aí que em meio a uma conversa *Tulipa* fala que sua mãe não falava com ela há seis meses, visto que, esta só a aceitava sua identidade de “*gay discreto*”, sem beijar *Apolo* em público, cabelo cortado e sem harmonização: *enquanto eu era gay tudo bem, mas depois que eu comecei a me transformar ela não aceitou mais* (TULIPA, 2015).

O machismo, a lgbtfobia que se desvela na posição do pai em relação sua filha demonstra o quanto a violência simbólica toma feição de agressão moral profunda a medida que aquele que se encontra no papel de dominado que não aceita os padrões impostos, entretanto os casos estão sempre demonstrados dentro de uma relação de crise, entre valores historicamente dominantes heteronormativos/Cis frente e novos valores em estruturação protagonizados pelos *agentes de resistência*, o que gera uma situação de conflito entre dominados dominantes.

A reflexão acima sobre os chamados *trejeitos* femininos aparecem aqui como demarcador também do limite de aceitação dentro dos seguimentos LGBT, ser “*gay discreto*” facilita o convívio e aceitação social, no entanto, as identidades de gênero transexuais chocam e desmontam a clássica visão binária; tal transgressão demonstrou algo bastante peculiar que merece nota, sua mãe não é *gayfobia*, mas demonstrou não ter controle sobre a sua transfobia. Eu mesmo como pesquisador, em muitos momentos de minha vida, ouvi coisa do tipo *acho legal (...) porque tu és gay e nem aparenta*. Atualmente ouço menos, creio que já perdi este *status* social de me assemelhar a um homem heterossexual.

O trabalho etnográfico desenvolvido nesta pesquisa foi em seu percurso desvelando estórias, vivências, experiências e dramas de LGBT’S em circunstâncias distintas como vimos até aqui, vidas marcadas inúmeras formas de preconceitos, exclusões, sendo aquelas que decorrem dentro das relações familiares as que mais corroem as consciências desses *povos*, isto é tão significativo que por vezes eles não conseguem perceber situações, mesmo explícitas, de preconceito social, tamanha a visibilidade subjetiva daquelas advindas de parentes.

Psicodélico, aproxima-se da *agente Tulipa* por sua condição transexual, de gênero masculino, portanto. Sua tomada de consciência se deu pouco mais tarde, a considerar que muitas identidades transexuais a *autoconsciência* e sofrimento comecem mais cedo etariamente falando. Segundo o mesmo, devido sua condição a época de família classe média baixa, pai professor um elevado nível intelectual, teve nas primeiras fases da infância liberdade para brincar livremente com brincadeiras e brinquedos diversos, fugindo da rigidez imposta por muitas famílias, como o de especificar cores, brinquedos pelo sexo das crianças. Como o mesmo explicita *até mesmo futebol eu brincava com meus dois irmãos* (PSICODÉLICO, 2015).

Psicodélico sente a adolescência como verdadeira ruptura, pois foi neste processo que passou a sentir que os hormônios femininos foram lhe tirando as forças, *puberdade que na mulher biológica começa a nascer peito, cresce o traseiro, começa vir menstruação, ou 'Monstrução'*. Os processos típicos dessa fase biológica causou situação de pânico no adolescente, pois para ele aquelas mudanças não se adequavam a sua personalidade, sua identidade que até este período foi marcado por devaneios complexos e paradoxais, haja vista, que pensava, por vezes, em si mesmo como *mocinha* e por vezes ficava pensando como seria possível ser um rapaz.

Mas tudo só mudou quando aos onze anos eu sentia o estrogênio e minhas forças começaram a mudar, nossa mas o forte foi um dia em que eu tirei minha blusa e minha mãe disse olha está nascendo peitinho, tá virando uma mocinha, o negócio vai ter que mudar. Foi aí que eu percebi que não era não era isso que eu queria, meu corpo estava ficando totalmente ridículo, entendeu aí comecei a ter reações que meu pai não entendia não queria que as pessoas me vissem, eu colocava pano para tentar disfarçar, eu apertava meu peito, na cintura eu tive uma ideia, colocar um elástico e começar a apertar e não crescesse, mas a tática eu tive que deixar, porque meus quadris começou a doer, doer, doer, eles foram crescendo e doer muito, na questão dos peitos foi a questão mais terrível foram os peitos, eu deitava de qualquer jeito, podia ficar na posição que eu quisesse, eu andava sem camisa direto, nascendo os peitos tive que esconder eu não podia deitar assim que começava a doer, que merda é essa? Desgraça! meu corpo era tão perfeito! (PSICODÉLICO, 2015)

Este diálogo foi marcado pela complexidade das percepções que constroem a identidade, pois mesmo explicitando a dificuldade que o pai teve em aceita-lo e, sem saber determinar se o pai chegou a compreender que sua filha era um adolescente transexual, ele afirma que o pai era misógino ao extremo, que *odiava vagina*, tanto que a mesma o classifica

como *podre de machista* (PSICODÉLICO, 2015). Assim, em dado momento de nossa conversa o mesmo remete ao pai como pessoa que teria contribuído para que ele criasse a raiva de seu próprio corpo.

Esta questão nos remete a seara da pura especulação, pois fenomenologicamente não há nada que determine a misoginia do pai como dispositivo de negação de sua identidade biológica, mesmo porque reiterada vezes o genitor aparece como aquele que mesmo não possuindo apreço pelo gênero feminino, não aprova o homem em construção, seu filho adolescente. *Eu cheguei a falar: pai não me deixa virar eu me transformar em mulher, me transforma em homem, ele não fez nada, ele poderia ter me salvado de muita coisa, mas ele não quis me ajudar, não fez nada* (PSICODÉLICO, 2015).

A maior dificuldade, neste contexto, se dava na ausência de qualquer discussão sobre identidades Transexuais/transgêneras, não saber se isso era de conhecimento de seu pai intelectualizado; a situação agravou-se após a sua morte, visto que de certa forma ele lhe garantia alguma proteção. Após seu óbito, além das investidas realizadas com psicólogos durante algum tempo, sua mãe passou a frequentar determinada igreja evangélica e passou a obrigá-lo a ir aos cultos, sob a condição de ameaça, ou frequentava a igreja ou iria *ser internada como doida* (PSICODÉLICO 2015). Nesta fase, as “irmãs”⁷⁹ de igreja aconselharam que sua genitora que queimasse todos os discos musicais de rock, bem como suas agendas e lembranças que guardava. Dou ênfase ao papel marcante do campo religioso, evangélico principalmente, nas tentativas de formatações de identidades que correspondam aos padrões estabelecidos de moralidade. As igrejas cristãs ligadas ao pentecostalismo e neopentecostalismo são enxergadas pelas famílias como recurso de salvação heteronormativa/Cis de seus parentes, especialmente de filhos. Trata-se de uma espécie de pedido de socorro das famílias como ocorreu com *Tulipa* ou como iremos observar, em contexto não privado a situação de *Amazonas*.

A profundidade do sentimento de inconformidade entre o corpo que estava adquirindo e sua identidade em processo de construção, se expressou na revolta por sua família desejar que ela aceitasse passivamente a contradição entre as mudanças biológicas típicas do sexo feminino e sua identidade de gênero.

⁷⁹Tratamento usual entre evangélicos – irmão na fé.

Ninguém queria saber de resolver meu problema, de fazer o que eu queria, parece que as pessoas vivem a ditadura do sexo genital, se vocês nascer de um jeito você tem que obedecer. O sexo genital é um ditador, que você tivesse que obedecer, uma coisa que vem de lá, uma coisa sagrada, que você não pode modificar. O pessoal não consegue perceber que está construindo cadeia diante disso (PSICODÉLICO, 2015)

A heteronormatividade/Cis possui longa trajetória de legitimação para se constituir como única forma de sexualidade e gênero válidas, mesmo que historicamente, como se pode observar em autores como Foucault (1984,1988) e Naphis (2006) as *prática resistentes* permanecessem em momentos em que a “homossexualidade” recebeu atribuição de pecado, de crime ou doença. Dessa forma, se a repressão aos atos marginais de sexualidade representa a quebra de padrão moral para grande parte da sociedade, imaginemos como as atuais performances de gêneros fragilizam totalmente aos ditos antes dominantes da sexualidade e do gênero, que naturalizava de forma inexorável a sincronia entre sexo e identidade.

O reconhecimento aos pressupostos teóricos pós-estruturalista que aqui ficaram as antes sólidas ideias de identidades, não se sobrepõem, neste trabalho, aos processos empíricos em que os sujeitos primam pelo direito ao reconhecimento as suas identidades concretas, ou seja, teoricamente a própria visibilidade das identidades transexuais/transgeneras produz o caos às mentalidades que pensavam sexualidade como que reféns de nichos identitários, todavia, empiricamente os sofrendores, como Psicodélico exigem quilo a que ele chama de rótulo. A ausência do *rótulo transexual* determinou que outro rótulo lhe fosse atribuída, no caso deste o de louco.

No momento em que o mesmo sente a ausência de apoio familiar, inaceitação na escola, onde passou a ser comum a classificação de *biruta, louca*, onde se fez comum práticas coletivas entre os colegas reproduzirem sons de ambulância e anunciarem a chegada de agentes manicomiais, a ausência de auxílio familiar e dos agentes educacionais fez com que Psicodélico não tenha concluído o ensino fundamental. Segundo ele, entre as causas do preconceito que sofria, estava no fato de que sua capacidade cognitiva, que lhe rendia notas superiores aos demais estudantes. O mesmo relata que certa vez, na infância, os conhecidos testes de inteligência e obteve 99% de questões respondidas corretamente.

As interlocuções com os *agentes de resistência* sobre as diversas práticas preconceituosas das quais foram alvo, demarca o fim da hegemonia da heteronormatividade/ Cis, mas expressa, por outro lado, o grau de dificuldade que as famílias possuem em abrir-se para o processo de movimento e reaprendizagem de elementos que transformam marcadamente os *habitus* construídos pela cultura androcêntrica e lgbtfóbica.

2.2.2. – Violência simbólica e moral contra LGBT’S em Manaus: etnografia das experiências públicas

Contribuíram de forma direta com esta sessão os agentes: *Baryshnikov, Tulipa, Psicodélico, Dionísia, Amazonas e Anhangá*.

Acima se exprimiu algumas experiências da *violência simbólica e moral* vivenciadas pelos agentes de resistência que compõem o quadro de interlocutores desse trabalho, centro do contexto familiar, aqui classificado como *experiências privadas*. Foram apenas algumas expressões da violência extraídas de agentes que demonstram sofrimento com o preconceito familiar. Representam as vozes silenciadas de incontáveis agentes brasileiros e manauaras que encontram em suas famílias o primeiro contato com a violência provocada por sua condição identitária em construção. Aqui, veremos outras condições e formas de violência em contextos não familiares. Trata-se de contextos específicos e limitados, pois compreendem apenas as situações expostas pelos agentes interlocutores desta pesquisa. Weber afirmou ser a realidade é infinita, cabendo o cientista recortar, selecionar seu objeto de estudo. Neste sentido, as limitações classificatórias que organizam o trabalho se somam ao fato da etnografia não se configurar ao espontaneísmo aleatório, considerando que foi construída a partir de eleição de um conjunto de agentes que possuem experiências específicas.

No diálogo com os *agentes de resistência* a instituição escolar apareceu em sentidos distintos, como espaço de acolhimento como marcou o relato de *Baryshnikov*; o mesmo reconheceu a existência de alguns professores evangélicos que expressaram algum tipo de preconceito, todavia o que lhe tocou a sensibilidade foi a acolhida e o sentimento de irmandade que recebeu de seus colegas e a maioria dos professores. A convivência entre os estudantes LGBT’S e heterossexuais/Cisno nesta escola, desde a década de Noventa, é descrita como bastante harmônica, mesmo que pesquisa realizada PIBIC – JR de 2011, sob

minha orientação, tendo como objeto “homofobia” nesta Instituição tenha trazido muitas expressões de preconceito marcadamente de ordem religiosa por meio dos servidores do campus.

Baryshnikov afirma que vivencia escolar foi salutar, visto que os *meninos heteros da escola eram bastantes acolhedores, até andávamos de mãos dadas com nossos amigos hetero* (BARYSHNIKOV, 2015); os professores bem preparados, mesmo que *alguns professores evangélicos deixasse transparecer algum preconceito*. No contexto escolar se inseriu no grêmio da escola, *espaço que dava voz para os LGBT’S para se defenderem* (BARYSHNIKOV, 2015). Segundo ele, havia algumas *gracinhas, mas* a maioria os respeitava na escola.

As experiências de *Tulipa e Psicodélico*, ambos transexuais, no âmbito escolar foram mais nocivos as suas formações identitárias. Se tratamento diferenciado do pai de *Tulipa* tornou-se rotina em sua vida, sua explicita diferenciação em relação aos padrões dominantes de comportamento de gênero a fizeram passar por situações discriminatórias nos primeiros anos escolares:

Foi quando fui para a primeira série, o professor chamou minha mãe e disse que eu não era normal porque não queria fazer educação física, que tinha alguma coisa de estranho, só queria ficar no meio das meninas. Minha mãe falou que eu era mimado, mas ele aconselhou me levar no psicólogo. Daí para frente minha mãe começou a ter preconceito comigo também, começo a mandar eu ir com meu pai para feira comprar as verduras para nosso mercado, eu ia, e gostava. Mas meu pai mandava eu andar direito, queria me mostrar o lado masculino (TULIPA, 2015).

A ausência de determinado perfil exigido para uma criança do sexo masculino, impôs ao professor sugerir acompanhamento psicológico a *Tulipa*, reforçando o sentimento de necessidade, por parte da família, de construção corporal e de performance masculina e indicar o reforço de ideias como as de Pires Almeida, que por meio de seu livro *Homossexualismo* (1906) considera patológica a “homossexualidade”. A busca ideal pelo corpo masculinizado me faz lembrar premissa de Butler (1999) apresentada por Salih (2012) onde a mesma expressa que o extremo masculino pode ser interpretada como extremo desejo mascarado pelo próprio masculino. A vivencia de *Psicodélico* na escola não se configurou como experiência fácil. Primeiro porque a pecha de louco foi rapidamente disseminado e

cultivado entre os colegas de sala de aula que praticavam *violência Moral*. Além disso, *Psicodélico* era excluído das partidas de futebol que tanto apreciava: *na escola eu não brincava, mas porque não me chamavam, (...) creio que porque eu tenho uma forma mais educada e gentil*. Mesmo reconhecendo que possuísse muita força, *o futebol dos meninos era muito adoidado, com muito esfrega*, justifica-se de forma amena (PSOCODÉLICO, 2015).

Pontuei acima, sobre as forças políticas que tem atuado no campo político, dentre elas as forças dos *populistas autoritários* ou religiosos no Brasil. Essa força observada na política nacional é reflexo do avanço das igrejas pentecostais e neopentecostais conhecidas de forma genérica como igrejas evangélicas e o avanço de setores pentecostais e neopentecostais da igreja católica (PEREIRA, 2007). Este crescimento numérico de evangélicos frequentadores de igrejas em que algumas abertamente consideram a “homossexualidade” como mais uma forma de *adoecimento ou de dominação demoníaca* tem determinado constituírem-se como uma possibilidade para as famílias que “buscam a cura de seus filhos e filhas”.

Em 2013 apresentei artigo na IV REA (Reunião Equatorial de Antropologia) e XIII ABANNE (Reunião de antropólogos do Norte e Nordeste), intitulado *homofobia pentecostal e seus reflexos entre homossexuais em Manaus*, onde privilegiei somente *gays* que se autodenominavam evangélicos. Neste trabalho aflorou os dilemas de jovens que desejavam praticar a religião, mas não conseguiam deixar de vivenciar o desejo e as práticas sexuais LGBT. Vivenciavam paradoxos de acolhimento e de exclusão dentro das instituições, mesmo quando a comunidade não sabia de sua identidade. Se estes sentimentos são próprios daqueles que já experimentam a fé evangélica por costume familiar, imaginem aqueles que são obrigados ou induzidos a ter que frequentar a religião numa perspectiva de cura?

Tulipa descreve assim sua experiência religiosa depois de ser matriculada em escola evangélica por sua família e ter por determinado tempo ser “ovelha” na assembleia de Deus. Por vezes ao chegar aos cultos o pastor *falava de homossexualismo, que se eu não mudasse eu ia para o inferno, que era maldição que vinha de gerações. Como eu não conseguia mudar, eu entrei em depressão* (TULIPA, 2015). Foi emblemático que a depressão melhorou quando outro pastor da Assembleia, perguntou a ela se realmente acreditava em Deus, ao ouvir como resposta que sim, este lhe pediu que ele orasse, saísse da igreja e fosse viver sua vida, *só agora a pouco descobri que ele curte homem também* (TULIPA, 2015). A verdadeira salvação só veio quando um pastor *gay* a libertou das amarras.

Psicodélico vivenciou esta experiência quando sua mãe “converteu-se” em uma igreja evangélica, o mesmo era chantageado: ou frequentava os cultos ou seria internado no manicômio⁸⁰, o que demonstra a altivez das concepções manicomiais e sua natureza de local em que se apreendem aqueles que ousam a ser diferentes. Como parte do tratamento espiritual sua mãe evangélica ainda quebrou toda sua coleção de discos de rock.

Sua sobrevivência se deu na criação de um mundo paralelo:

Todos me diziam que eu era uma pessoa louca Quem me salvou foi um personagem do tempo que assistia desenho animado: Pokémon, porque tem um personagem James, (...) onde o personagem James se apresenta como travesti. James se comportava tanto como homem quanto como mulher. (...) Quando ele apareceu com peitos bem grandes, aí eu me percebi, eu sou igual a ele. O James é meu salvador, porque ele me salvou de saber que eu não estava sozinho no mundo, apesar de todos que falavam besteira que eu era doida, James me fez ver que eu era apenas uma diferente (PSICODÉLICO, 2015).

Aqui se encontra a justificativa do próprio nome que lhe foi atribuído, pois do seu ponto de vista, a criação psicodélica de um mundo paralelo foi condição de possibilidade para a sua sobrevivência, à medida que em sua perspectiva o mundo “real” era composto de inimigos, *meus colegas eram meus inimigos, minha mãe era aminha inimiga, meu pai era meu inimigo, meu pai me castigava pela transfobia que eu passava (PSICODÉLICO, 2015)*, expressão que foi narrada chorando, expressando dificuldade para que as palavras saíssem de sua boca. O mundo surreal, onde habitam *James* e outros personagens que ao passar para a condição de humanidade garantem o acolhimento e a aceitação que tanto ele precisava. Foi

⁸⁰Segundo Marcantônio (2010) Com a institucionalização dessa noção de ordem pelo Estado Moderno, o Ordenamento Jurídico tratou de especificar e sancionar as condutas que a princípio não seriam desejadas manter sua prática em sociedade, tentando moldar-se proporcionalmente a pena prevista à conduta indesejada, variando conforme a gravidade ou o clamor público. Para assegurar o cumprimento de tais normas, bem como para tentar reconduzir e readequar o sujeito à sociedade, sem que esta sofresse os abalos de se manter um indivíduo inadequado em seu seio, vinculou-se, portanto, tal tarefa às instituições, que deveriam ser fonte de inesgotável processo disciplinar (FOUCAULT, 1975). Denominadas de reformatórios, em seu início, no século XVIII, julgavam-se capazes de readequar qualquer desajustado, mediante um exaustivo processo disciplinar e com auxílio de mecanismos propiciados pela consciência humana, quando do isolamento e solidão (FOUCAULT, 1975). Aliás, nesta esteira, o conceito de desajuste era pautado externamente, ou seja, tendo como base, essencialmente, a natureza da conduta exercida e se esta era ou não passível de comportamento pela respectiva estrutura social. As condições e sanidades psicológicas do agente não eram levadas em consideração e as motivações da consciência do mesmo raramente o eram.

Psicólogo inFormação ano 14, n, 14 jan./dez. 2010 Copyright © 2010 Instituto Metodista de Ensino Superior CNPJ 44.351.146/0001-57 A loucura institucionalizada: sobre o manicômio e outras formas de controle The institutionalized insanity: About psychiatric hospitals and others control systems Jonathan Hernandez Marcantonio (P. 142 – 143)

dessa forma que viveu boa parte de sua adolescência em companhia de seus amigos do mundo que criou.

Durante todo nosso colóquio, *Psicodélico* expõe suas estratégias de sobrevivência, suas formas de resistência, onde percebeu que se não haveria quem pudesse tomar suas dores, literalmente falando, e dar-lhe apoio, ele poderia criar as pessoas de quem precisava, por outro lado entre sua subjetividade abalada e sua posição política, consegui verificar sua ânsia de luta por direitos neste mundo da chamada realidade, onde a ênfase se dá no reconhecimento das identidades Transexuais, pois *para ele pessoas Transexuais masculinas são enxergadas como super lésbica (PSICODÉLICO, 2015).*

Esta relação entre ser lésbica e homem transexual, ficou clara no momento em que o mesmo foi residir na zona norte da cidade, e passou por forte assédio por parte de um lutador de artes marciais, ele o assediava quando descia do ônibus para ir até sua casa, ou quando estava na praça de seu bairro, *ele já tinha processo por transar com menina menor de 14 anos, um dia ele pegou no meu cabelo, eu corri, eu cortei meu cabelo para não atraí-lo. Um dia umas dez da noite eu ia para casa, ele estava numa esquina me aguardando, tive que ligar para minha mãe (PSICODÉLICO, 2015).* Sua mãe o acompanhou até sua casa, mas após o fato a mesma o culpou por atrair o rapaz para si. A mesma fala do pavor que tinha de ser vítima de estupro, *nem no papai eu confiava!*

A descrição que tive por *Dionísia* sobre sua tortura policial será exposta na próxima sessão, entretanto, concomitantemente a tortura esta *agente de resistência travesti* foi agredida verbalmente, onde frases como: *viado merece morrer e viado não deveriam existir (DIONÍSIA, 2015)* foi a tônica dos discursos policiais processo de ameaça que ela sofreu para que não procurasse seus direitos após tortura sofrida pela Polícia Militar do Estado do Amazonas.

Após a sessão de tortura, os torturadores lhe disseram: *olha a gente sabe onde tu trabalha, se tu for fazer alguma denuncia a gente vai lá, a oficial me chamando de viadinho de merda, se eu fizesse alguma coisa ele iriam no meu salão, eles sabiam onde eu trabalhava e ia fazer o que o que tinha que fazer comigo (DIONÍSIA, 2015).* O pavor de ser agredida novamente ou morta por policiais fez com que ela mudasse seu salão de endereço, haja vista, que a mesma trabalhava praticamente na frente da delegacia. Ela teve que abrir o salão na própria residência; além disso, passou andar sempre na companhia de alguém. O pânico

passou a fazer parte de sua vida, pois tinha a certeza de que inimizade com policiais é coisa perigosa.

A violência *simbólica e moral* como temos visto são relatadas como práticas comuns, a simbólica atuando em todos os momentos e lugares e a Moral sempre que a sociedade sente-se afrontada por algum *agente de resistência*. Amazonas encontra-se residindo em apartamento cedido por instituição ligada à igreja depois de ter sido obrigada a sair de sua casa por conta de violência lgbtfóbica de seu vizinho. O processo de expulsão de Amazonas de sua própria residência decorreu processualmente. Nesta etapa do trabalho exporei, na maioria dos momentos por meio da fala da própria Amazonas, o processo persuasivo que compõe conspícuo processo de preconceito e violência da qual esta tem sido alvo. Inicialmente a pressão sobre Amazonas se deu quando o mesmo:

Começou a colocar o som muito alto, de seis da manhã até seis da tarde, músicas evangélicas. Eu fazendo faculdade, cursando inglês. Eu pedi para ele diminuir um dia, ele baixou, mas depois de forma estranha apareceu um buraco no meu muro, e eu tomava banho lá fora, aí teve um dia eu tomando banho e vi alguém me observado, começaram a me observar, depois furaram outro buraco. Acho que ele percebeu que eu era homoafetivas, pois minhas amigas frequentavam minha casa. Foi quando ele começou a querer comprar minha casa. Quando ele, não via ninguém na minha rua ele me abordava, segurava pelo meu braço e dizia que queria comprar minha casa, começou a me chamar de machuda, me ameaçar. Chegou a me ameaçar dizendo que iria me estuprar (AMAZONAS, 2015).

Desviando do desafio de classificar as diversas ações empreendidas dentro dos pressupostos jurídicos, pode-se observar que essas práticas que desestabilizam subjetivamente e dificultam a vida social de Amazonas que, paulatinamente, percebe tratar-se de decisão clara de impedir sua permanência como residente desta rua. Na sequência, o vizinho passou a amarrar os cachorros na sua laje, para que eles latassem a noite toda. Em uma dessas madrugadas de difícil torpecimento, a mesma foi fechar o registro da água, quando se deparou com o casal a passar uma criança de mais ou menos três anos por cima do muro. O sentimento de estranheza não foi suficiente para perguntar o que estava sendo feito pelo casal. Todavia, a solicitação da sonolenta Amazonas para que seu vizinho retirasse os cachorros da laje acendeu sentimento de profundo de fúria, os fazendo vir em direção a mesma.

a esposa me chamou de machuda, que eu era inútil, analfabeta, não sabia que eu tinha faculdade. Eu falei homofobia é crime, aí ela se afastou. Aí o marido veio pra cima de mim e disse vou te estuprar e te matar, aí eu disse, não tenho medo de morrer, se eu morrer minha casa não fica pra ti, terceiro, você é estuprador (AMAZONAS, 2015).

Os constrangimentos e ameaças se intensificaram: *depois disso ele me fotografou, e mandou me perseguir muito, os usuários de drogas que usavam na casa dele, começaram a me seguir, me ameaçar (AMAZONAS, 2015).* A condição de sentir-se não aceita vislumbrada na tentativa bem sucedida de expulsar Amazonas de sua casa, de sua rua, de seu bairro, encontra eco com outras formas de retirada compulsória como de forma muito comum acontece com LGBT'S jovens que ao assumirem certa identidade recebem convites diretos ou indiretos para que deixem a vida familiar. Observa-se que, as ações do vizinho mesmo que caracterizado como praticante de várias ilicitudes – acusações de tráfico, de práticas de estupro, são carregadas de concepções introjetadas que o colocam como legítimo representante de certa modelo de moralidade, enquanto Amazonas representaria a indecência a ser combatida.

A sexualidade e as questões de gênero ligadas aos LGBT'S despontam como *imoralidades* a serem combatidas - o *mal*: Esta força com o poder de retirar direitos elementares como o de habitar sua própria residência, o que legitima o embasamento realizado sobre as forças que avançaram nos Estados Unidos no final do século passado e início do século XXI e, que na percepção dos agentes sociais e da etnografia empreendida neste trabalho despontou como questão bastante plausível. A violência praticada contra LGBT'S pode encontrar-se nas instituições como escolas, igrejas ou trabalho como vimos no relato de Hígia quando expressou a restrição ao trabalho vivenciada por Travestis; e podem estar assim, como no caso de Amazonas na imposição de êxodo de sua própria casa por pressão e ameaça de vizinhos que não desejavam o convívio com a diferença.

Mesmo que o Anhangá apareça neste trabalho por ter sido alvo de uma tentativa de homicídio, abro espaço para expor mais uma forma de *violência moral* e causa comum de violências físicas, homicídios de maneira cotidiana. Por mais que por critério deliberado por mim a *Violência Física* seja objeto da sessão seguinte, expresso que no momento em que o mesmo relata a tentativa de homicídio sofrida, o prelúdio traz o relato de elemento muito facilmente observável nas relações de gays- bofes que é a violência que envolve a regra fundamental: quer seja o gay “bancar” o bofe, ou seja, o gay suprir todas as necessidades

materiais de seus *bofes*. Evidentemente, que isto não é colocado como forma de vitimizar os *gays* frente aos *bofes* e a sociedade, mas de compreender qual o jogo implícito que cada vez que nos deparamos com a reprodução de casais *gays* com reprodutor heteronormativa androcêntrica, onde encontramos um que representa o masculino, no caso o *bofe* e outro que representa o feminino, o *gay*.

Todavia ao pontuar esta questão aqui se faz relevante para que compreendamos o duplo dispositivo que pode explicar a violentação de LGBT'S quando tratamos de violência entre parceiros. O primeiro que está no campo da *honra* e que já discutimos no prólogo quando descrevi minha experiência com a *violência física*; o segundo quando o *bofe* entende como obrigação do *gay* prover a qualquer custo seu sustento, mesmo que o *gay* já não possua relação afetiva com o mesmo. No prólogo classifiquei como uma relação sujeito – objeto, pensado à medida que o *gay* torna-se um despossuído de agência. Assim, no caso de *Anhangá* veremos que a tentativa de cortar os laços afetivos e de manutenção financeira foram determinantes para a situação que será exposta na próxima sessão.

Em que sentido pode-se afirmar que a relação *gay-bofe* possui como transfundo aspectos de violência? Só encontrei uma resposta, e se deu na profunda observação das relações afetivas da maioria dos *gays* mais jovens: Em sua maioria estes tem estabelecido relações homoafetivas com outros rapazes assumidamente *gays*: São *gays* que namoram *gays* assumidamente *gays*. Esta premissa pode parecer óbvia, no entanto basta que observemos o livro *Frescos Trópicos* (GREEN & POLITO, 2006) para termos uma ideia da vida sexual dos *gays* e como desde o século 19 se descreve que a relação *gay-bofe* era praticada e como *bofes* já roubavam pertences dos *gay* sem suas residências. Possivelmente, sobre essa percepção que Frye MaCrae em *O que é homossexualidade?* (1985) tenham construído a classificação distintiva entre o *Moderno* e o *Popular* nas relações LGBT'S: o *Moderno* como relações não hierárquicas entre masculino e feminino e o *Popular* como aquela relação LGBT que reproduz o mesmo padrão das relações androcêntricas heteronormativas/Cis marcadas pela definição de papéis femininos e masculinos hierarquicamente.

Portanto, o não reconhecimento pode ter contribuído na construção histórica de identidades que se enquadram em padrão de práticas afetivas e sexuais não assumidas socialmente, submissas e geralmente com parceiros que jamais preteririam à identidade heterossexual. Esta premissa não pode ser simplificadora das construções de identidades, pois

em quaisquer modelos sociais a diversidade se impõe. Todavia, não há como negar que a afirmação de identidade e sexual, em especial do segmento *gay*, tem, certa medida, posto em fragilidade a relação *gay-bofe*. Não é possível medir naquelas relações puramente sexuais, pois pelo próprio caráter, estas não aparecem socialmente. A breve reflexão se fez pertinente pela referência numérica expressiva de assassinatos de *gays* envolvidos neste padrão *popular de relações “homossexuais”*.

A sistematização das histórias de violência sofridas por estes *agentes* demonstra que as práticas motivadas pelo preconceito e discriminação deixaram de ser naturalizadas por estes, tanto que todos buscam práticas de resistência e superação da condição de alvo de violência. Muitos inclusive passando a assumir a posição de *agente de enfrentamento*.

2.3 Marcas na carne: a violência física contra LGBT em Manaus

Na sessão anterior buscou expressar as diversas formas de *violência simbólica e violência moral*. A primeira fundamentada em Bourdieu (2007) como violência consentida produzida pelas estruturas simbólicas; e a segunda, em dialogia com os pressupostos funcionalista que, de certa maneira, domina a discussão sobre aquilo que seria a ordem moral – a “normalidade Durkheimiana”, como formas dominantes persuasivas de controle.

Neste sentido, poderíamos classificar como práticas coercitivas decorrentes da não coadunação dos “indivíduos” às regras sociais. A *violência moral* na sessão anterior foi posta como espécie de violência que aparece quando a simbólica é descortinada e afrontada pelos dominados e expõe, no caso da negação ao direito de identidade de gênero e sexual, seu caráter ridículo, anacrônico e autoritário. A *violência simbólica* aproxima-se ao conceito ideologia de Marx, enfrentar a ideologia representa buscar a superação da alienação que invisibiliza a desigualdade e a exploração; enfrentar a *violência simbólica* representa do mesmo modo denunciar a binarismo sexual e de gênero que exclui os LGBT’S igualdade de *status*. Remete-nos a uma de nossas lentes de projeção do futuro posta na indissocialidade entre *reconhecimento e redistribuição* (FRASER, 2007).

A ação dos *agentes de resistência e dos agentes de enfrentamento* ao desestruturarem internamente e sistematicamente o constructo dominante do autoritarismo, marcado nas

instituições e seus em aparatos simbólicos no Brasil, tem desencadeado verdadeira reação classificada como *conflito territorial assimétrico dos campos da moral e direito*. Neste sentido, mesmo dentro de estruturas que dialeticamente formatariam *habitus*, aqui este *habitus* é interpretado como inacabado, que paradoxalmente incute e nega, absorve e expulsa de si o absorvido produtor de sofrimento aos *agentes*, visto que as estruturas são estruturadas e estruturantes.

Portanto, a exposição em textos separados de atos que fazem parte da estória de um mesmo agente, tem por finalidade demonstrar o momento, mesmo que empiricamente estes possam ser simultâneos, em que o poder avassalador dos instrumentos *simbólicos* foram percebidos e negados, fazendo com que os antagonistas recorressem à *violência moral* e, de forma muito comum, à *física*.

Assim, será exposto e refletido, a partir dos mesmos *agentes de resistência* que contribuíram com a pesquisa no relato de formas e práticas de *violências simbólicas e morais* sentidas por cada um dos agentes, sendo que nesta sessão o foco será sobre a experiências com a *violência a física* que não resultou em homicídio. Será possível ter a dimensão de totalidade vivencial desses Agentes que de forma proposital tiveram suas estórias recortadas e enquadradas nas classificações construídas neste trabalho. Nesta fase do trabalho, tornou-se possível desvelar o processo complementar e contínuo que marcam as práticas de Violência contra LGBT. O critério de organização tem a mesma formatação da sessão anterior, onde as formas de violência forma analisadas a partir de sua prática *privada* – intrafamiliar e sua prática fora do contexto familiar – *pública*.

2.3.1 violência física contra LGBT'S em Manaus: etnografia das experiências privadas

Nesta sessão, contribuíram de forma direta os *agentes: Baryshnikov, Eros, Tulipa e Psicodélico*:

Baryshnikov desvela o cenário que explica de forma contundente sua retirada compulsória da vida familiar, pelo visto neste estudo, a *violência moral* possui a força para limar LGBT'S do convívio familiar, todavia a prática de *violência física* é o último recurso

utilizado para livrar a família do convívio com o parente que causa vergonha frente aos parentes mais distantes e a sociedade como um todo.

Conforme vimos sua saída compulsória do seio familiar lhe trouxe muitos tormentos que podem ter lhe causado muitos danos em sua personalidade, se pensarmos na perspectiva de Taylor e/ou Borriolo, considerando a precocidade em que foi obrigado a enfrentar os desafios da sobrevivência, sem apoio de sua família. A exclusão familiar motivada pela não aceitação, atrevo-me a afirmar, parece mais destruidora de subjetividades que aquela movida por demandas de ordem material. O momento em que seu pai “descobriu” ou teve a voz confirmadora daquilo que os pais de forma comum desejam postergar ou talvez nunca “saberem” fomentou um verdadeiro instante de fúria. *Foi numa festa de ano novo, eu tenho um tio homossexual, bastante retraído, na dele, ele já tinha descoberto, nesse dia bebeu bastante, bebeu demais e acabou soltando (BARYSHNIKOV, 2015).* Este havia saído para desejar feliz ano novo aos vizinhos e ao voltar para sua casa teve recepção bastante irracionalizada

Eu já tinha saído para desejar feliz ano novo para os amigos, vizinhança, quando eu voltei ele já foi me agredindo. Dele do meu pai, me agredindo fisicamente, foi um choque para a família toda, porque a família sabia, mas fingia que não sabia. Até porque eu era extrovertida. Foram socos, ponta pé, murros, tudo assim (BARYSHNIKOV, 2015).

A sequência de violência praticada exclusivamente por seu pai, a partir dessa noite foi contínua. Eram agressões verbais e físicas que se tornaram comuns, de forma marcada quando seu pai consumia álcool. Todavia, a reação resistente do filho não passou muito tempo para se configurar como reação física, mesmo que corporalmente *Baryshnikov* seja franzino, de baixa estatura e quem o conheça jamais o imagine em situação semelhante, ainda mais enfrentando seu pai.

Duas semanas depois eu estava estudando ao computador, ele bebeu, chegou já jogando notebook para o lado, já me agredindo, e aí jogou computador pro lado, muito bêbado, me agredindo, no soco só que ele estava muito bêbado, só que eu reagi, já fui pra cima dele também. Nesse momento meus irmãos já falaram ei o que tu tá fazendo? Enquanto eu era vítima tudo bem! quando eu virei agressor, a família

toda se assustou, fui pra cima dele mesmo, a família não esperava essa reação. Meus irmãos seguraram ele (BARYSHNIKOV, 2015).

O consumo de álcool aparece, em dois momentos dessa experiência de ser jogado para fora do *armário* e da convivência familiar: o tio que consome álcool excessivamente e decide delatar o sobrinho, motivações que são obscuras, no entanto sua ação não merece nenhum panegírico. Até porque como se vê, aceitar que o consumo de álcool poderia ser o motivo teria que consentir também que os espancamentos poderiam vir a ser justificados por questões éticas. O termo *delação* ganha sentido à medida que se verifica que, no cotidiano de algumas famílias, o surgimento de um LGBT possui maior grau de decepção, de indignação e não aceitação que qualquer outra coisa, em muitas famílias o já velho dito parecer ter valor na atualidade *prefiro um filho bandido a um filho viado!*

Possivelmente a questão de maior significado nesta violência esteja no indicativo do espancado, que a exclusão da vida familiar se deu por seu atrevimento ou desrespeito em reagir, o mesmo é incisivo em pontuar a legitimidade que aparentemente seu pai teria para espancá-lo. A autoridade paterna em muitos contextos é tributária da própria formação social do Brasil, marcada pelo *ethos* do patriarcalismo, inexistindo força antagônica que possa frear qualquer arbitrariedade advinda do pai.

Na sessão anterior, trouxe alguns elementos sobre vivência, em especial, a familiar de *Eros*, a entrevista que fizemos tinha como centralidade, como vimos acima, retomar o relato de determinado espancamento que recebeu de sua mãe em sua juventude. Reforça-se o princípio de que a *violência física* sempre é precedida de outros matizes de violência, no caso a *simbólica e moral*, expressas e refletidas na sessão acima. Nesta sessão, o enfoque, na prática, se dá no relato de agressão de foro privado, ou seja, dentro de sua própria família, circunscrita aos laços de parentesco.

Dessa forma, a realização da entrevista circulou de forma intensa a partir reação de sua mãe ao saber que ele estava “ficando”⁸¹ com outro rapaz. A ausência mesmo de uma percepção egológica ou consciente de outras situações de preconceito se justificam pelo *armário* que manteve próximo de si mesmo, mesmo que este armário possa ser de vidro transparente e todos o possam enxergar. Certamente esta prática produz a reserva simbólica

⁸¹Na linguagem popular da juventude significa manter de fora esporádica ou regular relações afetivas-sexuais com outra pessoa, sem nenhuma prerrogativa de compromisso relacional.

que se deseja, do tipo todo mundo sabe, mas não se comenta, pelo menos na presença do prisioneiro do *armário* ou frequentador de *guetos*.

O contexto em que o espancamento de *Eros* se deu foi, precisamente desencadeado, após o pai do jovem vizinho ter pressionado para que o mesmo falasse com quem ele estava quando todos o procuravam e ninguém o encontrava. No momento em que o jovem confessa a seu pai que estava na companhia de *Eros*, este parte rumo à casa deste e transmite a informação para sua mãe. Enquanto conversavam, *Eros* estava a ouvir tudo do seu quarto, amedrontado, envergonhado e convicto de que algo aconteceria a ele. Sua mãe poderia ter ido de imediato dar-lhe o corretivo, mas preferiu deixar para o dia seguinte. A noite pode ter servido para diminuir ou aumentar a fúria! Ao amanhecer o castigo merecido veio consistentemente.

Isso era uma noite, nossa casa era pequena, eu ouvi quando o pai dele foi lá casa bater, e falou com minha mãe. Eu deitado morrendo de medo, No outro dia ela me acordou com chutes no meu corpo e no meu rosto, e dizia 'você sabe quem veio aqui ontem?', como fica minha cara'. Falava e me agredia! Pisou em meu rosto (EROS, 2015).

A violência recebida selou um acordo tácito ente *Eros* e sua família, que foi a construção do silêncio, da lacuna, afinal este fato flagranteado e a inexistência de quaisquer relações heterossexuais, nem como teatro para apresentar aos familiares, prática entre LGBT'S. Não há como precisar que seus parentes saibam de sua condição *gay*, mesmo que não a reconheçam e nem desejem que seja assumida abertamente por *Eros*. Isto revela o dilema que Sedgwick expressa em seu texto a *Epistemologia do Armário* (2008), onde o falar ou o não falar se apresenta sempre como uma incógnita, onde qualquer solução há um preço a ser pago.

A suposição de que as situações se agravam quando as famílias possuem o personagem do pai parece encontrar alguma correspondência se aplicada a *Eros*, mesmo que este trabalho tenha por princípio distinguir as realidades empíricas, pois de acordo com o exposto acima, bastou à utilização do *Armário* dentro do seio familiar para frear reações excludentes que pudessem partir destes. Após ser surrado houve tomada de decisões bem claras: *Eros* decidiu buscar o caminho da intelectualidade e do trabalho enquanto sua família

permitiu a convivência familiar condicionada a determinado padrão de conduta afinal ninguém quer que a “cara da própria mãe fique mal socialmente”.

Tulipa, por sua vez, tem condições existenciais e sociais distintas, à medida que o próprio fato de ser o menino com alma de menina lhe coloca em situação onde nenhum *Armário* possui capacidade de escondê-la. Identitariamente seu desempenho de menina, seu gosto tenro pela maquiagem de sua mãe, *um dia peguei uma surra forte da minha mãe porque usei a maquiagem dela, tinha uns quatro anos (TULIPA, 2015)*, o apreço aos cabelos longos não permitiriam o acordo tácito de convivência vigiada e controlada moralmente. Aos sete anos, a desconfiança de que *Tulipa* estivesse se envolvendo com um rapaz de quatorze anos, fato ela estava mesmo, lhe rendeu intensa agressão física desferida por seu pai, *ele me deu uma pisa muito feia, que eu cheguei a sangrar, hematomas na minha perna, bunda (TULIPA, 2015)*.

Seu pai tomava conta pessoalmente das compras de legumes e verduras para os supermercados e isto exigia que o mesmo estivesse nos centros de distribuição todas as madrugadas, garantindo o abastecimento dos dois supermercados que possuía na época. Sendo assim, o projeto de “masculinizá-la”, fez com que a mesma fosse obrigada a acompanhar seu pai, desde os cinco anos de idade, aos espaços de comercialização para ela tomasse *jeito de homem*. A tentativa de formar o típico heterossexual/Cis, foi marcada por frustração e mais práticas de espancamento, *quando minha mão ficava torta ou colocava na cintura eu já pegava um tapa, chegava em casa apanhava de novo (TULIPA, 2015)*.

O *trejeito* tão abominado, inclusive entre alguns LGBT’S, desencadeiam muitas formas de preconceito, e, se como afirmei até mesmo dentro dos próprios segmentos LGBT’S há preconceito, endógenos, portanto, contra os efeminados, podemos imaginar o quanto as transexuais ou *gays* efeminados chocam, desestabilizam os grupos heterossexuais/Cis conservadores, gerando intenso preconceito que classifico como exógeno, ou seja, advindo de quem não pertence aos segmentos LGBT.

A condição historicamente construída de que os pais possuem o papel legítimo de educador das crianças, em sociedade marcados pelo *ethos* da violência, da relação de subalternidade absoluta dos dominados, que se pode verificar nas relações de classe ou de gênero, habilita a violência legitimada. *Tulipa* afirmou que somente sua avó materna a defendia quando presenciava algum tipo de discriminação ou *violência física*. Considerando

que quando tinha dez anos seus pais separam e *Tulipa* ficou sob a responsabilidade e guarda do pai a liberdade para exercer a violência torna-se ampla.

A formação de personalidade de *Tulipa* é indissociável das práticas de violência sofridas, o sentimento de vergonha que aprendeu a sentir incutida por sua própria família. A repressão fez dela até o momento uma pessoa doce, de sorriso fácil, mas de muita timidez e retração. Desde o início de sua vida escolar foi comum se sentir excluída e também a se excluir. As dores vivenciadas na família, nas escolas chegou a afetar sua vida adulta. *Tulipa* iniciou sete cursos superiores distintos e não concluiu nenhum. Quando eu busquei saber as causas para tantas desistências entre algumas justificativas eu acabei por analisar que: eram cursos que interessava mais ao pai que a ela mesma.

A estória de *Psicodélico* é caracterizada pelo sofrimento provocado por intensas práticas de discriminação que lhe colocaram distante de sua vida familiar e o expulsou da escola. Teve sua vida marcada também por surras, que não foram as piores torturas, pois deu ênfase várias vezes *que a pior forma de violência seria simbólica (PSICODÉLICO 2015)*. Esta a que se refere, neste trabalho, classificada em duas categorias: *simbólica e moral*, deixaram marcas profundas em sua personalidade. Contudo, cabe ressaltar que as marcas da violência física não faltaram, *meu pai já me agrediu muito, um dia caiu um pano que não dava certo na minha tentativa de esconder as formas femininas, ele pensou que eu estava pagando de deficiente (PSICIDÉLICO, 2015)*. Da mesma forma, as intensas formas de *bullying* a levaram a fugir das aulas, preferia ir para outros lugares onde não fosse necessário enfrentar toda a violência de crianças e adolescentes de sua escola.

Todavia, quando sua mãe descobria dessas estratégias de sobrevivência a consequência imediata era o espancamento virulento de *Psicodélico*. O relato desses acontecimentos foi mais uma vez marcados pelo choro, mesmo que contido, que o deixava com a voz trêmula.

Eu até chegava ao ponto que comecei a fugir das aulas, quando minha mãe descobria, me dava tanta porrada, cara foi demais muita, porrada, sabe quando a pessoa chega na adolescência, isso me dá 'vontade de chorar, A pessoa precisa mais dos pais, de carinho, apoio, compreensão, e nesse tempo eu não tinha nada disso, minha mãe me tratava como carrasca, e foi a fase que eu passei a odiar minha mãe, o amor de mãe que eu tinha foi todo esfarelado meu pai não chegou a tanto, mas metade do amor que eu sentia acabou. Só me restou o personagem, eu me isolei, me afastei de todo mundo, passei a viver nesse mundo paralelo (PSICODÉLICO, 2015).

A violência potencializou além do sofrimento pelo próprio fato de estar sendo violentado, ainda teve o papel de determinar o desapego, o rancor, o ódio que configura como processo de sofrimento, ainda mais considerando aspectos culturais que demandam determinados padrões de sentimentos que devemos ter por nossos pais.

Baryshnikov, Eros, Tulipa e Psicodélico são agentes de resistência que contribuíram com este trabalho em que os diálogos por mais que tenham expressado vastas percepções de discriminação, o aspecto familiar predominou nos diálogos estabelecidos. A dimensão compreensiva disso encontra-se na construção de significados e nestes a discriminação advinda das relações de parentesco ganharam dimensões de maior relevância que outras, e não se pode afirmar que estejamos falando somente de aspectos subjetivados, pois o preconceito e exclusão de LGBT'S pela família explica questões como a ainda baixa frequência de travestis, transexuais nas escolas e Universidades e a elevada incidência destas na prostituição, por exemplo.

2.3.2 - Violência física contra LGBT'S em Manaus: etnografia das experiências públicas

Nesta sessão contribuíram de forma direta os agentes: *Amazonas* lésbica; *Anhangá*, *gay* e transexual latente⁸² e *Dionísia* travesti.

Demonstrar reflexivamente as várias formas de violência e os múltiplos contextos em que elas ocorrem tem compreendido o desafio do conjunto de sessões que englobam os *agentes de resistência* em suas histórias marcadas por dores e conflitos. Dentre as modalidades de práticas de discriminação o trabalho tem demonstrado o drama vivenciado por *Amazonas* que está impedida de permanecer residindo em sua própria casa. A cadeia de *violência simbólica e moral* exposta acima, soma-se à *violência física*.

A situação de desconforto social devido as ações de seu vizinho teve desfecho em determinada noite em que ela ao sair de casa rumo a parte externa, na frente de sua casa, por volta de 1 hora, sem conseguir dormir de forma tranquila ou estudar durante todo um mês. Insônia causada três cachorros amarrados na laje ao lado de sua casa por seu vizinho algoz como já expus na sessão anterior. A mesma sai do interior de sua casa com intuito de fechar o

⁸²Em diversos momentos demonstra sua vontade de adotar performance e indumentária feminina: identidade, mas por saber que sua família iria ficar sabendo, prefere manter sua identidade gay.

registro de água e constata o que o casal de vizinhos estava acordado, também estavam na parte externa da casa em que moravam; estavam passando uma criança por cima do muro para outra casa. Diante daquela cena sem sentido para ela, a mesma solicita que ele retire os cachorros de laje visto que além do sofrimento dos cães o latido contínuo estava a impedir de dormir. Neste momento, a esposa deste vizinho aproxima-se a agredindo verbalmente; o esposo, por sua vez, ultrapassa a limite da agressão verbal e passa a espancá-la: *ele me bateu, espancou muito e saiu correndo para pegar a arma no carro, minha sorte que como fiquei gritando apareceram dois vizinhos e me socorreram e ele entrou correndo para dentro da casa dele (AMAZONAS, 2015).*

Neste conflito vale ressaltar que o vizinho anônimo, posiciona-se com títulos que representam *status* e poder nas periferias de Manaus, com públicos distintos (ou não). Congregar o título de traficante de drogas: o vizinho possui oficina mecânica, mas informalmente atua como vendedor de entorpecente; e sua recente nomeação como pastor evangélico lhe outorga socialmente múltiplos espaços de poder⁸³ – religioso que lhe respalda com parte da comunidade religiosa; poder no “mundo do crime” e influencias em esferas da polícia e da Justiça. Pode-se atestar este poder dentro deste ocorrido de violência praticada contra *Amazonas*: ao ir a delegacia fazer o B.O o agressor já havia ligado para o delegado solicitando o não registro do ocorrido. *Amazonas* ficou esperando muito tempo na delegacia, quando se fez clara a intencionalidade de seu não atendimento. A dificuldade em registrar queixa na polícia fez com que *Amazonas* buscasse ajuda junto a OAB-AM. Somente com o apoio de uma advogada que atua no setor de Direitos Humanos desta Ordem o caso passou a ser objeto de investigação policial. Todavia, o ato de buscar ajuda institucional expressa determinado empoderamento social da *agente*, característica ausente da maioria dos agentes afetados pela violência dentro dos povos LGBT.

A justiça não vai fazer nada, o tráfico é muito forte. Eu me sinto como uma pessoa que luta pela justiça durante muito tempo, participo do MCVE há 16 anos, Movimento Comunitário Vida e Esperança. Então faz tempo que faço parte dessa luta, quando acontece com você, você se sente no chão, até hoje me sinto no chão. Muitos amigos ruins já poderiam ter resolvido por mim. Já falei para minha família que se eu morrer para não vender minha casa, e vou deixar para o MVCR (AMAZONAS).

⁸³Concepção de poder como algo descentralizado e relacional. Trata-se do fim do princípio de poder como hierárquico ou como algo que se vinculava somente ao poder do Estado (Foucault, Microfísica do Poder)

O sentimento de impotência, por vezes, expresso por *Amazonas* é contraposto internamente com sua personalidade incansável e de luta. Todavia a possibilidade de ser assassinada é concreta, considerando que na última vez que foi ver a situação em que estava sua casa, em vista do estado de abandono, ao sair do interior da casa, seu agora ex-vizinho pegou um carro e tentou atropelar lhe. Segundo relato dos vizinhos feitos a ela, ele teria, tempo atrás, contratado dois jovens para assassiná-la, mas os mesmos optaram por não realizar a execução.

Possivelmente, este primeiro drama exposto já impulse a seguinte interrogação: o fato de *Amazonas* ser lésbica constitui-se como fator determinante desse processo de violação de seu direito de habitar sua própria casa? A esta pergunta, mesmo que estejamos diante de arbitrário recorte ou resumo de determinado evento na vida de *Amazonas*, temos dois polos a observar: o primeiro está na prática obsessiva de determinar que esta venda sua casa e mude de bairro; sendo que para obter o resultado esperado o mesmo utilizou de estratégias que vão desde tirar-lhe a tranquilidade – furar buraco no muro para observa seu banho; colocar cães amarrados na laje até os julgamentos preconceituosos atrelados a ameaça – *machuda; vou te estuprar*. Em outro polo temos a construção subjetiva de *Amazonas* que por sua trajetória social não encontra outra explicação para a campanha empreendida por seu vizinho. A estigmatização dos LGBT’S pelo preconceito, introjetada historicamente, funciona como espécie de dispositivo explicativo imediato. Não se pode retirar deste processo seu caráter objetivo machista e lesbofóbico, mas cabe observar dos riscos de cairmos na vitimização pelo repertório linguístico internalizado e exposto nas expressões verbais de LGBT’S.

Logo após o espancamento sofrido ela relata:

Eu nunca fiz nada para esse cara, eu nunca incomodei o cara. Eu entro aqui em casa e saio, agora de um tempo pra cá começou a perturbar, jogar lixo no meu terreno, quebrou a telha da minha casa aí o vizinho conversando comigo disse ‘olha tu não sai de manhã e toma cuidado ele contratou dois caras’, e eu via os caras (AMAZONAS, 2015).

Diante da pressão sofrida a mesma recorreu ao movimento de mulheres de Manaus que arrumou alocação na casa de uma “companheira”⁸⁴ do referido movimento. A partir disso, após realização do B.O a mesma se sentiu ameaçada novamente quando seu algoz, ao vê-la,

⁸⁴Termo comum utilizado entre militantes sociais e partidários da esquerda brasileira, primordialmente no PT.

mostrou-lhe uma arma de fogo tipo revólver que estava em sua cintura. Vizinhos foram depor a favor de *Amazonas*, mesmo assim, não se conseguiu expedir a prisão do agressor, nem afastá-lo do lugar onde o mesmo reside. *Amazonas* se recusa a vender sua casa como ato de resistência, seu vizinho encontra-se mais empoderado como traficante e pastor evangélico; o impasse se estabelece e a casa aos poucos vai se deteriorando da mesma forma que a própria vida desta *agente* vai se fincando na indignação e descrença na possibilidade de viver em liberdade e segurança. Atualmente exposto, a mesma, reside em apartamento cedido pela igreja católica via movimento comunitário. Os cristãos e suas práticas religiosas ocupando distintas posições frente aos povos LGBT'S, considerando a diversidade de tendências e segmentos destes grupos sociais.

Anhangá como vimos se configura como um retirante que imigrou em Manaus, em busca de trabalho e de liberdade. Indico que a liberdade sexual seja a causa motriz de seu deslocamento para o Estado do Amazonas. A zona leste de Manaus constituiu-se como espaço de acolhimento, residindo por vezes sozinho e em outros momentos na companhia de amigos nas chamadas *quitinetes*. Encontrou como primeiro local de trabalho uma empresa do PIM (Polo Industrial de Manaus) e depois de dois anos como metalúrgico passou a atuar no campo da estética após realização de curso de cabeleireiro.

Como vimos na sessão anterior, sua vida sem controle familiar e as amizades construídas nas noites em festa lhe trouxeram muitas experiências, inclusive com o uso cotidiano de álcool e de outras drogas. Ele relata que depois das noitadas e de experiências com o consumo de drogas, o dia seguinte era marcado por profunda depressão. Numa dessas noites no ano de 2013, *Anhangá* iniciou um relacionamento que lhe levou objetivamente a experimentar a *violência física*, uma tentativa de homicídio. Estavam ele e um amigo, consumindo cervejas num conhecido bar da Avenida Itaúba, Zona Leste.

No bar conheceram dois rapazes, sendo que *Anhangá* emplacou conversa com um deles: *me deu moral, bonito, atraente, muito educado, nem parecia um psicopata* (ANHANGÁ, 2015). Iniciou-se um contato mais aproximado a partir daquela noite quando se divertiram na madrugada em uma boate na Avenida Grande Circular. Depois disso, o amigo gay que fazia companhia à *Anhangá* decide ir embora. Posteriormente, *Anhangá* dirige-se a sua residência com o rapaz que iniciara relacionamento naquela noite. Registre-se que o rapaz pede autorização para levar consigo o amigo *bofe* que lhe acompanhara durante a noite de

festa. Assim partiram os três rumo a casa de *Anhangá*, ao chegarem, o amigo fica na sala, e os enamorados se dirigem para o quarto dando início ao relacionamento que durou três meses. Pelas características de homicídios de *gays* em Manaus esta prática de permitir a entrada de pessoas, com pouco conhecimento prévio foi agravado pela autorização para que o *bofe* levasse seu amigo, tal prática configura-se como de risco de latrocínio.

De acordo com ele o rapaz começou a frequentar sua residência regularmente, e como é comum nas relações que Fry&MacRea classifica como *Popular*, onde o padrão é aquele descrito acima demarcado pelas categorias *gay-bofe*. Portanto se tornaram comuns as solicitações de dinheiro e presentes: *pedia as coisas eu dava, mas ele não me explorava* (ANHANGÁ, 2015).

Entretanto, com o passar do tempo de namoro as demandas aumentaram:

Pedidos foram aumentando, ai eu vi que não ia valer a pena, ai passei a dar desprezo, comecei dizer que não estava em casa, ele percebeu, ele foi lá em casa tratei friamente ele, não sei se minha ignorância, irritou ele para mais tarde ele voltar e fazer o mal. Ai ele sumiu, disse que se eu não queria... ai ele sumiu mais ou menos uns dois meses (ANHANGÁ, 2015).

Passado esse tempo de dois meses de total afastamento, o mesmo reapareceu em seu salão de beleza, neste momento salão e residência era conjugado. Estava acompanhado de outro amigo, era por volta da dezoito horas e afirmaram que estavam apenas *dando um tempo* e que às dezenove horas iriam embora. *Anhangá* estava alisando⁸⁵ o cabelo de uma cliente. Presumindo haver algo de errado na visita súbita, o mesmo pediu discrição à cliente no momento de realizar o pagamento pelo serviço. Ele previa que possivelmente poderia haver um pedido ou até mesmo um assalto. Com a saída da cliente, ficaram os três no salão, *Anhangá* sentou-se a porta e o *ex-bofe* solicitou que todos entrem para o interno da residência e que *Anhangá* preparasse um lanche para os três: *Eu entrei fiz um lanche legal, como eu já estava desconfiado, eu escondi as ferramentas, as facas* (ANHANGÁ, 2015)⁸⁶.

⁸⁵ Trata-se do processo realizado, com auxílio de produtos químicos, de alisar cabelos crespos e ou outros, sendo o mesmo classificado: Alisamento Definitivo ou Progressivo, este último recebe inúmeras nomenclaturas: escova japonesa, escova progressiva, escova marroquina (...).

⁸⁶ Este relato em muito assemelha-se à minha experiência com *Thânatus*.

Todos comeram, e no momento em que o amigo que viera pela primeira vez foi ao banheiro *ele veio me abraça, mas eu tirei a mão dele, senti que ele queria me enforcar*. O medo fez com *Anhangá* abrisse todas as portas, seu algoz ao perceber sua aflição tentou acalmá-lo afirmando que estavam prestes a irem, no entanto, neste exato momento:

Aí ele pediu dez reais e aí eu entrei ele me seguiu. Eu desconfiado não dava as costas para ele, mas aí ele pediu água e eu esqueci, dei as costas para ele. Quando senti aquela mão no meu pescoço, me enforcando, dizendo que agora ia acabar tudo na minha vida. Que eu merecia morrer, não pude nem falar, horrível ele era forte, deu aquele golpe mata leão, só que ele não soube dá, senão seria meu fim. Eu tentando me bater, O amigo dele na sala. Ele gritou para o amigo dele trazer a faca. Aí passou um filme da minha vida, meu Deus vou morrer igual todos os “homossexuais” que eu vejo, ridículo, minha vida, minha família, um filme de tudo. Foi quando eu me desesperei comecei a tacar as pernas na parede, achando que o outro ia chegar me furando. E me batendo, dei um chute na mesa mas não fez barulho, não sei como, Deus me levou para a porta que fazia fundo com o vizinho, eu dei umas três mãozadas na porta para derrubar a porta, para alguém ver o que estava acontecendo. Os vizinhos nem se ligaram. Mas eles ficaram com medo aí me soltou todo roxo, cai no chão sem fôlego eles correram (ANHANGÁ, 2015).

Somente quando os vizinhos observaram os dois amigos correndo, chegaram à casa de *Anhangá* para saberem o que estava ocorrendo. A primeira iniciativa que os vizinhos propuseram foi de ligar para polícia, mas *Anhangá* não permitiu. Quando questionado o que lhe motivou não registrar ocorrência policial, o mesmo responde que: *Porque não ia passar daquilo, a polícia não ia dar a menor importância. Só sei que juntou muita gente, querendo saber o que tinha ocorrido, tive sorte (ANHANGÁ, 2015).*

A descrição da tentativa de homicídio da qual foi alvo *Anhangá*, chama atenção pela marca da cotidianidade ou da recorrência dessa formatação de homicídios contra gays, especialmente. A *honra* androcêntrica, sempre tão marcante, encontrou-se presente neste caso específico. Assim, como a descrença e a o *envergonhamento* dos LGBT’S em assumirem que passaram por tais circunstâncias. Esta última reflete-se na decisão de não fazer o B.O, visto que tal decisão não se fundamenta simplesmente na ineficiência da ação policial, mas na negação frente à necessidade de exposição social que representa recorrer a polícia exige e ainda o pavor de uma possível retaliação advinda do *bofe*. Ainda como resposta a sua recusa de registrar em delegacia, *Anhangá* fala: *Não nunca. Porque eu fiquei com medo, deles voltarem, eles são daqui eu não. Eu não vinha como mudar naquele momento. Eu fiquei uns*

oito meses lá. Deixei quieto, fiquei com medo de fazer uma denúncia. Tu sabes a polícia pega e depois solta. Ai ele vem e fazem pior. Deixei nas mãos de (ANHANGÁ, 2015).

Dionísia, de acordo com a apresentação anterior, estava envolvida em mais um dia daqueles que deixam seu bairro diferente daquilo que é o ano inteiro - a terça de carnaval é marcada há vinte e sete anos por uma grande festa em que os homens da comunidade se travestem de mulher e desfilam pelas principais ruas do bairro. Neste ano, há poucos dias antes do desfile do bloco, determinada empresária de cosméticos e esposa do maior empresário do bairro do ramo de estiva e material de construção, fez uma postagem afirmando, segundo versão de nossa *agente de resistência:ela falou que não gostava de Manaus, que ela odiava Manaus, que não era segredo para ninguém que ela não gostava de Manaus, que ela odiava Manaus, que não era segredo para ninguém que ela não gosta de Manaus (DIONÍSIA, 2015)*. Essa postagem gerou na cidade de Manaus um clima indignação nas redes sociais.

O fato da residência, do casal de empresários, posicionar-se na avenida principal do bairro e trajeto do bloco, a referida família fiou receosa de que fossem hostilizados ou alvo de depredação do seu patrimônio. Dessa forma, em pleno desenvolvimento do bloco que todos circula por todo o bairro, foi, neste ano, interceptado por cordão de isolamento policial, sendo o mesmo desviado rumo a praça do bairro e evitando que a multidão desfilasse nas imediações da propriedade do casal.

Nesse ano o bloco não desceu o bairro todo, esse ano não desceu. Tinha muita polícia, não sei se ele pagou, ele tem muito dinheiro, o esposo dela, ai o bloco entrou rumo a praça tal tal tal. O bloco roda o bairro, cerca de oito para nove horas chegou a polícia muita polícia, jogando bomba encima do povo, spray de pimenta na cara do povo, agindo de forma irregular, tinha muita criança, eu comecei a filmar, dizendo que estava errado o que eles estavam, que eles não poderiam fazer isso, disse que eles estavam com abuso de poder, por mais que eles tivessem uma farda, tinha criança que eles tinham que respeitar que tinha família (DIONÍSIA, 2015).

Os interesses pessoais da família de empresários se sobrepuseram aos interesses da comunidade, pois além do desvio não habitual do bloco de carnaval rumo a praça antes de cumprir seu trajeto, o bloco que sempre encerra após a meia noite foi interrompido pouco depois da vinte horas. A ação de *Dionísia*, como membra da organização foi de filmar e questionar publicamente a violência policial, que neste momento havia se intensificado

visando expulsar os comunitários da praça. Sua prática denunciadora rendeu como consequência a experiência dolorosa da tortura. Um grupo de policiais ao observar que a mesma filmava o “trabalho” policial, a agarraram pelas costas, quebraram seu celular e a levaram arrastada para a delegacia.

Foi quando eu não vi me pegaram por traz, por traz quebraram meu telefone, lindo, estava pagando meu celular, (...) era daqueles que a câmera sai, me levaram para a delegacia, arrastado como um se fosse uma cachorra, quando cheguei lá no 25º em vez de fazerem o procedimento, fazerem o registro, me levaram para uma sala subiram uma escada, e me tacaram a porrada. Tinha uma oficial, com o nome (posso falar o nome dela?) Cujo quando ela me viu ela dizia gay tinha que morrer, que gay era uma vergonha, que gay não era para estar ali, foram quatro ou cinco policial que me bateram, que eu estava um pouco bebida, a bebida passou na hora (DIONÍSIA, 2015).

Além da tortura física que durou cerca de quarenta minutos, a oficial ainda fez um vídeo obrigando *Dionísia* a falar o nome de um traficante e afirmar o que ela mandava: *que eu estava entregando a boca dele e que eu estaria portando drogas (DIONÍSIA, 2015)*. A oficial dizia:

Olha fulano quem está entregando tua boca olha aí! Quando eu estava apanhando eles diziam que eu estava com droga, sendo que eu não estava com droga, e não estava com droga, sendo que seria pior se eu tivesse, eles jogaram uns seis ou sete papéletes de cocaína na mesa e diziam olha aqui se tu fizer alguma coisa a gente vai te incriminar, outro disse que eu tinha desacatado ele, na qual eu não tinha desacatado (DIONÍSIA, 2015).

A violência policial expressa aqui como caso particular representa o modo como a polícia militar brasileira e marcadamente autoritária e violenta com os grupos subalternos. As práticas dos agentes públicos como vimos podem estar mescladas à práticas ilegais e desumanas:

Porque eles fazem assim, colocam o papelão encima da pessoa e ficam pisando encima da pessoa (e fizeram isso contigo?) eu deitado no ‘pau de arara, algemado com os pés entre as mãos, teve um que me deu um chute, as vezes me dá uma dor de cabeça que eu estava olhando pra ele, foi Deus, porque se eu não tivesse virado meu olho tinha pulado, tá entendendo? (DIONÍSIA, 2015)

Quando a mesma saiu da Delegacia seu pai à aguardava junto a seus amigos que protestavam na frente da delegacia: *avisaram minha família, meu pai foi bater lá*. As práticas ilícitas dos policiais se confirmaram quando seu pai foi buscar o processo, a denúncia e nada havia sido registrado por parte dos policiais. O aparelho de telefone celular *Dionísia* que conseguiu recuperar teve seu cartão de memória apagado.

A decisão de *Dionísia* em realizar B.O, Procurar o Movimento LGBT, a SEJUSC, a OAB e a Ouvidoria da Polícia Militar e permitir reportagem em jornal impresso, com foto destacando seu olho roxo, demarca processo de elevado patamar de politização e consciências de seus direitos, todavia, objetivamente lhe conferiu a condição de alvo. Durante muito tempo a mesma andava sempre acompanhada, mudou seu local de trabalho e parou de frequentar os espaços de sociabilidade do bairro em que reside.

Os *agentes de resistência Amazonas, Anhangá e Dionísia* compuseram a segunda sessão compostas por processos de violência decorridos a margem das relações de parentesco. Possivelmente, uma incursão mais profunda nas estórias de vida de cada agente poderia se apropriar de discursos sobre outras formas de discriminação e violência, seja na família, *espaço privado* ou fora dela, no *público*. Todavia, metodologicamente, todos os LGBT'S que contribuíram com esta pesquisa foram convidados devido a alguma forma de publicação a respeito das agressões que teriam sofrido ou estavam sofrendo e porque metodologicamente se buscou evidenciar a diversidade de identidades e práticas diferenciadas de violência.

A situação ainda vivida por *Amazonas* é amplamente conhecida nos espaços das Organizações Sociais, a tortura realizada por policiais a *Dionísia* compôs os discursos jornalísticos, dos Movimentos Sociais e outras organizações da sociedade civil. Somente a tentativa de homicídio da qual foi alvo *Anhangá*, ficou sem registro policial, sem visibilidade mais ampla. De qualquer maneira, vê-se que de múltiplas maneiras os Agentes de Resistência tem buscado o direito a afirmação de suas identidades com o devido reconhecimento social em sua integralidade, sendo que em algumas experiências estes conjugam ações de resistência e enfrentamento sintetizando campos distintos da luta.

2.4 - A violência homicida em Manaus: as tragédias como dispositivo de mobilização e de luta

No momento em que esta pesquisa definiu preliminarmente enfocar, de forma primordial, a questão da violência contra LGBT, sua proposta se delimitava o estudo exclusivo dos casos de óbitos desses *agentes de resistências* causados por homicídios. A pressuposição estava notadamente determinada pelo senso comum que visibilizava os homicídios como aquilo de mais terrível na entre os seguimentos LGBT'S como fenômeno isolado e descontextualizado de outras formas de violência.

Evidentemente que a morte é um fato trágico e são estes acontecimentos, inegavelmente, que mais chocam e, portanto são os que mais sensibilizam e mobilizam agentes sociais. Contudo, o processo de construção da pesquisa em seus aspectos teóricos e empíricos, o objeto da violência, apareceu como um complexo que tinha nos homicídios apenas um espécie de desfecho, pois para muitos LGBT'S a morte é cotidiana, todo o dia se morre um pouco ou se caminha inexoravelmente rumo a ela! Precisamente, deste processo de percepção teórica, se erigiu a necessidade de considerar a Violência como processo amplo e complexo como pudemos verificar na sessão anterior por meio tripla classificação: *simbólica, moral e física*.

Os homicídios que atingem os *povos* LGBT de acordo com os dados acima problematizados, fazem parte do cotidiano da cidade de Manaus e das páginas dos jornais locais, fazendo esta compor as mensurações com elevada recorrência dessa modalidade de violência, sendo *gays* e travestis os alvos privilegiados. Nesta sessão, a centralidade será adentrar as entranhas dessas tragédias, retratar reflexivamente as dores desses *agentes de resistência* condenados a morte, bem como dar espaço para que parentes e/ou amigos (as) demonstrem o sofrimento dos que geralmente de forma súbita vêem o rosto da morte figurada em pessoas de profundo vínculo afetivo.

Além de expor os aspectos relacionados às dores familiares, são também explicitados reflexivamente os processos desencadeados por tais acontecimentos como são as questões policiais; as questões processuais. A inclusão de alguns aspectos dos antagonistas⁸⁷, daquilo

⁸⁷Neste caso, quando for realizada alguma menção ou argumentação de homicidas de lgbt. No decorrer do trabalho havia a intenção de analisar os processos, de buscar compreender pelo lado oposto como se processa um ato de violência contra LGBT. Todavia, o fechamento dos Sistemas de Justiça que dificultou o acesso aos

que possamos classificar como “outro lado da moeda” não possui finalidade de induzir certa aceitação das explicações ou justificativas, muitas produzidas estrategicamente, jamais ocorridas na realidade, tão pouco de lhes atribuir agência social neste trabalho. Serão pequenas menções que possuem objetivo de propiciar cognitividade e reflexão sobre estes casos.

O trabalho de campo sempre marcado por processos dinâmicos em que nem o pesquisador mais tarimbado e fundamentado teoricamente pode exercer pleno controle das incertezas e adversidades que o mundo empírico pode proporcionar. Foi com esta noção que fui me introduzindo no campo em 2013. No que diz respeito ao trabalho com os Movimentos que representam os LGBT’S é possível afirmar que a receptividade que obtive de líderes dos *movimentos* naquele momento, a exemplo de *Dinká Cronos*, *Hipócrates*, *Hígia* e *Ajuricaba*, facilitou meu acesso aos agentes sociais e às organizações sociais. Evidentemente, como relatei alguns *agentes de enfrentamento* evitaram contribuir diretamente com a pesquisa, deram *desdobro*, outros *chás de cadeira*, mas na totalidade os agentes de enfrentamento se mostraram empáticos e receptivos, o que para um pesquisador neófito de militância LGBT tornou-se fundamental, ou seja, mesmo aqueles que não contribuíram diretamente, tiveram participação coletiva indireta na aquisição de informações para a pesquisa.

As entrevistas com agentes públicos só foram possíveis por meio de mediadores que por possuírem relações de amizade possibilitaram acesso a estes, haja vista, que quando se utilizou somente a formalização de me apresentar como pesquisador, encaminhar Ofício solicitando atendimento simplesmente não foi possível chegar a estes gestores.

Assim, posso afirmar que o desafio mais complexo, no sentido do *contato*, *da seleção*, *do convencimento* e *do desenvolvimento* de entrevistas, se deu com relação aos *agentes* que sofreram algum tipo de violência seja ela *simbólica*, *moral*, *física*, incluindo aqui os *agentes* que sofreram a perda de algum familiar ou amigo assassinado. Evidentemente, que o contato, a realização de entrevistas exigiram maior capacidade estratégica para conseguir adentrar nestes contextos familiares tão específicos e dolorosos, especialmente, nos dois casos em que realizei entrevistas com mães de LGBT assassinado; o terceiro *agente* assassinado, consegui proximidade e informações por meio de seu “melhor amigo” na atualidade e o quarto a

Processos – tive acesso a quatro processos; a riscos de adentrar por caminhos de difícil controle intelectual, atribuindo agência a estes indivíduos, por exemplo, gerando dificuldades de encerrar a pesquisa, dentre outros fatores, fez com que o lado desses antagonistas apareçam no texto de forma pouco expressivas e pontuais.

entrevista se deu com o primo do jovem *gay* assassinado. Mesmo que estes interlocutores tenham sido fundamentais para acessarmos algumas entre tantos homicídios de LGBT em Manaus decorrido de 2012 até 2015, período de desenvolvimento da pesquisa e parâmetro de seleção de casos, a categoria *agente de resistência* foi atribuída aos LGBT'S mortos.

O contexto das mortes aqui explicitadas é repleto de informações subjetivadas e, dessa forma, repletas de imaginações, suposições, interpretações e romantismos. O trabalho de campo evidenciou ser comum o total desconhecimento familiar de práticas, comportamentos, relacionamentos de LGBT'S e até mesmo da identidade sexual, de parentes *gays*, bissexuais e lésbicas. Neste sentido, a exemplo de entrevistas realizadas com as mães temos um recorte limitado de impressões e informações a serem analisadas.

Por outro lado, as informações que podemos encontrar em amigos de LGBT'S podem estar totalmente desconectas da vivência familiar destes, como observei nos discursos do interlocutor amigo de *Baco*, este nunca teve o direito de conhecer ou visitar algum parente de seu amigo. Portanto, se no caso dos agentes de resistência, que estão vivos e que foram protagonistas de suas próprias histórias de vida temos apenas recortes selecionados e já interpretados pelos próprios agentes, imaginemos acessar histórias de vida de agentes de resistências mortos, contadas por único interlocutor do espaço privado – família; ou do espaço público – amigo. Obtive versões aproximadas e subjetivadas que tem a finalidade substancializar o fato empiricamente cotidiano de homicídios de LGBT'S em Manaus, que em determinados momentos nos indica prática genocida ou etnocida em sentido pensado por Clastres (2004).

Aqui serão abordados quatro casos de homicídios ocorridos em Manaus todos ocorridos no ano de 2015. A primeira *Deusuite* - travesti que residia no bairro Jorge Teixeira; após termos a história de *Hefesto* - *gay* que residia no bairro do Armando Mendes; o terceiro será *Baco* – *gay* que residia no bairro Nova Floresta e o ultimo será **Sávio**- *gay* que residia no bairro João Paulo.

2.4. 1- Deusuite por sua mãe: o reflexo da violência contra travestis nas ruas de Manaus

Deusuite filha mais velha do total de nove de dona *Inocência*⁸⁸, oriundos do bairro da cachoeirinha, chegaram a Zona Leste há mais de dez anos, depois que dona *Inocência* separou-se de seu esposo. Os dois filhos que teve com seu primeiro esposo foram divididos entre os ex-cônjuges, *Deusuite* ficou sob a tutela de seu pai, e a outra que era mulher - Cis veio residir com mãe, mas acabou sendo criada pela avó materna. Dentre os seus nove filhos, três foram assassinados, em 2003, 2012 e *Deusuite* em 2015, residente em quarto alugado, feito metade em alvenaria e a outra parte em madeira, sobrevivendo atualmente exclusivamente com o PBF (Programa Bolsa Família). *Deusuite* e seu esposo ajudavam no sustento, ela trabalhava como prostituta e ele em serviços gerais de forma avulsa. Após a morte de sua companheira, de tão desolado jogou-se nas ruas e estava a viver, naquele momento, sem residência fixa, apenas consumindo álcool e outros entorpecentes.

Na *quitinete* convivem atualmente a mãe, dois filhos e um neto de poucos meses de vida, mas já comportou seis pessoas, quando se somava a família o casal LGBT. A mãe de *Deusuite* é analfabeta, com aparência de muito sofrimento, marcada extrema magreza; pela ausência de quase todos os dentes. Quando a conheci estava com vestes de passeio, toda de branco, indo para o culto da Igreja Deus é Amor. A mesma informou que conviveu pouco com *Deusuite*, visto que ao separar ela tinha quatro anos e ficou residindo com a família paterna.

Ela relatou que quando um de seus filhos foi assassinado em 2012, ela se aproximou de *Deusuite*, e foi quando perguntou se desejava morar com ela, proposta aceita de forma imediata pela filha *Deusuite*. *Obediente, que hoje em dia faz muita falta pra mim porque tudo que eu mandava “ele” fazer, ele fazia (...) muito bom “ele”, agora “ele” era calado, brigar, só se puxasse “ele” pra briga* relata a mãe. Retrata alguém que cultivava práticas religiosas, *ele gostava de ficar ouvindo aqueles louvores, ai toda vez eu coloco aqui e fico ouvindo (...) dá uma saudade (...) “ele” era assim, mas tinha hora que ele temia (INOCÊNCIA, 2015)*

O fato de *Deusuite* possuir relação estável com um jovem, não o impedia que sobrevivesse e garantisse o sustento de sua família por meio da prostituição. Sua mãe não tinha atividade informal ou formal de trabalho, seu parceiro trabalhava na informalidade.

⁸⁸Devido a humildade, religiosidade e o aspecto de bondade e sofrimento adotei o nome Inocência.

Segundo sua vizinha, minha amiga que fez a intermediação, que possuía bar próximo à casa de Deusuite e, que me acompanhou nas entrevistas deste caso *era lindo ver o amor dos dois, muitas vezes ele ficava bebendo aqui até tarde, a Deusuite preocupada com ele ficava ali no porte, em pé, só entrava quando ele decidia ir embora.*

Quando questionada sobre as causas da morte de Deusuite sua mãe afirma não saber direito, e entra aqui elementos que se não podem ser classificadas como segredo, podem receber a nomenclatura de reserva familiar, pois se observa claramente que dona Inocência não expôs a atividade profissional da filha, muito menos reconhece quaisquer usos de entorpecentes a não ser o álcool. Mesmo que fosse de conhecimento público o fato de Deusuite em vida sobreviver atuando na prostituição. Preferi não ser invasivo com os tabus familiares.

Eu não sei muito, só sei que ele saia pra festa, e que ele vinha sendo ameaçado por outro “homossexual”, por causa assim que “ele” nunca levou recado pra casa, então “ele” já tinha brigado com esse pessoal lá ne, aí parece que tinham inveja “dele”, “ele” sempre falava assim pra gente, “mãe parece que tem inveja de mim”, por que só é eu chegar lá, por que o estilo dele era uma mulher todinha (INOCÊNCIA, 2015).

Ser “mulher todinha” para os seguimentos travesti e transexual possui grande valia, nos casos de travestis que trabalham como prostitutas, certamente, possui ainda maior grau de reputação e de inveja também. Sua mãe enfatiza que o assassinato de Deusuite foi realizado por várias pessoas porque se *fosse um ou dois, “ele” não tinha morrido assim, “ele” brigava muito bem, uma vez “ele” brigou com dez travesti, pra ele morrer assim (...) (INOCÊNCIA, 2015)*

A ausência de escolarização, as dificuldades financeiras fizeram com que o caso fosse acompanhado por um genro de dona Inocência, que às vezes vai até a delegacia para saber de alguma coisa. Pelo que se tem acompanhado: nos processos de investigação como primeiro desafio, identificação de autores, prisão e, posteriormente, o processo no campo judicial, exige o acompanhamento familiar, de preferência com capital relacional e financeiro são pré-condições importantes para a efetivação da justiça.

O que se pode concluir que a família é despossuída de qualquer poder que contribua para que este caso seja elucidado. Para exemplificar as dificuldades reais da família, durante entrevista, acabei tentando sanar uma questão muito simples que os dados hemerográficos não apresentavam, o real nome de *Deusuite*, e para minha surpresa sua mãe não sabia o nome completo de sua filha. Justificou que o primeiro registro dela havia queimado e que a família do esposo que a criou fez novo registro e que a partir dessa mudança ela não sabia mais o nome completo. Além da desinformação familiar, está em jogo também o forte sentido que travestis e transexuais/transgêneras dão ao nome social, ou seja, nestes segmentos identitários, nome de registro perde valor de uso social.

O assassinato de *Deusuite* foi narrado assim por dona *Inocência*:

Espancaram “ele”, jogaram uma pedra “nele”, na nuca “dele”, mas “ele” não tava “batido” (...) acho que foi por isso que colocaram um saco na cabeça “dele”, pra poder “ele” não gritar bateram tanto que a cabeça enterrou na areia que ficou cheia de sangue (INOCÊNCIA, 2015)

A marca de mãe que já vivenciou a perda de três filhos, afirma que quando soube da morte de seu “filho” ficou desesperada, todavia, esta tragédia em sua vida que a ajudou “aceitar Jesus”. Neste momento da conversa eu compreendi porque que na primeira vez em que agendei visita sua casa, no momento em que cheguei, ela me falou: *tinha esquecido que hoje tem culto e eu não posso faltar, o senhor pode vir outro dia? (INOCÊNCIA, 2015)*

Deusuite havia saído na quinta, sexta e sábado e quando chegou o domingo, noite de sua morte, seu companheiro ainda tentou dissuadi-la da ideia de sair de casa, intento frustrado, não conseguiu evitar. Somente souberam de seu paradeiro pelas notícias policiais da televisão. A promessa feita a seu companheiro de que iria mandar mensagem via aparelho de telefone celular não se concretizou; as ligações telefônicas realizadas para ela sempre indicavam que o aparelho de telefone celular estava desligado. A apreensão já tomava conta da família quando o noticiário anunciou e mostrou um cadáver com as mesmas indumentárias de *Deusuite*. O desespero se aprofundou depois que o genro de dona *Inocência* reconheceu e fotografou seu corpo no IML.

Após seu sepultamento, seu companheiro saiu de casa e passou a viver sem endereço certo. *Sábado ele veio aqui, ele estava triste, ele deitava encima da cama né, ai ele já sentiu a falta “dele” né, ele não quis mais nem mingau, o menino se jogou na bebida que vivia com*

“ele” (INOCÊNCIA, 2016). Os quatro anos de relação entre *Deusuite* e seu esposo foi interrompido de forma brutal:

Abatido, bebia, bebia, vivia jogado, eu dava conselho pra ele né, menino não fica assim por que tu é novo, não fica assim não, aí ele dizia não, mas eu amava muito “ele”, ele chorava, chorava, só vivia chorando, acho que foi por isso que ele foi embora (INOCÊNCIA, 2015)

As possibilidades de punição são remotas, afinal o modo como o crime decorreu, torna-se complexo a identificação e prisão dos assassinos e estupradores, restando a família desprovida de qualquer empoderamento apenas especular sobre as causas que determinaram o crime com elevado teor de crueldade. Dona *Inocência* especula que possa ter sido premeditado e organizado por uma amiga com quem *Deusuite* tinha brigado; segundo informações de minha mediadora neste caso, o homicídio tinha se dado pelo roubo de três mil reais de um cliente que outra travesti teria praticado, sendo que esta era companheira de ponto⁸⁹ de *Deusuite*. Ela chegou a comentar com a mãe: *mãe a “fulana” roubou um homem, dopou o homem, e roubou o dinheiro (INOCÊNCIA, 2015)*. Detalhe importante encontra-se no fato de que homem que teria sido roubado seria traficante.

Sua amiga avisou que ela não devia mais ir para o mesmo lugar porque ambas iriam morrer, visto que o grupo do traficante afirmou que iria matar a travesti que o roubara e quem mais andasse com ela. Mesmo com esta informação, *Deusuite* continuou a frequentar e dizia *eu não fiz nada com ninguém, não fui eu que roubei*. A travesti autora do roubo desapareceu de Manaus desde que *Deusuite* foi assassinada. Durante o velório, o círculo de pessoas que possuíam maior proximidade, comentava que a morte teria sido pelo roubo dos três mil reais. Todavia, o que se evidencia de forma explícita é a enorme vulnerabilidade social em que vivia nossa *Agente de resistência Deusuite*, por sua origem de pobreza extrema e sua identidade travesti.

⁸⁹Locais em que trabalhadores e trabalhadoras da prostituição ficam a esperar por seus clientes. São locais demarcados e intensamente vigiados. Em 2008 e 2009 tive como prestadora de serviço doméstico uma travesti, que passou a ser uma amiga. Nesta época ela trabalhava durante o dia, alguns dias por semana, como diarista. A noite ela tinha o seu ponto na Avenida Grande Circular. Numa noite típica de trabalho percebi que a mesma não tinha ido ao ponto, fato que me fez perguntar a causa de sua noite livre. Ela me responde que teria alugado o ponto dela! Isto me fez perceber como estes espaços são bem definidos e controlados.

2.4.2 – Hefesto por sua mãe: reflexos homicídios de gays em suas residências

Hefesto foi assassinado em Janeiro de 2015 em sua residência no bairro Armando Mendes por dois jovens que residiam nas imediações da casa de **Hefesto**. Segundo sua mãe, *dona Bondosa*,⁹⁰ ele vinha sendo ameaçado por eles há algum tempo. O próprio *Hefesto* comunicou a sua mãe, *mamãe “fulano” e o “sicrano” vivem me ameaçando, a senhora sabe que eu não faço nada para ninguém, não sei porque querem me matar (BONDOSA, 2015)*. Na noite de sua morte *Hefesto* chega do trabalho por volta de uma hora da madrugada, considerando que trabalhava no segundo turno no Polo Industrial de Manaus⁹¹. O mesmo conversou com sua mãe e com suas irmãs que estavam em frente da casa conversando e consumindo cervejas. Ainda esboçaram a tentativa de comprar mais cervejas e continuarem a beber, mas como *Hefesto* estava cansado e na semana seguinte haveria o retorno as aulas da Faculdade, preferiu evitar o consumo de álcool que certamente romperia madrugada a dentro.

Entretanto, quando acabaram as cervejas, o projeto de descansar foi substituído pelo desejo de encontrar os amigos e *ele decidiu subir* para a praça onde estava acontecendo a escolha rainha *gay* do Bairro Armando Mendes. Antes de sair mesmo ainda foi até sua mãe que se embalava em uma rede, comenta que tinha comprado um *ruelo*⁹² para a caldeirada no dia seguinte.

Neste avento, *Hefesto* foi ao banheiro, enquanto isso um dos rapazes autores do crime afirmava na presença de seus amigos: *ele disse assim hoje eu mato essa bicha, hoje eu mato essa bicha (BONDOSA 2015)*. No retorno de *Hefesto* seus amigos o alertam: *cuidado com esses em meninos aí, tão dizendo que vão te matar, ele disse, ‘só vivem me prometendo, que vão me matar, agora o que eu faço pra esse pessoal pra querer me matar? (BONSOSA, 2015)*.

Segundo descrição de dona *Bondosa* os rapazes estavam muito “malucão”, e *Hefesto* comentara que nunca fazia mal para ninguém, inclusive afirmando que todas as vezes em que eles pediam algo *quando tenho eu dou*. Na madrugada *Hefesto* chegou a sua casa, no quarto

⁹⁰A maneira tão afetuosa que me recebeu, a atenção dada e seu jeito de pessoa generosa, me fez chama-la por Bondosa neste trabalho.

⁹¹No geral as fábricas trabalham em três turnos, o segundo é o intermediário, em que os trabalhadores entram na fábrica no período vespertino e saem no período noturno.

⁹²Pequeno tambaqui.

que na verdade é o espaço reservado da sala – parte frontal do domicílio, pelo menos na arquitetura das casas de nossa região, ele liga o condicionador de ar, sua mãe ouve o barulho, fica a pensar que seu filho finalmente vai descansar.

No entanto, na sequencia ela ouve forte batida na parede, e pergunta: *Hefesto está tudo bem? E bato na janela (BONDOSA, 2015)*, ela ouve como resposta positiva que estaria tudo bem. Mal sabia ela que neste momento seu filho já estava morto, e que a voz que ela pensava ser de *Hefesto*, na verdade era a voz do algoz assassino. Como pontua sua mãe, *o “fulano” disse pra mim que ele já tinha matado o meu filho quando eu bati na janela, o “Hefesto” já tava morto (...) Foi ele que respondeu, ele mesmo disse pra mim que respondeu por ele, a poça de sangue foi aqui, tá aqui, ainda tem a marca aqui*⁹³(BONDOSA, 2015) Sua mãe afirma que se a mesma tivesse entrado no quarto de *Hefesto* naquele momento certamente eles a teriam matado também.

O que coisou mais o “Hefesto” foi a, a, a pancada né (...) aí ele desmaiou, no desmaio pegaram o fio e amarraram, por que ele era bom de porrada (...) ele é filho de cearense o” Hefesto”, a mulher do pai dele, o pai dele, os avós são tudo cearense (BONDOSA, 2015).

Os assassinos eram conhecidos e vizinhos, segundo relatos de sua mãe eles frequentava às vezes o quarto de *Hefesto* quando ele ia para o trabalho e emprestava a chave para um amigo, sendo que em determinada ocasião um grupo de rapazes invadiram o quarto este quarto a procura de um desses rapazes, todos armados com revólveres, neste dia *Hefesto* tinha pagado uma diária para que este amigo que também é gay limpasse e arrumasse seu quarto. Sobre um dos homicidas sua mãe relata: *Ele é assim, ele roubava, ele rouba e os tios, tem um tio que é militar e uma tia, ai diz que os tios é que pagavam os roubos dele entendeu, ele é procurado por roubo (BONDOSA, 2015)*. A mesma esclarece um acontecimento no quarto de *Hefesto* quando o mesmo estava trabalhando:

demorou chegaram de moto perguntando cadê o fulano , eu disse não mora aqui não, aqui só mora o “Hefesto”, deixa eu entrar aí, ai entraram de armas (...)Aí eu tava aqui passando o pano né, aí eles foram aqui por aqui tudo aí foram embora subiram na moto aí meus filhos também tavam ali, só que eles ficaram repetindo que queriam o sangue de “fulano”, eu disse não quero mais esse rapaz aqui, mas “Hefesto” falou: mas ninguém tem nada a ver com isso não, eu disse você não tem nada a ver mas tão atrás dele (BONDOSA, 2015)

Segundo alguns amigos de *Hefesto*, o mesmo consumia drogas ilícitas, sua mãe afirmou não possuir conhecimento dessa prática, mas como já vimos no caso da *Deusuite* em

⁹³Neste momento ela me fez conhecer o quarto de *Hefesto* e foi descrevendo o crime apontando para cada detalhe do quarto e da forma como o assassinaram, ainda pude ver marca de sangue em alguns móveis.

que sua mãe não a reconhece como garota de programa e como consumidora de droga. Não é possível informar se sua mãe tinha ou não conhecimento, mas é perceptível tratar-se de tabu. Todavia esses tabus são preponderantes para entendermos as dinâmicas desses crimes, haja vista, que os próprios homicidas reconheceram em depoimento à polícia que estavam sob efeito de drogas, que foram ao quarto de *Hefesto* em busca de dinheiro para o consumo de drogas e, que só o mataram porque o mesmo teria reagido.

A mãe de *Hefesto* relata que conhece toda a família dos assassinos, inclusive uma tia de um deles esteve no velório: *eu até disse para ela olha: a única coisa que tu tem que falar pra tua irmã, é mandar ele se entregar (BONDOSA, 2015)*, afinal naquele momento não havia dúvidas em relação a autoria, visto que as câmeras da casa que fica a frente registrou a entrada e saída deles do quarto de *Hefesto*. Além disso, seu irmão mais novo viu quando a motocicleta parou e os dois adentraram o quarto.

Após espancamento com algum objeto do próprio quarto de *Hefesto*, os rapazes pegaram o cabo que liga o aparelho de DVD a ao aparelho de TV e o estrangularam, antes tinham colocado uma camisa em sua boca para que o mesmo não esboçasse qualquer som, depois de consumaram o ato, saíram às pressas, e depois de alguns minutos voltaram para pegar o aparelho de telefone celular de *Hefesto*. Um dos rapazes ainda vestiu-se com roupas dele e se evadiram do local levando ainda o seu cartão bancário.

Quando um dos assassinos foi preso enquanto praticava mais um roubo a mãe e o pai deste agente foram à delegacia: *o pai dele ficou louco, gritou com o assassino, você destruiu o nosso lar, destruiu nosso lar (BONDOSA, 2015)*. Sobre seu sofrimento dona Bondosa relata:

Eu adoeci muito, eu fiquei vixe com uma depressão horrível (...)até esse meu filho aqui tá até hoje com depressão o mais novo fazendo até tratamento (...) eu fiquei doidinha, eu gritava, ele tava quente, quente ainda ele tava com a mão assim, eu nunca pensava de enterrar meu filho, pensava assim ele dizia assim mamãe eu sempre vou cuidar da senhora, ai eu contava com ele cuidar de mim na minha velhice né, eu to com 54 anos (BONDOSA 2015).

Na separação de seus pais, *Hefesto* ficou aos cuidados da avó materna, visto que sua mãe durante toda a vida trabalhou como empregada doméstica. Assim, ele chamava a avó também de mãe. Sua avó faleceu em 2013, e sua mãe sonhava que este filho pudesse ser o que iria cuidar dela, visto que ele era muito carinhoso e presente na vida da família. *Hefesto* criava

dois sobrinhos, filhos de sua irmã e ajudava em tudo que a família precisava. O consolo para a perda *foi quando eu fui pra igreja né e eu pedi assim pra Deus me dar consolo né com tudo o que passei* (BONDOSA, 2015). Como vimos os segmentos institucionais que mais atuam no sentido da exclusão de LGBT'S são as mesmas procuradas por familiares que perdem entes LGBT'S, a exemplo de *dona Inocência e dona Bondosa*.

O fato de *Hefesto* ser *gay* segundo sua mãe, não foi motivo de preconceito por parte da família, que sempre o acolheu, mas reconhecia que é uma vida difícil e mesmo ele partilhava com sua mãe que passava muita humilhação no trabalho, amigos preconceituosos, *ele disse mamãe é muito preconceito, é muito humilhante, aí ele conversando com nós em casa, eu disse meu filho eu não tenho nada contra, você é meu filho, por que se eu não apoiar você quem vai apoiar? eu não vou lhe abandonar, meu filho é meu filho, carreguei ele nove meses* (BONDOSA, 2015).

Ser alvo de práticas preconceituosas é empiricamente verificável cotidiano na vida de LGBT'S em Manaus, em cada LGBT que me aproximo, quase sempre verifico de forma muito intensa situações do passado ou ainda presentes que determinam espaços existenciais de *Miséria* no sentido proposto por Bourdieu (2011), ou seja, de uma determinada miséria que não está restrita aos condicionantes econômicos, por mais que este condicionante seja na realidade determinante de boa parte da vulnerabilidade destes povos.

Essas espécies de misérias que se configuram aos condicionantes relacionais, aos processos de exclusão que não estão fundamentadas na renda ou na posição intelectual são típicas da sociedade brasileira enquanto tributária de diversos ordenamentos conservadores. Pode-se observar nas sessões sobre violência privada que o preconceito e exclusão praticados por familiares os desestabilizam emocional e socialmente, colocando estes com sentimento aguçado de miserabilidade social e identitária. Mesmo que este *agente de resistência* possivelmente tenha tido o reconhecimento familiar, isto não o isentou de sentir o preconceito em outros espaços. O uso do 'possivelmente' se dá por tratar-se de apenas um relato e posição. *Hefesto* foi assassinado de maneira mais fácil por morar na mesma casa que o restante da família, mas numa espécie de *quitinete* independente da residência onde habita os demais membros da família.

2.4.3 - Baco por seu amigo: reflexo de homicídios de gays em noites de grelhação

Baco insere-se como mais um *agente de resistência* desta pesquisa, nível superior, profissional da área da educação, atuando há mais dez anos na Rede Municipal de ensino SEMED - Manaus, comportava-se como muitos *gays*, socialmente assumidamente gay - *espaço público* e dentro de suas casas – *no privado*, entre os parentes totalmente dentro do *armário*. O interdito de acesso do pesquisador a família impossibilitou desvendar em que medida, sua família, possuía conhecimento de sua condição *gay*. Dentre os diversos casos de homicídios decorridos no período em que desenvolvia a pesquisa de campo, ao fazer os primeiros contatos com conhecidos meus que faziam parte do convívio com *Baco*⁹⁴, de início já fui dissuadido de procurar a família, pois a mesma não o reconhecia como gay, mesmo depois de seu assassinato praticado por três *bofes*.

A estratégia foi realizar entrevista com um amigo que o chamarei *Agité*⁹⁵, outro professor da rede municipal, que há a alguns anos tornara-se o amigo de todos os momentos públicos na vida de *Baco*. Segundo seu amigo *Agité*, *Baco* pouco falava sobre sua família e também pouco ficava em casa. Sua rotina era trabalhar, ficar na casa de amigos e sair para as baladas e consumir cervejas. *Ele era mais alcoólatra que eu, ele começava as quartas, eu somente nas sextas feiras (AGITÉ, 2015).*

O costume de ir para as baladas, aproximou bastante os dois amigos, haja vista que eram apenas colegas de trabalho, que após viagem de férias em Curitiba PR, na companhia de um amigo em comum²⁰¹² a amizade se fortaleceu. Por outro lado, se tinha evidência de que *Baco* na prática não desejava estar presente na família, a não ser ao estritamente necessário. Costumava dormir em casa de amigos, especialmente no retorno das festas, o que fez com que sua família só tenha sabido que o mesmo consumia álcool após sua morte. O *armário* de *Baco* em sua família possibilitava uma vida de dupla performance social, a da casa e a da rua, do privado e do público.

Todavia, a negação de sua identidade no contexto da casa, da família, não permite a ilação de que seria algo totalmente desconhecido por seus familiares, especialmente a seu pai. A postulação dessa hipótese se dá pelo fato de que o *Agité* jamais adentrou a casa de *Baco*,

⁹⁴ Tínhamos amizade em comum, no entanto eu só o conhecia de vista (*Agité*, 2015).

⁹⁵ Sua personalidade esfuziante, animada, falante optei por chama-lo Agitado em francês - *Agité*.

pois tinha receio que seu pai fizesse a ele o que no passado fez a outros amigos desse *agente* que foram expulsos da residência.

Após o súbito desaparecimento de *Baco* uma amiga em comum o convidou para irem até a casa dele para saber se ele estava bem, ao que o seu amigo exclamou: *vou nada, o pai dele já expulsou as gays de lá, não quero ser mais um expulsa* (AGITÉ, 2015)

A inospitalidade, pelo que se verifica, incomodava até mesmo a ele que era membro da família, pois como se viu a *rua* parecia mais seu espaço de aconchego e de liberdade. O próprio interlocutor, *Agité* relatou durante a entrevista que em sua casa funciona do mesmo jeito: *um dia levei uns amigos gays lá em casa, minha irmã falou 'porque você traz esse tipo gente aqui para casa? Ou seja, essa condição parece ser comum nas vidas de muitos gays.*

O campo da efetividade e da sexualidade de *Baco* estava pautado na relação *gay-bofe*, o que lhe colocava na condição de *caçador*⁹⁶, ou seja, as constantes ida a eventos, bares e similares possuía evidentemente transfundo *akuendar* e *matar*⁹⁷ bofes. *Agité* afirmou que nessas práticas passou por várias situações de perigo, *perrengue*, certa vez ele, na companhia de outro amigo *gay*, estavam de carro pela Avenida Grande Circular, Zona Leste e ao avistarem três rapazes caminhando por esta via, pararam e ofereceram carona. Ao entraram no carro sentiram que a estratégia dos rapazes era levá-los a um lugar onde afirmavam existir um motel. O profundo conhecimento da região os fez perceberem tratar-se de uma armadilha, fato que os fez parar o carro em frente a uma escola de samba sugerindo aos rapazes descerem do carro porque ali seria o destino final dos dois naquela noite.

Neste momento os jovens mostram as armas de fogo, solicitam os celulares e saíram tranquilamente do carro ordenando que não olhassem para traz. Eles *mostraram as armas, aí eu peguei meu celular e do meu amigo e entreguei para eles, nós escapamos por pouco, (...). Eles descaram e mandaram eu não olhar para traz, mas tu pensa que as 'gatas deitaram'*⁹⁸. *Ainda grelhamos*⁹⁹, fomos comemorar nossa vida (risos) (AGITÉ, 2015)

Na noite do assassinato, *Baco* teria ido a uma casa de shows na zona sul da cidade e por volta das 23 horas se dirigiu a outro local de festas que fica Zona Norte. Estava na

⁹⁶ Geralmente os gays em Manaus usam o termo caçar quando saem em busca de parceiros sexuais - bofes

⁹⁷ *Akuendar*, catar que significa identificar, paquerar; *Matar* significa manter relações sexuais.

⁹⁸ Deitar: perder, desistir, desanimar

⁹⁹ Grelhar: fazer sucesso, ser bem sucedida em um projeto: praticar sexo com alguém que deseje, obter sucesso na *caçada* (...)

companhia de duas amigas, seu amigo *Agité* estava com o namorado e posteriormente devido a alguns contratempos não foi ao encontro de *Baco* como era de costume.

Nós combinamos de ficarmos os quatro juntos na casa, mas o Baco brigou com o boy [mesmo sentido de bofe] dele, aí ele não quis ir. Eu fui bem bonitinha de casal, fizemos jantinha, bem romântica, tem até foto no face. Menina a gente dormiu, quando a gente acordou já era mais de onze horas, aí eu passei mensagem para ele e disse: onde tu está sua puta? Ele falou no Chapéu Goiano. Ele já tinha vindo do Fellite, estava com umas amigas 'rachas' dele. Nisso que eu deixei meu namorado, fui pra casa mudar de roupa, quando eu fui pra casa, tinha perdido minha chave e tive chamar a mamãe, aí ela fechou o portão, eu fiquei literalmente fechado, e já era tarde e o chapéu acaba 1 hora da manhã (AGITÉ, 2015)

Considerando que a casa de festa onde *Baco* estava na companhia de amigas encerra seu funcionamento por volta de 1 hora da madrugada, *Baco* despede-se e dirige-se a um posto de gasolina do bairro Tancredo Neves, onde os notívagos se encontram de forma mais intensa antes das baladas e no encerramento das mesmas. Neste local, ele conhece três jovens e os convida para ficarem em sua companhia. De lá partem para outro posto de gasolina no bairro São José, neste momento segundo relato do primeiro acusado a ser preso, *Baco* sugere ficar com um dos rapazes, o único do trio que tinha 17 anos. Ao comunicar-lhe de seu desejo o rapaz fala que não curte ficar com homens, mas na sequência diz: *vamos lá para o carro que eu vou te matar*. Como é comum na linguagem LGBT entendermos matar com o mesmo sentido de ficar, transar, *Baco* teria atribuído este sentido, tanto que teria respondido assim ao jovem: *vamos que eu também quero te matar*. Por minha experiência pessoal e pelos inquéritos que li atribuir a algum jovem menor de idade que esteja presente em casos como este, é sempre estratégia utilizada pelos criminosos e advogados. E esta parte do relato *Agité* se pautou em depoimentos dos criminosos.

Na sequência, os outros dois rapazes se dirigem ao carro, segundo depoimento na delegacia de homicídios: o menor teria estrangulado **Baco** com o cinto de segurança do carro, enquanto os demais seguravam os braços e pernas dele, depois que mataram embrulharam-no com a capa do banco de seu automóvel e jogam o corpo para o compartimento porta mala destravando o banco traseiro. Um deles dirigiu o carro até o bairro Mauazinho, local de residência dos homicidas. O grupo de homicida levou apenas o celular de *Baco* que seria encontrado ao terceiro dia depois de seu desaparecimento.

Agité relata que no dia seguinte passou mensagem de texto, procedimento realizado por outros amigos. Mesmo não havendo resposta todos ficaram tranquilos era costume *dele* beber e ficar de ressaca. Se os amigos pensavam que ele podia estar em sua casa, seus familiares pensavam a mesma coisa e como não há interlocução entre os entes somente na quarta-feira a polícia foi avisada sobre a existência de um carro abandonado e ao verificarem a ocorrência detectaram a presença de um cadáver no porta mala do carro. Somente na terça-feira os amigos mais próximos começam a ficar realmente preocupados

No dia seguinte passei mensagem para ele no Whatsapp, só ficava um pauzinho, nada dele receber, mas ele era muito previsível, a internet dele era ruim; ele um dia sim outro não ele ia para casa dela (casa de uma amiga em comum), a gente ficava bem bonitinha roubando a internet dela. Na terça ele não foi à casa dela, ela me ligou dizendo: mano estranho o Baco desde domingo não posta nada, não responde mensagem, nem liga (AGITÉ, 2015).

A preocupação ativada ao terceiro dia tornou-se desespero, tragédia para amigos e para seus familiares que além de enfrentar a perda do familiar, tiveram que ouvir e ver aquilo que sempre foi negado no interior da família, o fato de *Baco* ser *gay*. Em Jornais escritos e televisionados, redes sociais o caso foi exposto e, mesmo quando não se explicita a identidade de gênero ou sexual, as cotidianidades de homicídios de LGBT'S, marcados de certo padrão criminal, fazem com que a sociedade identifique de forma imediata tratar-se de caso envolvendo este segmento, mesmo que este seja um *gay discreto ou gay abastado*. Cito a identidade *gay* pela recorrência de crimes envolvendo este segmento e pelo fato de suas identidades não serem, por vezes, tão explícitas como no caso das travestilidades e transexualidades.

O velório foi marcado por muita perplexidade, os amigos iam chegando a sua casa, num misto de descrença de sua morte, de tristeza profunda. O caixão exposto na área, em frente à sua residência, muitos parentes, vizinhos e a maioria dos amigos pelo que pude avaliar na rua em rodas de conversa, de abraços e de prantos. Os familiares choravam e tentavam se aproximar ao máximo do espaço onde fica seu rosto, por vidro tão pequeno mal dava para ver alguma expressão. Além disso, o corpo estava há três dias na porta mala de seu automóvel. As expressões de tristeza: um de seus irmãos fixava o olhar em direção a urna e chorava copiosamente. Durante o período em que estive presente, conversei com alguns amigos, todos relatavam suas histórias de convivência com *Baco*, como esbocei acima, curiosamente na rua recostados aos carros, o que reforçou aspectos da entrevista de meu

interlocutor, a casa deste *agente* de resistência parecia lugar inóspito aos amigos mesmo no seu falecimento, considerando que estes não eram todos LGBT'S.

A condição de amigo próximo de *Baco*, o deixou bastante apreensivo e o acometeu de pavor, inicialmente por imaginar que o responsável pelo homicídio poderia ser um dos casos¹⁰⁰ que *Baco*, o medo posteriormente se deu pelo fato de que poucos dias após esta morte de seu amigo, outro professor e amigo comum, de *Baco* e de *Agité* foi também assassinado em sua residência por seu bofe. Assim, o mesmo o interlocutor comenta: *eu não levo mais ninguém para minha casa, moro só, Não vivo mais caçando não, as vezes bate o frisson mas eu lembro do que aconteceu com ele e fico quietinha (AGITÉ, 2015).*

Dessa forma, *Baco* passou a compor as estatísticas de homicídios de LGBT'S, observa-se que mesmo na condição de professor, com formação de nível superior, este *agente de resistência* engloba-se nos quadros de exclusão e de não reconhecimento que o conduziu a negação do convívio familiar, elegendo a rua, a casa de amigos e as festas como locais onde poderia sentir-se mais pleno e reconhecido.

2.4.4 - Sávio por seu por seu primo: reflexos homicídios de gays marcados por passionaisidades.

Os casos de morte de LGBT'S como se tem visto até aqui possuem particularidades empíricas, entretanto, estão ao mesmo tempo interligadas condições extremamente comuns, o assassinato de *Sávio* no quintal de sua casa possui especificidades e elementos que podem ser detectados em diversas outras mortes desses *agentes* em Manaus. O que mais chama a atenção, inequivocamente, é o fato da não aceitação de sua *homossexualidade*, tanto por parte de sua família quanto por ele mesmo, mesmo que estabelecesse relações afetivas sexuais com rapazes, tais práticas não eram assumidas na família e nem em determinados meios sociais como o da igreja evangélica que frequentava e onde seu tinha o padrasto e sua mãe são pastores. Possivelmente, circunstâncias que contribuíram para o mesmo mantivesse em seu cotidiano práticas bissexuais, no intuito de garantir perante a sociedade o reconhecimento da identidade heterossexual.

¹⁰⁰ De forma comum as relações afetivas sexuais de LGBT'S' são chamadas de caso (marginal).

Seu primo e nosso interlocutor aqui chamado por *Lênin*¹⁰¹ afirma que dentro do contexto familiar *Sávio* era visto como heterossexual *eu era o único gay da família. Sávio tinha muita vergonha, a gente no mesmo espaço ele tinha vergonha, mas ele curtia homem, ele até me disse: primo eu curto homem, mas curto mulher também* (LÊNIN, 2015). *Sávio* encontrou em seu primo assumidamente *gay* a confiança para *confessar*¹⁰². O *gay* assumido na família pode ser visto como referencial de autonomia e liberdade, bem como pode assumir a personagem do *bode expiatório* que livra todos os outros de seus *pecados e desvios*. Dessa forma, o ato de nosso interlocutor afirmar categoricamente ser o único *gay* para a família, aponta para a possibilidade, não dita, de que na ocorrência de mais pessoas com práticas LGBT'S, estes poderiam manter-se em seus *Armários* livres de quaisquer julgamentos a respeito de sua identidade.

Quando ele começou a namorar a primeira com homem, ele foi me falar, primo estou apaixonado por um garoto, ele ainda era muito menino, adolescente, tinha 16 anos, mas a cabeça era dez, só queria usar roupa de marca, vivia em grupos de *whatsapp*. Eu fui conversando com ele, dando conselho, ensinando as coisas. Ele continuava namorando meninas paralelamente, a família toda evangélica, agora quando ele morreu, todo mundo da família sabia que era um ato de violência “homofóbica”, todo mundo sabia disse. Tanto que quando a *fulana* (amiga) foi avisar lá em casa, ela falou logo foi “homofobia” (LÊNIN, 2015).

Mesmo depois da brutal morte de *Sávio*, sua mãe e seu padrasto se recusaram a assumir publicamente que *o mesmo* estabelecia relações com outros jovens do sexo masculino, afinal o fato de serem pastores evangélicos, certamente, assumir ter um filho *gay* seria péssimo exemplo em tempos em que discursos de *curas espirituais de gays* se propagam entre este público. Precisamente este fator direcionou para que as informações do campo familiar fossem obtidas por meio de um primo, *agente enfrentamento do movimento LGBT* e de outros no Estado do Amazonas. Tornou inviável conversar com seus pais, a medida que, estes não permitiram qualquer reconhecimento social sobre a identidade *gay ou bissexual de Sávio*.

Lênin afirmou que, logo que encontraram o corpo de **Sávio**, o mandaram chamar para que ele contribuísse com os encaminhamentos a serem dados e mesmo depois que nosso interlocutor lhes disse que deveriam aceitar que *Sávio curtia homens* a família não considerou

¹⁰¹ Por tratar-se de um militante comunista o nome parece apropriado.

¹⁰² A confissão como marca da história da sexualidade em Foucault.

socialmente tal exclamação. *Eu já sabia do ocorrido e das motivações, mas os pais para não ficar sujo com a Igreja, (...) eles não queriam assumir, foi um baque para eles. Para a mãe e o padrasto, eles sabiam que ele era gay, mas isso não foi assumido pela família (LÊNIN, 2015).*

A morte de *Sávio* se deu em clima de muito suspense, visto que o mesmo estava em seu quarto junto a outro jovem, que para a família, mãe e padrasto, seria um amigo, para outros, no entanto, seria seu atual namorado. *Sávio* foi chamado por alguém que estava na frente de sua casa. Ele foi atender ao chamado e não voltou mais ao seu quarto. Somente no dia seguinte seu corpo foi encontrado com o crânio aberto por uma enxada que segundo laudo do IML, o mesmo teria desmaiado por um soco e morto por golpe por utensílio de metal.

Devido seu grau de parentesco com nosso interlocutor membro do Fórum LGBT, o caso foi acompanhado por membros do *movimento social LGBT* e por agentes da SEJUSC. Inicialmente até mesmo o padrasto de *Sávio* entrou para o rol de suspeição. A referida suspeição se deu especialmente porque a janela do quarto onde se encontrava o padrasto do jovem possuía janela para o fundo da casa, exatamente onde **Sávio** foi sacrificado. O padrasto deixa de fazer parte da lista de suspeitos quando as investigações apontam para três jovens da vizinhança, que poucos dias após o ato, foram presos pela delegacia especializada em homicídios.

As explicações para o assassinato foram vagas, inicialmente teria sido porque ele teria ficado com a namorada do rapaz que mobilizou dois amigos para cometer o crime. Para *Lênin*, a causa poderia ser outra, pois segundo ele, no depoimento o rapaz que liderou o homicídio afirmou que seu desejo era arrancar o coração de *Sávio*, mas que não teve tempo, dessa maneira surgiu os rumores de que eles poderiam ter tido um relacionamento afetivo secreto e como *Sávio* já se encontrava com outro namorado o ciúme pode ter motivado o ato ou um sentimento de negação, por exemplo. Segundo as investigações, o líder do homicídio não premeditou de forma longa e fria o crime, pelo contrário, teria chamado no mesmo momento seus amigos para uma ação, que estes nem sabiam ao certo o que iriam fazer. *Ele disse que acordou um dia e disse que queria matar o Sávio, ninguém sabe se eles tinham alguma relação, mas muitos amigos dele disseram que eles tinham (LÊNIN, 2015).*

Lênin afirmou ainda que se manteve relativamente distante do caso, porque ele conhecia todos os assassinos e isso lhe causou medo, afinal o retrato das passionais dos homicidas deixava evidente que eram capazes de retirar a vida de outras pessoas, dessa forma, ele preferiu deixar alguns *agentes de enfretamento* ligados ao Fórum LGBT Amazonas e *agentes de estado* da SEJUSC acompanharem o caso de forma mais aproximada. Este breve apanhado do homicídio de *Sávio* reforça as múltiplas implicações de ausência de reconhecimento. Dou ênfase ao poder que o *não reconhecimento* tem sobre a vida de *agentes de Resistência*, mais que isso, o poder da retórica da doença e do pecado atribuído aos LGBT'S que produzem antagonistas violentos que em muitos casos não passariam de semelhantes, não fosse o preconceito que os enclausura em um armário.

2.5 – Modus operandis da polícia e da justiça: em busca de novos padrões disciplinares

O prólogo que encontra-se como texto que abre este trabalho, configurado como uma espécie de depoimento reflexivo de minha própria condição como agente que abruptamente teria passado para as estatísticas de crimes contra LGBT do Estado do Amazonas, caso existissem tais estatísticas. No decorrer do texto, em minha própria experiência descrevo o processo que comumente os LGBT'S experimentam quando são alvos de alguma violência física e/ou que familiares passam quando algum parente é assassinado e estes necessitam estabelecer relação com instituições por meio dos *agentes de estado* ligados a segurança pública e justiça.

As regras constitucionais da sociedade brasileira prevêm formalmente a princípio da isonomia, das garantias de igualdade e de direitos. Contudo a formalidade da lei não possui adequação com as práticas institucionais realizadas a partir das ações de determinadas instituições. De acordo com as experiências compartilhadas, no decorrer da pesquisa, dos estudos hemerográficos e documentais conclui-se que o *poder disciplinar* exercido por policiais, delegados e ou agentes do judiciário podem estar, por vezes, aproximadas a teorias como a de *Lombroso*, daquelas desenvolvidas pela Antropologia forense do século XIX no Brasil. Práticas que não são válidas para o estudo racial no contemporâneo, e que podem ser pensadas para ao tratamento dispensado aos LGBT'S, especialmente, por aqueles possuidores de corpos travestis e transexuais.

A inspiração Foucaultiana postulada em seu livro *Vigiar e Punir* (2008) onde a partir de estudo sobre as formas de controle desenvolvidas na Europa dos séculos XVII e XVIII, nas monarquias absolutas projeta para a sociedade contemporânea o panoptico do controle dos corpos e das ações disciplinares que garantem a docilização dos corpos e das práticas produzindo a normatização social. Esta perspectiva desenvolvida por Foucault pode ser posta em diálogo com a percepção de estado que irá adiante fundamentar a reflexão sobre as ações de Estado para os LGBT'S, todavia, como aqui o dilema posto se encontra em práticas de Agentes, que se quer podem encontrar respaldo nos estatutos de estado, a perspectiva disciplinar me parece mais adequada para analisar essas práticas que deveriam ser residuais.

São rotineiros relatos de travestis em Manaus sobre as abordagens policiais, a agressividade e humilhação são vistas como práticas comuns quando as mesmas não estão sendo imputadas de acusação de ato criminal. Quando as mesmas cometem crimes os relatos de agressões físicas de policiais são comuns. O tratamento policial em caso de homicídios que envolvem LGBT'S, especialmente marcados pela pobreza, caracteriza-se por procedimentos comuns de desrespeito e ilicitude. As fotos de *Hefesto* morto em seu quarto chegaram em meu aparelho de celular poucas horas depois que seu corpo foi encontrado, o que significa que já haviam viralizado nas sociais. *Dona Bondosa* durante nossas conversas falou:

Eu acho, desamparada, fizeram até foto de *whatsapp* de um policial da PM que estava aqui comigo tava fazendo era coisa com as fotos do Hefesto (...) não é falta de respeito? (...) pegando as foto dele e passando pelo *whatsapp*! (...) das posições que o *Hefesto* tava, eu achei humilhante, quem sabe dessa estória é o menino que anda no *fulano*, ele disse pra mim, eu esculhambei com ele, porque que vocês estão fazendo isso com as fotos dele, você não respeita a família não? (BONDOSA, 2015)

O PM 1 descreveu práticas policiais vivenciadas em sua atividade como praça em Manaus e que denotam a assimetria entre aquilo que apregoa como prática de Estado no contemporâneo e as marcas do androcentrismo e a lgbtfobia como *habitus* entre policiais. A visibilidade dada a estas práticas não são generalizadoras sobre as condutas policiais em Manaus, mas demonstra serem comuns, considerando que a formação policial é arraigada de prenoções inadequadas ou anacrônicas com a percepção de cidadania pautada pela inclusão da diferença como norma social. Existe grande preconceito, por exemplo, quando policiais tem

que abordar travestis por ordens de seus superiores, geralmente acusadas de serem vapores¹⁰³, eram comuns relatos de sentimento de nojo advindo de policiais(PM1, 2015).

Em 2010 uma travesti foi assassinada a tiros no bairro da Alvorada, Zona Oeste:

Eu estava na equipe que foi atender a ocorrência, chegando lá vi que as policiais e pessoas civis estavam fotografando, não tinha sido feito isolamento, eu passei rádio para minha chefia, e perguntei: devo fazer isolamento da área? ele me respondeu que não porque era somente mais um viado que tinha morrido (PM1, 2015).

As práticas preconceituosas compõem o quadro das várias formas de violência apontadas acima, neste sentido, a instituição policial, que foi construída, para ser composta de homens heterossexuais/Cis, padece do anacronismo e continuam a praticar o preconceito em relação a sociedade a quem deveriam dar tratamento isonômico; e praticam a violência interna, visto que lésbicas e Gay rompem facilmente o crivo de entrada nas corporações.

A agente de enfrentamento Themis que coordena o setor de direitos humanos LGBT da OAB-AM situou o preconceito e violência de policiais militares, práticas que expressam a visão corporativa de que a existência de LGBT'S parece ser vista como anormalidade dentro da cidade, considerando que a polícia traz em sua própria formação etimológica a simbologia de construção ideal da formação deste espaço, o urbano.

No momento em que é dado tratamento diferenciado aos não heterossexuais - Cis as forças policiais pretendem disciplinar determinado padrão corporal e comportamental, o que revela desejo de certa assepsia social. Themis revela que diversas vezes houve reclamações por parte de frequentadores determinado estabelecimento em que a proprietária é lésbica e que recebe muitas clientes deste segmento: *mas a maioria das vezes um comandante mandava o tempo todo ir lá no bar daquelas lésbicas, o tempo inteiro, não tendo ocorrência nem nada, a equipe tava lá, a equipe já vinha sem a tarjeta sem o nome sem nada pra acabar com a festa (THEMIS,2015).* A exposição do PM 1 demonstra que as práticas policiais discriminatórias em determinados casos vem como ordem de algum agente superior, ou seja a perseguição ao bar em questão pode ser um senso comum dos policiais que atuam nesta região, como podem revelar processos hierárquicos.

¹⁰³Classificação de pessoas que transportam pequenas quantidades de drogas ilícitas, servem como intermediárias entre os traficantes e quem vai consumir a droga.

A agente de resistência Dionísia experimentou a violência moral e física de policiais militares na Zona Leste da cidade de Manaus. A tortura psicológica e física por qual passou, liderada por oficial do sexo feminino nos remete ao quanto o androcentrismo, ideias fascistas e lgbtfobia estão impregnadas nas identidades de policiais militares. Anhangá intuitivamente se negou realizar B.O quando sofreu atentado a sua vida, a sensação de inoperância policial e aqui estende-se ao trabalho da Polícia civil é senso comum entre os menos privilegiados socialmente e aos pertencentes a identidades pouco reconhecidas. O atentado que sofri só contou com o depoimento do acusado porque fui à delegacia pegar os policiais civis e conduzi-los até a casa do agressor.

É sabido que o estado do Amazonas, como os demais Estados não possuem políticas voltadas para estes povos quando o caso é o sistema prisional, dessa forma, Themis relata que em sua atividade como advogada acompanhou o caso de uma travesti que estava proibida de visitar o filho e, que mesmo assim, aproximou-se da criança: *a mulher teve ataque porque ele resolveu se assumir travesti (THEMIS, 2015)*. A referida mulher, mãe da criança chamou a polícia e a travesti foi presa pela lei Maria da Penha. Tal fato já denota desconhecimento da polícia sobre identidade de gênero.

O cara não conhecia a carteirinha “dele”, fizeram ele tirar a roupa e colocaram numa cela com um monte de homens, ele tava vestido como travesti, “ele” foi exposto a uma situação inclusive de perigo, por um delegado despreparado, quando nós chegamos, lá fomos com três eu fui com o pessoal da SEMASHD, fui eu mais a vice presidente, nós fizemos ele recompor e “ele” ficou numa sala separada “ele” entregou os brincos a bolsa, você não tem esse direito. O Senhor não sabe dessa carteira o Senhor vai se informar, “ele” adquiriu esse direito e a lei estadual deu isso a “ele”, o Senhor poderia ter matado esse rapaz, por esse comportamento. Eu nunca vi a Maria da Penha funcionar tão rápido, por que as vezes a gente precisa socorrer e não consegue, quando falaram que era um travestir a polícia foi eficiente (THEMIS, 2015).

O fato de sequestrar a travesti ter sido citada tornava a prisão ilegal, as forças policiais desejavam que ela ficasse presa até chegar um oficial de justiça para citá-la. A presença de Themis foi fundamental para impedir a arbitrariedade: *ai tinha preconceito mesmo, um oficial ficou dizendo, que é um absurdo, ele tem filho isso aquilo, virar travesti expor filho aquilo, “ele” ouviu absurdos antes de eu tirá-lo de lá (THEMIS, 2015)*.

A própria secretária da SEJUSC reconhece que nas delegacias o nível de preconceito contra GBT é elevado, observa que a legislação já permitiria, por exemplo, tipificar crimes de

ódio, de lgbtfobia, todavia a prática recorrente: *se você for às delegacias de polícia, mesmos os crimes e homicídios que são visivelmente crimes de homofobia, a polícia não registra como tal, registra como homicídio, ou culposos ou dolosos, mas não registra nas suas entre linhas como um crime advindo de uma prática “homofóbica”*. (SECRETÁRIA DA SEJUSC, 2015)

Os processos judiciais que acessei todos referentes a homicídios, permitem afirmar que: casos em que as vítimas são *gays* a identificação, prisão e encaminhamento do processo ao judiciário são mais comuns. Dentre os casos de homicídios que foram incluídos nesta pesquisa todos os que envolveram a morte de *gays* estão encaminhados a justiça, todavia o caso de *Deusuite* permanece sem identificação de autoria. A explicação mais plausível é que os homicídios de *gays* decorrem de forma mais comum em suas residências, hotéis, em seus carros, por vezes mortos em casa e ou hotéis e transportados em seus carros para serem despejados em esgotos, terrenos baldios ou igarapés, o que deixa muitos vestígios, principalmente quando se trata de latrocínio. Enquanto, o caso de *Deusuite* se assemelha a diversos outros casos assassinatos de travestis que são mortos de forma mais comum por tiro, perfuração por arma branca, pauladas, pedradas tem o processo investigativo prejudicado considerando que o corpo é encontrado sempre horas ou dias depois do crime realizado e os indícios são sempre precários. Dentro deste contexto, não se pode excluir a ausência de assistência familiar que busque acompanhar e cobrar das Instituições policiais que sejam realizadas investigações.

Outro aspecto que, mesmo antes da pesquisa, já propugnava é o princípio da naturalização legitimadora da violência contra LGBT. Compara-se ao extermínio da juventude pobre de Manaus que a cada caso, observamos a total legitimação social: de parentes, jornais, policiais, pois à medida que essas mortes de jovens estão, em grande medida, relacionadas ao tráfico de drogas sua naturalização é imediata. Da mesma forma, quando ocorrem homicídios em Manaus e se expõe que o alvo foi um (a)LGBT há uma nítida arrefecida ao clamor de justiça, ao sentimento de revolta ou de comoção.

Os assassinos confessos quando presos pela polícia civil ao chegarem ao julgamento, instruídos por advogados tem forte tendência a negarem o crime ou imputar como no caso de *Baco* ao um menor de idade do grupo. Sobre o caso *Baco* relata *Agité*:

Só que teve o julgamento agora dois meses, aí ele falou em juízo, ele só falou isso porque a polícia obrigou, a polícia teria que dar uma resposta para a sociedade.

Ele falou que foi forçado a falar, ele disse que o envolvimento foi que ele foi achado com o celular. Mas na delegacia ele foi réu confesso (AGITÉ, 2015).

Os acusados em diversos casos afirmam terem sido pressionados psicologicamente e muitos relatam prática de tortura policial nas delegacias, com detalhes impressionantes. Geralmente constroem outra versão que os isenta do crime, são textos detalhados que produzem ampla defesa dos acusados e impõem um desafio ao júri. Em suma, os processos culturais dentro das Instituições tem cumprido o papel de estabelecer a disciplina identitária, ao afirmar os limites da heterossexualidade/Cis social.

CAPÍTULO III - O DESAFIO IDENTITÁRIO, ORGANIZACIONAL E POLÍTICO LGBT: CONSTRUÇÃO, AVANÇOS E DESAFIOS EM MANAUS

O percurso trilhado até aqui, onde se estabeleceu os fundamentos que nortearam a pesquisa, suas posições epistemológicas e políticas, concentrados de maneira especial no primeiro capítulo deste texto e, a apresentação dialógica e reflexiva das expressões concretas de *violência simbólica, moral e física* a partir da interlocução com *agentes de resistência* me impôs o desafio de transpor a perspectiva de compreender as ações de resistência como ação individualizada. Neste trabalho de pesquisa, estas são compreendidas como posições e práticas que buscam enfrentar a problemática social do preconceito produtor de violência. São *agentes sociais* que se contrapuseram à subalternidade ou hierarquia de sexo, gênero e identidade de gênero. Nesta etapa, do trabalho, a dimensão identitária, organizacional e as práticas de estado serão abordadas no intuito de reforçar a inseparabilidade das ações de *resistência e de enfrentamento* como processos coletivos.

Este empreendimento exigiu discutir a condição identitária dos LGBT'S por meio de experiências culturais, das condições históricas e contemporâneas das identidades, numa perspectiva que enxerga avanços, retrocessos e os desafios. A partir dessa propedêutica é que se pode debruçar sobre os processos organizacionais dos LGBT'S em âmbito nacional e local. O empreendimento que privilegia o aspecto organizacional, político encontra em duas categorias de agências o mote para o aprofundamento dessas questões – Os *agentes de Enfrentamento e os Agentes de estado*. Por meio desses *agentes* se descortinou a descrição etnográfica dos *movimentos*, das políticas de estado – políticas intersetoriais, nos campos do executivo, legislativo e judiciário culminando com a inegável situação nacional de conflito social: em disputa dos campos da *moral e do direito*.

3.1 – O caso dos Guayaki: reflexão sobre identidade sexual e de gênero lá e aqui

Aceitar que as práticas “homossexuais” constituem-se como práticas sociais comuns nas culturas mais diversas e em tempos distantes dos nossos tem a papel de desmistificar estas condutas, as retirando pelos menos no viés teórico, dos campos em que a tradição racional-judaica cristã a jogou historicamente. Compreender a estrutura dessas práticas permite desenvolvermos analogias, entender como determinadas práticas do contemporâneo podem estar ancoradas em antigas concepções antropológicas. Esta pequena sessão possui relevância

por trazer por meio de um exemplo específico dos índios *Guayaki* elementos explicativos das formações de identidade sexual e de gênero brasileira e da Amazônia por consequência.

O exercício antropológico desenvolvido por Clastres (2012) e recolocado na discussão sobre “homossexualidade” por Fry e MacRea (1985) é elucidativo, se levarmos em conta que o mesmo propõe algumas explicações sobre a dinâmica do funcionamento dos ordenamentos de gênero em sociedades indígenas americanas e apresenta aspectos diacríticos da “homossexualidade” *popular* e *moderna*, atrelando ao surgimento dos movimentos *gays* nos Estados Unidos e no Brasil.

A “homossexualidade” *é uma infinita variação sobre o mesmo tema: o das relações sexuais e afetivas entre pessoas do mesmo sexo* (FRY, MACREA, 1985 07) sendo que para eles não há uma verdade absoluta sobre “homossexualidade” e que as ideias e práticas a ele associados são produzidas historicamente. As relações entre pessoas do mesmo sexo podem ser compreendidas de maneira contextual e histórica. Estes exemplificam de forma contemporânea citando a realidade de Belém, onde, segundo estes, um homem poderia manter relações sexuais com outro homem sem ser caracterizado como “homossexual”, pelo contrário, o fato de penetrar homens poderia, inclusive, reforçar sua masculinidade pela simples fato de desempenhar o papel de ativo¹⁰⁴.

Esta constatação da década de 1980 consolida-se na atualidade com o surgimento do segmento HSH (Homens que fazem sexo com homem), que exclui-se do contexto LGBT. A prática sexual com outro homem não é posta como fato definidor nem de identidade, nem da construção de afetos. Pelo contrário, estes se afirmam com heterossexuais que podem vir a manter relações sexuais com homens de forma casual. A categoria *Bofe* utilizada neste trabalho possui estes adereços egológicos.

Nos estudos de Pierre Clastres (2012), sobre índios *Guayaki*, povo de tribos da América do Sul – Paraguai, teriam dado significado a relação entre pessoas do mesmo sexo a partir do critério da masculinidade e feminilidade. Neste caso, estava relacionado diretamente as atribuições relacionada a divisão sexual do trabalho. A masculinidade vinculada ao arco e ao papel ativo nas relações sexuais. Isto significa que praticar sexo com homens não diminuía

¹⁰⁴ Em Manaus, empiricamente, posso afirmar que funciona dessa forma, sendo que a posição ativa é mais uma referência social, não, necessariamente, empírica. A referência encontra-se no papel social que cada um desempenha em situações de relação marcadamente *gay* – bofe.

em nada sua condição de masculinidade desde que mantivesse seu papel de caçador e artífice no manuseio do arco e se restringisse ao ato sexual na condição ativa. O uso dos cestos e a passividade possibilitaria, a um índio, assumir uma identidade feminina dentro da comunidade.

Uma oposição muito clara organiza e domina a vida cotidiana dos Guayaki: aquela entre os homens e as mulheres cujas atividades respectivas marcadas fortemente pela divisão sexual das tarefas, constituíam dos campos nitidamente separados e, como em todos os lugares, complementares. Mas diferentemente da maioria das outras sociedades indígenas, os Guayaki não conhecem forma de trabalho em que participem ao mesmo tempo homens e mulheres (CLASTRES, 2012, 119)

Clastres relata que entre os *Guayaki* havia dois homens que carregavam cestos, o primeiro *Chachubutawachugi*, viúvo, era *Pane* (dentro da cosmologia *guayaki* refere-se ao azar na caça; ocorria quando um homem manuseava um cesto, apetrecho exclusivo de mulher) e por isso, nenhuma mulher lhe queria, nem mesmo como marido secundário, era rejeitado e recebia muitas formas de preconceito: campo simbólico do cesto, atribuição da mulher; O segundo, *Krembegi*, era, segundo Clastres *sodomita*, possuía performance física e indumentária comum a das mulheres; no artesanato superava em perfeição as obras realizadas pelas mulheres, era chamado como *kyrypi-meno* (ânus - fazer amor). Assim, os *Aché* (autodefinição *Guayaki*) mantinham aliás atitude muito diferente em relação a cada um dos dois carregadores de cesto (...) o primeiro era objeto de caçada geral (...) *Krembegi* ao contrário não despertava nenhuma atenção especial (CLASTRES, 2012, P. 126). O segundo ainda tinha o privilégio de em tempos determinados certos caçadores o adotarem com seu parceiro sexual.

Observa-se que os que entre os *Guayaki* os papéis sexuais possuem ligação direta com a determinação do gênero, pois o campo de atuação das atividades, se no cesto ou no arco demonstram a primazia da organização social e a definição identitária dos sujeitos dentro do grupo, assumir-se como identidade feminina, pelo relato feito, garantia aceitação social entre os *Guayaki*, mesmo que isto nem de longe represente igualdade de gênero, pelo contrário.

Tal incursão se faz importante na medida em que na contemporaneidade a exigência de reconhecimento dos LGBT'S está diretamente ligada ao combate à hierarquia de gênero,

afinal a condição feminina ainda representa seu enquadramento dentro de uma realidade de inferioridade. Portanto, o combate à lgbtfobia encontra-se num duplo desafio de construção de equidade: sexo e gênero, sem deixar de considerar que se trata de enfrentamento exógeno, frente ao machismo e lgbtfobia, e endógeno visto que mesmo dentro do *movimento LGBT* os preconceitos entre os segmentos são realidade cotidianas.

O exemplo *Guayaki* nos remete, além da assimetria entre o feminino e o masculino, ao fato de que *Krembegi* poderia ser classificada, resguardando as distinções culturais, como mulher transexual de nossa sociedade e, que dentro daquela sociedade organizada na divisão de gênero do trabalho, o fato da mesma agregar à função feminina de trabalho a performance de mulher *Guayaki* lhe garantiu maior aceitação social dentro que hierarquia, situação oposta que *Chachubutawachugi*. O fato deste se manter homem e desenvolver na comunidade o trabalho com cesto feminino o colocou em um *não lugar social*, fato que o tornou marginalizado entre os membros dessa etnia.

Assim, o fato dos homens *Guayaki* estabelecerem relações sexuais com *Krembegie* isto não afetar a manutenção de suas identidades heterossexuais, encontram eco nas atuais formatações *populares* de relação LGBT em que se produz o binarismo masculino e feminino, visto que culturalmente aquele que representa o masculino nas relações de gays, travestis e mulherestrans; o feminino em relações lésbicas e de homens trans podem ser visto na perspectiva de Heilborn (2004), onde o *estar* não significa necessariamente *ser*.

O androcentrismo da sociedade *Guayakique* atribui protagonismo do masculino reflete a hierarquia de gênero, por mais que empiricamente Clastres (2012) reforce o fato de que assumir a identidade feminina teria sido contextualmente melhor a *Krembegi*, indica como é desafiante quebrar com os ordenamentos culturais e históricos. Na sociedade brasileira contemporânea temos maior flexibilidade a quanto da divisão social do trabalho, pautada bem distante, das regras *guayaki*. Mesmo que não se trate de nenhuma afirmação homogeneizante ou hegemônica, pode-se observar que *gays* tem adotado a construção do corpo, da indumentária dentro de padrões reconhecidos de masculinidade e lésbicas valorizam a construção de padrão que reforce os padrões de feminilidade, a desconstrução binária é ferida a todo o momento. Todavia, não se pode ocultar os demarcadores que buscam aprisionar o gênero e a sexualidade, que agem não só por meio de sinais diacríticos da cultura,

mas que estão sistematizados na política e no direito agindo de forma sistemicamente organizada.

A ancestralidade da dominação masculina está inscrita culturalmente na história de povos europeus, africanos, asiáticos, oceânicos, Clastres (2012) demonstra que na ameríndia encontra-se o androcentrismo se fez e se faz presente e, da mesma forma, que em outros continentes os *kyrypi-meno* apresentam-se como *agentes* resistentes enfrentando ditames que vão do *animismo* à tradição judaica-cristã-islâmica; dos estados comunistas aos liberais; de países ricos aos subdesenvolvidos, em tempos distintos e espaços variados o atrevimento de afirmar sua existência se faz.

3.2 – O armário: ainda um recurso útil entre os que podem utilizá-lo

A diversidade de identidade sexual e de gênero, como se pode verificar nos capítulo anterior, faz parte do próprio constructo histórico-cultural de mulheres e homens, considerando evidentemente as peculiaridades étnicos-culturais de cada povo e de cada época. Entretanto, é patente que práticas sexuais não-heteronormativas - Cis até o século XIX, não representavam uma categoria identitária. Isto significa que praticar sexo “homossexual”, seja feminino ou masculino, ou até mesmo, estabelecer relação matrimonial a exemplo de Nero em Roma, não designava a multiplicação de identidades sexuais, muito menos de gênero.

O processo de controle moral e a posteriori criminal das práticas “homossexuais”, desencadeado no período Moderno europeu e intensificado no século XIX, especialmente no período vitoriano inglês, ao mesmo tempo em que restringiu tais práticas, se tornou o cerne da passagem da simples efetivação factual do ato sexual e afetivo entre pessoas do mesmo sexo, para no século XX emergir uma identidade “homossexual” e na atualidade a gama de identidades sexuais e de gênero LGBT’S.

Os LGBT’S ganham, nesse contexto, estatuto ontológico de existência: o ser LGBT passa a garantir elementos identitários que lhe distingue egologicamente e coletivamente de homens e mulheres heterossexuais/Cis que, na condição reversa, acabam por essencializarem-se, visto que as formações das identidades desses *povos* se dão num *processo de afirmação social* de uma “verdade” universal e necessária sobre a sexualidade e o gênero. A

heteronormatividade/Cis pressupõe, portanto, que o nascedouro do “*ser*” *LGBT* já se constitui como identidades a serem combatidas. Todavia, na condição de coletivo organizado a partir do século XX, estes não enxergados vitimizados, mas como *identidades de resistência e enfrentamento*. A afirmação de combate aos “homossexuais” se coaduna com o combate às práticas impostas primordiais da instauração tradição hebraica-cristã.

Partindo da concepção de Taylor (1994) de que o *não reconhecimento* ou um reconhecimento equivocado é base para a constituição de identidades com problemas subjetivos, de autoestima, por exemplo, e pautados no surgimento das identidades *LGBT’S*, pode-se observar de forma patente como no século XIX, momento em que alguém acusado de manter relações sexuais com pessoa do mesmo sexo era brutalmente punidas na Inglaterra, esses novos agentes sociais encontraram formas de sobrevivência, o que demonstra como vimos nas sessões anteriores o misto de sofrimento deformador da autoestima e força de *resistência e do enfrentamento*: De *praticantes* passou-se a categoria de identidade e posteriormente identidades coletivas organizadas. Dentro deste paradoxo é verificável que a auto definição *LGBT* tem se tornado genericamente mais comum na sociedade brasileira, entretanto, a existência de inumeráveis contingentes de pessoas negadoras de sua própria identidade ou que se afirmam parcialmente é facilmente comprovável e compõem a realidade da Violência Simbólica, Moral e Física, que atuam e produzem uma espécie de *alienação de identidade*.

Para a filósofa Eve Sedgwick (2008) omitir a própria identidade foi uma saída aprendida por esses grupos *subalternizados* de sobrevivência, visto que mesmo com as decorrências pós *Stonewall* o binarismo não foi superado.

O armário *gay* não é uma característica apenas da vida de pessoas *gay*. Mas, para muitas delas, ainda é a característica fundamental da vida social, e há poucas pessoas *gays*, por mais corajosas e sinceras que sejam de hábito, por mais afortunadas pelo apoio de suas comunidades imediatas, em cuja vidas o armários não seja ainda uma presença formadora. Dizer como direi aqui, que a epistemologia do armário é uma consistência abrangente à cultura e a identidade dos *gays*, ao longo do século XX, não significa negar que mudanças cruciais em torno e fora do armário passaram por mudanças importantes para pessoas *gays* (SEDGWIK, 2008, p. 22)

O trabalho de Sedgwick possui como pressuposto básico o conceito de *Armário*, na medida em que, a autora considera que mesmo “entre as pessoas mais assumidamente *gays* há pouquíssimas que não estejam no *armário* com alguém que seja pessoal, econômica ou

intelectualmente importante para elas” (SEDGWIK, 2008 p. 21). O ato de falar, assumir-se aparece como um desafio importante para pessoas *gays*, lésbicas e bissexuais, em especial.

Entre os *agentes de resistência* que contribuíram na composição dessa pesquisa a prática de recorrer ao *armário* em determinados contextos foi crucial para evitar processos de exclusão. *Eros*, *Baco*, *Sávio* recorreram ao *armário*: todos para salvarem-se do preconceito familiar; *Hígia*, *agente de enfretamento*, relatou as tentativas de esconder sinais diacríticos de sua identidade travesti quando encontra-se em busca emprego no PIM, mas o problema é que para este tipo de identidade não há armários a que lhe comporte. Portanto, se é verificável o surgimento de identidade gay no século XX e LGBT no XXI, a necessidade de esconder-se é também constatável.

O caso de *Arcanfora*, relatado por Sedgwick (2008), que teve seu contrato não renovado pela revelação de sua identidade *gay*, aparece como o primeiro elemento de análise de Sedgwick, afinal quando o mesmo recorreu à *Quarta Corte de Apelações*, com o objetivo de revogar a decisão da *Corte Distrital Federal*, a referida corte de apelações discordou da decisão tomada na instancia inferior, mas a manteve por considerar que o mesmo ao ser contratado deveria ter revelado sua “homossexualidade” e vinculação social com o meio *gay*.

O outro caso prelúdio exposto de Sedgwick (2008) foi a condenação de Hardwich ao ser flagrado praticando sexo oral, em sua casa, na Geórgia, legitimando a constitucionalidade de uma lei contra a sodomia. Estes fatos colocam a questão da *Epistemologia do Armário* na centralidade da discussão, ou seja, afirmar-se ou esconder-se no *Armário* são condições básicas da vida de *gays*, lésbicas e bissexuais no século XX e XXI. O não reconhecimento das identidades sexuais funcionou como duplo muro que impedia a afirmação de identidade de gênero, afinal a exemplo das pessoas transexuais não há possibilidades dessa dinâmica de entrada e saída de *armário*. *Tulipa* sentiu na pele os limites da tolerância de sua mãe que a aceitou relativamente enquanto filho *gay*, mas a excluiu quando o filho biológico se define como filha, como mulher transexual/trans.

O caso exposto por Naphis em seu livro *To be gay* (2006) do cadastramento realizado pelo governo alemão de *gays* realizado na segunda década do século XX, que visava lhes garantir atendimento estatal para os “novos doentes”, e que acabou por facilitar o extermínio de mais de vinte mil *gays* em campos de concentração com a chegada de Hitler ao poder naquele país, não deve ser pensado como algo de um passado distante, a medida em que a

violência afeta *agentes* assumidamente LGBT'S, cotidianamente na sociedade brasileira. A indicação parlamentar de tratamento via SUS (Sistema Único de Saúde) por meio PDL 234/2011 (Projeto de Decreto Legislativo) de 2011, a chamada “cura gay” são fortes indícios de que a violência pode ser exercida diretamente pelo Estado, caso não haja intensa reação social. Isto corrobora para a discussão sobre as implicações sociais do ato de assumir determinada identidade sexual ou de gênero.

O trabalho de Sedgwick (2008) trilha a concepção genealógica da “cultura ocidental” cristã, considerando que *a sexualidade é o único fruto a ser colhido da árvore do conhecimento* (FOUCAULT, 1984 P.28), perspectiva fez Michel Foucault expressar a inseparabilidade entre conhecimento e sexo. Ao observarmos a história do judaísmo e primordialmente do cristianismo a relação entre o modelo de racionalidade de origem grega com o pensamento judaico-cristão possibilitou uma simbiose que, em momentos distintos, construiu diversas formas de controle da sexualidade e primordialmente de conhecimento sobre a sexualidade.

Os pecados sexuais legitimados pela teologia passariam, no apogeu da ciência, para o campo do crime e da doença. A crítica Nietzscheana à racionalidade e à cristandade como moral dos fracos, em que ambos os campos são partes complementares da mesma concepção filosófica, me parece bastante pertinente à discussão. Pensar historicamente o processo de afirmação identitária e a luta pelos direitos de igualdade de *status*, passam pelo tripé do preconceito a medida que se relaciona, em cada momento, em alguns desses aspectos. Na década de 1980 quando a concepção de “homossexualidade” como doença é superada, o surgimento do HIV – AIDS vinculou doença e identidade “homossexual”. Minha inserção no campo trouxe à tona a retorno da vinculação da identidade sexual e gênero LGBT a um misto de doença física, espiritual e pecado.

Em diversos casos de *agentes de resistência*, podem ser encontrados, de forma subjacente ou explícita, o *ethos* arraigado da concepção de doença espiritual que coloca LGBT'S na condição de não reconciliação com a divindade cristã. a solução encontrada pela família de *Tulipa* foi a escola igreja evangélicas; a perspectiva do vizinho de *Amazonas*, na condição de pastor, certamente a de classificá-la como indigna de residir ao seu lado; *Sávio* ao manter vida dupla, heterossexual para sua família, *gay* para seu círculo de amizade evidencia o caráter significativo dos pais pastores evangélicos; a família de *Eros* extremamente católica

e participe da comunidade em que reside lhe impôs determinado comportamento; a imigração em Manaus de *Anhangá* decorre pelo fato da vergonha que seria a existência de um filho *gay* em família tão religiosa.

Curiosamente, Sedgwick (2008) desenvolve suas premissas teóricas sobre o *Armário gay* contemporâneo em diálogo com outra formatação de *armário*, neste caso, étnico-religioso. A estória de *Esther* em sua condição de estrangeira de identidade secreta é colocada em comparação e análise com o desafio do *gay no armário* em sua família e sociedade. A saída do *armário* de *Esther* é discutida a partir do processo de saída do armário dos *gays* contemporâneos.

A questão em jogo, circunscreve-se, na superação da visão da relação entre indivíduos do mesmo sexo como uma função de atos genitais isolados e proibidos para outra definição que considerem a *auto reconhecimento e para o reconhecimento* de identidades *relativamente estáveis*. A “homossexualidade” pode ser uma realidade até mesmo na ausência de atividade genital (FRY e MACRAE, 1985). A discussão passa para o campo da própria invenção da “homossexualidade”, ou no sentido atual dos consensos políticos-acadêmicos dos LGBT’S.

3.3 Identidades coletivas: olhares históricos, organização social e desafios dos LGBT’S

No Brasil, a gênese do movimento social LGBT se deu com o Movimento *gay* tendo o *Jornal Lampião* e a criação do grupo de afirmação homossexual SOMOS referenciais importantes (FRY & MACREA, 1985 P.21). Na prática, observa-se que a história do movimento “homossexual” é marcada pela dinâmica de nomenclaturas de grupos e de termos indicadores de compreensões identitárias aos *gays* e lésbicas, fato que demarca o título do trabalho de Facchini *Sopa de Letrinha* (2012). Na década de 1970, o termo *entendido* foi apropriado para designar pessoas que transavam com pessoas do mesmo sexo, mas que não adotassem *trejeitos* associados às figuras da “sapatão” ou “bicha”. O *entendido* seria o que hoje classifica-se *gay discreto*, classificação que visibiliza uma realidade brasileira e de Manaus consequentemente: o vigor do preconceito nos dias atuais aos ditos *gays* efeminados e às lésbicas masculinizadas.

Entretanto, o movimento *gay* brasileiro rejeitou os termos *gay* e *entendido* por entenderem que o termo *bicha* seria mais adequado ao clamor de consciência identitária e política que se almejava naquele momento. Durante minhas experiências em reuniões do Fórum LGBT Amazonas pude observar que termos como *bicha*, recebe rechaço quando inserido em discurso público de ativistas, mesmo que informalmente sejam utilizados cotidianamente entre os LGBT'S. Somente mais tarde o a criação do GGB (Grupo Gay da Bahia) se passa a assumir o termo Norte Americano. (IDEM P. 25).

A discussão que envolve o “Movimento *gay*” como se vê possui raízes na cultura machista, legitimada e reproduzida em nosso país. Ou seja, em grande parte os problemas encontrados pelos *agentes de enfrentamento* que estão à frente dos Movimentos LGBT'S no Brasil estão relacionados a própria estrutura heterossexual -Cis da sociedade que, de certa forma, afeta inclusive de maneira endógena o Movimento. No momento, em que se estruturava o Movimento, segundo Fry MacRea, estabelece-se o “abismo entre a ideologia igualitária dos grupos organizados e os princípios de comportamento vigentes no meio homossexual” (IDEM 26). Os desafios vistos pelos agentes dos *movimentos gay* estavam diretamente relacionados à própria estrutura sócio-sexual brasileira, marcada pelo machismo, legitimado e reproduzido historicamente, inclusive pelos excluídos e hierarquicamente subjugados. Dessa forma, a própria formatação identitária entre os LGBT'S em muito reproduziam e reproduzem em esses constructos culturais

O michê pode ter em grande parte de suas práticas sexuais o papel passivo, no entanto, seu espectro hetero, lhe garante a imagem de homem ativo; enquanto travestis com seus estereótipos femininos são vistos como seres “passivos” em suas vidas sexuais. Publicamente a relação é legitimada dentro da relação entre os modelos do feminino e do masculino (FRAY& MACRAE 1985, 28)

A formação sexual patriarcalista da sociedade brasileira atribui poder, reconhecimento e vantagens aos ativos e isto reflete especialmente na construção de relações que não tenham superado estes binarismos. As relações ditas *modernas* onde a centralidade está na superação da hierarquia, buscando configurações de entrelaçamentos igualitários, e que estariam circunscritas às classes médias e altas, tem a cada dia casos empíricos nas relações em classes menos abastadas. O inverso também é empiricamente plausível, haja vista, ser verificável, *gays* abastados em relacionamentos estáveis “homossexuais” em formato *popular*. e até mesmo, “heterossexuais”, que possuem caso amoroso com *bofe*: Ou seja, pode-

se observar LGBT'S com elevando poder aquisitivo e intelectual que reproduzem o binarismo masculino – feminino assim, como pode-se constatar relações, a cada dia mais comuns, de LGBT'S pobres aos moldes *modernos*, sem definições distintas de papéis dentro do relacionamento.

A ponderação faz-se pertinente para que não caiamos em um evolucionismo dos padrões de relações afetivas – sexuais de LGBT, sendo o modelo *popular* um estágio rumo ao *Moderno*. A realidade é mais extensa e complexa que se possa imaginar: conheço situações em que os casais classificados como *modernos* socialmente pactuam um casamento estável e elogiado por héteros e LGBT'S, no entanto, a válvula de escape de manutenção da relação, se encontra nas caçadas de bofes realizadas individualmente e, por vezes, em parceria.

Todavia, é verificável culturalmente a notória atribuição de poder aos masculinizados e ativos, sendo este poder descrito na perspectiva Foucaultiana, observáveis, a exemplo, no passado escravista brasileiro quando da relação entre indivíduos do mesmo sexo no período colonial: o negro ativo e o branco passivo garantia um micro poder ao escravo em relação ao senhor branco; ou quando na atualidade o bofe ou o GP (garoto de programa) exerce papel de poder sobre *gays*.

O caráter processual de constructo histórico das identidades LGBT traz em seu bojo sínteses produzidas por forças antagônicas que determinam avanços e retrocessos. Todavia, o diferencial produzido desde a década de 1960 nos Estados Unidos se dá pela formação de identidades coletivas organizadas social e politicamente, fato que alçou estes *povos* como força representativa, formalizando a luta pelos direitos sociais; constituindo as condições para a efetivação do escancarado: *conflito territorial assimétrico dos campos da moral e do direito*. O processo estritamente organizacional dos LGBT'S, entretanto, foi precedido por outros, a exemplo do papel exercido pela medicina.

O termo *uranista*¹⁰⁵, a exemplo, teve o objetivo de combater a ideia de crime contra a natureza. Os *estudos médicos* *gestaram a criação do Instituto de Sexualidade por meio de Hirschfeld*, entretanto, no campo político as percepções são interessantes para se discutir o conceito de lgbtfobia: na União Soviética pré- Stalin, mais liberal, a “homossexualidade” foi vista como o fim da instituição familiar; stalinistas consideram os “homossexuais” como uma

¹⁰⁵ Ela vem do Alemão Uranismus, que teria sido criado a partir do nome da deusa grega Afrodite Urania, filha de Urano, nascida dos testículos dele que haviam sido cortados pelo seu filho Kronos.

decadência do burguês. Na Alemanha nazista os “homossexuais” foram classificados como bolchevismo sexual (BORRILO, 2010).

A afirmação dessas forças contrárias que atuam e que produzem verdades temporárias sobre ao que hoje se classifica como identidades, passa no contexto brasileiro por acirramento ideológico, grupos mais conservadores que defendem a “cura espiritual” de LGBT’S, tentam devolver ao campo da saúde, no caso aos psicólogos, a tarefa de combater os processos de afirmação de identidades sexuais e de gênero; por outro lado após o PT fundar setorial específico para LGBT’S na estrutura partidária, diversos outros partidos liberais e socialistas têm criado setoriais deste tipo nos organogramas partidários revelando certo empoderamento.

Observa-se ainda que os processos pelo quais os LGBT vão se construindo enquanto identidades coletivas organizadas, em acirrado conflito com forças simbólicas e políticas de segmentos religiosos, sob um poder de *estado* em que as forças conservadoras se sobrepõem às forças progressistas, registra-se a intensa luta protagonizada pelos *agentes sociais LGBT’S*, seja na resistência por meio da autodefinição e autoafirmação, ou por meio da atuação nas organizações sociais LGBT, que internacionalmente teve seu nascedouro na *rebelião de Stonewall*.

A politização e organização dos LGBT’S gestou o processo de afirmação e de luta pautada pelo princípio da cidadania para todos. Mas não se pode desvincular o aspecto político decorrente dos caminhos que o campo da reflexão tomou no contemporâneo. Neste sentido, Taylor (1994) e o *Multiculturalismo* teve papel fundamental enquanto, haja vista, que pelo campo da ética, propugnou a premência do *reconhecimento*; Nancy Fraser (2007) em seu texto *Reconhecimento sem ética* retoma a agenda do *reconhecimento* e o vincula de forma necessária ao debate sobre as demandas por *redistribuição*, como elementos complementares e não antagônicos. Neste sentido, pode-se afirmar que etnicamente estes *povos* passaram a se caracterizarem identitariamente não somente por suas práticas, linguagens e performances, mas, sobretudo, por capacidade organizacional, enquanto grupos políticos que se perfilam contra as práticas sexistas excludentes (BARTH 2001).

No contexto brasileiro, como citado acima, Facchini (2005) ao desenvolver sua pesquisa na década 1990 noventa sobre organizações de LGBT a partir do estudo do grupo

CORSA¹⁰⁶ conclui que a dinâmica organizacional destes é uma verdadeira *Sopa de letrinhas* (...). A pesquisa citada aqui tem como pano de fundo a passagem de uma modalidade de organização como movimento social, marcada pelos grupos, e o surgimento da categoria ONG Organização Não Governamental (ONG)¹⁰⁷ no movimento social LGBT.

Pode-se afirmar que teoricamente a questão sobre LGBT, que perpassa por muitos autores, concentra-se na da reflexão sobre identidade. No campo organizacional esta categoria possuiu papel fundante, a medida que, a afirmação identitária, o pertencimento, garante a agenda de direitos a serem requeridos socialmente. Entretanto, autoras como Butler denunciam veementemente o caráter aprisionador, essencialista que a identidade produz. Assim, o princípio de identidades não fixas, precárias, transitórias é apontado pela *tertia Queer* como possibilidade de enxergarmos as variabilidades sexuais por sua vez, Fraser (2007) buscando pautar a garantia de *reconhecimento* como questão de justiça prioriza a categoria *status* em detrimento da categoria identidade. Todavia, a polimorfia e polifonia observada no trabalho etnográfico, por meio, das reuniões do Fórum ou Aliança; nos eventos como a implantação do comitê de combate a homofobia em Abril de 2013; Nas conferências metropolitanas em novembro 2015; a conferência estadual em Janeiro de 2016 e finalizando com a última atividade de etnografia desta pesquisa, realizada no período de 25 a 27 de Abril de 2016, na III conferência de direitos humanos LGBT, o clamor dos ativistas conjuga a necessidade de igualdade de *status*, uma demanda moral e de justiça; com o anseio da afirmação e reconhecimento das diversas identidades que compõem a sigla LGBT.

Heilborn, em seu livro *Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social* (1996) em sua etnografia de um grupo aponta que a relação homoerótica entre mulheres que poderia subsumir como relações de identidade lésbicas estáveis, são apresentadas, contrariamente, como momentos de passagem, esporádicos, ou de equívocos do campo do sentimento e do desejo. Portanto, seriam sempre relações provisórias. Assim, *mulheres que mantém relações amorosas com outras mulheres, sem que a classificação de homossexual seja predominante* (HEILBORN, 1996 p. 05) são muito comuns. Esta perspectiva segue a compreensão de que a identidade é uma autodefinição que pode ser provisória, ou seja, são formatações de *habitus* que definem identidades abertas. Dessa forma, pensar de forma essencialista identidades de gênero e sexual passaria a constituir-se como

¹⁰⁶Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade, Amor.

¹⁰⁷Nesta pesquisa não faço a distinção entre *Movimento Social* e ONG, acabo por incluí-los dentro das categorias – *movimento*, organizações sociais, mesmo que reconheça o caráter de distinção entre as entidades.

“terreno minado”, todavia, negar certa estabilidade dos corpos e das identidades, no sentido proposto por Preciado (2010), também nos direciona a um “labirinto teórico” de difícil saída.

Pode ter plausibilidade que LGBT’S possam ter fluidas práticas sexuais e performances sociais que atravessam fronteiras que as identidades necessariamente impõem. Todavia, o contato com *agentes de resistência* e com *agentes de enfretamento* me fez ver a patente necessidade de terem suas identidades reconhecidas e seus direitos assegurados. Pondero que, o trabalho de Heilborn (1996), possa refletir a real percepção de transitoriedade das práticas afetivas e sexuais, todavia deixa escapar, também, a possibilidade da inculcação de que assumir, de forma perene, a identidade lésbica pode se constituir, inconscientemente, o sentimento de permanência na condição de doença e/ou de pecado, e a expressão de que no futuro, possa estar em outra vida – no caso heterossexual, seria uma espécie de projeção para o futuro como poder de catarse.

Nos ano de 1952 a Associação de Psiquiatria publicou em seu Manual sobre transtornos mentais que a “homossexualidade” era uma desordem; em 1973 por ausência de comprovação científica a Associação Americana retirou a “opção sexual” da lista de distúrbios. Em 1975 a Associação de Psicologia segue o mesmo caminho e a “homossexualidade” é retirada da lista de doença. Todavia no caminho oposto a Organização Mundial de Saúde (OMS) inclui a “homossexualidade” na lista de doenças mentais atribuindo-lhe um Código Internacional de Doença (CID) retirada no dia dezessete de Maio de 1990, se estabelecendo como *Dia Internacional de Combate a Homofobia*. No Brasil, a retirada da lista de doença foi retirada pelo Conselho Federal de Psicologia em 1985.

Todavia, empiricamente os LGBT’S em determinados contextos continuam sendo vistos como seres desviantes e, por vezes, o próprio LGBT inculcou e construiu um *habitus* marcadamente culpado, onde a autoimagem reproduz preconceitos sobre si mesmo. A expressão de *Tulipa* ao afirmar que desde a infância *percebia que não era normal* acaba por ser mais representativa que outras expressões que explicam os preconceitos como: *minha família é daquelas em que os homens são machistas machistão* expressas por Baryshnikov.

Com o avanço do *movimento LGBT*, aqui posto como totalidade – incluindo a agência acadêmica, pode se observar a retirada da lgbtfobia do campo de legitimação da ciência - doença e do estado – não criminalização. Todavia, em diversos países as práticas LGBT’S continuam a compor o quadro de crimes, o que reflete os descompassos e assimetrias desses

avanços. No Brasil, o Projeto do Deputado João Campos e trazido a Comissão de Direitos Humanos pelo Deputado Marcos Feliciano que propõe o retorno dos LGBT'S ao princípio patologia e demonstra os paradoxos das conquistas sociais dos LGBT.

O fechamento político e social protagonizado pelos segmentos *punitivistas*, *patrimonialistas e religiosos* tem proporcionado o surgimento de determinados ideários que se pensava estarem sepultados nos túmulos nazistas ou da ditadura militar brasileira. Tais segmentos, que conquistaram a hegemonia política em 2016, selecionaram algumas trincheiras de combate no período de preparação do golpe¹⁰⁸ contra o governo da presidente Dilma: Nos últimos anos a bandeira de negação dos direitos dos LGBT se consolidou com a aliança dos parlamentares *religiosos* a outros projetos de *punitivistas* como a redução da maioria penal Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 171; e de patrimonialistas PEC 215 que retira do Governo Federal a atribuição de demarcar terras indígenas, quilombolas e áreas de preservação/conservação.

Assim se estávamos em um mundo em processo de secularização e de construção sólida da ideia de direitos individuais e coletivos, a causar a impressão de que a luta pelo reconhecimento teria conquistado mais avanços que as demandas de redistribuição, observaram-se levantes de forças conservadoras, dos mais diversos matizes, que tem empreendido forte combate aos direitos de identidade e subjacentemente estão a orquestrar duro golpe no direito dos trabalhadores – reconhecimento e redistribuição no contexto nacional passam neste período, em especial, a partir do golpe parlamentar de 2016, no governo da presidente Dilma Rousseff, a sofrer avassaladora ameaça, como: a precarização da secretaria de direitos humanos LGBT (SDH/LGBT) antes vinculada à presidência e que neste governo passou a compor um departamento dentro do Ministério da Justiça; Aprovação na câmara federal da PEC Nº 241, tramitando neste período no senado sob o Nº 55, que propõe o congelamento dos gastos públicos pelo período de vinte anos, sendo respondido apenas a inflação acumulada no ano anterior.

3.3.1 - O Fórum LGBT Amazonas e Aliança Amazonense LGBT: a dialética das reorganizações, das clivagens e das lutas

¹⁰⁸Classificado oficialmente como *impeachment*. Segundo parecer da perícia técnica do senado realizada a pedido a comissão do *impeachment* e a sentença do tribunal internacional pela democracia não forma encontradas indícios de crime cometido pela presidente Dilma Rousseff.

Esta sessão fundamenta-se no trabalho etnográfico dos *movimentos sociais* LGBT do Amazonas iniciado em 2013 no Fórum LGBT Amazonas. O lócus da pesquisa se deu na SEARP, onde ocorria mensalmente a reunião ordinária da referida organização. Neste período, pode-se afirmar que o referido *movimento* estava em momento de consistente processo de reorganização e de composição das forças dos diversos segmentos organizados de LGBT e/ou de direitos humanos e educacionais voltados para os povos em torno do Fórum.

O *movimento social LGBT* no Estado do Amazonas tem sua gênese ainda na década de 1990 sob a condução de Adamor Guedes¹⁰⁹, todavia, de forma consolidada, somente a partir de 2003 desencadeado pelo XI Encontro Nacional GLBT realizado na cidade de Manaus e fomentado pela atuação do Governo Federal em 2004 com o *Programa Brasil sem Homofobia*. A organização e luta pela inclusão de *gays*, lésbica, travestis, transexuais e transgêneros à plenitude do direito de cidadania no Amazonas ocorre construindo frentes de combate a realidade local de intensa intolerância e violência contra LGBT'S.

A reestruturação do Fórum LGBT – AM proporcionou as condições de contraposição social e política ao não *reconhecimento* de LGBT'S; possibilitou congregar diversas associações de segmentos distintos desses povos, assim como outras organizações de direitos humanos da sociedade civil e do setor público estadual e municipal. O ano de 2014 ficou marcado de intenso conflito eleitoral em nível estadual, em que o PT optou por determinada candidatura construída como oposição ao governo da época, no entanto, alguns filiados do partido e membros do Fórum perfilaram na candidatura da situação, ou seja, do governador. Esta divisão entre filiados do PT provocou uma clivagem no Fórum LGBT Amazonas, protagonizada por militantes de segmentos organizacionais e identitários distintos LGBT'S de Manaus. Tal processo, fez com que aqueles que seguiram a orientação partidária reativassem a *Aliança Amazonense LGBT* fundada em 2011.

Os processos de clivagem e a eleição da nova coordenação do Fórum LGBT Amazonas 2014 - 2015 propiciaram verdadeira letargia do *movimento social dos povos LGBT* no Amazonas, haja vista, que a migração de cinco entidades antes ligadas ao Fórum, e que passaram a compor Aliança Amazonense LGBT resultou em um processo em que ambas perderam a capacidade de articulação, o que provocou uma espécie de “aridez organizacional”. Em 2015 e 2016 o movimento tem caminhado com precariedade e as

¹⁰⁹Liderança do movimento gay do Brasil, precursor do movimento LGBT no Amazonas.

entidades congregadas de segmentos organizados LGBT não tem conseguido realizar suas reuniões ordinárias, nem da Aliança, nem do Fórum.

Registra-se que a Aliança LGBT Amazonas é tributária de clivagem anterior decorrida em Julho de 2011 quando a mesma é fundada.

O Fórum LGBT começou a ter um direcionamento que algumas entidades não concordavam, que a AGN saiu do fórum LGBT e outras entidades, na época se eu não me engano era a fulana que era a coordenadora do fórum e criamos Aliança LGBT mas pra dar um outro foco pro movimento, aí ficou a Aliança LGBT com 4 entidades, nos afastamos do fórum LGBT que nós não achávamos que era o real, não correspondia aos desejos do movimento e desse grupo a AGN começou a andar um pouco mais conseguiu fundo social para travesti e transexuais na SEDUC, na SEAS na SEMASDH, na Secretaria estadual de saúde, lei municipal que criou o dia municipal de combate à tuberculose aí a gente conseguiu andar e a Aliança deu uma parada no tempo, aí depois começamos a conversar com alguns grupos da Aliança que tem interesse de fazer um trabalho diferente do qual estava trabalhando aí nos reunimos aqui na associação e o fulano acabou ficando como coordenador da Aliança, ganhou uma outra direção por que é assim quando eu tava na direção da Aliança, qual a dificuldade de defender a causa gay? E por não ser gay¹¹⁰, por que defender uma coisa embora você lute 100% pelos benefício, mas se você não é, fica difícil (HIPÓCRATES, 2014).

Todavia, a história do movimento LGBT tem suas raízes em 1992, sob a liderança de Adamor Guedes, que teve sua formação intelectual e política influenciada pelo professor, pesquisador e ativista Luís Mott¹¹¹. Neste momento foi criado o grupo gay do Amazonas (GGA) que depois passou a se chamar associação amazonense de gays lésbicas e travestis (AAGLT). O momento forte desse processo se deu em 2003 com o encontro brasileiro de gays lésbicas travestis e Transexuais (EBGLT) realizado em Manaus, com participação de ativistas da Venezuela, Colômbia e Paraguai.

¹¹⁰O Agente de enfrentamento HIPÓCRATES possui identidade heterossexual. Cito aqui sua própria explicação sobre sua trajetória em defesa dos LGBT'S: *Foi algo interessante, quando eu conheci o Adamor, nos conhecemos em uma das linhas do movimento, e eu nunca tive empatia com ele, sempre me dei bem com o pessoal: com gay com travesti, eu me lembro até na época, que eu saía na rua, que eu saía com o pessoal e ficavam jogando piadinha, mas isso nunca me afetou e a minha família meu pai e minha mãe na época, meu pai era um pouco atrás, mas minha mãe foi sempre muito aberta em dizer é o trabalho dele, quer fazer tudo bem e, acabei entrando nisso aí, e meu irmão é gay e minha Irma era lésbica e agora eu tenho uma filha que é bissexual, então eu tinha na família no tempo que comecei, e eu gosto muito da lutar, tanto que a gente trabalha com prostitutas e me identifiquei até hoje, como eu assumi a luta hoje grande parte de Manaus acha que eu sou gay, mas isso não é nenhum problema pra mim, eu vou fazer entrevista, falo, defendendo tudo direitinho, mas isso não tem problema nenhum, tenho minha companheira em casa, ela sabe do movimento e meus filhos também nunca disseram não, eles ainda vão comigo quando podem, mas isso daí é uma luta que eu gosto de fazer faço com LGBT, faço com prostitutas quanto com movimento de mulheres também se for preciso, então, qualquer tipo de discriminação a gente tá lá (HIPÓCRATES, 2014)*

¹¹¹ Antropólogo e pesquisador. Um dos mais conhecidos ativistas em favor dos direitos civis LGBT; Decano do movimento “homossexual” brasileiro.

Foi a partir deste evento que surge o primeiro Programa do Governo Federal para o segmento LGBT – *Brasil sem Homofobia (2004)* como já citei anteriormente. Este período ficou marcado pelo assassinato do precursor do *movimento LGBT* no Amazonas Adamor Guedes em 2005, ano em que é criado o FORUM LGBT Amazonas com cerca de oito organizações sociais. Para o presidente da Associação Garotos da noite -AGN *o movimento se resume com o antes do Adamor e depois, o Adamor ele conseguiu fazer um trabalho muito grande com o pessoal na questão do conhecimento dos direitos humanos e prevenção de DST* (HIPÓCRATES, 2014). O reconhecimento do trabalho desenvolvido por Adamor Guedes é ponto pacífico, mas sem isentá-lo de críticas, realizadas por alguns *agentes de enfrentamento*, sobre diversos aspectos, em especial, no da gestão. Quando se pensa a gênese do organizacional LGBT no Amazonas não é possível desvinculá-lo PT, pois foi no interior deste partido que este *movimento* surgiu. Somente com a saída de Adamor do partido dos trabalhadores a AAGLT passa a ter sede própria.

O movimento teria sido marcado em seus processos fundacionais pela proeminência de *gays* e *travestis*, pois somente em 2005 o Amazonas passou a contar com a participação em âmbito nacional de representantes lésbicas como parte de delegações. Entre 1998 e 2004 o movimento de lésbicas do Amazonas era representado nacionalmente por mulheres heterossexuais/Cis. Segundo *Dinká, agente de enfrentamento*, a percepção da ausência de lésbicas como *agentes* nos fóruns de decisão das políticas para os LGBT'S, fez com que estas tenham decidido assumir posição de protagonismo de suas próprias lutas. Neste contexto evidenciou-se que a Associação do Amazonas tinha caráter de exclusão das lésbicas e, segundo a mesma *agente*, foi em decorrência dessa realidade que se fundou o primeiro grupo organizacional composto somente por mulheres lésbicas no Estado.

Ai percebi que éramos invisível no processo do movimento, então em 2005 viajamos para Brasília, participamos do 12º encontro e lá a gente descobri que já desde 1998 iam mulheres representando o movimento lésbico, mas que era heterossexuais, entendeu?- Mas a menina que vem representando vocês estar aí, mas eu digo, ela não é lésbica ela é hetero, então ela nós acompanhou por causa da demanda da associação não tínhamos lésbicas para mandar então mandamos representando e ela ir, Entendeu?- Ai a gente percebi que a hegemonia em todo o movimento, há alguém que manda lá o cacique, isso foi muito triste para nós em 2005 volta do encontro aqui reunimos as mulheres na boate Zum no Aleixo que era da Lene da Bel ai conversei com elas que era minhas parceiras pares igual a mim, mulheres lésbicas conversei com Sônia, Há vamos formar aqui uma associação então pra gente, já que não temos espaço dentro de uma associação que era para trabalhar no seguimento então vamos formar então ai se juntou 32 mulheres em 2005, temos Atas só não reconhecemos em cartório, ai fundamos AAMILIS, eu, Isabel, Sônia, Patrícia, Regina e Graça todas essas são fundadoras (DINKÁ, 2013).

Tanto em âmbito local quanto nacional o processo de visibilização das mulheres lésbicas passou a ser conquistado a partir de 2005. Em 2008, na I conferência nacional de direitos humanos LGBT as mulheres conseguiram aprovar a atual sigla, momento em que nacionalmente o Movimento faz uma mudança na posição das letras e de GLBT para ser chamado LGBT. Estas lutas internas dos segmentos refletem a luta por espaços de visibilidade social, tanto que Travestis e transexuais tinham e ainda possuem o mesmo objetivo.

Em 2012 e 2013 o Fórum estava composto por representantes de 24 organizações sociais:

AMA (Articulação de mulheres do Amazonas);

ALMAZ (Articulação de mulheres homoafetivas e aliadas do Amazonas);

ARTGAY (Articulação Brasileira de *gays*);

ARATRAMA (Articulação Amazônica do povo tradicional de matriz africana);

AAMILES (Associação de mulheres Independentes pela livre expressão sexual);

APAAM (Associação de Prostitutas e de ex-prostitutas do Amazonas);

CUT (central única dos trabalhadores);

Setorial LGBT do PT (Partido dos Trabalhadores);

AGTTFC (Associação de *gays*, Lésbicas, Travestis e transexuais da Tríplice Fronteira);

AGLTPIN (Associação de *gays* e lésbicas e travestis de Parintins);

MGLTM (Movimento de *gays* lésbicas, travestis de Manacapuru);

AGLRPV (Associação de *gays* e Lésbicas de Rio Preto da Eva);

Comissão da diversidade sexual OAB – AM (Ordem dos Advogados do Brasil secção Manaus);

AGN Associação Garotos da Noite;

PNCSA (Projeto Nova Cartografia Social no Amazonas);

Coletivo de Estudantes Tucandeira UFAM;

Rede Nacional de Negros e Negras “Homossexuais” do Amazonas;

ATRAAM (associação de Travestis do Amazonas);

Igreja Apostólica da Renovação Inclusiva;

Liga Humanista Secular do Brasil – Núcleo Amazonas;

Movimento Desportivo LGBT;

Núcleo de Pesquisa em Diversidade sexual da UFAM;

RECID - Rede de Educação Cidadã;

RNAIVHA (Rede Nacional de Adolescentes e jovens vivendo e convivendo com HIV/AIDS);

UEE – AM (União Estadual dos Estudantes do Amazonas);

UJS – PC do B (União da Juventude Socialista);

Acima, nomeei as organizações sociais que compunham o Fórum naquele momento, todavia, o Fórum contava com ativa participação de órgãos de estado, dessa forma, muitos *agentes de estado* frequentavam e contribuíam com o processo organizativo e de lutas; Setores de Diversidade da SEDUC e da SEMED; SEMASHD; SEJEL e SEJUSC. Estes agentes em sua maioria eram *agentes de enfrentamento* que ocupavam função de governo, neste trabalho classificados como *agentes de estado*. O Fórum LGBT – Amazonas tornou-se o espaço privilegiado de exercício etnográfico que se fundamentou as práticas empreendidas por seus *agentes*. Em 2013 quando iniciei meu trabalho de campo o Fórum estava em momento ápice sob a coordenação de *Dinká* 2012– 2013; em 2014 assume outra lésbica, num momento de desarticulação do *movimento* em que a mesma não conseguiu desenvolver estratégias para sair dessa letargia política.

A partir de 2013 o Fórum estabeleceu reuniões ordinárias mensais, neste contexto demarca-se a instalação do “comitê de sujeito político de saúde dos LGBT”, ligado a SUSAM (Secretaria de saúde do Amazonas); O Fórum participou em 2013 do fórum tripartite de enfrentamento a DST, AIDS e hepatites virais – da fundação de medicina tropical (FUAM).

Todavia, aquela que seria maior conquista do *movimento social LGBT Amazonas*, o *comitê de enfrentamento a homofobia*, criado com apoio da OAB-AM resultado de articulação da Associação de Mulheres do Amazonas (AMA) em Abril de 2013 acabou por não se configurar com instrumento efetivo de combate a lgbtfobia.

A gente implantou o comitê de combater a homofobia e OAB veio ser parceira. Nossa viu a gente com bons olhos, a AMA foi fundamental nessa articulação com OAB, nós articulamos com coordenação estadual e municipal, criamos o comitê de combate a homofobia que um acordo que a gente tinha eu não vou lidera sozinha então criamos ferramentas para que o comitê de enfrentamento a homofobia e uma das coisa que nós compactuemos aqui quem seria o coordenador do comitê, Renata lima que era da AMA, que fazia parte do Fórum que disse assim 'não temos que colocar nosso pessoal para ser coordenador desse comitê, o coordenador deve ser Cronos da CUT(...) as atas foram feitas, fotos foram tiradas, tá no registros da OAB e mandamos para Brasília (DINKÁ, 2013)

A questão central foi que o comitê desde sua implantação não estabeleceu calendário, não estabeleceu parceria, não realizou nenhuma reunião no período de 2013 a 2015. A ausência de efetividade do Comitê representou a perda de espaço salutar para a agenda de reivindicações do *movimento LGBT do Amazonas*. O fato de Dinká compor a equipe de promoção dos direitos humanos da SEJUSC em Janeiro de 2015 e da mesa ser ativista do referido *movimento* provocou no mês de Agosto de 2015, reunião com vários segmentos visando a reestruturação do comitê. Até final de 2015 não se empreendeu de forma concreta sua ativação.

No dia dezessete de Maio 2013, dia *internacional de combate à homofobia*, o Fórum em parceria do governo do estado do Amazonas por meio da SEJUS (secretaria de Justiça do Amazonas) e SEJEL (Secretaria de Esporte e lazer) realizou-se a “*corrida do arco íris*”, atividade mobilizadora para o combate às inúmeras formas de lgbtfobia. O evento contou com três mil atletas que correram na estrada da praia da ponta negra marcando o dia de luta. O evento foi encerrado com uma festa com DJs no Anfiteatro da referida praia. A “*corrida do arco íris*” foi analisada pela coordenação do Fórum LGBT Amazonas em 2013, como ato de relevância, pois se constituía como possibilidade de construir maior visibilidade a problemática da violência contra LGBT no Estado e em Manaus. Pensou-se, naquele momento, que esta atividade seria inserida no calendário oficial do governo do estado.

eu parto do princípio do ponto positivo primeiro que: para o primeiro ano nós tivemos um ponto bem positivo que foi a participação da sociedade Amazonense você via mulheres, crianças e pouco, mas tinha de uma forma deferente via LGBT e não caracterizado de uma forma que acaba descreibilizando a “população” e como todo mundo pensava há vai ser uma segunda parada gay e não foi, o ponto negativo é a questão de organização que teve justificativa da secretaria da SEJUS e que a SEJEL é antecipou lançando no site antes de ter avisado o movimento, antes de ter tirado quantitativo de inscrição para ser participativo, mas para primeiro ano eu acredito que foi bom por que o movimento volta para sua origem a ponta negra um espaço público que é um espaço maravilhoso estar muito bem reformado, mas que faltava essa coisa a gente tem várias corridas dentro desse seguimento corridas e aonde a comunidade LGBT estar contemplada então ela entra para calendário de eventos isso é bom sabemos que ano que vem teremos de novo uma outra corrida (DINKÁ, 2013).

No dia da corrida, parte do movimento, tomou posição crítica em relação ao evento, principalmente os *militantes do movimento Tucandeira*, que expuseram cartazes contra a *corrida* no dia do evento e realizaram encenações de protesto com mordagens. O protesto do movimento LGBT na referida corrida foi marcado pelo antagonismo de posições. Enquanto alguns expunham cruzes simbolizando a morte e a ausência de políticas de proteção para os LGBT’S no Amazonas outros esboçavam dura crítica ao governo e ao evento. Após a corrida o Grupo *Tucandeira* pediu seu desligamento do Fórum, por não concordar e nem acreditar nesta parceria entre *movimento e estado*.

A breve descrição teve como objetivo demonstrar o fato de que o evento não compôs incluído calendário do governo do estado dos anos seguintes e a *corrida do arco íris*. Evidenciou-se que o evento não passou de uma “cortina de fumaça” no período em Manaus estava prestes a sediar a copa do mundo de futebol. Dessa forma, não há possibilidade de pensá-la como ação perene para os LGBT’S do Amazonas. Portanto, esta atividade promovida, em 2013, pelo governo estadual foi literalmente “para inglês ver”.

Aí o que acontece, eu fico no contra, o presidente da OAB me bate e eu tenho vontade me bater em governador, Estado, Município e eu não tenho esse poder por que eu não sou, e tem representação isso aí, as pessoas tem que se sentir assim e trazer a demanda pra poder falar, acontece, vou te dar um exemplo, corrida do arco íris, quer maior cala boca do Estado, aquilo fizeram um café da manhã fizeram oba. Vamos colocar “pessoas” pra conseguir alimentos, conseguiram dinheiro, entrou no calendário e na pratica não serviu pra nada (THEMIS, 2015.)

No processo de construção da atividade à cima referida, o movimento LGBT conquistou o direito a uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM) que foi realizada dia 26 de Maio 2013. Chamou atenção a pequena participação de *agentes de enfrentamento*, todavia o fato de apenas dois deputados estaduais

comparecerem ao plenário da assembleia, sendo que um deles por dever de ofício por presidir a comissão de direitos humanos da assembleia reforçou a inconformidade das agendas das organizações LGBT'S e os projetos políticos dos deputados Estaduais do Amazonas.

As negociações entre *agentes de enfrentamento* e *agentes de estado* no processo de organização da referida corrida ainda resultou na conquista do primeiro seminário estadual de direitos humanos LGBT, pautado e ainda não realizado devido ao enfraquecimento organizacional e o evidente desinteresse público estadual. Para o *movimento social LGBT* o seminário poderia configurar como momento fundamental de interlocução com os *agentes* do interior do estado do Amazonas possibilitando maior articulação, visto que as dimensões geográficas, as condições de locomoção e as ferramentas de comunicação são reais obstáculos aos intercambio, articulação e mobilização da luta em nível Estadual.

Registra-se que em 2013, o Fórum LGBT Amazonas impetrou ação na justiça cobrando a efetivação de políticas públicas estaduais que dessem respostas ao pacto de enfrentamento a homofobia assinado em 2010 pelo governo do estado e os ministérios da justiça e direitos humanos. Após o processo eleitoral que reelegeu o Governador José Melo, que assumira na vaga do Governador Omar Aziz eleito em 2014 para ocupar cadeira no senado federal, o governo reorganizou as secretarias de estado, criando a SEJUSC e nomeou a assistente social Graça Prola para assumir a pasta que incorporou as políticas para minorias e direitos humanos.

Neste processo de avanços, estagnações e retrocessos nas conquistas dos LGBT'S ênfase a realização primeiro casamento coletivo de LGBT do estado do Amazonas, realizado em setembro de 2014 no auditório da OAB-AM, sob a coordenação do departamento de direitos humanos LGBT da OAB-AM. Segundo *Themis*, responsável pelo evento, o primeiro casamento coletivo do Amazonas, aprovado pelo conselho nacional de justiça (CNJ) por meio de arranjo interpretativo da Constituição, houve significativa procura de casais LGBT'S pela formalização legal de suas relações homoafetivas, foram cerca de 80 inscrições que pretendiam participar da cerimônia. Casaram efetivamente 15 casais, haja vista, que muitos não preenchiam pré-requisitos documentais.

Todavia, o aspecto que mais provocou desistências foi o caráter de cerimônia pública, com intensa cobertura midiática. Esta modalidade de casamento provocou receios múltiplos nos noivos: Muitos mantêm relações estáveis com parceiros e/ou parceiras de forma velada

para as famílias - *armário*; a publicidade do casamento em alguns casos provocaria abalo à *honra* construída pelas famílias por questões variadas, ligadas a preceitos religiosos professados pelas mesmas; posição de *status* ocupada pela família e sendo o casamento público LGBT macularia a imagem e o reconhecimento social ou ainda, simplesmente, pela clara reprovação familiar. Se junta as causas já mencionadas, o fato de que, neste mesmo período, ocorreu um ato de violência lgbtfóbica em casamento deste tipo no sul do país.

O segundo casamento LGBT ocorreu no dia 22 de Julho de 2015 e contou com quarenta e seis casais, sendo 37 casais de lésbicas, 7gays e 4 heterossexuais. O evento, da mesma forma que primeiro, foi público, mas com determinada restrição apenas noivos, convidados e jornalistas, visando evitar quaisquer incidentes lgbtfóbicos e garantir acomodação a todos. O processo ritual dos casamentos coletivo LGBT/hetero não se distingue quanto aos aspectos formais, inclusive de indumentárias, entretanto, fato que possivelmente tenha passado como *natural*, pela maioria dos participantes do evento, para mim foi o que maior teve maior significado simbólico e político: A emoção, lágrimas, principalmente no momento da afirmação dos compromissos do casamento perante a juíza, parecia regra estabelecida no evento. A compreensão plausível ao choro incontido poderia estar vinculada, a representação e expressão de processo de conquista do *direito ao reconhecimento formal*. Casar para os LGBT'S, mesmo como conquista baseada em interpretações da legislação, visto não haver lei específica, *encontrou no ato de chorar, o grito de liberdade e autonomia, de igualdade de status*.

Nacionalmente, o princípio do empreendimento de políticas públicas se deu no ano de 2003 em Manaus, onde foi realizado o encontro nacional GLBT. O referido encontro foi o desencadeador por políticas públicas empreendidas pelo governo federal em que notadamente o *programa Brasil sem homofobia (2004)* é referencial. A consequência imediata para o *movimento LGBT* foi à conquista de uma rubrica e assento do Movimento dentro da secretaria nacional de direitos humanos, trata-se de secretaria específica de políticas enfrentamento da violência e em defesa dos direitos humanos LGBT.

A partir da conquista deste espaço tornou-se possível a criação do Conselho Nacional LGBT: As conquistas desse período histórico permite afirmar que em âmbito nacional os LGBT deram passos significativos, em especial, naqueles circunscritos aos campos do governo federal e do poder judiciário federal, haja vista que no campo legislativo as

conquistas do *movimento* não avançaram em nenhuma das esferas parlamentares, seja federal, estaduais ou municipais, salvo algumas exceções pelo Brasil.

Para a coordenação do movimento no Amazonas é imprescindível a demanda de formação de novos *agentes de enfrentamento*, lideranças que possam manter ativo o processo de luta social e política na construção de mentalidade social, isenta de preconceitos para que se garanta direitos. Há o receio expresso de que caso isso não ocorra o *movimento* possa perder força organizacional no futuro. Assim pontua Dinká

Uma das coisas que se perceberam dentro do nosso planejamento que a gente precisava fazer formação de novas lideranças, nós não somos líderes eternos. A gente vem de experiências de outros movimentos sociais, a gente percebe que tem que formar novos quadros esses com qualidade, esses novos quadros precisam ser formados como líderes, pois líder não é líder sozinho, tem que comandar. Foi dentro desse princípio que a gente planejou a formação de nossas lideranças LGBT com 50 pessoas de lá aumentou o quantitativo do fórum que antes era 12 passou a ser 23. (DINKÁ, 2013).

A dimensão da temporalidade e de existência impõe que as organizações estejam em constante reorganização e renovação de suas forças, e inequivocamente, a formação de novos líderes é tarefa elementar, visto que somente dessa forma pode se garantir a manutenção do enfrentamento, considerando o avanço de forças punitivistas, patrimonialistas e religiosas. Estas forças que não significam apenas força parlamentar, mas força social, que tem produzido de forma crescente e visíveis adeptos de ideias fascistas e nazistas entre a juventude brasileira, primordialmente. Estas ideologias tem se configurado inclusive por práticas que têm fugido do próprio campo político numa perspectiva de Hanna Arendt (2014), em violência.

Já expus neste trabalho a relevância que o aspecto da saúde tem para os *agentes de enfrentamento*, inclusive tornando perene a participação de muitos deles nos fóruns de discussão e atuação das políticas de saúde. Todavia o avanço produzido, nestes anos de atuação, tem impulsionado muitos a se voltarem para a mobilização de enfrentamento as diversas formas de violência sofridas por LGBT'S. Mesmo assim, a etnografia dos *movimentos sociais* demonstrou que algumas organizações e muitos *agentes de enfrentamento LGBT*, mantêm como ponto de central de suas ações projetos e programas específicos da área de saúde e até relativizando a existência de violência lgbtfobia na cidade de Manaus. Esta

constatação se obteve ao realizar entrevista em 2014 com *Hipócrates*, que demonstrou ser o combate ao HIV e AIDS os grandes desafios para este segmento. De forma mais abrangente o movimento *LGBT* traz no bojo de suas bandeiras o desafio da assistência integral à saúde *LGBT* é questão premente: atendimento nas Unidades básicas de Saúde (UBS), A questão ginecológica das mulheres lésbicas e bissexuais; a hormonização; a redesignação, entre outros.

O movimento social *LGBT* tem encampado processos de enfrentamento em diversas outras frentes, onde participou ativamente das conferências de educação do estado do Amazonas e da capital Manaus. Em 2015, momento em que o governo federal determinou prazo para estados e municípios aprovarem os referidos planos de educação dando sequência ao Plano Nacional de Educação (PNE), tanto a câmara municipal de Manaus quanto à assembleia legislativa tornaram-se palco de confronto aberto entre grupos religiosos, notadamente a *renovação carismática* católica (RCC) que reivindicavam a retirada de quaisquer alusões aos termos gênero e/ou sexualidade, afirmando que há no mundo a emergência de uma suposta *ideologia de gênero*¹¹²; do outro lado o movimento social *LGBT* e representantes de outros movimentos sociais e intelectuais compunham o lado que defendia a permanência de gênero e sexualidade como política pública para a Educação. Os religiosos da *Renovação Carismática* em ambas as casas legislativas estabeleceram confronto político e de certa forma espiritual, na medida em que realizaram a chamada reza do terço nos momentos de intervalo das discussões.

Na assembleia legislativa, antes do processo de votação, foi realizada a última audiência pública com intenso debate entre as partes, onde os líderes religiosos falaram dos riscos à família da suposta *ideologia de gênero*. No dia seguinte, os deputados retiraram a temática do plano estadual de educação; Na câmara municipal, até mesmo vereadores que dias antes tinham participado da audiência pública realizada pela comissão de direitos humanos sobre violência contra *LGBT* em Manaus e, que tinham prestado solidariedade e negado quaisquer preconceitos, seguiram a “defesa da família” e votaram pela retirada das políticas educacionais voltadas para o gênero e sexualidade do plano de educação do município de Manaus. Em 2015, o vereador Marcel Alexandre, apóstolo da igreja da restauração, apresentou Projeto de Lei municipal (PLM) no final de 2015, Nº 389 vedando

¹¹²O termo *ideologia de gênero* foi cunhado pelos que se opõem as teorias que relativizam o aspecto biológico como definidor das identidades masculinas e femininas bem como dos papéis sociais baseados no sexo. No Brasil, os movimentos religiosos tem promovido levante contra as discussões de gênero, em especial nas escolas.

quaisquer discussões de gênero e sexualidade na rede municipal de ensino, fechando possíveis aberturas deixadas pelo Plano nacional de educação aprovada neste mesmo ano.

A violência que atinge cotidianamente os LGBT'S em Manaus, sem dúvidas, tem centralidade entre as diversas demandas e desafios do *movimento*, visto que os casos de lgbtfobia vinculados à violência *simbólica moral e física* tem exigido dos *agentes de enfrentamento* LGBT constantes atuações que extrapolam àquelas do campo organizacional de pressão por políticas voltadas a dar seguridade aos LGBT.

Na prática, estes *agentes* tem atuado até mesmo como força auxiliar na elucidação de homicídios. A ausência de legislação específica faz com que, na perspectiva do *movimento social LGBT*, crimes de lgbtfobia tenham que ser denunciados como assédio moral, danos morais etc. As ações de defesa dos direitos LGBT são pontuais, por vezes de governo, mas ainda distante de se configurar como política de estado. Assim, a realidade descrita é que no Brasil o número de homicídios *é maior que uma guerra no Iraque, morre mais e para nós aqui no Amazonas a gente ainda não conseguiu dialogar mesmo de fato com o governo do estado e nem com a prefeitura municipal* (DINKÁ, 2013). Para o *movimento* a ausência de políticas públicas deixa estes povos vulneráveis às diversas modalidades de violência, sejam elas de ordem simbólica: *violência simbólica, moral ou violência física*, demarcada pelos homicídios. Assim, *Dinká* analisa os processos de violência que afetam LGBT'S:

por que faço uma análise de três estágios: a violência psicológica, a violência moral e a violência física se for analisar todo "homossexual" brutalmente assassinado passou pelas essas duas até chegar a terceira e nem uma delas foi procurar seus direitos mesmo criando ferramentas que seja pouco eficazes, exemplo o 100 , ligo faço a denúncia e tal, tal, mas meses depois chegou nos órgãos , meses depois será chamando e meses depois já foi assassinado , então a gente percebe que o Estado, ele ainda não chamou essa responsabilidade para ele dizendo. Assim se hoje a Dinká liga para disque 100 e disse hoje na rua da minha casa me agrediram, me chamaram disso e disso e fui à delegacia e registrei o B.O e pessoa foi chamado rápido, talvez pare por ai, mas se for levar todo esse tempo a gente não consegue. Então assim pra nós no Amazonas temos dois fatores: o Estado que ainda não assumiu isso e chamar a responsabilidade para ele e criar mecanismo para coibir essa violência. (DINKÁ, 2013)

A violência é um problema social e de estado e tem base cultural, afinal a formação social do Brasil pautada em forte carga de patriarcalismo, machismo e androcentrismo. A suposta visibilidade e aceitação dos LGBT, a exemplo do espaço ocupado em telenovelas, não

pode ser inferida como superação das marcas lgbtfóbicas brasileiras. O aparecimento de LGBT'S em determinados setores da produção midiática pode provocar a sensação que há maior liberdade e que a superação do preconceito seja tratada como realidade. Se esse direcionamento de pensamento tivesse fundamento teríamos a muito tempo superado o preconceito e exclusão social vivenciada por pobres e negros na sociedade brasileira. Pelo contrário, a inserção cada vez mais cotidiana de LGBT'S na mídia pode servir como combustível das forças reacionárias para acirrar combates aos mal e reforçar alguns estigmas.

O tema da violência contra os LGBT'S no Estado do Amazonas e, em especial na cidade de Manaus, impõe-se como desafio do Movimento de aprimorar o processo de organização. Na avaliação do *movimento* há muito a fazer no que diz respeito a aproximação dos *agentes sociais de enfrentamento* aos *agentes de resistência*, que estão expostos socialmente a violência. Exporei dois espaços sociais, entre tantos outros, onde se observou ineficiência organizacional e vulnerabilidade social em Manaus: o *movimento* não teve instrumentos que pudessem estabelecer proximidade com os trabalhadores do PIM, desenvolvendo formação de trabalhadores. Trata-se de um grupo bastante vulnerável com muitos atingidos por homicídios como ocorreu com *Hefesto*; Outro segmento profissional afetado pela violência no Brasil e aqui em Manaus são os dos docentes, a exemplo de *Baco*. Demarca-se que entre os docentes não há pouca formação, rara discussão e quase nenhum engajamento desta categoria profissional frente aos prementes desafios dos LGBT'S, restando somente às ações pontuais advindos das secretarias de educação do município e do estado. Por ser espaço onde a maioria da população brasileira frequenta ou frequentou, a escola poderia ser espaço privilegiado de atuação de direitos humanos LGBT, todavia, com as recodificações realizadas estamos mais distantes dessa possibilidade neste momento histórico brasileiro.

Considerando a clivagem no movimento LGBT Amazonas em 2014 e a migração de cinco representações de segmentos para a Aliança Amazonense LGBT: CUT, ARTGAY, AGN, PARTE DO SETORIAL LGBT DO PT; ORQUÍDEA LGBT impôs-se outros desafios ao *movimento social LGBT* do Amazonas tais como: reorganização das estratégias de enfrentamento, haja vista, que 2014, 2015 e 2015 o *movimento social* organizado perdeu sua força organizacional, tornando pontuais suas ações.

A dinâmica de clivagens, as ações públicas não programáticas, oportunistas e cooptadoras; a distância entre *representantes e representados*, interesses de ordem pessoal

que se impõem aos interesses coletivos; vaidades e personalismos; disputas políticas mesquinhas; dificuldade dos *agentes de enfrentamento* de realizarem encontros devido à sobrecarga de atividades dos militantes em outras áreas sociais – interseccionalidade do militante; acrescido das demandas de subsistência; a condição geográfica da cidade e do Estado - dificuldades de transporte e comunicação são exemplos dos desafios que o *movimento LGBT tem no Amazonas*.

3.3.2– Estado e “políticas públicas para LGBT no Amazonas”: outro ponto de vista

A posição de *agentes de resistência e de enfrentamento* frente aos *agentes estado* não pode ser analisada de maneira simplista como conflito entre as forças progressistas e conservadoras. Estes, que atuam em órgãos de defesa dos direitos humanos e educação são LGBT’S ou agentes que, possuem historicamente, vínculo e compromisso com a garantia dos direitos à cidadania destes segmentos, mesmo que haja exemplos, em determinadas esferas de poder público, que não obedeçam a essa lógica.

Propedeuticamente, podemos inferir que os *agentes de estado* que atuam diretamente no planejamento e implantação de políticas para estes povos, está em certa medida, em conflito com outras instâncias e outros *agentes do estado*, fato que nos faz compreender o porquê das políticas públicas serem incipientes, pontuais e instáveis. Assim, a concepção de estado aqui dialoga com perspectiva desenvolvida por Bourdieu como superação de perspectivas que consideravam o Estado: ente dotado de neutralidade fundamentada por Hobbes, Locke e Leibniz; como fundamento que produz a integração lógica e produz a adesão à ordem moral postulada Durkheim; detentor do monopólio da violência legítima defendido por Max Weber ou ainda a perspectiva de Karl Marx que enxergava no estado apenas um aparelho coercitivo, mantenedor da ordem em favor da classe burguesa.

Para Bourdieu (2014) mesmo que o Estado seja “um princípio de produção de representação legítima do mundo social” (BOURDIEU, 2014, 30), que possua a “posse do exercício do monopólio da própria violência física e simbólica legítima” (ibid. p. 30) o mesmo não deve ser resumido a estas propriedades, haja vista “que o Estado é o nome que damos aos princípios ocultos, invisíveis (...) é uma ilusão bem fundamentada (...) todas as frases que temos como sujeito o Estado são frases teológicas” (ibid. p. 38 – 39). Assim, Bourdieu (2014) afirma que aceitamos coisas o calendário, as festas cívicas e os feriados

como coisas óbvias. Além disso, Bourdieu não concebe o Estado como bloco dotado de harmonia, mas como um campo, ou seja, o estado se constrói numa conjugação de forças, geralmente por agentes notáveis que possuem a capacidade de tornar interesses individuais ou subjetivos em questões universais. Assim, quando observamos na atualidade a condição de conflito entre os entes que compõem o Estado, entre os órgãos, setores e agentes que compõem o estado brasileiro podemos dimensionar a complexidade que desafia abordarmos empírico e conceitualmente sobre estado.

3.3.2.1 – Prefeitura e a câmara de Manaus: uma andorinha só não faz verão

Em sessão anterior já se mencionou o complexo cenário que implica a luta dos LGBT'S pela conquista de direitos, considerando paradoxalmente as concepções formais do estado moderno, que se fundamentaram, protologicamente, em princípios inalienáveis como o da igualdade, literalmente como formalismo lógico.

O caráter de formalidade dos fundamentos do estado, as reações conservadoras que, a exemplo, do poder legislativo tem buscado recodificar, caso verificado nos debates sobre novo código civil que tem como objetivo evidente respaldar a ilegitimidade e ilegalidade das uniões *homoafetivas*. Dessa forma, nesta etapa do trabalho teremos como objeto a posição de alguns *agentes de estado* que se encontram em cargos de governos, atuando em políticas de direitos humanos; segurança pública e educação.

Considerando a dinâmica dos conflitos da luta dos *movimentos LGBT'S* e o avanço neoconservador classificado neste trabalho por três categorias discricionais *Punitivistas, Patrimonialistas e religiosos*, que têm empreendido barreiras à implantação de políticas igualitárias de gênero e sexualidade, fez este trabalho adotar a hipótese de que o Brasil passa por um intenso conflito assimétrico. Por mais que seja notório o machismo, o androcentrismo e a lgbtfobia como forças motrizes das ações de violência é plausível de se reconhecer que esses grupos marginalizados historicamente têm buscado formas de *resistência e de enfrentamento* e com o estopim das inúmeras formas de organização desencadeadas na segunda metade do século XX, os LGBT'S tem buscado superar a hegemonia que torna heteronormatividade/Cis o único modelo legitimado.

A administração municipal em Manaus desenvolveu até 2013, se não uma política voltada aos LGBT, pelo menos uma prática de *agentes* acompanharem junto ao *movimento* as reuniões e as atividades empreendidas pelo governo do estado e governo federal. Eram *agentes* que trabalhavam na SEMASHD de Manaus e alguns agentes da SEMED. Entretanto, o que se evidenciou foi que apenas uma agente servidora da SEMASDH possuía sentimento de pertencimento à causa e conhecimento da problemática, pois a partir do momento em que a mesma recebeu ordem de transferência de setor, a referida secretaria deixou de acompanhar o trabalho desenvolvido pelos *povos* LGBT. Não consegui nem mesmo informações sobre o trabalho da secretaria voltada para LGBT em Manaus: quem poderia falar era *fulana*; aí parti em busca de falar contato com a agente que me respondeu: *Ah eu não posso falar sem autorização da secretária e atualmente não me encontro, mas lá*, foi o que ouvi daquela que seria a porta voz da Prefeitura.

Assim, na esfera municipal tem cabido aos setores como a Divisão de Ensino Fundamental (DEF) em especial a Divisão de Formação Continuada (DDPM) e Coordenação Diversidade da Secretaria de Educação Municipal de Educação SEMED as ações públicas municipais sobre a questão de gênero e sexualidade. Todavia, evidencia trata-se mais de ações particulares de *agentes* públicos que possuem sensibilidade com a causa que quaisquer políticas da prefeitura municipal de Manaus.

Na I Conferencia Metropolitana de Direitos Humanos LGBT promovida pela SEJUSC do governo do estado em parceria com o *movimento Social LGBT* do estado do Amazonas, ocorrida em 16 e 17 de Dezembro de 2015, a Prefeitura fez-se representar pela Secretaria de Educação e o Prefeito foi representado pelo Secretário da Secretaria de cultura (MANAUSCULT). Ambas possuem total legitimidade dentro do campo de ocupação de Espaço LGBT, todavia, ficou patente que outros setores da Administração Pública Municipal deveriam ter se feito presente. Na III Conferencia Estadual realizada nos dias 21 e 22 de Janeiro de 2016, a presença foi restrita aos professores dos referidos setores da SEMED. Mesmo assim, os delegados eleitos que representariam a administração municipal na conferência nacional de direitos humanos LGBT em Brasília realizada no período de 25 a 27 de Abril não tiveram suas passagens compradas pela Prefeitura e deixaram de participar do evento.

Expus nas sessões propedêuticas, que a solicitação encaminhada à SEMASDH que visava dialogar não foi respondida; as estratégias de agendar por meio de pessoas que tivessem acesso a referida Secretaria foram sem sucesso. No momento em que conheci uma amiga que teria condições de conseguir a referida entrevista com a secretaria ou com alguém que pudesse representar o órgão fui dissuadido de forma veemente: *Não perde tempo porque não há nenhum trabalho efetivo desenvolvido nesta área e conheço a Secretária ela não teria nada a acrescentar a tua pesquisa*. Por mais que houvesse vontade de estabelecer contato e dialogar sobre esta temática, a fala incisiva me indicava não somente a visão que se tem da secretária, sobretudo, mas a total indisposição de intermediar a audiência com a referida senhora.

A evidência que se tem, entretanto, é a ausência de políticas públicas na cidade de Manaus desenvolvidas sob a batuta da prefeitura. Que a participação de *agentes de Estado* da prefeitura, junto aos *movimentos sociais* desses povos, se dão por concepções de caráter pessoal, subjetivo e não como atividade programática de governo. Na SEMASDH, como vimos, bastou a mudança de setor da única *agente* que corroborava com a agenda LGBT, para ter frustradas as tentativas de entrevistas para este trabalho: este contexto me fez aludir à frase aristotélica de que *uma andorinha só não faz verão*. O exemplo da participação de educadores tem se notabilizado pelo enfrentamento que o campo educacional tem realizado frente às forças conservadoras que introduziram no campo educacional a suposta teoria da existência da *ideologia de gênero*.

Em 2015 um servidor da câmara municipal de Manaus propôs a uma vereadora presidente da comissão de direitos humanos, que a mesma realizasse uma audiência pública para discutir as práticas de homicídios de LGBT no âmbito Municipal. A ideia tornou-se proposição aprovada e no mês de Maio do mesmo ano a mesma foi realizada. A mesa foi composta por autoridades da secretaria de segurança; por representante do poder judiciário; pela presidente da comissão e por mim que recebi a incumbência de apresentar uma panorâmica da violência em Manaus. A audiência contou com a presença de cinco vereadores do total de quarenta e um, dos cinco apenas um vereador do sexo masculino. Presenciei discursos serem eivados de preconceitos e de ausência de informações: uma vereadora. Que também é pastora, proferiu expressões: *eu não tenho preconceito, inclusive tenho um assessor “homossexual”, maravilhoso, que cuida de mim (...) levanta aí para povo te ver....*; outra

vereadora afirmou: *temos que lutar contra a violência afinal eles também são seres humanos*; os vereadores se mostraram sensíveis a problemática da violência homicida em Manaus.

Poucos meses depois foi colocada em pauta para aprovação a Proposta de plano municipal de educação e, os mesmos vereadores que compareceram a audiência pública fizeram coro com os demais vereadores, retiraram do referido plano os itens que estabeleciam que a educação municipal tivesse como papel desenvolver prática educativa que considerasse as questões de gênero e sexualidade. Os vereadores ameaçados pelo plenário repleto de militantes religiosos, especialmente da RCC, discursaram e votaram em “defesa da família e em defesa das crianças”, neste espaço nem uma andorinha sequer.

3.3.2.2 – O governo e a Assembleia legislativa do Amazonas: política pública ou *cala boca*¹¹³?

O governo do estado do Amazonas até o ano de 2014 desenvolvia políticas para LGBT por meio da Secretaria de Justiça (SEJUS) que criou o *Centro de Combate a Homofobia Amor Guedes*. A referida Secretaria foi extinta em 2015 com as reformas do governo reeleito de José Melo. Como consequência da reorganização das pastas de Secretaria Estaduais foi criada a partir de 2015 a SEJUSC que passa a assumir as atribuições que oficialmente a SEJUS desenvolvia.

No período coordenado pela SEJUS é destacada a assinatura do termo de compromisso do governo do estado com a promoção da cidadania LGBT em 2010; Em 2013, momento em que se registrou o avanço de casos de violência contra LGBT’S, alguns marcadamente interseccionais visto que o Fórum estava recebendo denúncias de ameaças e atentados contra terreiros de Umbanda e Candomblé. Acompanhei a comitiva de *agentes de enfrentamento* LGBT somados com a representante da ARATRAMA recebida pela ouvidoria da secretaria estadual de segurança – SSP.

¹¹³O sentido de fazer calar o *movimento*, aquietar, silenciar e, de certa maneira, dar resposta ao Governo Federal. Em 2014 representou também construir boa impressão da cidade de Manaus para o turismo. Como ingleses vieram jogar futebol em Manaus na primeira fase da Copa do Mundo, tornou-se pertinente o uso da expressão “para inglês ver” em determinado ponto dessa sessão.

Durante a audiência, os movimentos denunciaram casos de violência e a secretaria apresentou projetos que já estariam em andamento:

O primeiro seria a incorporação da identidade de gênero e sexualidade nos boletins de ocorrência nas delegacias até o momento não efetivado devido, segundo informações da referida secretaria, permanecer em processo de elaboração técnica no programa de dados do Amazonas (PRODAM). A inclusão desses dados poderão, pelo menos, possibilitar a aquisição de dados oficiais em relação a violência contra LGBT de forma mais segura;

A segunda iniciativa estaria no campo da formação policial. O ouvidor informou sobre projeto que ofertaria formação aos agentes SSP, visando à melhoria dos serviços da corporação, a exemplo das abordagens policiais às travestis. A formação seria em parceria com diversas parcerias que comporiam uma espécie de conselho no interior da referida secretaria com assento para o *movimento social LGBT*. Todavia, a iniciativa não chegou a se concretizar.

Em 2014 a aprovação do direito ao uso do nome social dos LGBT pelo conselho estadual de educação, configurou-se como um ganho representativo para o campo educacional. Esta conquista se efetivou pela ação dos vários *agentes* ligados a defesa dos direitos humanos que compõem o referido conselho. A corrida do arco íris realizada na Avenida Coronel Teixeira em frente à praia da ponta negra no mês de Abril de 2014 foi tido pelo estado como avanço no campo do reconhecimento social dos direitos LGBT.

O *Centro de Combate a Homofobia: Adamor Guedes* criado na antiga SEJUS foi redimensionado pela a atual SEJUSC e passou a ser *Centro Estadual de Referência em Direitos Humanos: Adamor Guedes*. O espaço físico inaugurado no mês de Abril de 2016, tem por finalidade desenvolver trabalhos Crianças, Mulheres, Adolescentes, Idosos LGBT Gênero. O centro ainda incorporou as ações com imigrantes, de políticas ligadas às drogas; servirá como refúgio e pretende ser referência no combate ao tráfico de pessoas e trabalho escravo. Todavia a própria secretaria de estado da SEJUSC reconhece que o estado do Amazonas não possui uma política nem de governo, quiçá de estado. Dessa forma secretária de estado da SEJUSC afirma:

O segmento LGBT, ele ainda não tem escrita, elaborada uma política ou um plano de Estado para essa “população”, nós estamos trabalhando a consolidação das três conferências que já houveram, vamos pra terceira agora, pra terceira Estadual, estando consolidando isso e trabalhando isso como meta de um plano não de governo, plano estadual, um plano de governo para os 4 anos do governador Melo e vamos trabalhar algum documento de política de Estado. Nós encerramos agora a parte das etapas municipais, fazendo a conferência Metropolitana, onde reuniu além de Manaus a região metropolitana e vamos está indo pra estadual agora 21 e 22 de Janeiro. No estado do Amazonas ainda não temos uma política estadual para a “população” LGBT, nem temos também ainda um plano estadual, estamos enquanto secretaria fazendo a consolidação das demandas que vieram das Conferências, pra gente poder a partir daí estabelecer metas prioritárias pra compor plano de governo, que é um plano de ação, e um plano decenal que garanta ou que subsidie uma política de Estado (SEJUSC, 2015).

A secretária ao reconhecer a ausência de desenvolvimento de política específica para LGBT’S acaba por contribuir com aquilo que Bourdieu (2014) classifica como processo mágico, quer dizer da possibilidade da vontade pessoal passar a ser um valor ou ação de Estado. Ou seja, clarividência a respeito dos entraves às políticas para estes povos, foi comum entre os *agentes de enfrentamento* considerar a atual secretária como aliada das causas de direitos humanos. Dessa forma, mesmo que se possa afirmar que o estado do Amazonas não pode ser classificado como uma exceção aos demais estados brasileiros, existem alguns *agentes de estado* que produzem determinado sentimento nos *agentes de enfrentamento* da existência de uma real parceria entre o setor governamental e as organizações de segmentos LGBT’S. Neste sentido, as práticas de governo podem ser caracterizadas mais como sinal de contradição dentro das estruturas de poder governamental que uma prática hegemônica do estado do Amazonas. A secretária de estado da SEJUSC explicita seu compromisso enquanto gestora:

Enquanto gestora na secretária de direitos humanos, nós temos o compromisso de combater qualquer tipo de violação de direitos, seja da lgbtfobia, seja só das mulheres, seja de quem for, qualquer ameaça ou violação de direito a esse segmento é nossa meta, é nossa missão está combatendo e enfrentando. Agora também como profissional, eu vejo que na verdade cada um tem o direito de escolher aquilo que lhe convém dando do ponto de vista profissional, emocional, pessoal, a partir dessas escolhas, ele vai também aprender a lidar com as delícias e o sofrimento de ser o que é já dizia o Caetano Veloso, na verdade eu entendo dessa forma, o livre arbítrio ele é inerente e é um direito da pessoa, seja ele homem, mulher, lésbica, gay, seja o que for agora ele precisa respeitar tanto os direitos dos outros, quanto ter também respeitados seus direitos. É a minha posição como gestora, como profissional e como cidadã é essa (SEJUSC, 2016).

A *agente de estado* que assumiu a referida secretaria de estado Janeiro de 2015 demonstrou posição clara de compromisso com a pauta LGBT, todavia é inegável a radical diminuição de recursos destinados a determinados setores do governo estadual. Foi emblemático durante a realização da entrevista, marcada por diversas interrupções, que duas delas tenham sido para explicar a outros *agentes de estado* da real ausência de recursos para tocar projetos desenvolvidos pela SEJUSC. Este processo é estampado na fala de outra *agente de estado* quando afirmou que *quando é para nós LGBT'S nunca tem recurso, para outros setores aparece recurso, quando a gente precisa nunca tem*. Ganhou visibilidade a ausência de recursos destinados a políticas da SEJUSC: o apoio dado a II mostra de direitos humanos LGBT realizada no mês de maio de 2016, quando não se conseguiu nem se que recursos para confeccionar as placas dos homenageados do referido evento. A solução encontrada pelos organizadores foi imprimir certificados em folhas de papel tipo A4.

As contradições apresentadas de forma pontual pelo exemplo acima servem para percebermos a dimensão dos desafios e conflitos que os *movimentos sociais* têm a enfrentar. Considerando que os *agentes de estado* que ocupam funções em órgãos que desenvolvem ações que envolvem direitos sociais se encontram em conflito interno com as diversas outras instâncias governamentais e legislativas. Os conflitos se dão em diversas formas, o do antagonismo de concepção sobre violência lgbtfóbica pode ser demonstrado ao analisar a concepção da delegacia geral de homicídios – SSP frente à posição da SEJUSC.

nos órgãos de polícia se você for fazer uma varredura, você vai ver que nenhum dos 23 assassinatos tem na sua pertinência nenhum registro indicando alguma prática “homofóbica”, a grande maioria dos registros se dá ou é homicídio doloso ou culposos, por questão passional ou questão de drogas, acerto de contas ou então latrocínios, mas não tem mesmo sendo latrocínio ou homicídios doloso ou culposos, nenhum registro pertinente a questão da “homofobia”, acho que agente tem que começar a trabalhar junto as autoridades policiais esse esclarecimento apesar de que com certeza eles tem, os delegados de polícia, mas não o fazem por uma questão de pouco caso e até mesmo uma questão de se aprofundar nas diligências. A outra questão seria a formação continuada dos trabalhadores da polícia, seja ele militar ou civil pra poder está vendo e verificando essa situação, se nós fomos verificar por dentro esses crimes nada indica que é “homofóbico”(SEJUSC, 2016).

A questão passa, portando, por definição teórica visto que tanto na audiência pública de junho de 2015 realizada na câmara municipal de Manaus quanto em audiência esta percepção foi transmitida pelo delegado titular da delegacia especializada em homicídios – *Até o momento contabilizamos dez homicídios de homossexuais, nenhum deles tem relação*

com crime “homofóbicos”. Portanto, o desafio do *movimento social LGBT* passa também pelo campo intelectual no sentido da produção conhecimento que possa evidenciar aquilo que está subjacente aos crimes contra LGBT, a lgbtfobia. Quanto ao poder público estadual, se não se pode falar de uma política consistente voltada a estes povos, pelo menos pudemos descrever etnograficamente *alguns cala boca*.

3.3.2.3 – Governo Federal x Congresso Nacional: uma descrição de práticas antagônicas

As políticas públicas voltadas para LGBT, incipientemente, emergida no governo Fernando Henrique Cardoso (1994), teve força propulsora, notadamente, a partir governo Lula (2003), por meio do *programa Brasil sem homofobia*. A partir desse momento a agenda de direitos LGBT ganhou espaço consistente e sistêmico. A política tem sua fundamentação nas demandas do *movimento social LGBT* pautadas na promoção da inclusão dos LGBT aos programas de saúde pública, mercado de trabalho, combates as várias formas de preconceito e violência. A garantia de representação na secretaria de direitos humanos, ligada à presidência de república possibilitou o empreendimento de projetos e ações em âmbito nacional para os povos LGBT.

A organização e realização das conferências LGBT, iniciadas em 2008, espaço de reflexão, discussão proposição de políticas para os LGBT, considerando que já existiam os encontros nacionais desde a década de 90. A implantação das conferências pode ser interpretada como processo de empoderamento do *movimento LGBT*.

A I conferência nacional de direitos humanos GLBT, teve como tema: *Direitos humanos e políticas: caminho para garantir a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais* contou com a presença do então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, em decorrência dessa primeira conferência em 2009 foi lançado o *I primeiro Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT* onde se estabeleceu 51 diretrizes e 180 ações. Neste ano criou-se a coordenação geral de promoção dos direitos de LGBT na estrutura da então SDH ligada à presidência da república.

Em 2010 foi criado o conselho nacional de combate à discriminação e promoção dos direitos de LGBT; A Instituição do *dia de combate a homofobia* em 17 de maio. Em 2011, no primeiro governo Dilma a decisão de incluir os LGBT’S do disque 100 como canal de

denúncia via telefone de quaisquer violações dos direitos humanos, além de representar conquista a estes povos, contribuiu para a construção de dados sobre violência. Ainda em 2011, outra conquista foi a criação da *Política Nacional de saúde integral da “população” LGBT*.

Em 2011 foi realizada a II conferência nacional LGBT, *Por um país livre da pobreza e da Discriminação: promovendo a Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. O foco desta conferência se deu no debate da relação sobre vulnerabilidades dos LGBT’S, pobreza e miséria, ou seja, foi realizada a discussão baseada no alinhamento entre políticas de identidades ou de reconhecimento e políticas de redistribuição ou de classe - interseccionalidades. Em consonância às demandas definidas pela Conferência em 2012 o governo federal criou o *comitê técnico de cultura LGBT*; *O primeiro relatório de violência homofóbica referentes aos anos 2012 e 2013*; em 2013 ainda foi lançado o *sistema nacional de promoção de direitos e enfrentamento à violência contra LGBT* que promoveu a criação do *comitê nacional de políticas LGBT*.

A III Conferência realizada em 2016 intitulada *Por um Brasil que criminalize a violência contra LGBT* trouxe em seu bojo discussões que primavam pela construção de estratégias que busquem coibir a lgbtfobia, a promoção de direitos ligados a educação, comunicação, cultura e direitos humanos.

A atuação do conselho nacional de combate à discriminação tornou-se aparato de implementação de políticas públicas para os LGBT. Uma destas se deu com a assinatura da resolução conjunta nº 01, de 15 de abril de 2014, em parceria conselho nacional de política criminal e penitenciária (CNPCP), que pautada na declaração universal dos direitos humanos, na convenção americana de direitos humanos (*pacto de San José da Costa Rica*); os princípios estabelecidos por *Yogyakarta* sobre os princípios da aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero, entre outras, que resolveu em seu artigo 1º *estabelecer os parâmetros de acolhimento de LGBT em privação de liberdade no Brasil*. No parágrafo único: *Para efeitos desta resolução, entende-se por LGBT a “população” composta por lésbica, gays, bissexuais, travestis e transexuais*.

A resolução composta por doze artigos estabelece direitos de LGBT encarcerados, como por exemplo: direito ao nome social para travestis e transexuais; travestis e gays devem

ter direito a espaços de vivências específicos quando houver a vontade da pessoa encarcerada; pessoas transexuais devem ser encaminhadas para unidades prisionais femininas; às pessoas travesti ou transexuais é facultativo o uso de roupas masculinas ou femininas, conforme o gênero, e a manutenção de cabelos compridos, caso tenha, visando garantir as características secundárias de acordo com sua identidade de gênero; garante o direito a visita íntima para a LGBT em situação de privação de liberdade, nos termos da Portaria MJ Nº 1190/2008; garante a atenção integral à saúde conforme os parâmetros da política nacional de saúde integral LGBT; pessoa travesti, mulher ou homem transexual em privação de liberdade têm direito a manutenção do seu tratamento hormonal e o acompanhamento de saúde específico; resguarda a igualdade de condições, o benefício do auxílio-reclusão aos dependentes do segurado recluso, inclusive ao cônjuge ou companheiro do mesmo sexo.

Em entrevista realizada com o *agente de estado*, Secretario da SEAP explicitou-se que o estado do Amazonas encontra-se distante de atender aos parâmetros dessa resolução; se quer a secretaria possui conhecimento quantitativo da “população” carcerária LGBT no Amazonas. Assim, temos que a produção de resolução sobre esta questão representa verdadeira conquista na política de direitos humanos LGBT, todavia à sua não efetivação contribui na compreensão da distância entre a produção de resoluções e a efetivação dos artigos por elas estabelecidos. Neste sentido *Themis* comenta:

e nisso eu calo a boca da Sociedade, por exemplo foi feito um protocolo de uma lei que dizia o seguinte, O sistema da polícia ia mudar, quando a pessoa identificar se houve “homofobia” ou não ela tem que se intitular LGBT, o cara jurou pra nós desde a corrida do arco íris que isso já estava documentado e funcionando, não funciona, eu não consigo tirar uma estatística de “homofobia”, eu não tenho esse campo funcionando, eu tive situações na delegacia que nem os delegados conhecem a carteira de nome social, eu tive “um” travesti que foi “agredido” e preso por dever pensão alimentícia e não aceitaram aquela carteira, foi “destratado” dentro da penitenciária e quando a gente chegou lá eu fiz trocar o processo inteiro, tá aqui a carteira, tá aqui a portaria, isso vai ser todo modificado para o nome “dele” social se “ele” apresentou, isso modificou-se você e seu secretário de segurança não te informaram, então eu sinto muito, mas isso está em vigor, tá aqui a portaria publicado tudo, você tem que ter o conhecimento de tudo, ele disse a gente nunca recebeu sequer a informação de que isso de fato existe, que é outro calo boca, pois tem uma identidade civil nacional, por que eu criei uma diferenciada rosinha dizendo que é nome social e ainda não deu publicidade, pra mim ela só faz separar mais ainda (THEMIS, 2016)

Outra Resolução do CNCD/LGBT que marca o processo de luta pelos direitos de LGBT’S é a de Número 11, de 18 de Dezembro de 2014, que estabelece os parâmetros para a

inclusão dos itens “orientação sexual”, “identidade de gênero” e “nome social” nos boletins de ocorrência emitidos pelas autoridades policiais no Brasil, que deverá ser informado no momento do preenchimento do B.O pela autoridade policial. Acima, quando explicitava breve panorama sobre as políticas voltadas para os povos LGBT no estado do Amazonas registrei que o “novo” modelo de B.O que conteria esses itens identificadores da orientação sexual e da identidade de gênero permanece na PRODAM desde 2013.

Em 2015 a resolução Nº 12, de 16 de Janeiro de 2015 da CNCD, estabeleceu em seu Artigo 1º - *Deve ser garantido pelas Instituições de Ensino, em todos os níveis e Modalidades, o reconhecimento e adoção do nome social àqueles e àquelas cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero, mediante solicitação do próprio interessado.* Neste caso o Amazonas por meio do conselho estadual de educação antecipou-se e aprovou resolução 33/2013 que por meio de seu artigo 1º resolve *Determinar às escolas que compõem o Sistema Educacional do Estado do Amazonas, em respeito ao direito constitucional de todos à educação, à dignidade humana e à diversidade social, que incluam o nome social de travestis e transexuais, nos registros escolares internos, cumprindo o parágrafo desse artigo.*

A compilação demonstra que no âmbito do governo federal diversos avanços referentes a pauta de exigências das organizações sociais LGBT foram concretizadas. Todavia não é possível afirmar a mesma coisa quando nos referimos ao congresso nacional.

O conflito existente entre os defensores dos direitos humanos e os representantes de alas mais conservadoras aqui classificados como *punitivistas, patrimonialistas e religiosos* tem se configurado, no campo parlamentar, como luta assimétrica, visto que nenhum projeto de lei que assegure direitos aos LGBT’S tem conseguido êxito e, nos últimos anos entraram em pautas iniciativas que visam retroceder em conquistas que se pensava asseguradas historicamente.

A senadora Marta Suplicy, atualmente no Partido do Movimento Democrático Brasileiro PMDB, foi precursora dentro da esfera parlamentar em defesa dos LGBT na época deputada federal a mesma apresentou o projeto de lei 1151/1995 que disciplinava a união civil entre pessoas do mesmo sexo. O projeto alterava as leis 8.112/1990 e a 6.815/1980. Todavia, o projeto nunca foi votado em plenário na câmara federal e, em maio de 2001 o mesmo foi retirado de pauta por meio de acordo de líderes. Em 2006 como senadora da república

apresentou o projeto de Lei Nº 612, de 2011 que propõe a alteração 1.723 e 1.726 do código civil e assim reconhecer como legal a união estável entre pessoas do mesmo sexo. O projeto tramita lentamente no senado federal e em 2015 chegou a comissão de constituição e justiça (CCJ).

Em 2006, a deputada federal Iara Bernadi do PT deu entrada a proposta PL 122 que tornava crime a “Homofobia”, proposta de lei alteraria a Lei 7.716, de 1989, que tipificaria os crimes que resultam do preconceito de raça ou cor, propunha nova redação ao § 3º do artigo 140 do decreto Lei Nº 5.452, de maio de 1943. O mesmo foi arquivado em dezembro de 2014 ao final da legislatura.

No ano de 2013 os deputados Jean Wyllys do PSOL/RJ E Erika Kokay PT/DF apresentaram projeto de lei Nº 5.002/2013 que dispõe sobre o direito à identidade de gênero e altera o artigo 58 da Lei 6.015 de 1973, este projeto foi intitulado como lei João W. Nery. O projeto postula em seu artigo 1º e 2º respectivamente:

Toda pessoa tem o direito: I – ao reconhecimento de sua identidade de gênero; II – ao livre desenvolvimento de sua pessoa conforme sua identidade de gênero; III – a ser tratada de acordo com sua identidade de gênero e, em particular, a ser identificada dessa maneira nos instrumentos que acreditem sua identidade pessoal a respeito do/s pronome/s, da imagem e do sexo com que é registrada neles; Entende-se por identidade de gênero a vivência interna e individual do gênero tal como cada pessoa o sente, a qual pode corresponder ou não com o sexo atribuído após o nascimento, incluindo a vivência pessoal do corpo.

Este projeto iniciou sua tramitação pelas comissões da câmara federal em fevereiro de 2014 e no mês de maio de 2016 recebeu parecer favorável da CDHM e encontra-se a disposição para sua votação em plenário. Todavia, com a atual conjuntura política e a força das corporações conservadoras que atuam no parlamento federal é sabido que a aprovação é improvável.

No ano de 2014 a deputada Maria do Rosário do PT propõe o PL que criminaliza a violência contra os povos LGBT, projeto Nº 7.582/2014. A mesma define os crimes de ódio e intolerância e cria mecanismos para coibi-los, nos termos do inciso III do artigo 1º e o caput do artigo 5º da constituição federal, e dá outras providências.

Artigo 1º Esta Lei define os crimes de ódio e intolerância e cria mecanismos para coibi-los; Artigo 2º Toda pessoas, independentemente de classe e origem social, condição de migrante, refugiado ou deslocado interno, orientação sexual, identidade e expressão de gênero, idade, religião, situação de rua e deficiência goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhes asseguradas as oportunidade para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social; Artigo 3º Constitui crime de ódio a ofensa a vida, a integridade corporal, ou a saúde de outrem motivada por preconceito ou discriminação em razão de classe, origem social, condição de migrante, refugiado ou deslocado interno, orientação sexual, identidade e expressão de gênero, idade, religião, situação de rua e deficiência(PL Nº 7.582/2014).

O referido projeto, desde sua proposição na câmara federal tem sido alvo de combate por parlamentares contrários aos direitos humanos LGBT. Após ser aprovado em Julho de 2014, na CCJ, o mesmo foi arquivado pela mesa da câmara em janeiro de 2015. No dia 02 de fevereiro a proponente apresenta requerimento de desarquivação de proposições Nº 223/2015. Dia 10 do mesmo mês o projeto é desarquivado e no dia seguinte, 11 de Fevereiro o deputado Jair Bolsonaro PP/RJ apresenta requerimento de redistribuição Nº 510/2015 que requer novo despacho para a apreciação do PL 7.582/2014 pela comissão de segurança pública e combate ao crime organizado, deferido pela mesa da câmara no dia 25 de fevereiro. No dia 28 de Agosto a comissão de direitos humanos e minorias CDHM solicitou que fosse incluída no despacho inicial do projeto. Em 23 de Outubro de 2015 a CDHM designou deputado Paulo Pimenta do PT como relator do PL em questão.

Inegavelmente, a introdução da pauta de reivindicações LGBT representa avanço, considerando que, mesmo que parcialmente, estes grupos organizacionais têm ocupado espaço nas esferas de poder. Todavia, é pertinente que a afirmação identitária e o processo de organização política resultou na efetiva reação das organizações sociais vinculadas ao conservadorismo brasileiro, recrudescendo os conflitos morais e a disputa pelo direito.

O reflexo desse conflito tem no PDL 234/2011 de 2011 um exemplo concreto. O PDL proposto pelo deputado federal João Campos do PSDB/GO ficou conhecido como o projeto de “cura gay”. O mesmo visava sustar o parágrafo único dos Artigos 3º e 4º da resolução 1/99 do conselho federal de psicologia CFP que normatiza a ação dos psicólogos a respeito da questão de orientação sexual. A aprovação desta proposta autorizaria aos psicólogos tratarem novamente LGBT’S como pessoas desviantes, como portadores de patologia. Esta abertura

legal poderia gestar iniciativas como a implantação de Políticas via SUS de tratamento de LGBT'S.

Em outubro de 2012 a Comissão de Seguridade Social e Família CSSF propõe a realização de audiência pública para debater o referido projeto; em 19 de fevereiro a mesa diretora da câmara acata a proposição da CDHM para que a mesma seja incluída, o que obrigou a CSSF devolver o projeto à CDHM em 22 de Fevereiro de 2013, sendo que em março do mesmo ano o deputado Anderson Ferreira PR/PE assumiu a relatoria do PDC. No dia 26 de Abril o relator deu parecer favorável à aprovação e os deputados Simplício Araújo PPS/MA e Marcos Rogério PDT/RO solicitaram pedido de vistas. Simplício Araújo votou em separado e o PDC foi aprovado e encaminhado a (Coordenação das Comissões Permanentes) CCP em 28 de Junho de 2013. No dia 02 de Julho de 2013 o autor do projeto apresenta requerimento de retirada da proposição sob o Nº 8100/2013. O arquivamento do PDC produziu certa trégua, considerando que este projeto produziu o acirramento de conflitos entre os grupos favoráveis e contrários a sua aprovação. O embate ganha maior visibilidade social no momento que o deputado pastor Marcos Feliciano assume a presidência da CDHM e garante a aprovação do PDC nesta comissão.

O PDC 234/2011 em si não representa a grande força de reação contra a busca por igualdade de *status* – reconhecimento do LGBT, mas ela junta-se a outras formas de impedimento da afirmação das orientações sexuais e de identidade de gênero de acordo como decorreu nas aprovações nos entes federados do PNE. Além disso, criação de obstáculos a aprovação de legislações que amparem e resguardecem direitos aos LGBT'S é outra forma de atuação desses segmentos conservadores – *patrimonialista, punitivistas e religiosos* que reagem negativamente às políticas de identidade LGBT.

3.3.2.4 - O campo judiciário e o papel da OAB no Amazonas: o direito como inclusão e como regulação moral

A reflexão sobre ganhos, desafios e conflitos LGBT em nível da federação possui o aspecto relacionado ao campo jurídico e do direito. Neste sentido, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em 2011 de reconhecer o registro das uniões estáveis de casais homoafetivas atendendo representações de LGBT'S no ministério público configura-se como bom exemplo de *enfrentamento* realizado por agentes teoricamente de *resistência*. O direito a

união estável representou a conquista de 112 Direitos aos LGBT. O STF pautou sua decisão no Artigo 3º da constituição federal em seu inciso IV que “postula Promover o bem de todos sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; ainda no Artigo 5º da mesma carta que afirma que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”.

Merece reflexão, todavia, se a institucionalização do matrimônio não representa uma espécie de moralidade conservadora dentro de um movimento que se notabilizou pela transgressão, o que nos levaria a pensar que a luta por direitos de igualdade de status não passaria de uma acomodação aos ditames culturais contemporâneos, neste sentido as chamadas igrejas inclusivas teriam papel fundacional de uma nova moral. Pelo simples fato de tratar-se de moral traria em si elementos de conservadores. Sobre essa questão Carrara (2015) afirma:

Tome-se como exemplo a possibilidade do pleno reconhecimento legal das relações entre pessoas do mesmo sexo. De modo geral, no universo das religiões cristãs, casar duas pessoas do mesmo sexo continua a ser visto como uma subversão da própria instituição do casamento. Porém, em face das crescentes pressões em relação à democratização da lei do casamento civil, passo crucial do processo mais amplo de cidadanização da diversidade sexual e de gênero, a teologia cristã vai se transformando. Pode muito bem, como já acontece em algumas igrejas chamadas de "inclusivas" reinterpretar o significado de "reprodução", justificativa fundamental do casamento, deslocando seu sentido do eixo biológico para o eixo social. O problema passaria a ser então o sexo socialmente "estéril", ou seja, aquele que não produz laços ou vínculos afetivos estáveis, perdendo-se no êxtase da "promiscuidade". Aliás, é importante ressaltar como a "promiscuidade sexual" apresenta-se hoje como forte candidata a ser uma espécie de "categoria-ponte" entre formulações da moral sexual cristã e o "novo" regime secular da sexualidade (CARRARA, 2015, 333 - 334).

No decorrer de minhas atividades de campo, em especial, nas reuniões do Fórum LGBT Amazonas, o discurso marcado pelo regramento da linguagem, dos comportamentos sexuais dos líderes LGBT’S eram cotidianos. Isto significa, que a busca por direitos sociais pode implicar em determinada adequação a certos ditames morais. Dessa feita diante da resolução do STF a OAB Seccional Amazonas tem promovido desde 2014 o casamento coletivo em Manaus. Este processo de inclusão da pauta LGBT se dá com a superação da concepção de ação de direitos humanos da OAB-AM, que anteriormente atuava basicamente nas penitenciárias. Desse amadurecimento, se abriu espaço para mulheres, crianças, negros e LGBT’S. Dessa forma, a comissão da diversidade foi criada em setembro de 2013 e a mesma tem atuado junto ao *movimento social LGBT*, acompanhando situações de preconceito e

violação dos direitos. A assessoria da OAB-AM torna-se fundamental considerando que muitos LGBT'S não possuem acesso a um advogado e a defensoria pública tem dificuldades de dar conta das demandas sociais já que existe uma proporção de três mil casos para cada defensor público. Dessa atividade apareceu a demanda de realização dos casamentos coletivos.

Veio da necessidade de pessoas mais próximas e da gente ouvir o tratamento diferenciado nos cartórios, então o que que acontecia e pedi a habilitação forçada para conseguir transformar a união estável em casamento, depois da mudança toda que teve pelo STJ, pela Corregedoria e todo mundo aprovando a transformação imediata, que o Ministro Barbosa conseguiu definir, se eu digo que é igual e que tem direito a união estável é obvio que eu tenho direito a transformar isso em casamento. Casamento no sentido de contrato que dar direitos civis; (...) eu tive casos em 2014 de pessoas que o companheiro ficou doente, internado no 28 de agosto, mas o companheiro não pode entrar, porque não tem uma declaração de união estável, você não é parente, você não é nada, você não é casado, você fica ai fora, tem que chamar pai e mãe que mora longe pra vim atender uma emergência e você não pode falar pela aquela pessoa, você não é reconhecido civilmente como uma pessoa capaz de defender uma pessoa que você vive a 20 anos, isso causava traumas terríveis, as pessoas que procuraram o casamento e que chegaram o final da habilitação, tinha gente que já ta casada a 15, 20, 30 anos, casaram 12 LGBT'S e um hetero e o hetero também com mais de 30 anos(*THEMIS*, 2014)

O número de casais não foi maior, como já se afirmou acima, por falta de documentação, impedimento no caso de pessoas que continuavam casados e por receio de exposição e violência como caso decorrido no Rio Grande do Sul. A promoção do casamento coletivo foi marcada por várias formas de preconceito velado, todavia o pior deles aconteceu com a organizadora do evento: *eu tive dezenas de contratos que foram cancelados, pela minha exposição, eles não querem um advogado envolvido em causas LGBT (Themis, 2015).*

O casamento de 2014 e de 2015 foram realizados dentro da sede da OAB, configurando-se como primeiro casamento coletivo LGBT/HETERO realizado dentro da OAB, esta iniciativa foi copiada para todos os estados do Brasil, colocando o Amazonas como referência, neste atividade inclusiva. O setor jurídico tem dado respostas às demandas sociais, mesmo quando não há legislação específica, *a gente fez uma manobra jurídica para que o casamento LGBT fosse reconhecido, ele foi feito de uma colcha de retalhos, nós juntamos vários pedacinhos, terminamos com a decisão do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) (...)*

agora se o Congresso chegar a botar uma lei dizendo que é proibido casar, acabou (Themis, 2015)

O arranjo jurídico que se deu no momento em o ministro Joaquim Barbosa presidia o STF, como exposto acima, atendeu aos pedidos vinculados aos direitos daqueles LGBT'S que de fato viviam em uniões estáveis. No momento em que o supremo concedeu direito a um casal sobre direito ao plano de saúde, dia seguinte havia 73 processos pedindo a mesma coisa. Este fator, inequivocamente, impôs decisão mais abrangente.

CAPÍTULO IV - DA VIOLÊNCIA LGBTFÓBICA: INSTAURAÇÃO DO MAL E DO CONFLITO

Postula-se neste trabalho que o combate à violência que afeta os LGBT'S em Manaus produziria a capacidade de construção do sentimento de pertencimento e funcionaria dispositivo de controle e dialeticamente colocaria os povos LGBT'S em luta pelo reconhecimento e garantia de igualdade de *status*. Partindo do princípio do conflito instaurado pelo domínio do campo moral e do direito, onde parte específica da sociedade pretende estabelecer o padrão ideal conservador da hegemonia de sexo e de gênero a partir do modelo unitário hetero/Cis e de outro lado os que defendem o princípio da diversidade e da liberdade construtiva das identidades, este trabalho de pesquisa apontou para as múltiplas formas luta ao atribuir a todos os LGBT'S agência.

A visibilidade que a violência adquiriu nos últimos anos, a transformou em pauta - transfundo do *movimento social LGBT* nacionalmente, fato que determinou o tema da III Conferência Nacional LGBT, realizada em abril de 2016 em Brasília: tema: *Por um país que criminalize a violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. A mesma pôs em debate as propostas advindas dos estados da federação e ao final selecionou os pontos comuns e prioritários que compuseram o relatório final do evento e que iriam/irão balizar as reivindicações e as políticas públicas no país.

A conferência pautou-se a partir de quatro eixos temáticos organizados da seguinte forma:

Eixo I - política intersetorial, pacto federativo, participação social e sistema nacional de promoção da cidadania e enfrentamento da violência contra a “população” LGBT;

Eixo II - cultura, educação e comunicação em direitos humanos;

Eixo III - segurança pública e sistema de justiça na promoção e defesa dos direitos humanos da “população” LGBT;

Eixo IV - Marcos Jurídicos para o enfrentamento à violência contra a “população” LGBT.

A construção desse documento que explicitou os anseios dos LGBT, teve no estado do Amazonas dois momentos: As conferências municipais e a conferência estadual. Devido às

dificuldades organizacionais do *movimento social LGBT* e a ausência de políticas públicas das prefeituras municipais e do governo estadual somente Eirunepé no Alto Juruá e Manaus na condição de região metropolitana realizaram suas conferências. Cabe ressaltar que a conferência do município de Eirunepé só se realizou devido à presença de um *agente de enfrentamento* que estava naquele período residindo neste local como professor da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

Para as conferências metropolitana e estadual recebi convite para realizar a palestra preparatória das discussões do eixo 1. Assim, a participação nas conferências que compreendeu minha última atividade de campo, se deu em âmbito Estadual na condição de conferencista fato que me colocou em determinado *ponto de vista*. Entretanto, quanto a minha participação na conferência nacional onde estava como anônimo participante, considerando ser meu primeiro evento LGBT deste nível que participava, este fato me colocou em condições de ter *outros olhares*.

Considerando que a esta conferência, além de contar 919 participantes, sendo destes 845 delegados, ainda tivemos a realização simultânea, em mesmo centro de convenções a conferência dos idosos, deficientes e da criança, o que nos possibilitou conviver e trocar experiências por três dias com milhares de militantes de diversos campos de todo o país.

A síntese da III conferência organizada por eixos temáticos traz em seu bojo, uma gama de propostas que tem por finalidade o reconhecimento dos direitos dos *povos LGBT* em várias dimensões sociais. São proposições de construção ou aperfeiçoamento de políticas no campo da saúde (IST- Infecções sexualmente transmissíveis, HIV - AIDS, hepatites virais, democratização ao acesso de processo transexualizador, hormonização...); políticas de cultura e educação; emprego e renda; criação de novos marcos jurídicos.

A violência permeia de forma generalizada as propostas de políticas de inclusão dos LGBT'S brasileiros: de forma implícita por meio de termos como - *vulnerabilidade, extermínio, exploração, violação, intolerância, crimes, segurança pública, discriminação, ódio, vítimas, feminicídio, homofobia, lesbofobia, transfobia, bifobia etc.* de maneira explícita: 23 propostas trazem a categoria violência como tema central das propostas de políticas públicas para a referida.

Eixo 1: Política Intersetorial, Pacto Federativo, Participação Social e sistema nacional de promoção da cidadania e enfrentamento da violência contra a “população” LGBT:

Proposta 05

Garantir a implantação e implementação do Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à **violência** contra “população” LGBT, fomentando nos estados, no Distrito Federal e nos municípios a adesão com repasse de recurso da União e complementação orçamentária do ente local para a criação e manutenção de todas as estruturas (coordenações, conselhos e centros de cidadania) que compõem o referido Sistema, garantindo atendimento integral, benefícios, serviços, programas e projetos destinados ao enfrentamento das exclusões sociais e violências cometidas, no sentido de subsidiar políticas públicas para a “população” LGBT, com garantia de orçamento gerado a partir da criação de fundos federal, estaduais e municipais da política LGBT.

Proposta 06

Promover articulação e pactuação entre órgãos públicos da união, dos estados e distrito federal e com representantes do Conselho Nacional LGBT para a constituição do Sistema Nacional de Promoção de direitos e enfrentamento a **violência** contra população LGBT, estabelecendo estratégias de formação continuada para gestores públicos e agentes públicos envolvidos na implementação do Sistema Nacional.

Proposta 8

Implementar centros de promoção da cidadania LGBT em todo o território nacional, com o objetivo atender vítimas LGBT discriminadas e garantir seus direitos, os quais deverão (1) prestar atendimento jurídico, psicológico e social a pessoas LGBTfobia vítimas de **violência**, preconceito e discriminação, assim como seus familiares (2) ter suas ações monitoradas e consolidar dados sobre atendimentos e encaminhamentos das vítimas de LGBTfobia e (3) diagnosticar e tornar público os dados de **violência** e discriminação contra a “população” LGBT.

Proposta 21

Criar e implementar uma Rede Nacional de Promoção de Direitos LGBT a partir da articulação entre serviços de ministérios importantes para a pauta LGBT, aprimorando os serviços nos municípios, em delegacias, serviços de saúde, sistema educacional, penitenciário, e fomentando a criação de casas de apoio e abrigos para jovens e adolescentes, com profissionais capacitados sobre orientação sexual, identidade de gênero e combate à discriminação e à **violência** contra LGBT, investindo, por meio de edital específico, com apoio da União, em centros de referência LGBT nos estados, no Distrito Federal e em municípios para que possam dotar essa rede de equipe multidisciplinar (psicólogos, assistentes sociais, assistência jurídica) para acolhimento e encaminhamento

Proposta 22

Fortalecer, com reconhecimento das múltiplas identidades de gênero, a rede de proteção à **violência** contra mulher.

Proposta 29

Criar o Observatório Nacional da Política LGBT, com recorte de gênero e raça e com financiamento da União em parceria com núcleos de Direitos Humanos das universidades federais, institutos de pesquisas e outras instituições, para levantamento sobre a **violência** sofrida pela “população” LBGT, objetivando subsidiar políticas públicas federais, de modo também a apoiar a criação de linhas de pesquisas permanentes na CAPES e no CNPq.

Proposta 49

Propor ao Conselho Nacional de Educação (CNE) a elaboração de diretrizes curriculares no sistema de educação básica e superior, voltadas à inclusão da temática gênero, LGBT, diversidade sexual e identidade de gênero na agenda escolar, a fim de colaborar para a promoção do reconhecimento da diversidade da orientação sexual e

identidade de gênero e para a prevenção e eliminação das **violências** sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas no ambiente escolar.

Proposta 59

Criar observatórios estaduais públicos permanentes da **violência** contra LGBT e intersexuais, que tenham garantia de recursos públicos para geração, registro e disseminação de dados e promoção dos direitos LGBT e intersexuais

Eixo 02 - Cultura, Educação e comunicação em Direitos Humanos

Proposta 1

Realizar seminários nacionais sobre o respeito ao Estado Laico, garantindo a participação dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Ordem dos Advogados do Brasil, dos conselhos tutelares e demais órgãos que tenham envolvimento com a temática, além da participação dos movimentos sociais LGBT, dando visibilidade a leis, portarias, decretos e outras normas que reduzam a **violência** contra a “população” LGBT.

Proposta 41

Incluir nos editais de todos os concursos públicos e programas de formação continuada aos profissionais, estagiários(os), servidores públicos contratados(os) e terceirizados(os) dos órgãos públicos das esferas Federal, Estadual, Distrital e Municipal, contemplando os seguintes temas e sua problematização: **Violências** sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas; Estigma e discriminação de classe, gênero, étnicorracial, territorialidade, geração, orientação sexual, construções de novos arranjos familiares, identidade de gênero, pessoas com deficiência; Direitos humanos, direitos sexuais e reprodutivos; Violências contra a “população” LGBT (física, institucional, patrimonial, psicológica, sexual) ; Violência doméstica e familiar contra a “população” LGBT; Uso do nome social e pronomes de tratamento de acordo com a autoidentificação de gênero; Direito ao acesso aos banheiros conforme a identidade de gênero; Uso da linguagem não sexista

Proposta 50

Combater a incitação à **violência** LGBTfóbica nos mais variados veículos de comunicação (rádio, televisão, internet, dentre outros) com estabelecimento de penalidades, como multa revertida na execução das políticas públicas para a “população” LGBT, e perda da concessão pública quando aplicável. Assegurando por meio dos órgãos do sistema de justiça as ações de responsabilidade civil e criminal contra o ofensor, garantindo o direito de resposta da “população” LGBT.

Eixo 03 - Segurança Pública e sistema de justiça na promoção e defesa dos direitos humanos da “população” LGBT

Proposta 8

Criar fundos federal, estadual, municipal e distrital, de combate à **violência** LGBT, estabelecendo multa para atos de LGBTfobia.

Proposta 13

Desenvolver pesquisas e levantamento de dados acerca dos atos de discriminação motivados por orientação sexual e identidade de gênero, promovendo a sistematização em âmbito nacional e posterior publicação dos resultados obtidos, realizado pelos órgãos competentes municipal, estadual e federal assegurando o controle social, conferindo ampliação da visibilidade da **violência** lesbohomotransfóbica

Proposta 14

Criar formulário para quantificar e qualificar situações de **violência** contra LGBT, tornando obrigatório sua utilização em órgãos públicos que trabalhem com violações de direitos, tendo como referência o formulário de notificação compulsória da saúde.

Proposta 19

Garantir nos documentos dos órgãos de segurança pública, de justiça, conselhos tutelares, delegacias, bem como no Sistema Nacional de Informação em Segurança Pública (SINESP), campos de registro constando nome social, identidade de gênero, orientação sexual, identificação de casos de violência lesbohomotransfóbica, visando a produção de dados estatísticos e relatórios a serem divulgados periodicamente, para a elaboração e aprimoramento de políticas de segurança e justiça.

Proposta 22

Criar protocolos de atendimento e encaminhamento de casos de **violência** lesbohomotransfóbica recebidos aos órgãos competentes e rede de atendimento equipamentos de segurança pública para os órgãos competentes e rede de atendimento (serviços públicos, em especial para o acompanhamento nos CREAS).

Eixo 04 – Marcos Jurídicos para o enfrentamento à violência contra a “população” LGBT.

Proposta 08

Efetivação das normativas que disciplinam o acompanhamento psicossocial especializado às pessoas LGBT vítimas de **violências**, promovendo a criação dos Centros de Promoção e Defesa dos Direitos LGBT previstos no Sistema Nacional LGBT e o fortalecimento dos CAPS, CRAS, CREAS, casas de apoio, Centro POP e demais instituições da rede já existentes nos municípios

Proposta 9

Aprovar de lei que criminaliza a LGBTfobia, que atenda à função restaurativa da pena e a proporcionalidade, prevendo para os casos sem **violência** física ou patrimonial, penas alternativas, de natureza pedagógica e informativa e penas restritivas de direitos, todavia que possa haver detenção em casos gravíssimos ou reincidência

Proposta 12

Criar, implementar e divulgar lei nacional que enfrente o preconceito, a discriminação, a **violência** e a intolerância religiosa contra a “população” LGBT, garantindo seus direitos fundamentais e sociais

Proposta 26

Ratificar e regular tratados e normas comuns que promovam os direitos da “população” LGBT no Mercosul, no tocante a promoção da igualdade de tratamento, acesso e garantia dos direitos e de combate à discriminação e a **violência** contra LGBT.

Proposta 27

Criação de um sistema de informação integrado entre as entidades de segurança pública para registro de boletins de ocorrência, conforme resolução nº 11/2015 do CNCD/LGBT e implementar participatório sobre **violência** contra “população” LGBT, que acessem os bancos de dados integrado das delegacias de polícia e serviços de saúde, para fomentar políticas públicas.

Proposta 37

Criar legislação de combate e enfrentamento a **violência** contra a “população” LGBTI na internet.

Proposta 38

Incentivar a formulação de legislações específicas de vigilância, prevenção e punição a **violência** contra as pessoas LGBT.

A força da categoria violência demonstra a visibilidade da problemática que afeta aos LGBT'S e aponta para a demanda de organização e de exigência das garantias de existência e cidadania destes *povos*. Acima explicitarei²³ propostas que trazem em seu conteúdo de forma explícita a categoria violência que estão dentro de um universo de 192 propostas eleitas na nesta conferência. Todavia, como explicitarei acima, caso fôssemos trabalhar pelo campo semântico teríamos o aumento geométrico dessa categoria. A atuação organizacional do LGBT'S desmascarando o caráter androcêntrico, lgbtfóbico da sociedade brasileira tem produzido o clima de conflito e de explicitação das mais variadas formas de preconceitos e trouxe à tona, de forma patente, a construção do estigma de condição que nega o padrão hetero/Cis como algo a ser combatido pelo fomento e intensificação do discurso de que identidades LGBT'S constituem-se como identidade do pecado e, portanto, do mal.

4.1 A dimensão da resistência, do enfrentamento e do conflito social

Frente aos relatos e aos dados da violência da qual os LGBT'S são alvo no Brasil que, marcam as pautas reivindicatórias desta “população”, e as demais formas, que não aparecem nas estatísticas da violência me fez aglutinar ao estudo da *violência física as demais formas – simbólicas e morais*, visibilizadas a partir das experiências de alguns *agentes de resistência* da cidade de Manaus representadas por *Amazonas, Baryshnikov, Tulipa, Anhangá, Eros, Dionísia, Psicodélico, Hefesto, Baco, Sávio e Deusuite*. O campo privilegiado, nessa pesquisa, poderia ter me conduzido a tendência *naturalizada* de estigmatizar os LGBT'S como seres vitimizados. O modelo de análise pautado no binarismo agressor - vítima constituiu durante muito tempo o senso comum que marcava a compreensão da temática da violência, especialmente nos estudos de gênero. Todavia, a tendência de sair desse prisma analítico tem pautado inúmeras pesquisas, e pautou esta também.

Reconhecer a força da violência enquanto promotora de uma espécie de processo genocida e etnocida, que busca eliminar a diversidade representada por LGBT'S, não significa pretender considerá-los como *povo* passivo, sem agência individual e coletiva. Pelo contrário, a agência LGBT tem enfrentado a visão maniqueísta dos setores conservadores produzindo um *conflito territorial assimétrico dos campos da moral e do direito*. Historicamente, pode-se afirmar que a resistência da prática “homossexual”, no sentido atribuído neste exercício, foi a primeira forma de negação da hegemonia heteronormativa/Cis que teria sido instaurada pela tradição judaico-cristã. A revolta de

Stonewall seria o marco da incorporação da luta identitária e em dimensão coletiva, construindo a dimensão do enfrentamento e, portanto do conflito, tendo em vista que os setores mais conservadores passaram a reagir politicamente.

James Scott em *Los dominados y el arte de la resistência* (2004) propõe discutir a partir do conceito de discurso público e discurso oculto questões relacionadas ao poder, hegemonia, resistência e subordinação. A tese defendida por Scott é de que os grupos subordinados estão, a todo momento, em posição de resistência, e que a hegemonia dos grupos dominantes, por vezes, não passa de encenação realizada pelos dominados, visto ser necessário que tais grupos dominantes também acreditem na força de seu poder e na eficiência de seus atos de violência. Mesmo quando se refere a modelos como escravismo, servidão e estamentos de castas, Scott demonstra a não passividade dos grupos dominados.

Dessa maneira los esclavos y los siervos que normalmente no se atreven a rechazar de manera abierta las condiciones de su subordinacion, mui probablemente creáran e defenderán, as escondidas, um espacio social em el cual se podrá expressar uma dissidência marginal al discurso oficial de las relaciones de poder (SCOTT, 2004 19)

Assim, os grupos subordinados produzem, a partir do seu sofrimento, uma crítica ao poder estabelecido, àquilo que Scott classifica como “discurso oculto”. O discurso público que marca de forma aberta a relação entre dominadores e dominado, não dá conta de expressar a totalidade daquilo que contempla a relação de poder (SCOTT, 2004 P.24). Quanto maior a desigualdade de poder entre dominadores e dominados maior a arbitrariedade e força do poder, mais ritualizada e estereotipado será o discurso público.

Estamos falando, nessa dimensão de uma teatralidade, comum aos dois grupos, os dominados colocando o discurso oculto fora da cena, e os dominadores julgando possuir o poder de impor seus desejos, mesmo que na prática os últimos não dominem a cena. A necessidade de atuar com uma máscara, especialmente na presença do poder, produz a tensão engendrada por sua inautenticidade, uma verdadeira pressão equivalente que não se pode conter indefinidamente (ibid, p. 33).

A dominação heteronormativa/Cisgêneras imposta historicamente pode ter criado um senso comum de impropriedade ou deslegitimação das identidades LGBT, no entanto, estes

dominados, até mesmo quando nem se poderia pensar numa “identidade gay”, já rompiam com norma imposta pela tradição judaica cristã. Vale observar que segundo Scott, os poderosos influenciam no discurso público, o que demarca um processo de hierarquização, seja de raça, e casta, de classe ou sexual. Isto significa que numa análise sociolinguística as posições lgbtfóbicas oriundas da política ou da ciência agravaram-se, permanentemente, pela linguagem teológica que coloca as práticas desta “população” como não aceitas pela divindade cristã.

A dimensão da prática de resistência dos dominados no trabalho de Scott possui amplitude para a compreensão das inúmeras estratégias de dominados frente a seus dominadores, todavia frente ao contexto da luta lgbt, o termo resistência foi apropriado por esta pesquisa para visibilizar a ação dos agentes que mesmo diante da pressão dominante ousam afirmar suas identidades ligadas a algum segmento lgbt, sem deixar de reconhecer que o trabalho apresenta inúmeras formas de resistência que se coadunam com a perspectiva de Scott.

O desafio que marca o processo de afirmação identitária apresentada nesta pesquisa como *sair do armário* coloca-se como passo revolucionário no século XX, pois representa a superação da noção do praticante para a constituição de uma persona LGBT. A contradição postulada na Teoria *Queer* são pontos nevrálgicos no debate e, como já mencionei acima, encontra consonância como o mundo empírico do silenciamento vivido por muitas identidades, mas acaba por se distanciar quando introduzimos a sociedade e a política. Neste sentido, mesmo que haja inúmeras forças repressoras que ainda mantenham alguns presos dentro da caverna é fato que o nível de agentes que passaram a assumir serem LGBT’S aumentou visivelmente. Dessa forma, pensar a libertação individual vistas nos *agentes de resistência* interpõe pensarmos que temos passado por uma fragilização da dominação simbólica hetero/Cis que desencadeou o recrudescimento da violência moral e física e o surgimento de *agências coletivas de enfrentamento*.

Dessa forma, pode-se afirmar que a condenação externa, ou seja, social, não significa auto condenação. Mesmo assim, a máxima de Scott de que o valor e o preço do discurso público estão no fato de que as relações de poder são de resistência(.) e que seu exercício produz fricção. No século XX tem início o percurso de resistência afirmativas das identidades de gênero e sexualidade; o enfrentamento político protagonizado pelos

movimentos sociais LGBT'S demonstram que o ocultamento, a eufemização, a estigmatização e aparência de unanimidade não impediram os dominados de construção de outros discursos de resistência e de enfrentamento produzindo aquilo que neste trabalho chamamos de conflito. Scott, estabelece a crítica às teorias da hegemonia, pois os discursos de fantasia, subcultura, a dissidência e as organizações políticas de combate aos dominadores à desafia a aprofundar-se o retificar-se. O trabalho de Laura Nader *Harmonia Coercitiva*(1994) corrobora com esta reflexão ao questionar se os padrões legais de harmonia não passam de *técnicas de pacificação e dos funcionamentos coercitivos* (NADER, 1994). A mesma questiona se os nativos seriam pacíficos ou se foram os antropólogos que aceitaram o viés durkheimiano.

Quando analisa a segunda metade do século XX, Nader conclui que nos EUA O movimento contra o contencioso foi um movimento para controlar aqueles que foram privados dos direitos civis. (NADER 1994). O protagonismo de igrejas cristãs, especialmente, por meio de pastores que se posicionam contra as identidades de gênero e sexualidade por meio da imposição de interpretações teológicas heteronômicas/Cis e por meio de atuação nas estruturas políticas, em especial no legislativo, possui viés ideológico de impedir quaisquer possibilidades de discurso legitimado socialmente advindo de LGBT'S. Neste sentido, a harmonia e a desarmonia seriam causadas pelo desvio social que representariam estes povos. No instante em que os coletivos organizados socialmente resistem e enfrentam a estes discursos e práticas constrói-se um campo de conflitos abertos.

O padrão heteronormativo/Cisgênero preestabelecido pela religião e pelo estado burguês, por vezes, produz a sensação de perfeita harmonia social, sexual e de gênero, ou seja, produz panorama que induz a percepção de que apenas determinada minoria desviante estaria provocando o desordenamento social, entretanto, no campo dos *movimentos sociais LGBT* pôde se verificar organizações de diversos segmentos que tem em atuado em diversos pontos estratégicos no enfrentamento da lgbtfobia: saúde, educação, legislação municipal, estadual, nacional.

Pode-se verificar que o discurso conservador busca a efetivação da dominação, entretanto, esta força que produziria a harmonia, vê-se a todo o momento sendo fragilizada e tornada ineficiente frente aos grupos dominados. Esta estrutura de conflito que marca a vida social Georg Simmel, discute na sua publicação *A natureza sociológica do conflito*(1983)

Para ele, conflito é sociação, visto que visa sempre a resolver dualismos divergentes. Assim, como o organismo ao ser afetado por uma doença empreende uma simétrica para aniquilar o mal estalado, nas relações sociais a realidade é a mesma, os antagonismos suscitam a todo momento o conflito que para *Simmel* possuiria caráter positivo. Neste contexto, o conflito é um fato social *sui generis* e sua inclusão sob o conceito de unidade tem sido arbitrário e inútil, uma vez que o conflito é a negação da unidade.

Talcot Parsons, em sua *La estructura de la acción social* (1968) pensa o conflito como desvio ou patologia social, portanto, um elemento social que deve ser evitado para o funcionamento adequado da sociedade. Evidentemente que não se pode deixar de citar sua posição de “intelectual orgânico” das novas técnicas de organização e exploração do trabalho. O taylorismo e o fordismo. O funcionalismo, o Behaviorismo são teorias que forjaram o padrão da fábrica e Parsons corroborou teoricamente para colocar o conflito como categoria negativa no campo teórico. Lewis Coser, baseado na obra de Simmel afirmou que o conflito pode ser importante no sentido de preservar a ordem social, pois pode servir como *válvula de escape* e assim fortalecer a organização da sociedade. Dessa forma, conflito e harmonia, ruptura e integração são processos indissociáveis, mesmo que para Coser haja conflitos benéficos a estrutura da sociedade e outros não.

Mesmo que a posição dos teóricos possuam variabilidades, é importante destacar a noção sociológica de que a sociedade possui como um de seus elementos estruturantes o conflito. Possivelmente, ao se perceber o processo de etnocídio e genocídio por que passam os LGBT'S, a tendência teórica mais “natural” seria pensar no processo de vitimização dos mesmos. Em Pierre Clastres, *Arqueologia da Violência* (2004) o termo *genocídio* remete a ideia de raça e o consequente desejo de aniquilação étnico racial e *etnocídio* vincula-se ao extermínio cultural - considerando, que nesta pesquisa, se reflete sobre diversas formas de violência contra LGBT em Manaus, demarcadas a partir da imposição do paradigma heterossexual/Cis, que atentam simbólica, moral e fisicamente. O trabalho de pesquisa reconheceu a condição perenidade dos atentados sofridos por estes povos, mas reafirmou a condição de agência e de coletividade organizada resistente e de enfrentamento, portanto, estamos frente a um contexto de uma relação de conflito, mesmo que toda a violência empreendida contra LGBT represente uma assimetria de forças.

Este conflito indicaria sua construção abstrata, pois estaríamos a nos referir a duas categorias: moral– enquanto disputa social ao comportamento legítimo ou não legítimo, aceito e não aceito dentro de um contexto sociocultural que carrega uma verdade morta em suas costas; e o direito – enquanto disputa política pela construção da legalidade do direito de ser e de viver dos LGBT’S. Neste sentido, o termo *território* poderia ser uma abstração para falar do conflito de valores que norteiam aqueles que defendem os direitos humanos LGBT e daqueles que não reconhecem os direitos ligados a identidade de gênero e sexualidade, e realmente o é!

Todavia, quando nos aprofundamos na compreensão desse conflito observa-se sua dimensão empírica, pois o que está em jogo não é o simples direito a existência de LGBT’S, mas está no local que é reservado a *ELES e ELAS* na sociedade. Em Manaus a boate LGBT TS – *Turbo Seven* existe há dezenas de anos. As travestis há muito ocupam o entorno da secretaria de fazenda do estado – SEFAZ, mais recentemente a Grande Circular na Zona Leste e muitos outros lugares, gays há muitos anos vão a Avenida Getúlio Vargas no centro de Manaus encontra GP’S. O conflito instaura-se quando a mulher transexual/ transgênero ou a travesti deseja ser chamada por seu nome feminino, ter direito a estudar o ensino médio e cursar faculdade; quando agentes Trans lutam por direito a assistência de saúde no processo de redesignação ou de hormonização; quando *gays* e lésbicas exigem o direito a união homoafetivas; o direito a adoção como casais; quando são propostas leis de combate a lgbtfobia; quando se inclui nos planos de educação a reflexão sobre gênero e sexualidade no contexto escolar e principalmente quando os/as LGBT’S buscam ser aceitos e aceitas em suas famílias.

Dessa forma, este conflito possui a dimensão de disputa por espaços morais no campo do direito, mas também representa a retirada dos/das LGBT’S dos *guetos urbanos* e inclusão em outros espaços. Pensando a discussão sobre territorialidade, que no campo antropológico brasileiro tem em Alfredo Wagner contribuição fértil sara a produção acadêmica e para a luta dos povos tradicionais, há neste trabalho uma inversão importante, visto que na dimensão dos conflitos há de um lado a resistência e a luta daqueles que desejam garantir as formas de vida e de ocupação territorial e do lado oposto os que tentam desconstruir e desestabilizar transformando as formas tradicionais de produção e ocupação acomodando aos interesses do capital (ALMEIDA, 2008).

Neste sentido, este trabalho de pesquisa usa o termo território como campo não fundiário, mas campo da moral e do direito - outra questão importante se encontra na categoria tradição vista por Almeida, ao se reportar aos povos tradicionais como reivindicação contemporânea coletiva, posição que nega a perspectiva da temporalidade como legitimadora da categoria em questão. Nesta pesquisa, evitou-se o uso desta categoria, pois só poderia inseri-la no sentido da atribuição às forças conservadoras que buscam a toda força manter a dominação androcêntrica hetero/Cis que nega a diferença.

Dessa forma o conflito aqui apregoado possui sentido distinto daquele onde o cerne se encontra garantia dos direitos do uso das terras por quilombolas ou indígenas; se o Estado permite a inserção das áreas disputadas aos ditames do mercado e do capitalismo, a considerar que estamos nos referindo a uma modalidade de território onde se encontra em questão o controle dos costumes e dos códigos de direitos.

4.2 A instauração mal: o desafio do reconhecimento e da redistribuição

Os princípios que alimentam verdadeiro maniqueísmo a despeito da legitimação e inclusão social daqueles que possuem identidade heteronormativa/Cis e a deslegitimação de identidades LGBT'S são produzidos dentro de determinado contexto que acabaram por produzir espécie de *satanização* dos últimos em diversos segmentos da sociedade brasileira, pois a condição de pecado difundida por meio dos *porta vozes* desses segmentos sociais encontra-se imiscuída de espécie de doença espiritual ou psíquica que legitima o princípio da “cura gay” e justifica certa eufemização da condenação observáveis em discursos como: *não condenamos o pecador, mas o pecado!* (SILAS MALAFAIA, 2014). Todavia, não vejo condições separar objetivamente duas essências. Por ser toda identidade encarnada, somatizada, uma totalidade, pode-se concluir, portanto, a inseparabilidade entre pecador e pecador, pois a única forma de pensar de forma separada essas duas categorias ao se negar a própria identidade.

Neste sentido, os LGBT'S encontram-se compulsoriamente, segundo os preceitos religiosos identificados neste trabalho, de um lado – *do mal*. As práticas de preconceito contra LGBT'S reforçam isso quando escutamos relatos como os de *Tulipa* a se referir ao

preconceito de seu pai: *amo muito meu filho, mas com essa doença que ele tem eu não aceito* (Tulipa, 2015); ou quando observamos os inúmeros casos de homicídios legitimados de LGBT'S.

A considerar a existência da pretensão de que existem donatários da legítima prática moral, colocando outros arranjos morais: de sexualidade e de identidade de gênero, como *não morais*, indica que a permanência das premissas do funcionalismo, em que as práticas sociais são julgadas pelos critérios da *normalidade* e da *patologia*. Neste contexto, a vanguarda paradoxal das forças que se interpõe ao avanço de processos construtivos de identidade de gênero e sexualidade, buscou, estrategicamente, aglutinar outros elementos para além da patologia, devolvendo de forma intensa a noção de pecado. A cura careceria de profissionais como os psicólogos e “conversão” pentecostal e neopentecostal.

O conflito provocado pela reação de grupos sociais, em grande medida, ligados à grupos religiosos pentecostais católicos e evangélicos, organizada como força política partidária, tem construído disputa de forças antagônicas. Entretanto, é inegável que conforme Foucault (1984) indicou, o *uso dos prazeres*, em determinadas épocas, sociedade e grupos teve maior importância que outros campos da moral como as regras alimentares e os deveres cívicos, não se poderia deixar de antever que a busca de direitos sociais postulados por organizações sociais LGBT'S não levaria a intensificação de configuração que ligasse essas identidades a uma espécie de mal. A síntese platônica da verdade como sinonímia de bem e de belo, convertida pelos cristãos, colocou as práticas e depois as identidades de gênero e sexualidade LGBT como antagônicas à aquilo que representa o “certo, o bem e a verdade”.

Assim os LGBT'S são sinônimas de erro, mentira e, portanto, o oposto do bem – o mal. A verdade se afirma a medida que em si *ela destrói a mentira, o erro, o feio, o mal*. O essencialismo metafísico religioso, portanto, elegeu como estatuto de verdade o padrão hetero/Cis, o lado do bem e pôs todas as outras maneiras homo/trans como práticas e ou identidades desviantes.

Historicamente, defesa da prudência, a regulação do prazer que se configura como *evitar seu uso intempestivo* dentro de uma cultura “pagã” como a grega e seu acirramento pela tradição cristã, quando delimita as práticas sexuais ao casamento monogâmico, impondo o princípio de uma finalidade exclusivamente procriativa indica que se entenda a prática do sexo como resultante de longo processo de subjugação à moral. Foucault aponta a vinculação

entre sexo e o mal, por meio do texto de Clemente de Alexandria ao afirmar que *já encontramos ali certa associação entre atividade sexual e o mal, a regra de uma monogamia procriadora, a condenação das relações de mesmo sexo, a exaltação da continência* (FOUCAULT, 2012, 21- 22). A moral possui como marco servir de parâmetro do aceito e não aceito, o que se considera como prática correta que em nossa tradição está intensamente relacionada aos “padrões” de verdade ontologicamente fundamentados.

Dessa forma, considerando que as regulações das práticas sexuais, no sentido genérico, foram ganhando força persuasiva, possivelmente as práticas e identidades “homossexuais” foram colocadas no *hardes* da imoralidade, entretanto, como já se demonstrou neste capítulo, essa imposição da moral heteronormativa/Cis se apresenta como reação a afirmação identitária dos LGBT’S, tanto que pelo que se tem observado, o combate aos LGBT’S se intensifica dentro dos campos da religião - Moral e no campo político – do Direito, dispondo-se como negação à plena cidadania da “população” LGBT no Brasil. Foucault apresenta um apanhado sobre o caráter da moral:

Conhece-se a ambiguidade dessa palavra. Por “moral” entende-se um conjunto de valores e regras de ação propostas aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as igrejas etc. Acontece dessas práticas e valores serem bem explicitamente formulados em uma doutrina coerente e em um ensinamento explícito. Mas acontece também delas serem transmitidas de maneira difusa e, longe de formarem um conjunto sistemático, constituírem um jogo complexo de elementos que se compensam, se corrigem, se anulam em certos pontos, permitindo, assim, compromissos ou escapatórias (FOUCAULT, 2012, P.33)

Há de se considerar, portanto, que a dominação heteronormativa/Cis é factual e, sem dúvidas faz parte de um processo de instituído como norma, no entanto, não se pode pensar, nesse contexto, quando consideramos os segmentos LGBT’S, que se trata de negação radical e indistinta das práticas e identidades que diferenciem daquelas consideradas dotadas de normalidade ou de “naturalidade”, visto que os processos de afirmação individual e organizacional estão inseridos ao contexto social, neste cabem licenças que possibilitam em determinada medida a não exclusão social de LGBT’S, a exemplo, temos a condição de classe.

Todavia, a afirmação acima não os coloca em condições universais de indivíduos absolutamente “blindados” do preconceito e da violência, mas certamente os coloca em outro

patamar de respeitabilidade e reconhecimento social, verificada inclusive quando estes são alvo de homicídios, por vezes sua identidade e/ou o contexto do crime é omitida por familiares e pela imprensa. Paradoxalmente, isto também pode ser visto como violência simbólica, pois em vez de sepultá-los em caixões os sepultam em *armários*.

A *violência simbólica e moral*, ocuparam centralidade compreensiva para a reflexão sobre o conflito, todavia, este fato inviabiliza analisarmos a constituição histórica dos agentes sociais: “homossexuais” como representação, historicamente construída, de seres do mal ou portadores do mal, seja pela noção de pecado, crime ou patologia. Neste período vê-se que os LGBT’S têm sido vistos como portadores de determinada patologia – pecaminosa, que continua a colocar a violência quase como fim inexorável dos que assumem estas identidades, em especial, aqueles de camadas sociais menos abastadas material e formalmente entre LGBT’S Manaus.

O genocídio e o etnocídio são processos que decorrem quando se deseja negar a diferença, por serem absolutamente maus, caso do primeiro ou quando se admite a relatividade do outro que é mal e se trabalha para que os mesmos possam melhorar (CLASTRES, 1982, 52 – 60). A lgbtfobia, portanto, pode ser caracterizada como força que promove violência porque considera que estes e suas práticas representam o mal social a ser combatido. A noção de “cura gay” difundida socialmente poderia ser inserida no conceito de etnocídio postulado por Clastres, enquanto o genocídio poderia ser representado das agressões morais, físicas, muitas resultando em mortes.

A *banalidade do mal* postulado por Hanna Arendt em seu texto *Eichmann em Jerusalém* (1999) pensada a partir do relato sobre o sequestro de um dos agentes nazistas e seu julgamento em Jerusalém, momento em que a defesa, durante o julgamento usa discurso da não imputabilidade sobre seus próprios atos com a justificativa de que estaria a serviço do Estado e que, portanto a violência empreendida seria uma violência de estado e não de um indivíduo em particular.

Durante o processo de julgamento de Eichmann, seu advogado deixa bem claro que a única culpa que seu cliente reconhece é para com Deus, pois perante a lei o mesmo só teria agido cumprindo função que o estado lhe colocou, ou seja, seriam atos *de estado* (ARENDT, 1999 P. 33), concluindo que quem deveria ser alvo de julgamento seria os raptos de Eichmann na Argentina. Assim, a mesma relata como o mal pode ser banalizado em suas

diversas frentes, na prática de muitos judeus que colaboraram servilmente a destruição de seu próprio povo; na saída de intelectuais judeus da Alemanha por considerarem espaço de barbárie, nas posições de Hitler com vítima do sionismo, ou ainda na visão de que as mortes de judeus não passaram de atos médicos, deliberados pelo estado e, portanto, sem culpa.

O Preconceito, a homofobia e a condição de sub cidadania imposta aos LGBT'S representa que para parte sociedade brasileira e manauara existe uma vinculação entre ser LGBT e o mal ou pode ser classificado como o próprio mal. No Brasil, tornou-se comum ouvir frases *prefiro um filho bandido que um filho gay*". Cabe registrar os "homossexuais" foram alvos também dos crimes nazistas, ou seja, promovida como política de estado. No contexto contemporâneo brasileiro, a violência é informal, todavia, em grande media, é legitimada por se tratar de agentes LGBT'S.

Frente ao dilema do mal como imperativo, considerando que LGBT'S são marcados pelo drama e pela tragédia da violência, por vezes homicida, estes povos representariam o mal para os segmentos conservadores da sociedade. Estou me referindo ao imaginário dos grupos mais conservadores da sociedade que estabelecem uma relação direta de causa e efeito entre o ser LGBT e ser assassinado, por exemplo. No entanto, para o *movimento LGBT* a *violência simbólica, moral e física* representa um mal, porque atenta a dignidade e a vida. Inserem-se aqui as ideias de Taylor (1994) e Fraser (2007) sobre as demanda do reconhecimento, pois a banalidade do mal não se encontra somente em sua prática, mas na sua justificação – Quando alguém justifica o assassinato de um determinado *gay* e pai de santo de Manaus como: *ajusta vingança de Deus!* (*Expressão em rede social em Manaus 2011*) é possível concluir que o ato criminoso é legitimado e justificado por aqueles que projetam a maldade sobre os outros.

4.2.1 – O cerne legitimador da construção dos LGBT'S como grande mal no Brasil: o campo religioso

O trabalho etnográfico indicou que violência física de motivação lgbtfóbica posiciona-se como desfecho de outras modalidades de violência, a Simbólica e a Moral. Todavia, como já pontuei não ser uma regra mecânica de causa e efeito ou um fim inexorável.

O poder simbólico da lgbtfobia fundamentada, neste contexto, pela religião torna legítimo preconceito a LGBT'S, muitas vezes até pelos próprios LGBT'S, que se sentem culpados, aceitando a imposição dos preconceitos em suas vidas e naturalizando os casos de violência de ocorridos com outros LGBT'S. Essa tese é corroborada com os baixos níveis de denúncia de violência lgbtfóbica em Manaus, até o mês de maio do ano de 2013, o comitê de enfrentamento à homofobia do Amazonas, recentemente implantado, em parceria com a omissão de direitos humanos LGBT da OAB seção Amazonas havia recebido apenas duas denúncias de lgbtfobia em Manaus; caso semelhante encontra-se na SEMASDH que expôs em reuniões do Fórum LGBT Amazonas, quando ainda havia a *andorinha* na SEMASH, a ausência de denúncias. Estes fatos refletem que a violência lgbtfóbica não pode ser assemelhada à outras que possuem reconhecimento moral da sociedade devido a seus alvos.

Neste sentido, as próximas sessões exporão breve apresentação dos movimentos religiosos que, em certa medida, tem protagonizado a construção semântica e ideológica do discurso e das estratégias que visam impedir o avanço dos direitos humanos aos povos LGBT. O uso do termo “certa medida” se explica por ser fato que os movimentos (neo) pentecostais tanto evangélicos quanto católicos não se constituem como unidade homogênea, basta que citemos como exemplo o aparecimento e crescimento das classificadas igrejas inclusivas, que entre suas características essenciais encontra-se a aceitação de fiéis assumidamente LGBT'S. Todavia, não se pode perder de vistas, que em sentido mais amplo, ambas as vertentes indicam um caminho para o conservadorismo moral e nesta condição muitos segmentos tem colocado os LGBT'S como o mal a ser combatido como legitimação existencial e religiosa.

4.2.1.1 – Pentecostalismo evangélico e católico: da violência simbólica ao germe da violência moral e física

O segundo capítulo onde se apresentou a etnografia realizada por meio das narrativas dos *agentes de resistência* explicitou o quão a família pode representar a maior das dores entre LGBT'S não aceitos no seio familiar, drama exposto de forma mais contundente na sessão sobre *violência privada*, subdividida em simbólica/moral e violência física. Isto poderia nos levar a crer numa sessão específica dedicada a esta Instituição basilar da vida de todos – a família. E poderia ter sim! E, inequivocamente, produziria outros elementos de

compreensão da violência contra LGBT'S em Manaus. Todavia, quando adentramos em relatos como os de *Baryshnikov*, obrigado a deixar o convívio familiar aos 15 anos devido à violência de todas as modalidades pelas qual passou a sofrer após ser expulso do *armário* por seu tio *gay*; ou quando nos debruçamos na estória de vida de *Tulipa*, marginalizada, excluída de sua família, pode-se observar que o *ethos* religioso cristão norteia a conduta moral da família. *Psicodélico* em determinado momento em sua convivência familiar viu-se ameaçado escolher entre frequentar cultos de determinada igreja evangélica ou ser internado no manicômio.

A ação da mãe de *Eros* em surrá-lo após a denúncia do pai de um rapaz que residia na vizinhança de que os mesmos teriam sido flagrados em relação amorosa, representa a concepção de inadequação das práticas afetiva - sexual de seu filho, com as concepções simbólicas e morais da família. Além disso, o fato da família ser ativamente praticante do catolicismo ainda sobrava o envergonhamento social, esse envergonhamento expresso no momento do espancamento reproduzido por *Eros*: *você sabe quem veio aqui ontem? Como fica minha cara?* (*EROS*, 2015)

O mesmo se refere a *Sávio* que nem postumamente teve reconhecimento de sua identidade, visto que seus pais são pastores evangélicos. O tabu familiar endógeno tem relação com desafio que representa ao líder religioso evangélico manter sua autoridade e ao mesmo tempo reconhecer socialmente ter um filho LGBT, preconceito exógeno que determina em muitos casos os atos de exclusão endógena. No prólogo do trabalho inseri a questão da *honra* que compõe a gama de elementos que nos ajudam a compreender a violência contra LGBT. Aqui a honra pode ser pensada como reforço do preconceito familiar, ou seja, a não aceitação ou não reconhecimento por parte de parentes de forma comum é justificada pelo envergonhamento pode representar na percepção do parente ter um filha(o), irmã (o), tia (o), pai, mãe, neta (o) avó (ô); prima (o) LGBT.

Se considerarmos as experiências de Violência Simbólica, Moral e Física, inseridas neste trabalho, que decorreram fora da Instituição familiar, estas não excluem a presença desses fundamentos simbólicos tornados *habitus* em grande parte da sociedade que busca a todo custo reverter os processos de afirmação de gênero e sexualidade. *Amazonas* ao relatar o processo que culminou com o ato de abandonar sua casa registrou intensamente o fato de seu algoz ser pastor de igreja evangélica. A tortura policial sofrida *Dionísia* trouxe em seu bojo a

violência moral, praticada por uma oficial da polícia militar que afirmava *que gay tinha que morrer, que gay era uma vergonha, que gay não era para esta existir*. O discurso de ódio da referida policial possui carga teleológica e escatológica a despeito do princípio de que a existência LGBT trata-se de erro, desvio, doença e pecado.

4.2.1.1.1 – Os evangélicos e o ideal teocrático

Expus nas sessões iniciais deste texto que o foco de *meu olhar*, quando a questão encontra-se inserido no campo religioso, esteve sempre mais direcionado para o papel desempenhado pelos segmentos (neo)pentecostais evangélicos, consequência do trabalho de mestrado sobre neoconvertidos em Manaus sob o título *O processo de ressignificação na prática religiosa pentecostal e neopentecostal: um estudo de caso no contexto sócio religioso da zona leste da cidade de Manaus*.

Após esse estudo, apresentei dois ensaios: o primeiro na ABA 2012 intitulado *O combate ao mal nas noites da zona leste da cidade de Manaus: interfaces do profano e do sagrado na ação (neo) pentecostal* e o segundo na REA ABANNE 2013 intitulado: *Homofobia pentecostal e seus reflexos entre “homossexuais” na cidade de Manaus* ambos tinham nesses movimentos a centralidade de estudo. Dessa forma, é possível afirmar que nesta sessão terei mais elementos dentro deste segmento religioso, haja vista, minha trajetória acadêmica; por último, é ponto pacífico afirmar que estes grupos desempenham articulações e ações que visam a ampliação da ocupação do espaço político adotando pautas fundamentadas nas interpretações que extraídas do cristianismo, mesmo que facilmente se possa verificar que estes combates possuam caráter de verdadeiros “bodes expiatórios” que mascaram o poder e a acumulação de capital – os interesses dos patrimonialistas especialmente.

A presença protestante no Brasil é registrada desde o período colonial inicialmente com os franceses Huguenotes que invadiram o Rio de Janeiro no século XVI, na busca pelo pau-brasil e de refúgio religioso (ELIZETE SILVA 2006). Posteriormente com holandeses no século XVII que criaram a Igreja Reformada no Brasil sob o comando do pastor Enoch Sterthenius, oferecendo escola dominical e evangelização aos povos indígenas e negros africanos. Após a expulsão dos holandeses instaura-se período de intolerância com os Protestantes, tratados pela

pecha produzida pelo Padre Antônio Vieira de *herege invasor*. Somente no século XIX com a aliança entre Portugal e Inglaterra marcada pelo “tratado de aliança e amizade e de comércio e navegação” a presença de protestantes se intensifica no território Brasileiro (PEREIRA, 2006).

Os reformistas que desde o século XVI vinham para o Brasil, como eram o caso dos anglicanos que vinham por relações comerciais estabelecidas e os luteranos que vinham substituir a mão-de-obra africana, são classificados como *protestantes de imigração* (CONRADO, 2006); na sequência temos os classificados como *protestantes de missão* oriundos dos Estados Unidos: Congregacionais, Presbiterianos, Metodistas, Batistas, Episcopais, Luteranos e Adventistas; Os Pentecostais surgem nos Estados Unidos no início do século XX, chegam ao Brasil em 1910 e se fundamentam na *experiência com o Espírito Santo, confirmada pelo dom das línguas, a glossolalia e o dom das curas*, herdeiros da reforma metodista Wesleyana (PASSOS, 2005). Este segmento é representado por Igrejas como: Assembleia de Deus; Evangelho Quadrangular, Brasil para Cristo, Deus é Amor. Na década de 1970 surge o movimento neopentecostal brasileiro caracterizados pela

Incorporação da lógica do mercado religioso e de uma racionalidade empresarial, onde é vendida a possibilidade de felicidade aqui mesmo na terra, advinda da prosperidade econômica. Este segmento teve como primeira representante a Universal do Reino de Deus e, a posteriori, pela Internacional da Graça e Renascer e Mundial do Poder de Deus como grandes indústrias paradigmáticas do neopentecostalismo (...) Os neopentecostais, além de trazerem marcas nitidamente católicas e afro-brasileiras, adotam modelos institucionais bastante diferentes, até mesmo daqueles das Igrejas Pentecostais clássicas. A partir do final da década de 1980, e dos anos 90, o modelo neopentecostal surge e expande-se de forma desenfreada no Brasil (PEREIRA, 2007, 58- 59)

Até pouco atrás pentecostais e neopentecostais mantinham distinções evidentes, todavia, considerando que os pentecostais, em sua maioria, passaram por verdadeiro processo de atualização e adaptação, flexibilizando aspectos morais como corte de cabelo das mulheres, o uso de determinadas indumentárias, o fim da percepção de que o conhecimento científico seria uma ameaça a fé, o investimento pesado em tecnologia de comunicação e o forte apelo a teologia da prosperidade, no Brasil atribuído ao ethos Neopentecostal, neste sentido, o jargão “meu reino não é desse mundo”, mundanizou-se bastante entre os pentecostais, ou seja estes dois segmentos estão mais próximos hoje que ontem. Mesmo

assim, pode-se observar o Neopentecostais possuem maior capacidade sincrética e são mais flexíveis com as interpretações de ordem teológicas.

Possivelmente, além do fato de que os evangélicos estão crescendo de forma vertiginosa no Brasil, o elemento que tem marcado estes segmentos são o surgimento de “microempreendimentos” religiosos, igrejas autônomas e fragmentadas; e por outro lado o surgimento das Igrejas segmentadas a exemplo das próprias Igrejas Inclusivas que aceitam LGBT’S, a maioria lideradas por estes.

A experiência de estudo no campo da religião, em especial da cristã, evidenciou que a afirmação do campo religioso requer sempre a demarcação de fronteiras morais que separam aquilo que pertence ao campo do bem e seu reverso do mal consequentemente. Ou seja, as práticas do maniqueísmo permanece como eficiente ferramenta das práticas religiosas cristãs – os *LGBT’S* são bons inimigos da fé; difícil mesmo foi a opção da Teologia da Libertação que elegeu o capital e a propriedade como inimigos do Cristo.

Weber (2002. p.190) afirma haver relação entre a ética econômica e a formatação religiosa, a percepção mais notória é de que ao invertemos os dois polos, possivelmente chegaremos a uma relação direta que alimenta a cortina de fumaça que faz eleger os LGBT’S e suas práticas como algo a ser combatido, ou seja, as formações religiosas evangélicas atuais, suas formas organizacionais, seus repertórios linguísticos – semânticos apontam para uma relação direta ao campo da dominação econômica.

Aqui faço a crítica ao próprio caminho que tomei quando escrevi a Dissertação de Mestrado, influenciado pelo trabalho como os de D’EPINAY, *O Refúgio das Massas: estudo sociológico do protestantismo chileno*, precisamente por não ter realizado a crítica necessária, no que diz respeito, ao repertório simbólico que, na sua percepção pautavam-se por outros valores, distintos daqueles que marcaram o estudo weberiano sobre protestantismo na Europa e Estados Unidos. Ora, é evidente que o discurso da prosperidade, que marca determinadas relações dialógicas com contextos mais amplos da economia, a exemplo do avanço de instituições como a Universal do Reino de Deus, a Internacional da Graça de Deus e Mundial do Poder de Deus se erigiu no mesmo período em que tivemos a maior ascensão social das classes subalternas da história do Brasil. Neste sentido, a guinada protagonizada pela maior denominação evangélica brasileira a Igreja Assembleia de Deus rumo ao repertório da prosperidade de forma contundente.

Resultado da pesquisa realizada pelo *Pew Fórum on Religion & Public Life*, organização norte americana voltada para o estudo da relação Religião e Causas Públicas, divulgado em 2006, conclui que uma das marcas dos pentecostais atualmente é a crença de que a fé é muito importante para o sucesso econômico: o percentual alcançou 99% (noventa e nove por cento dos entrevistados), e 89% (oitenta e nove por cento) afirmam que Deus premia com saúde e prosperidade os que nele acreditam (PEREIRA, 2007 P. 64).

Nesta perspectiva, a possibilidade de queda do crescimento econômico no Brasil ou até mesmo de recessão pode representar maior acirramento do discurso de muitos setores evangélicos, haja vista suas necessidades de construir novos inimigos a combater e assim, continuar o processo de crescimento de seguidores. No entanto, as divergências internas não os impedem de estabelecerem algumas pautas comuns, e a considerar que estas instituições estão inseridas de forma direta nas esferas de poder político administrativo o quantitativo de “fiéis” é visto internamente como aumento das doações dizimais e externamente o poder de eleger candidatos alinhados aos interesses destas instituições e o aumento do poder de barganha nas alianças locais e nacionais. A *bancada evangélica* na câmara federal liderada por João Câmara de Goiás, conta, segundo o mesmo, na atualidade com 92 deputados dos mais variados partidos. Os mesmos se definem como *Frente Parlamentar Evangélica*. No senado são reconhecidos três senadores representantes dos interesses dessas denominações religiosas.

No início da década de oitenta, os evangélicos eram representados por apenas 2 (dois) deputados federais, em 1986 já possuíam uma bancada de dezoito parlamentares, além de 14 (quatorze) protestantes. Nas eleições seguintes progrediram para 23 (vinte e três) e depois 26 (vinte e seis), além de 4 (quatro) senadores. Em 2003, ano da fundação da Frente Parlamentar Evangélica, eles já eram sessenta (60), formando a terceira maior bancada; em 2007 a bancada foi reduzida para quarenta deputados, possivelmente pelo envolvimento da bancada anterior do escândalo das “Sanguessugas” (PEREIRA, 2007, P. 70).

Todavia, nos últimos pleitos estes segmentos cristãos voltaram a ampliar o número de deputados como vimos no parágrafo acima. Neste sentido, a organização dessas forças é reproduzida nos estados e municípios da federação, no Amazonas temos de forma patente quatro deputados que se autodenominam representantes de igrejas evangélicas, incluindo o líder do Governo no parlamento. A *Pew Forum on religions & Public life* afirmou que 73% (setenta e três) dos evangélicos concordam que é importante para os líderes políticos terem fortes crenças religiosas e confirma a inserção dos evangélicos no mundo da política

No capítulo anterior apresentei as consequências da organização das forças políticas *-religiosas* nos parlamentos para os LGBT e suas organizações sociais, todavia, de acordo com o trabalho etnográfico desta pesquisa o avanço dessas práticas religiosas recrudesceu o conflito no campo da sociedade e de suas instituições, especialmente, a instituição familiar. A rejeição dos LGBT'S por parte da cristandade é histórica, sendo que este segmento, na atualidade, tem empreendido forte combate a afirmação identitária. Neste sentido, os parentes adeptos são os primeiros a fazer o combate dentro de casa. Taylor pontua esta dimensão ética do não reconhecimento.

A tese consiste no fato de nossa identidade ser formada, em parte, pela existência ou inexistência de reconhecimento e, muitas vezes, pelo reconhecimento incorreto dos outros, podendo uma pessoa ou grupo de pessoas serem realmente prejudicadas, serem alvos de uma verdadeira distorção, se aqueles que os rodeiam refletem uma imagem limitativa, de inferioridade, ou de desprezo aos mesmos. O não reconhecimento ou o reconhecimento incorreto podem afetar negativamente, podem ser uma forma de agressão, reduzindo a pessoa a uma maneira falsa, distorcida, que a restringe (TAYLOR, 1994, p. 45)

O trabalho apresentado na IV REA e XIII ABANNE realizada em Fortaleza em 2013, refletindo sobre a modalidade de “homofobia” teísta, tendo como foco, as ramificações evangélicas, baseou-se na experiência de vida de três LGBT'S da cidade de Manaus que se autodenominavam como evangélicos. O intento tinha como transfundo a lgbtfobia endógena, pois estava tratando de jovens *gays – praticantes (mantinham vida afetiva e sexual gay)*, pertencentes a famílias evangélicas e que pelo *habitus* adquirido frequentavam as igrejas evangélicas de seus pais. Os relatos inevitavelmente foram repletos de paradoxos e contradições, considerando que estes tinham na fé elemento fundamental de suas vidas e, ao mesmo tempo, revelavam em suas expressões as dificuldade de conciliarem com suas identidades *gays*. Este exercício foi produzido no processo de desenvolvimento do trabalho de campo, que tem nesta tese seu desfecho.

A inclusão desta reflexão, neste capítulo, se justifica na vontade de demonstrar outras dimensões dessas relações de complementaridade e conflito que se relacionam com a vida dos *agentes de resistência*, portanto, como dilemas particulares; reafirmar o encadeamento que explica a força política que estes segmentos religiosos têm adquirido nas últimas décadas no Brasil.

Os agentes que contribuíram para a construção deste trabalho e para a produção do referido artigo, possuíam elementos comuns: Todos são jovens 20, 24 e 26 anos; dois residentes na Zona Leste e um na Zona sul, membro de famílias evangélicas sendo que o primeiro congrega na “igreja internacional da graça de deus” e o segundo congrega na “comunidade evangélica de Manaus”, ambos de origem adventistas o terceiro frequenta a “igreja vida com deus”. Característica comum destes agentes se dá no fato de todos eles são *gays* evangélicos e, naquele momento, todos possuem parceiro estabelecido – namorados. Aqui vou reeditar apenas breve resumo dos diálogos, das impressões e interpretações de um desses jovens *gays* evangélicos.

A consciência de se auto perceber “homossexual” contrasta com a dificuldade de sentir-se pecador por reconhecer na “homossexualidade” um erro condenatório. O fato de todos possuírem parceiro estável revelou-se como tentativa de minimizar a gravidade do pecado, visto que um deles expressou que quando estava na condição de estabelecer relações sexuais esporádicas com parceiros distintos o sentimento de culpa era maior – *me sentia imundo*. Este mesmo agente que entrevistei durante a pesquisa para escrever o referido artigo expressou *que sentia que as práticas homossexuais possuíam caráter de ser apenas uma “curtição, uma questão de tempo”, Daí que constantemente coloca em oração “para que ele retire esse sentimento, que deus coloque algo melhor, uma esposa, filhos, porque quero a comunhão com deus”* (PEREIRA, 2013). A força simbólica da religião é avassaladora, no momento em que ouvia este relato eu me punha a lembrar as inúmeras orações que eu realizei, em missas, procissões ou em minha rede, momentos antes de adormecer, solicitando o fim do desejo “homossexual”. O fragmento abaixo expressa o duplo mal estar de um jovem evangélico e *gay*.

o receio que tem em relação à reação da família caso venha saber de suas práticas afetivas homossexuais. Segundo **A** que teve um amigo líder de célula e de grupo de dança que namorava *uma mulher de Deus*, inesperadamente assumiu que era *gay*: *a mãe dele passou mal e foi bater no pronto socorro, depois ele foi expulso de casa e mora hoje em Curitiba, tenho medo que minha família faça o mesmo, meu pai pode enfartar e minha mãe passar mal*. O mesmo deixa claro que a preocupação com a rejeição da família é maior que uma possível rejeição religiosa, mesmo que a última seja a causa da possível rejeição familiar. *Sinto muita culpa por praticar uma fé, e ter relações homossexuais, tenho preocupação com minha família me expulsar e ter uma vida ilícita* (PEREIRA, 2013)

A partir desse esboço da experiência de vida de um rapaz que vive o dilema interno, consciente de sua “homossexualidade” e concomitantemente sentindo-se em condição de

pecado, podem-se imaginar os conflitos internos deste e de inúmeros LGBT'S que se encontram nesta condição. Com a predominância cristã no país, mesmo aqueles que superam angustia existencial do paradoxo criado internamente pelo ethos cristão, por vezes, sofrem com a negação, com a exclusão promovida pelos familiares e/ou amigos inflados de valores religiosos preconceituosos.

Dessa forma, além do reconhecimento de que o conflito social é objetivamente político, a exposição realizada aqui dialoga com aquilo que foi o intuito do trabalho em sua integridade – dar visibilidade a luta, ao conflito em determinada dimensão, mas sem deixar de refletir a condição subjetiva dessa constituição do LGBT como portador do mal a ser combatido.

4.2.1.2. – Os Católicos Renovados no ardor do conservadorismo

A pesquisa desenvolvida durante o curso de mestrado no PPGSCA - UFAM sobre o processo de adesão ou “conversão” de fiéis à denominações evangélicas, no contexto da zona leste da cidade de Manaus, possivelmente tenha, relativamente, ofuscado minha percepção enquanto pesquisador para a análise do conflito entre os LGBT'S e a moral social dominante, pois este capítulo postulava-se como aquele que reencontraria, em determinados pontos, com a dissertação de mestrado. Isto significaria, exclusivamente explicitar as incongruências entre as doutrinas religiosas defendidas proselitisticamente por denominações evangélicas, difundidas midiaticamente, de um lado como prática política parlamentar e de outro reafirmar as formas de *resistência e enfrentamento* dos LGBT'S. Todavia, durante o trabalho de campo em 2015 me deparei com a força organizacional de setores da Igreja Católica ligados ao pentecostalismo e neopentecostalismo.

Estes momentos nevrálgicos se deram no processo de aprovação do plano municipal de educação e o plano estadual de educação – câmara municipal de Manaus e assembleia legislativa do Amazonas, respectivamente. Dentro da gama de questões a serem debatidas e aprovadas que visavam a melhoria da educação, o único tema que mobilizou politicamente os dois lados do conflito estava circunscrito com a manutenção ou retirada dos itens que versavam sobre as políticas de gênero e sexualidade no campo educacional.

Minha expectativa era de encontrar parlamentares evangélicos com seus fiéis organizados, ocupando os parlamentos para frear a aprovação que incluísse a temática. Todavia, em ambas as casas parlamentares, foram os membros da RCC - Renovação Carismática Católica, que de forma organizada, mobilizou fiéis para pressionar os vereadores e deputados estaduais. Eram mais de cinquenta membros desse segmento católico, munidos de terço, praticando orações e pregações. Os Plenários, tanto na Câmara quanto na Assembleia, ficaram explicitamente divididos entre aqueles que oravam pela não aprovação da manutenção dessas temáticas, e os LGBT'S apoiados por outros *movimentos sociais* e acadêmicos, que desejavam que fossem mantidas as referidas temáticas nos planos educacionais. Tanto na câmara quanto na assembleia legislativa a pressão religiosa conduziu aos parlamentares ao alinhamento com a posição dos representantes da igreja católica.

Na Assembleia legislativa os deputados que compunham a comissão de Educação realizaram audiência pública pré-votação do Plano, onde se revezaram militantes a favor de que gênero e sexualidade fizessem parte da transversalidade da educação e daqueles que são contrários e que classificam como “ideologia de gênero”. Foram discursos marcados por forte emoção de ambos: os membros da RCC demonstravam enorme preocupação com a formação das crianças ao relativizar o peso biológico para a construção da identidade, inclusive desconsiderando outros aspectos da temática a exemplo dos direitos das mulheres Cis; enquanto os discursos dos LGBT'S e de Movimentos sociais e pesquisadores fundamentaram seus argumentos em questões como o preconceito e a violência sofrida por LGBT'S; no machismo e na violência contra a mulher. O discurso, até certo ponto, fundamentalista do Movimento RCC, pode não ter sido o mais convincente, mas impôs aos parlamentares a noção de força simbólica – política que o mesmo possui.

A RCC tem sua origem nos Estados Unidos no final da década, no ano de 1967 e torna-se movimento forte no Brasil na década de 1990. Estes foram classificados como pentecostais católicos. Mesmo que respeitem a doutrina, as práticas devocionais, os atos religiosos se assemelham ao segmento evangélico como a crença nos dons do espírito santo – curas, glossolalias, entre outras. Na atualidade o termo RCC tem perdido seu protagonismo social como segmento que pretendeu frear a migração de católicos para as igrejas evangélicas e, um de seus grupos derivados, ainda na década de setenta, tem despontado como dos representantes desse segmento: a Comunidade Canção Nova, detentora dos espaços midiáticos, de produtoras e editoras. Este Movimento que agrega verdadeira diversidade de

grupos pentecostais católicos tem ocupado espaços de outros segmentos católicos como aqueles mais ortodoxos a exemplo da tradição, família e propriedade TFP; de movimentos ligados ao catolicismo popular e das Cebs – Comunidades Eclesiais de base, ligadas a Teologia da Libertação. Sem dúvidas que a Igreja católica tornou bastante pentecostal nas últimas décadas.

Reginaldo Prandi ao realizar levantamento em 1994 revela que o Brasil já contava naquela época com mais de quatro milhões de Carismáticos no Brasil, sendo que na atualidade este número já supera os 14 milhões de adeptos. A proporção de pentecostais e neopentecostais evangélicos e católicos explicam, o seu nível de organização política, e o entrave que representam para as pautas LGBT. Isto significa que mesmo com o avanço organizacional dos LGBT'S; mesmo com o processo mais amplo de resistência em suas vidas cotidianas, estes ainda urgem por maior empoderamento político visto que frente ao conflito instaurado, o discurso teísta teocêntrico de ideal teocrático, as bancadas evangélicas entre outras impõem aos LGBT'S intensa necessidade de organização e articulação política e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa antropológica pautou-se em tomadas de decisões empíricas e teóricas que determinaram *hylerformicamente* este trabalho: O princípio da reflexividade, o princípio de que LGBT'S configuram-se dentro da categoria *povo*, no sentido proposto por Agamben; noção de violência como categoria dispositiva de mobilização; a atribuição agenciológica aos indivíduos que contribuíram com a pesquisa no papel de *agentes sociais, e de enfrentamento e de estado*; a noção de violência como indissociável das construções culturais e políticas; a compreensão da violência como reação a afirmação identitária LGBT como constructo coletivo marcado por narrativas do campo do direito que gera conflitos sociais. A violência *simbólica, moral e física*, intensamente, descritas neste trabalho, por mais que mexam com o aspecto emocional daqueles que possuem proximidade com essas dores ou que possuam sensibilidade solidária – alteridade plena ao processo genocida e etnocida dos LGBT'S, não foram etnografados com objetivo de se circunscreverem ao campo da subjetividade ou do campo da biografia, pelo contrário, tem por finalidade transpor esses campos intersubjetivos e caminhar para a dimensão coletiva desses acontecimentos.

A lgbtfobia se configura como *dimensão individual de ordem afetiva e dimensão cultural de ordem cognitiva*(BORRILO, 2010) considerando que esta distinção vem da psicologia, apresentou-se, nesta tese, a relação entre *habitus e campo em Bourdieu (2007)* com o objetivo de estabelecer o elo entre à distinção produzida por Borrilo (2010). Isto significa que histórias de vida e os acontecimentos narrados pelos *agentes sociais* neste trabalho expressam situações de violência produzidas socialmente e incutidas pelo *habitus*. Assim, as experiências relatadas pelos agentes de resistência e pelos agentes de enfrentamento, possuem distinções contextuais, mas fazem parte de uma mesma problemática, essencialmente social. A cultura da lgbtfobia atua na construção simbólica dos indivíduos e determina, pragmaticamente, o construção de regras morais e civis que buscam moldar as condutas e estabelecer as punições aos que aos que se atrevem a transgredir.

Os crimes contra LGBT em Manaus possuem elevado teor de “lavar com sangue a honra masculina” – no caso descrito no Prólogo a violência está diretamente relacionada com a inaceitação da possibilidade de um *gay* por fim em um relacionamento afetivo. Constatei que processos e acontecimentos exemplificados se assemelham à violência contra a mulher no Brasil. A honra aparece de diversas maneiras na reação lgbtfóbica, no sentido daquilo que

Rohder (...) pressupõe; de que homens têm honra e mulheres tem vergonha, pude verificar que muitos homens cometem crimes por honra e muitos LGBT têm vergonha da sua condição, vergonha que se intensifica geometricamente quando são alvos de violência. Aqui pontuo apenas uma dimensão que justifica um dos postulados desse trabalho que relaciona lgbtfobia com androcentrismo e machismo.

Esta pesquisa esteve entrelaçada com a trajetória do pesquisador em sua dimensão intelectual e política. O trabalho desenvolvido no mestrado sobre neoconvertidos ao pentecostalismo e neopentecostalismo na zona leste de Manaus mostrou-se fundamental para compreender a dimensão reativa do conservadorismo brasileiro na atualidade, tanto na prática e legitimação da violência quanto nas práticas de impedimento de aprovação de leis que atribuam igualdade de *status* aos LGBT'S. Esta constatação tornou-se fundamental para que o trabalho, que desde seu nascedouro, já transcorria por diversos campos da antropologia, adentrasse, de forma mais explícita, ao campo da antropologia da religião. Dessa maneira, o trabalho desenvolvido no curso de mestrado sobre a resignificação a partir da adesão à igrejas pentecostais e neopentecostais e, o projeto apresentado na seleção sobre a dinâmica noturna da zona leste da cidade de Manaus protagonizadas por percepções do sagrado e do profano, a mundanização da religião e a sacramentalidade do profano estiveram coadunados em cada momento das vivências etnográficas. Afinal, em diversos recortes de vivências de LGBT'S em Manaus expressas neste trabalho pode-se observar explicitamente o capó simbólico-religioso determinando ou legitimando processos de violência que afetavam *agentes de resistência, enfrentamento e de estado*.

A pesquisa que propedeuticamente propunha etnografar a violência contra LGBT, elegendo os homicídios como especificidade a ser analisada, passou por verdadeiro processo de resignificação, frente às inúmeras de formas de violência que afetam estes *povos*. Com o objetivo de dar conta dessa diversidade e dinâmica da violência cotidianamente relata no trabalho de campo, introduzi as categorias violência simbólica, esta como senso comum acadêmico em ciências sociais e fundamentada por Bourdieu (2007) como espécie de violência consentida; sobre a violência moral que busquei inspiração nos trabalhos de Durkheim, em sua reflexão sobre a coercibilidade desempenhada pela sociedade – neste sentido como uma consequência da fragilização do poder simbólico.

O postulado teórico do *reconhecimento e redistribuição* fundamentados por meio de textos de Taylor e Frase (1994, 2009), antecederam o desenvolvimento da pesquisa em suas demandas de campo, todavia os mesmo se mostraram bastante plausíveis frente aos dramas e tragédias enfrentados por LGBT'S em Manaus. Ser reconhecido, ter suas demandas materiais atendidas, são pautas dialeticamente prementes entre LGBT'S, evidentemente daqueles em maior proporção de exclusão social. Todavia, a grande questão que se colocou foi que a violência visibilizada no país e em Manaus trata-se de uma problemática de cunho sociocultural e político, desencadeada pela saída do *armário*, que, nesta síntese, extrapola o sentido proposto por Sedgwick (2008), ao acrescentar mais um sentido semântico: *saída do armário do movimento social LGBT*.

A categoria conflito teve função elucidativa para fundamentar a dimensão social desse fenômeno, ou seja, a violência que afetou *agentes* como *Tulipa, Amazonas, Hefesto ou Dionísia* não está circunscrita à uma causa isolada e subjetiva, mas é parte do conflito que passa a existir no momento que um LGBT se afirma como *agente social* dotado dos mesmo direitos isonômicos que deveriam nortear materialmente a vida social.

Como afirmou Fernando Pessoa *só se abre caminho caminhando* coadunou-se com a trajetória da pesquisa, pois mesmo tendo podido apresentar no parágrafo categorias que perpassaram por toda a pesquisa, é verdadeiro também que muitas premissas e arcabouços teóricos tenham sido suplantados, visto que o campo nos direcionava para outras “estradas” bem distintas daquelas inicialmente planejadas e mapeadas. Neste sentido, utilizei inclusive o aforisma do *phanta réy* de Heráclito de Éfeso para demonstrar como, em cada pesquisa que desenvolvemos, temos experiências que se assemelham analogicamente a minha única experiência *de montar um cavalo, que estando sem sela, ao montar por um lado, fui deslizando pelo lado oposto e caindo no barro duro do planalto santareno, experiência que me fez desistir definitivamente de repetir a experiência*.

Definir a categoria que representaria todos e todas que de alguma maneira contribuíram na construção deste exercício foi desafiador, todavia a adoção da categoria *agente* possibilitou verdadeira epifania neste trabalho, pois a partir desta definição o fluxo do cogitar parece ter deslanchado por “águas menos turbulentas”, mesmo que isto não me tenha distanciado em nenhum momento da insegurança do erro, da confusão teórica e da inabilidade de realizar um trabalho de campo. Todos ganharam agencia no trabalho, inclusive os mortos,

que ajudaram a construir este artesanato por meio das narrativas de determinados *agentes* vivos. Observo que a dinâmica da construção relacional entre o pesquisador – *eu* e os agentes – *eles* foi marcada por diversos entraves e desafios que exigiram estratégias de aproximação, persistência e negociações.

A atribuição de pseudônimos à estes agentes representa a gama de interações, condicionantes que impedem a livre exposições de seus nomes neste trabalho acadêmico: pudemos observar alguns exemplos de violência contra *agentes de resistência* com entrelaçamentos com policiais criminosos – *Dionísia*; com pessoas ligadas ao tráfico de drogas caso de *Amazonas*; com parentes empresários influentes na cidade de Manaus como *Tulipa*. Neste sentido, o trabalho possa ser visto como hagiográfico por atribuir nomes edificantes, heróicos e míticos à muitos de seus Agentes, todavia, não vejo isto como problema, pois nunca utilizei de subterfúgio da *ponto de vista* de onde observava este fenômeno; nem de minha inclinação de fazer deste trabalho um instrumento de denúncia frente a assimetria do conflito entre os que defendem o direito de ser diverso, de quebrar com o princípio social de que existe uma ordem a ser seguida e os conservadores que desejam naturalizar, sacramentar e eternizar a ordem dominante do heterocentrismo/Cis. Mesmo assim, o trabalho etnográfico não se furtou de buscar demonstrar a concretude e as contradições existências e sociais desses Agentes que compõem o quadro de produtores desse exercício.

A tese deste trabalho pauta-se na constatação empírica da prática social de distintas formas de violência contra LGBT, todavia, esta violência reflete de forma dialética o processo de afirmação identitária coletiva que estes agentes tem empreendido no contexto nacional e local nas últimas décadas, atestando tratar-se de um *conflito territorial assimétrico dos campos da moral e do direito*, onde a violência constituiu-se como o *dispositivo normatizador e mobilizador* primordial suplantando inclusive o dispositivo desencadeado pelas DST – AIDS e as demandas de atendimento de gênero às travestis e transexuais.

As demandas por *reconhecimento* encontram-se dentro de contexto internacional de avanço do conservadorismo, do fundamentalismo alinhados à outros grupos políticos que possuem em sua natureza a defesa de alguma forma de exclusão social ou identitária. No contexto Brasileiro apropriei-me da exposição de Michel Apple sobre as forças conservadoras que avançam sobre o país: neoliberais, neoconservadores, a nova classe média e os populistas

autoritários que procurei adaptar ao contexto nacional aos três grandes blocos políticos que atuam no parlamento: *Patrimonialistas, punitivistas e religiosos*.

Dentro deste contexto que pude inserir as histórias de alguns Agentes que contribuíram com a pesquisa como agentes de *Resistência e de Enfretamento*, ou seja, a violência que afeta à estes agentes de resistência são produzidas por determinadas forças ideológicas que ao perceber o ineficiência do poder simbólico sobre a formatação dos padrões de gênero e sexualidade preparam o arsenal de combate aos insubordinados. Lembro bem das palavras da deputada Erika Kokay do PT: *quando morre um lgbt por esfaqueamento, não podemos esquecer que alguém afiou a faca antes* (palestra de abertura da III conferência de direitos humanos LGBT, 2006).

Ao chegar nesta etapa de conclusão deste trabalho reconheço que atrever-se a falar de violência contra LGBT tornou precária as condições de se realizar um trabalho de doutoramento com o devido aprofundamento, considerando que ao me colocar com o desafio de realizar uma pesquisa com distintas identidades coletivas, tive o compromisso metodológico e ético de buscar dar visibilidade ao maior número possível de *agentes* que compõem a diversidade identitária atreladas à estas quatro letras.

Possivelmente os bissexuais sejam uma lacuna deste trabalho, todavia cabe enfatizar que no contexto nacional o local a bissexualidade possui o dilema da sua própria invisibilidade interna, visto que a maioria daqueles que possuem prática bissexual assumem de forma comum a identidade heterossexual, fato que deixa, enquanto afirmação coletiva de uma determinada identidade, grande lacuna a pesquisa e a luta pelo direito de Ser bissexual. Todavia, a isto a apropriação da discussão desenvolvida por Bourdieu sobre *campo e habitus* possibilita compreender como as relações sociais produzem simbolicamente Agentes dotados de determinados padrões de consciência e de ação no mundo, sem quaisquer essencialismos.

As marcas impregnadas pela dor da *violência simbólica e moral* parecem invisíveis ao olhar da sociedade; as travestis que trabalham na prostituição no bairro do Aleixo no entorno do tribunal de justiça do Amazonas – Zona Sul, na Grande Circular Zona leste de Manaus, na Djalma Batista – Zona Centro Sul; nas avenidas Camapuã – Noel Nutels – Max Teixeira na Zona Norte ou em outros pontos de Manaus, para ilustrar, são vistas socialmente de maneira descontextualizada, naturalizada, sem que se faça nenhuma reflexão sobre os processos que as conduziram a estarem desenvolvendo este trabalho e não outro.

As violências que marcam suas trajetórias de vida não são enxergadas. Dessa forma, particularizando os *agentes sociais* que participaram desta pesquisa, entendi ser fundamental dar visibilidade à estas marcas, aparentemente invisíveis, das modalidades de violência que prescindem do uso da violência física, mas que ferem, por vezes, de forma mais brutal a alma. Dessa forma, a explicitação das várias formas de *violência física* foram organizadas em itens distintos, mas complementares.

A evidência de que a violência familiar tem a capacidade de afetar de forma radical a formação do ego, caráter e da identidade me fez classificar a violência decorrida no interior das relações de parentesco como *violência privada* e aquelas decorridas fora destas relações *violência públicas*. A violência, nefasta dos homicídios, foi juxtaposta ao final das exposições de *violência simbólica e moral*. Todavia, o fato da pesquisa ter evidenciado que os homicídios são desfechos de processos de violência, o modelo organizativo e classificatório, não teve o objetivo, de estabelecer uma espécie de evolucionismo da violência, haja vista, que empiricamente se possa demonstrar que a *violência simbólica, moral* ou física não estejam postas numa relação de causa efeito entre si.

Realizar uma espécie de arqueologia pautando-se no trabalho de Pierre Clastres *O Arco e o Cesto* in *Sociedade Contra o Estado* (2004) e a considerar que são poucos os trabalhos clássicos que deram algum valor a esta questão entre os povos pré – coloniais das Américas, tornou-se importante não somente enquanto complementação das narrativas sobre história da “homossexualidade” de Naphis (2006) e Foucault (1984; 1985), no sentido de inserir os indígenas e demonstrar a universalidade dessas práticas, como também possibilitou compreender os estereótipos culturais incutidos no senso comum sobre as identidades LGBT’S.

Os dramas e tragédias, vividos por LGBT’S, reflete a aguda carga de preconceito, machismo e androcentrismo que classificamos, neste trabalho, como lgbtfobia. Neste sentido, o trabalho de campo demonstrou como manter-se no *armário* permanece como estratégia para aqueles que podem manter o anonimato de identidade. Todavia, para aqueles que optam assumir-se e afirmar-se, seja por consciência ou por ausência de condições de caber dentro de um *armário*, a violência é a única certeza, pois como vimos ela pode ser praticada de diversas formas, algumas pelas próprias estruturas simbólicas, resultando no processo de inculcação do

preconceito que forjam indivíduos que enxergam LGBT'S como inferiores, errados, pecadores, aberrações, subcidadãos e que, portanto, podem ser alvo da violência.

O desafio posto frente à cultura da violência e morte exige que os LGBT'S deixem de ser apenas “átomos” isolados que, por esta condição, não conseguiriam fazer força antagônica ao preconceito, afinal este possui força simbólica e organizacional. Dessa forma, o *movimento social LGBT*, como saída da perspectiva individualizada de afirmação para a noção coletiva de afirmação, resistência e enfrentamento a dominação heteronormativa – Cis. Mesmo que, a história do *movimento LGBT* no Amazonas, seja marcada por processos de clivagens, de crises, de estagnações é não se pode deixar de afirmar que em períodos de altivez este movimento conseguiu introduzir sua pauta na sociedade e na política de Manaus e do Amazonas.

Portanto, quando se coloca a cadeia linear de classificações da “homossexualidade” a partir da dominação hebraica – cristã como: pecadores, criminosos e doentes, se podem incorrer no equívoco da linearidade. É sabido que, em pleno processo de construção da cidadania LGBT, as narrativas do pecado ganham novamente mais expressão no Brasil; muitos países permanecem criminalizando práticas sexuais e performances de gênero distintas daquelas hetero – Cis e a pouquíssimo tempo tramitava projeto de lei no congresso nacional que visava classificar os LGBT pelo viés do adoecimento. Frente a isto, é premente que o *movimento LGBT* Amazonas e de Manaus retome as trincheiras de luta em defesa da vida dos LGBT, todavia isto exige mudanças profundas que vão do campo da subjetividade, ou seja, das lideranças ao campo objetivo que se dá na reorganização do *movimento social* enquanto ente de interesse coletivo, formado coletivamente por todos os segmentos e organizado em plena e consistente democracia.

Isto significa que, enquanto o *movimento social* se basear no personalismo e na vaidade, nos conchavos políticos, na supremacia dos cargos públicos individualizados em detrimento do *movimento*; na ausência de alteridade e solidariedade dentro da própria diversidade interna LGBT, na gestão não participativa; na mesquinharia e ausência de ética para com os próprios companheiros; no mito do representante desprovido de representados (...) teremos como marca o desafio da própria existência real enquanto movimento minimamente unificado.

O clamor ensejado acima se dá pela percepção clarividente de que os movimentos conservadores – *os patrimonialistas, os punitivistas e os religiosos* estão pactuados tanto na construção de dispositivos que produzam um discurso de verdade que exclui os LGBT'S do *status* de cidadania e orquestrando a eleição de gestores públicos e parlamentares das três esferas, como porta vozes, legislativos dos interesses morais fundamentalistas. Neste sentido, a *interseccionalidades* torna-se fundamental, haja vista, que além da unidade e organização interna, é necessário considerar, pragmaticamente, que os conservadores estão alinhados e, dessa forma, é certo que ao solicitar de patrimonialistas e punitivistas um voto contra LGBT ou contra religiões de matriz africana estes, pela lógica da dádiva, retribuem votando contra direitos trabalhistas, contra o meio ambiente, contra direitos étnicos raciais e quaisquer formas de direitos humanos coletivos. Isto significa que a pauta deles é ampla e, mesmo que em alguns aspectos possam divergir, o capital possui a capacidade de reuni-los e construir certa unidade.

O reflexo dessa unidade é encontra-se na vasta recodificação empreendida em diversos campos que, de forma comum, tem restringido direitos sociais: os projetos de lei que foram apresentados com finalidade de garantir acesso aos direitos elementares para aos *povos* LGBT como os citados PL Nº 1151- 1995; PL Nº 612, de 2011, O PL Nº 122; O PL Nº 5.002/2013 PL Nº 7582/2014 não se efetivaram como conquista de direitos. Enquanto isso, vimos iniciativas como o PDL 234 – 2011 buscando restabelecer a classificação por parte do estado de patologia LGBT. O panorama do congresso nacional é geometricamente mais conservador; quando se fala de câmara e assembleia estadual vê-se que, em questões de direitos das minorias, o campo parlamentar é o mais minado por forças conservadoras. Se for possível afirmar que o Judiciário é o *lócus* da manutenção da injustiça perene da sociedade brasileira, pode-se pelo menos, no campo dos direitos LGBT'S afirmarem que o CNJ, STF e a OAB tem se colocado como Instituição parceira dos LGBT. Avalio, porém, que aquilo que explica a referida posição do judiciário não se encontra em nenhum apreço institucional à igualdade, à liberdade e ao direito das minorias, mas no simples fato empírico: existirem LGBT'S em todas as camadas sociais, haja vista que a *Força do Direito(2007)* tem clara posição de classe.

No decorrer do trabalho, pode-se observar o avanço e recrudescimento das forças conservadoras, a consolidação orgânica dos grupos patrimonialistas, punitivistas e religiosos. Se no início da pesquisa, no ano de 2012, compus a coordenação Estadual de greve dos servidores federais em Educação dentro de um processo de enfrentamento contra a

precarização do trabalho, pela reorganização da carreira e reajuste salarial, em 2013 tive que me posicionar criticamente ao movimento que se intitulava não partidário que ocupou as ruas do país; a onda conservadora passou a avançar no parlamento Federal; a mídia que se tornou a maior força mobilizadora da alienação política que culminou com o impeachment golpista contra o governo de Dilma Rousseff. Observou-se que ao tomar o poder executivo federal, o governo Temer atacou de forma direita todas as políticas progressistas, em especial àquelas ligadas aos direitos humanos. Neste sentido, a secretaria de direitos humanos perdeu seu *status* de ministério, a política para aqueles que o estado classifica como “população” LGBT, encontra-se totalmente ameaçada, ou seja, nos indica que o panorama descrito no terceiro capítulo tornou-se pior para todos e todas que defendem a vida em sua plenitude.

Seguimentos católicos pentecostais e neopentecostais são detentores do discurso que legitima a exclusão salvacional de LGBT’S, todavia inconformados com a expulsão do Reino doe Céus os mesmo desejam estabelecer fronteiras mundanas aos infiéis, relegando aos LGBT’S à subcidadania. Todavia, os mesmos ao excluírem, fomentam o preconceito e a violência, na fronteira entre o maniqueísta criado por eles alguém pode imaginar o local que estes pensam estar? Sim! Eles se classificam como legítimos representantes do bem. Inclusive muitas Instituições que compõem este chamado *exército* de Cristo praticam a *cura gay* com métodos espirituais enquanto bancada parlamentar estes mesmos grupo propugnam a cura via sistema de saúde pública – a ser encampado pelo SUS.

A considerar a perspectiva de Dumont de que o projeto moderno deixou de forma residual marcas da ausência de autonomia do sujeito pode-se inferir que a liberdade e equidade não podem ser atributos da individualidade tão somente, muito menos de um sujeito abstrato de cunho filosófico ao estilo cartesiano ou mesmo aos liberais como Locke. Ela deve passar pela conquista do direito coletivo, de agentes sociais em absoluta, concreta realidade. Por outro lado vimos que Arendt (2014) rompe com a trajetória de vários teóricos que vislumbrava na violência certo germe da transformação social, ao negar a dimensão política da violência Arendt instaura nova concepção teórica que este trabalho considerou pertinente aos atos e processos em si da violência, mas que postula nova síntese, no sentido de reconhecer que no estudo sobre LGBT’S a violência constitui-se como dispositivo de mobilização política, sendo que aqui a noção de prática política extrapola as cercas partidárias, sem jamais excluí-las.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AEGLETON, Terry. Doce violência: a ideia do Trágico. São Paulo: Unesp, 2013.

ALMEIDA, JR. Homossexualismo: A libertinagem no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Laemmert, 1906.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. 2ª ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008, p. 25-131.

ARENDT, Hannah. Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo, Cia das letras, 1999.

_____. Sobre a Violência. Hannah Arendt. Tradução: André de Macedo Duarte. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. A Condição Humana. Tradução: Roberto Raposo. 12 Edição. Rio Janeiro: Forense Universitária, 2014.

BACHELARD, Gaston. A formação do espírito científico: contribuições para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. O Novo Espírito Científico. Rio de Janeiro, Edições 70, 2008.

BARTH, Frederik. Os grupos étnicos e suas fronteiras in O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro, 2001.

BAUMAN, Zigmunt, Identidade – entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de janeiro. Jorge Zahar Ed, 2005.

_____. Gaston. O Novo Espírito Científico. Rio de Janeiro, Edições 70, 2008.

BOURDIEU. Pierre. O poder simbólico. 11ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

_____. A Miséria do Mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. Sobre o Estado. Cursos nos Collège de France (1989-1992) 1ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2014.

_____. A Dominação masculina. 12ª ed – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

_____. Esboço de Auto – análise, São Paulo: Cia das Letras, 2005.

BORRILLO, Daniel. Homofobia: História e Crítica de um preconceito/ Daniel Borrilo. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BUTLER, Judith. Gender Trouble. In the Routledge book series Thinking Gender. Nicholson, edted by Lind, 2007.

CARDENO, Terceira Conferência Nacional de Direitos Humanos LGBT, 2016.

CAMPOS JR. Luís de Castro. Pentecostalismo: Sentidos da Palavra divina. São Paulo: Ática: 1995.

CLASTRES, Pierre. Arqueologia da violência: pesquisa de antropologia política: Rio de Janeiro, Cosac e Naify, 2004.

_____. A Sociedade Contra o Estado. Pesquisa de Antropologia Política. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

_____. Hannah. Sobre a Violência. São Paulo, Cia das letras, 1994.

CLIFFORD, James. A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

CARRARA, Sérgio. Moralidades, Racionalidades e Políticas Sexuais no Brasil Contemporâneo. Mana vol.21 no.2 Rio de Janeiro Aug. 2015.

CRAPANZANO, Vincent. Tuhami: portrait of a moroccan. London, University of Chicago Press, 1980.

CONRADO, Flávio. Fé no sucesso: A reinvenção da fé protestante. Rev. Nossa História. Rio de Janeiro: Vera Cruz, 2006.

DURKHEIM, Émile, Educação e Sociologia. Lisboa: Edições 70, 2001.

_____. As Formas Elementares da Vida Religiosa: o sistema totêmico na Austrália/Émile Durkheim; tradução Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DUMONT, Louis. O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna: Rio de Janeiro, Rocco 1985.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Tradução: Diego Gross. Editora Vitória Ltda., Rio de Janeiro, 1964.

_____. Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico. Edição Soviética, 1880.

FABÍOLA, Rohden. *Para que Serve o Conceito de Honra, ainda hoje?* Ensaio Bibliográfico. Campos 7(2):101-120, 2006.

FACCHINI, Regina. Sopa de letrinhas: Movimento homossexual e a produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. Disponível on-line no site http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/fry_dahierarquiaaigualdade.pdf

FANON, Frantz. Os Condenados da Terra. Tradução: José Laurênio de Melo. Editora: Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1997.

FAVRET – SAAD, J. Ser afetado. Tradução Paula de Siqueira Lopes. Cadenos de Campos nº13, 2005

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética. Lua Nova. São Paulo. 2007.

_____. Reenquadrando a Justiça em um Mundo Globalizado. Lua Nova, São Paulo, 77: 11-39, 2009.

FREUND, Julien; SIMMEL, Georg. (Orgs.). Tom Bottmore e Robert Nisbet. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

FRY, Peter. Para Inglês Ver: Identidade e Política na Cultura Brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. Capítulo IV Da Hierarquia à Igualdade: A construção histórica da homossexualidade no Brasil, pp 87-114.

FRY, Peter e MACRAE, Edward. O que é homossexualidade, São Paulo, Editora Brasiliense, 1985.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade 2: O Uso dos Prazeres. Rio de Janeiro. Edições Gaal, 1984.

_____. História da Sexualidade 1: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro. Edições Gaal, 1988.

GREEN, James N. e POLITO, Ronald. Frescos Trópicos: Fontes sobre a homossexualidade no Brasil (1870-1980). Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

HEILBORN, Maria Luiza. “Ser ou estar homossexual: dilemas de construção de identidade social. In: PARKER, Richard (Org.). Sexualidades Brasileiras. Rio de Janeiro: ABIA/IMS – UERJ/Relume, p. 136-145. 1996.

_____. Dois é par. Gênero e Identidade Sexual em contexto igualitário. Rio de Janeiro. Editora Garamond, 2004.

JAMES C. Scott. Dossiê "Dominação E Contra Poder" Exploração normal, resistência normal. Revista Brasileira Ciência Política. n.5. Brasília Jan./Jul. 2011.

KUHN, Thomas S. A Estrutura das Revoluções Científicas. Tradução: Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. Edição: São Paulo: Perspectiva, 2013.

LENIN, V.I. O Estado e a Revolução. São Paulo. Hucitec, p. 23, 1971.

LUKÁCS, Georg. Posfácio. À memória de G. Simmel. In: Simmel, Georg. *Filosofia do amor*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1976 [1922].

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostalismo: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1999.

MAX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. 11 Edição. Tradução José Carlos Bruni; Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1999a.

MOTT, L; CERQUEIRA, M. *Matei Porque Odeio Gay*. Editoria Grupo Gay da Bahia, 2003.

_____. *Assassinatos de homossexuais: Manual de coletas de informações, sistematizações e mobilizações e mobilização política contra crimes homofóbicos*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2000.

NAPHY, Wiliam. *Born To Be Gay: História da Homossexualidade*, Lisboa: Edições 70, 2006.

NADER, Laura. "Harmonia Coerciva: A Economia Política dos Modelos Jurídicos". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 1994.

PRECIADO, Beatriz. Entrevista com Beatriz Preciado. *Revista Poiésis*, n 15, p. 47-71, Jul. de 2010.

PRADO, Marco Aurélio Máximo e MACHADO, Frederico Viana. *Preconceito Contra Homossexualidade: a Hierarquia da Invisibilidade*. São Paulo, Cortez, 2008.

PARSONS. Talcott. *La estructura de la acción social*. Madri: Guadarrama, 1968.

PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio. *Sexualidades e saberes: Convenções e Fronteira*. Rio de Janeiro, Germond, 2004.

PEREIRA, D. S. *O processo de resignificação na prática religiosa pentecostal e neopentecostal: um estudo de caso no contexto sócio religioso da zona leste da cidade de Manaus*. Dissertação (Mestrado). UFAM/Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, Manaus, 2008.

_____. *Homofobia pentecostal e seus reflexos entre homossexuais na cidade de Manaus*. IV REA (Reunião Equatorial de Antropologia) e XIII ABANNE (Reunião de antropólogos do Norte e Nordeste, 2013. Disponível http://www.reaabanne2013.com.br/anaisadmin/uploads/trabalhos/14_trabalho_000594_1373255980.pdf

PERES, Wiliam Siqueira. *Travestis Brasileiras: construindo identidades cidadãs*. In: Grossi, Miriam & Outras (Orgs.) – *Movimentos Sociais, Educação e Sexualidades*. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.

PETERS, Gabriel. *Habitus, reflexividade e neo-objetivismo na teoria da prática de Pierre Bourdieu**, RBCS Vol. 28 nº 83 outubro/2013.

ROCHER, Guy. *Talcott Parsons e a sociologia americana*. São Paulo: Francisco Alves, 1976.

RODRIGUES, Alberto T., *Sociologia da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A: 2000.

SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*/Sara Salih; Tradução e Notas Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte, Autêntica. 2012.

SANDER, Beno. *Consenso e Conflito: Perspectivas analíticas na pedagogia e na administração da educação*. São Paulo: Pioneira, 1984.

SANTOS, José Vicente dos. *As conflitualidades como um problema sociológico contemporâneo*. Revista do Programa de Pós-graduação em sociologia da UFRGS, Porto Alegre, ano 1, n.1, 1999.

SIMMEL, Georg. *Sociologia*. Organização de Evaristo de Moraes Filho. São Paulo: Ática, 1983.

_____. *A metrópole e a vida mental*. In: Velho, Otávio Guilherme. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro : Zahar editores, 1979.

SEDGWICK, Eve. *A epistemologia do armário*. IN: *Cadernos Pagu*. n. 28, 2008.

SCOTT, J. *Los dominados y el arte de la resistência*. México: Ediciones Era, 2000.

_____. *Exploração normal, resistência normal*. Dossiê "Dominação e Contra-poder". Rev. Bras. Ciênc. Polít. no.5 Brasília jan./jul. 2011.

SPIVAC, Gayatri Chakravorty. *Pode o Subalterno Falar?* Gayatri Chakravorty Spivac. Tradução de Sandra Regina Goulart Alameida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TAYLOR, Charles (org). *A Política de Reconhecimento*. In: _____. *Multiculturalismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

TURNER, Victor. *Dramas, campos e metáforas. Ação simbólica na sociedade humana*. Editora da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro 2008.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito capitalista*. Lisboa: Presença, 1996.